

Augusto Diehl Guedes

*“Que cada um ouça o apêlo que lhe dirige Cristo através da
nossa voz”*: Os Protestantismos nas páginas da *Revista
Eclesiástica Brasileira* (1953-1971)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Gizele Zanotto.

Passo Fundo

2019

Agradecimentos

Diante dos inúmeros desafios de um mestrado, não posso deixar de expressar minha gratidão a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para este processo. Inicialmente agradeço à minha orientadora, Prof^a. Gizele Zanotto por ser sempre presente, dedicada e incentivadora em todos os momentos, contribuindo significativamente para a realização desse trabalho e também para minha formação enquanto professor e pesquisador. Juntamente a ela, agradeço também a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da UPF pelas discussões, convivência e sugestões, bem como a Jênifer pelo auxílio. Ainda, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, indispensável para a realização deste trabalho.

Não posso deixar de lembrar dos bibliotecários do Instituto Teológico Franciscano que tão prestativamente me receberam, em especial a Érica e Marisa, e ao Frei Elói Piva, redator da REB, pela recepção e pelas conversas elucidativas. Também, a Prof^a. Valderes, responsável pela biblioteca do Instituto de Teologia e Pastoral, que nos possibilitou os primeiros contatos com a REB.

Aos meus pais, Jorge e Simone, e meu irmão Daniel, muito obrigado por toda a compreensão, incentivo e investimento durante toda a caminhada, aos meus avôs Jarbas, Walnei (*in memorian*), Argeu (*in memorian*) e Ilda (*in memorian*) por todo carinho e amor dispensado a mim, assim como aos demais familiares. Amo vocês.

À Caroline, Djiovan e Waleska, colegas e amigos em todo o tempo, pelas conversas, viagens, eventos e pela amizade de todos estes anos de vida acadêmica. Também aos membros do Laboratório de Estudo das Crenças, pelo convívio e incentivo. Juntamente a eles, Axsell, Cinara e Jonas, e tantos outros colegas e amigos que estiveram presentes de alguma forma nos apoiando neste trabalho.

Aos familiares, amigos e irmãos, pelo apoio, orações e torcida e também a todos aqueles que de perto ou de longe nos acompanharam e nos desejaram êxito, muito obrigado.

A Deus, o Abba, sempre comigo, meu amor e minha eterna gratidão, por tudo, em todo tempo.

*O que você está fazendo não é mais importante
do que aquilo que você está se tornando.*

Luiz Hermínio

RESUMO

Nas últimas décadas, os protestantismos têm ganhado visibilidade no Brasil. Sejam por suas crenças, comportamentos, inserção em múltiplos espaços da sociedade, formas de expansão e de manifestação religiosa, as igrejas protestantes têm se constituído como uma matriz em evidência no campo religioso brasileiro. Apesar de uma inserção efetiva ter se dado ainda no início do XIX, o crescimento dessas igrejas ocorreu de forma mais acentuada a partir de meados do século XX no Brasil. Detentora do maior número de fiéis no país, a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) sempre esteve atenta à presença desses grupos. Dentre as posturas que a hierarquia católica pensou e propôs no Brasil é que buscamos compreender quais foram os discursos produzidos e veiculados acerca dos múltiplos protestantismos por um periódico católico de abrangência e relevância nacional, a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), sob a condução dos franciscanos de Petrópolis/RJ e impressa pela Editora Vozes. O recorte situado entre os anos de 1953 e 1971, período no qual o Frei Boaventura Kloppenburg fora seu redator, justifica-se tanto pela recorrência do tema nesse período redatorial em contraposição aos demais, pelos contextos vivenciados pela ICAR e pelas igrejas protestantes no Brasil e fora dele, quanto pela figura de Kloppenburg no trabalho apologético a serviço do catolicismo no país. Para isso, partindo das concepções de Pierre Bourdieu acerca das dinâmicas do campo religioso, utilizamos de proposições da Análise do Discurso de matriz francesa a partir das obras de Eni Orlandi, adaptadas ao olhar do historiador na compreensão de suas fontes. Uma das marcas desses textos publicados é a sua recorrência, pluralidade de olhares e diversidades de objetivos. Passados os 500 anos dos protestantismos, a REB, enquanto uma revista que se queria para sacerdotes católicos constituiu-se em espaço significativo para a (in)formação, discussão e apresentação dessas temáticas, fomentadas pela dinâmica do sub-campo religioso cristão brasileiro, a clérigos católicos em um período de constantes e profundas transformações na ICAR, nos protestantismos e no mundo.

Palavras-chave: Protestantismos; Catolicismos; *Revista Eclesiástica Brasileira*; Campo Religioso; História das Religiões e religiosidades.

ABSTRACT

In the last decades, the Protestantisms have gained visibility in Brazil. Either by its beliefs, behaviors, insertion in multiple spaces of the society, forms of expansion and religious manifestation, the Protestant churches have been constituted as a matrix in evidence in the Brazilian religious field. Despite an effective insertion that took place at the beginning of the nineteenth century, the growth of these churches occurred more markedly from the middle of the twentieth century in Brazil. Holding the largest number of faithful in the country, the Roman Catholic Church (ICAR) has always been attentive to the presence of these groups. Among the positions that the Catholic hierarchy thought and proposed in Brazil is that we seek to understand the discourses produced and conveyed about the multiple Protestantisms by a Catholic periodical of national coverage and relevance, the *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), under the leadership of the Franciscans of Petrópolis/RJ and printed by Publisher *Vozes*. The cut between 1953 and 1971, the period which friar Bonaventura Kloppenburg was the editor, is justified both by the recurrence of the theme in this writing period as opposed to the others, by the contexts experienced by ICAR and Protestant churches in Brazil and outside of it, as for the figure of Kloppenburg in the apologetic work at the service of Catholicism in the country. For this, departing from the conceptions of Pierre Bourdieu on the dynamics of the religious field, we use propositions of Discourse Analysis of French matrix from the works of Eni Orlandi, adapted to the historian's perspective in the comprehension of its sources. One of the marks of these published texts is their recurrence, plurality of perspectives and diversities of objectives. After 500 years of Protestantisms, the REB, as a magazine intended for Catholic priests, constituted a significant space for the (in)formation, discussion and presentation of these themes, fomented by the dynamics of the Brazilian Christian religious subfield, the Catholic clergymen in a period of constant and profound changes in ICAR, in Protestantisms and in the world.

Keywords: Protestantisms, Catholicisms, *Revista Eclesiástica Brasileira*, Religious field, History of Religions and Religiosities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censo religioso do Brasil (1940-1970)	41
Tabela 2 – Igrejas Protestantes: (1930-1964)	42
Tabela 3 – Editoras Católicas (1898-1902)	64
Tabela 4 – Relação de obras publicadas pela Editora Vozes sobre o protestantismo por quinquênio	77
Tabela 5 – Principais autores – REB (1953-1971)	101
Tabela 6 – Mapeamento das publicações – REB (1953-1954)	107
Tabela 7 – Agentes dos protestantismos na REB: mais citados (1953-1971)	119
Tabela 8 - Autores do discurso apologético	121
Tabela 9 - Publicações do discurso apologético na REB (1953-1966)	125
Tabela 10 - Autores do discurso acadêmico	136
Tabela 11 - Publicações do discurso acadêmico na REB (1953-1971)	140
Tabela 12 - Autores do discurso informativo na REB (1953-1971)	150
Tabela 13 - Publicações do discurso informativo na REB (1953-1971)	152
Tabela 14 - Documentações na REB (1964-1971)	160
Tabela 15 - Agentes protestantes na REB (1953-1971)	201

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Igrejas Evangélicas brasileiras: comparativo (1967)	55
Gráfico 2 – Discursos acerca dos protestantes nas seções da REB: um comparativo (1953-1971).....	86
Gráfico 3 – Veiculações da REB por ano (1953-1971)	111
Gráfico 4 – Veiculações e tônicas discursivas da REB (1953-1971)	112
Gráfico 5 – Veiculações e tônicas discursivas da REB: distribuição temporal (1953-1971)	113
Gráfico 6 – Matrizes protestantes na REB (1953-1971)	114
Gráfico 7 – Matrizes protestantes e dispersão anual na REB (1953-1971)	116
Gráfico 8 – Conselho Mundial de Igrejas na REB (1953-1971)	118
Gráfico 9 – Matrizes protestantes entre os personagens na REB (1953-1971)	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Catálogo de livros (1920)	67
Figura 2 – Coleção <i>Vozes em Defesa da Fé</i> – vols. 12-15	78
Figura 3 – Anúncios da Editora Vozes na REB – dez. de 1961	96
Figura 4 – Nuvem de palavras: discurso apologético (1953-1966)	123
Figura 5 – Nuvem de palavras: discurso acadêmico (1953-1971)	138
Figura 6 – Nuvem de palavras: discurso informativo (1953-1971)	151
Figura 7 – Nuvem de palavras: documentação (1964-1971)	161
Figura 8 – Nuvem de palavras: conjunto global (1953-1971).....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACB – Ação Católica Brasileira
- ACM – Associação Cristã de Moços
- AD – Análise do Discurso
- ASTE – Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos
- CCB – Congregação Cristã no Brasil
- CDV – Centro Dom Vital
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano
- CMI – Conselho Mundial de Igrejas
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COR – *COR: Revista Eclesiástica Brasileira*
- CVII – Concílio Ecumênico Vaticano II
- DAC – Discurso acadêmico
- DAP – Discurso apologético
- DIF – Discurso informativo
- DR – Discurso religioso
- DRC – Discurso religioso católico
- DT – Discurso teológico
- IAR – Igreja Apostólica Renascer
- IASD – Igreja Adventista do Sétimo Dia
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana
- IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
- IEAD – Igreja Evangélica Assembleia de Deus
- IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular

IIGD – Igreja Internacional da Graça de Deus

IP – Igreja protestante

IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil

IPDA – Igreja Pentecostal Deus é Amor

IPI – Igreja Presbiteriana Independente

IPNV – Igreja Pentecostal de Nova Vida

ITEPA – Instituto de Teologia e Pastoral

ITF – Instituto Teológico Franciscano

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LEC – Liga Eleitoral Católica

OBPC – Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo

OFM – Ordem dos Frades Menores

PC – Pentecostalismo Clássico

PDC – Partido Democrata Cristão

PR – Partido Republicano

REB – *Revista Eclesiástica Brasileira*

SBB – Sociedade Bíblica do Brasil

SEDOC – *Revista Serviço de Documentação*

SNDFM – Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e da Moralidade

TL – Teologia da Libertação

UPF – Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CATÓLICOS E PROTESTANTES: HISTORICIZANDO QUESTÕES NO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO DE MEADOS DO SÉC. XX	21
1.1 O Campo religioso brasileiro: olhares para o subcampo cristão	22
1.2 Novas configurações do catolicismo: a consolidação num Estado que se quer laico.....	24
1.3 A presença protestante nas terras brasileiras: inserção, expansão e atuação das igrejas evangélicas	31
1.4 Uma nova ICAR ante o pluralismo religioso.....	43
2. “ATENDENDO AOS ANSEIOS DO CLERO”: POR UMA HISTÓRIA DA REVISTA <i>ECCLESIASTICA BRASILEIRA</i> (1941-1971)	58
2.1 Os Franciscanos em Petrópolis: atuação nos primeiros anos.....	58
2.2 “As vozes que ecoam”: a Editora Vozes.....	62
2.2.1 As publicações das Vozes sobre os protestantes.....	77
2.3 Uma “revista para o nosso tempo”: a <i>Revista Eclesiástica Brasileira</i> em seus primeiros trinta anos (1941-1971)	79
2.3.1 O retrato do “catolicismo em marcha”: Frei Tomás Borgmeier e a consolidação da REB (1941-1952).....	83
2.3.2 “... Seja uma revista realmente <i>eclesiástica</i> , atendendo aos interesses da Igreja e de toda a Igreja”: a REB sob o comando de Frei Boaventura Kloppenburg (1953-1971) .	93
2.4 Delineamentos dos autores que publicaram na REB acerca dos protestantismos	100
3. “PELO BRASIL EM FORA CLAMANDO SEM CESSAR”: OS DISCURSOS NA REB SOBRE OS PROTESTANTISMOS (1953-1971)	104
3.1. Primeiras observações: um panorama das veiculações sobre os protestantismos	105
3.2. Para que “salvemos o Brasil da heresia”: o discurso apologético (1953-1966)	121
3.3. Os Cristãos Separados da Igreja Católica: as discussões que se pautam em um discurso acadêmico (1953-1971)	136
3.4. “El mundo protestante”: uma revista que noticia acerca dos protestantismos (1953-1971)	149

3.5. Uma Igreja em tempos de Concílio e a “revista do concílio”: as documentações (1964-1971)	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	171
FONTES	183
GLOSSÁRIO	195
APÊNDICES	198

INTRODUÇÃO

As múltiplas manifestações do crer religioso no Brasil contemporâneo têm sido constantemente debatidas pelo meio acadêmico. Apesar de percebermos um campo cada vez mais plural, com relações que o complexificam sempre mais, nos deparamos com duas matrizes religiosas que se destacam no cenário religioso brasileiro. Primeiramente o catolicismo, dotado de uma historicidade que marca a história do país desde a trajetória dos colonizadores europeus e que aqui se instalou há mais de cinco séculos. Desde o primeiro Censo¹ religioso realizado no país (1872), a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) é a instituição religiosa que mais congrega adeptos no Brasil (IBGE), mesmo com a queda contínua do percentual de pessoas que se declaram católicas. Por outro lado, as igrejas protestantes ou evangélicas que já beiram um quarto da população brasileira, instaladas há cerca de 200 anos no país de maneira efetiva, crescem e buscam dominar espaços que antes lhes eram vedados ou de difícil acesso (para uma minoria religiosa), como a política, a economia, a cultura, as mídias e outros espaços da sociedade.

No imediato dos 500 anos dos protestantismos², comemorado pela celebração da reforma luterana, faz-se interessante observar as relações entre católicos e protestantes³ num país que se destaca tanto pelo número de católicos quanto pelo número de evangélicos em sua população e que em suas ações no território nacional sempre disputaram o mesmo mercado religioso, ou seja, os mesmos fiéis, o mesmo espaço, objetivando a hegemonia desse campo religioso brasileiro, que não era composto apenas por eles, mas diversas matrizes que aqui estavam como as das nações indígenas e tantas outras que chegaram: africanas, espíritas, judaicas, islâmicas, budistas, esoteristas, entre outras mais. Assim, nossa proposta de pesquisa é analisar quais foram as posturas e/ou posições adotadas pela ICAR diante da inserção e expansão dos protestantismos no Brasil, principalmente a partir da década de 1950, momento de crescimento e fragmentação do campo evangélico. Para nossa análise, optamos pela

¹ Apesar das deficiências e limitações apresentadas nos e dos censos, os entendemos como significativos para a compreensão de alguns aspectos quantitativos do campo religioso.

² Comemorado em 31 de outubro de 2017. A data está relacionada ao mesmo dia e mês do ano de 1517, quando Martinho Lutero teria afixado as suas “95 teses” na porta da igreja em Wittenberg (Alemanha), o que para os fiéis é considerado o marco inicial da Reforma Protestante.

³ Com a finalidade elucidativa, elaboramos um glossário que reúne as grandes ramificações dos protestantismos com as quais trabalhamos nesta dissertação, em um formato sintético.

escolha de um periódico católico de abrangência e relevância nacional – a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB)⁴.

Pensada para ser um veículo efetivo da imprensa católica brasileira, a *Revista Eclesiástica Brasileira* teve sua primeira edição lançada em março de 1941, quando o Frei Tomás Borgmeier era seu redator chefe. Articulada a partir dos franciscanos do convento e do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis/RJ, sendo impressa e comercializada pela Editora Vozes, a REB foi proposta num período de necessidade não somente de um meio que congregasse os sacerdotes católicos dispersos no território nacional, visto que falamos de um contexto anterior a fundação do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas também de um veículo de (in)formação, documentação, que fosse referência para o trabalho sacerdotal, ou seja, de uma revista que estivesse realmente a serviço da eclesialidade católica no Brasil.

O recorte temporal que estabelecemos para esta pesquisa abrange o período entre os anos de 1953 e 1971. Neste imediato, a REB já se apresentava consolidada no cenário católico brasileiro, com doze anos de circulação. A escolha dessa temporalidade se deu pela gestão da revista que estava sob a responsabilidade do Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009), importante apologista católico a nível nacional. Durante o período redatorial de Kloppenburg, a revista teve sua redação marcada, inicialmente, por um caráter apologético em relação a outros grupos religiosos. Apesar de Kloppenburg ser conhecido pelas suas publicações e obras, principalmente contra os espiritismos, as religiões afro-brasileiras e a maçonaria, foi no período da sua redação na REB que a temática dos protestantismos foi mais pautada em relação com os demais períodos redatoriais da revista⁵. Concordamos com Andrade (2012, p.140), ao sublinhar que “Frei Boaventura Kloppenburg pode ser considerado um dos maiores representantes do pensamento católico dos anos 1950 e 1960” e representa um dos setores da ICAR que lutou pela hegemonia do catolicismo, ao passo que faziam acirradas críticas a outras matrizes religiosas – no caso de Kloppenburg, como pontuamos, a maçonaria, espiritismos e religiões afro-brasileiras. Isaia (2011, p.76) também acrescenta que, além de ter sido o religioso católico mais atuante no apostolado contra as religiões mediúnicas,

⁴ Nosso interesse pela questão se dá por pesquisas já desenvolvidas acerca das crenças, devido ao investimento, enquanto acadêmico de História, no grupo de pesquisa “Religiosidade e cultura: possibilidades de pesquisa”, no envolvimento com o Laboratório de Estudos das Crenças da Universidade de Passo Fundo (UPF), ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF e coordenados pela Prof^a. Dr^a. Gizele Zanotto e pelo nosso Trabalho de Conclusão de Curso no qual trabalhamos com os discursos da REB sobre o pentecostalismo no Brasil entre 1941-1973.

⁵ A *Revista Eclesiástica Brasileira* foi, inicialmente, dirigida por Frei Tomás Borgmeier (1941-1952), sucedido por Frei Boaventura Kloppenburg (1953-1971), posteriormente por Frei Leonardo Boff (1972-1986) e, atualmente, por Frei Elói Piva (1986 - até o presente).

Boaventura Kloppenburg “será o nome chave com quem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil contará. [...] O Frei será a peça-chave do órgão que coordenava a luta católica em favor da preservação da ortodoxia: o Secretariado Nacional em Defesa da Fé”.

Até o presente, alguns pesquisadores propuseram-se a tomar como fonte em seus trabalhos a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB). Dentre as obras, destacamos, inicialmente, a tese de Solange Ramos de Andrade (DAVID, 2000), intitulada *O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*⁶. Defendida no ano 2000, a pesquisa tem sido referência para os estudos com o periódico. Outros trabalhos também foram desenvolvidos, principalmente entre os anos de 2010 e 2015. De maior fôlego foram as dissertações de Débora Cristina Dal Molin, “*Entre Cruzes e Anéis*”: *A Revista Eclesiástica Brasileira e as Representações de Família (1941-1965)* (2010), de Rodrigo Schlenker, *Frei Boaventura Kloppenburg e o Concílio Vaticano II na Revista Eclesiástica Brasileira (1959-1971)* (2012) e, de Bruna Marques Cabral, “*Do Clero e para todo o Clero*”: *a Revista Eclesiástica Brasileira e a Reforma Agrária (1950-1964)* (2015), todas dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em História⁷. Há ainda a tese defendida no curso de Doutorado em Educação, apresentada por Egberto Pereira dos Reis, *Os intelectuais da libertação e o intercâmbio educativo: uma leitura gramsciana da Revista Eclesiástica Brasileira (REB) (1972-1986)*⁸, de 2014. Outras pesquisas, de menor envergadura, somam-se à produção historiográfica sobre a REB. Alguns artigos publicados em revistas acadêmicas e anais de eventos: Andrade (2008), Figueiredo (2008), Schlenker (2011a e 2011b), Henn e Borin (2017) Guedes (2017a, 2017b e 2018) e um trabalho de conclusão de curso, por nós apresentado em 2016. Além desses, não tivemos acessos a outros trabalhos que possam ter sido desenvolvidos por pesquisadores, seja da área da história ou da teologia, sociologia, ciências da religião, etc. Diversas outras obras que estudaram o catolicismo, ou questões a ele referentes e ao campo religioso (principalmente crenças mediúnicas e afro-brasileiras), utilizaram da REB em momentos de seus trabalhos, entendendo-a como importante veículo da imprensa católica nacional e uma documentação de significância para os estudos do catolicismo no Brasil.

Observando esses trabalhos, podemos perceber que a REB tem sido estudada pela veiculação de diversos discursos no cenário do catolicismo brasileiro, em diferentes

⁶ A tese foi mais tarde publicada em formato de livro: ANDRADE, Solange R. *O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*. Maringá: Eduem, 2012.

⁷A indicação completa das obras encontra-se nas referências deste trabalho.

⁸Apesar de sua tese ser da área da educação, o seu olhar não se distancia muito do campo de trabalho historiográfico.

contextos, enquanto textos de repercussão no território nacional e também internacional. Das pesquisas citadas, Andrade (2012) e Schlenker (2012) destacam-se por terem uma preocupação maior ao escreverem e compreenderem a historicidade do periódico que estão trabalhando. Também, aliado a isso, verificamos que muito ainda tem a ser escrito acerca dessa revista e das relações que a envolveram, dada a vastidão de seu material e de que, até o momento, nenhum pesquisador dedicou-se exclusivamente a escrever uma história do periódico.

Nesse sentido, a *Revista Eclesiástica Brasileira* enquanto fonte de pesquisa histórica no estudo das relações católico-protestantes é justificada tanto pelas 186 veiculações feitas acerca das igrejas protestantes num período de 19 anos, pela sua projeção, inserção e expansão no cenário nacional, quanto pelo caráter oficial que esta assumiu diante da falta de órgãos que congregassem o episcopado nacional e, mesmo após a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a REB manteve sua autoridade e seu prestígio ante o clero brasileiro. O acervo das Revistas que utilizamos encontra-se na Biblioteca do Instituto de Teologia e Pastoral (ITEPA), localizado em Passo Fundo/RS, e também na Biblioteca do Instituto Teológico Franciscano (ITF), de Petrópolis/RJ⁹.

A proposta desenvolvida neste trabalho apresenta-se como uma contribuição ao cenário da pesquisa historiográfica brasileira no que concerne aos estudos do campo religioso, em especial em relação às igrejas cristãs: católicas e protestantes. Até o presente, poucos e pontuais estudos foram realizados sobre a REB e nenhum, especificamente, sobre os discursos acerca dos protestantismos. Pretendemos com nossas reflexões auxiliar na compreensão do cenário religioso nacional entre as décadas de 1950-1970, principalmente em relação às duas matrizes com maior número de fiéis nessa conjuntura, num momento de transformações significativas para ambos os grupos.

Ao propormos compreender as dinâmicas do campo religioso brasileiro, marcado pelas tensões e conflitos entre católicos e protestantes em nosso enfoque, articulamos as discussões encetadas neste trabalho com a abordagem da História das Religiões e Religiosidades que se preocupa em compreender e discutir como as religiões podem ser um elemento importante na constituição e significação dos grupos humanos, entendendo as religiões, as religiosidades e as crenças como uma construção das sociedades. Para Berger

⁹ Em ambas as bibliotecas as revistas são disponibilizadas à comunidade acadêmica apenas para consulta no local, devido a sua raridade, e encontram-se em bom estado de conservação. Não se veem rasgos nem danos no texto. Cada tomo reúne as quatro edições publicadas anualmente e, ao final, contém um sumário e um índice temático. Não tivemos acesso às capas originais de cada edição, visto que foram anexadas em cada volume anual.

(1985, p. 41) a religião não somente foi um ponto essencial na construção humana do mundo, mas também

representa o ponto máximo da autoexteriorização do homem pela infusão, dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo.

Nessa perspectiva, ao trabalhar com o discurso, partimos de Orlandi (1987, p. 07) para constatar que o discurso religioso manifesta-se como a “territorialização da espiritualidade do homem. É onde ele a constrói e expressa”.

A metodologia utilizada não é algo próprio da historiografia. A Análise do Discurso (AD), a qual tomamos por base para nossas reflexões, é de matriz francesa e, assim como já evidenciado pelos *Annales*, a história é uma ciência em constante diálogo com as outras áreas do conhecimento e com elas relaciona-se sempre que o historiador sentir necessidade de um olhar interdisciplinar sobre seu objeto. Dessa forma, a partir da pertinência desses olhares para nossas fontes, aproximamo-nos dos estudos de Eni Pucinelli Orlandi, os quais apresentam discussões muito profícuas às pesquisas historiográficas. Com base principalmente nas obras *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso* (1996), *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (1995), *Análise de Discurso: princípios & procedimentos* (2009) e *Palavra, Fé, Poder* (1987), além de outros artigos da própria autora e trabalhos de outros pesquisadores que perfazem um caminho semelhante, estabelecemos nossa metodologia de trabalho.

Uma vez que a Análise do Discurso tem suas aplicações e discussões no campo da linguística, adaptamos essas questões ao fazer historiográfico, entendendo que existem dois dispositivos interpretativos da AD: o teórico, que implica nas noções e conceitos da AD (como interdiscurso, intertextualidade, memória discursiva, formação discursiva, silêncio e silenciamento, entre outros); e o analítico, pensado e construído pelo pesquisador em cada análise específica, objetivando a compreensão do processo de produção de sentidos instalado por uma materialidade discursiva (ORLANDI, 2010, p. 26).

É importante frisarmos que estamos entendendo discurso, a partir de Pêcheux (apud ORLANDI, 2009, p. 21), como o efeito de sentido entre locutor e receptor. Assim, o discurso é um suporte “que sustenta os vários textos (concretos) que circulam em uma sociedade”, é

um objeto simultaneamente linguístico e histórico, perpassado pela ideologia¹⁰ (GREGOLIN, 1995, p. 17-20).

Os diversos textos da REB apresentam-se como as peças de linguagem que analisaremos, podendo estar vinculados ou remeterem a outros tantos discursos. Nessa lógica, para Orlandi (1996, p. 159) o “discurso é tomado como conceito teórico e metodológico e o texto, em contrapartida, como o conceito analítico correspondente”.

Ao trabalharmos com a análise do discurso, faz-se necessário identificar o tipo de discurso com o qual estamos trabalhando, dado que cada discurso possui um funcionamento discursivo que lhe é peculiar. Ao falarmos do funcionamento discursivo, depreendemos que este é a atividade estruturante de um tipo determinado de discurso, de falante e de interlocutor com objetivos especificados, seja ele o discurso religioso, político, econômico, científico, cultural, artístico, intelectual, etc. (ORLANDI, 1996, p. 129). Para a autora, “as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (ORLANDI, 1996, p. 158). A AD mostra que é necessário “deslocar-se de um terreno, constituindo outra região teórica em que o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva e não periférica. O que liga o dizer a sua exterioridade é constitutivo do dizer” (ORLANDI, 2010, p. 14).

Aproximamo-nos também das questões concernentes à História e Imprensa, visto que nossa fonte é um periódico católico brasileiro do século XX. O uso da imprensa enquanto fonte histórica justifica-se dado que, em sua finalidade, se mostra, para além de um canal de informação, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social por meio de suas veiculações, que não são em nada neutras e/ou imparciais.

Quanto à estrutura do trabalho, nós o dividimos em três partes. No primeiro capítulo, discutiremos o cenário e as condições nos quais os discursos e os textos que serão analisados emergiram. Nessa perspectiva, buscaremos compreender a configuração do catolicismo após a proclamação da República (1889) até o início da década de 1970, dando enfoque aos anos de nosso recorte – 1953-1971. Contemplaremos nas discussões a inserção e a atuação das igrejas protestantes no Brasil, inseridas de forma efetiva a partir do início do século XIX. Com um olhar voltado para a percepção das simultaneidades entre a ICAR e os protestantes no mesmo país, intentaremos, com base na compreensão das noções de campo religioso (BOURDIEU,

¹⁰ Ideologia aqui é entendida como uma visão de mundo de uma determinada classe ou grupo, a maneira de se representar no espaço social (GREGOLIN, 1995, p. 17). A respeito disso, Orlandi (1995, p. 101) pontuou que a “ideologia não é ‘x’, mas o mecanismo de produzir ‘x’. [...] Dessa forma, podemos afirmar que a ideologia não é ocultação, mas interpretação de sentido em certa direção, direção esta determinada pela história”.

2007), em especial o subcampo cristão, perceber quais foram as condições de emergência dos textos produzidos e veiculados na REB.

Sendo necessária a compreensão do periódico com o qual trabalhamos em suas complexidades – e não como algo estanque em si mesmo –, no segundo capítulo, analisaremos alguns aspectos da história dos primeiros trinta anos da *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB). Tal investimento tem como principal justificativa a falta de estudos que deem conta da singularidade dessa produção em sua historicidade. Para isso, discutiremos o franciscanismo em sua vinda e atuação no país, principalmente no que concerne à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Dessa forma, dissertaremos sobre a atuação desses frades na cidade de Petrópolis/RJ, com a fundação e o desenvolvimento de um convento, de uma escola para a comunidade atrelada às atividades de tipografia, que possibilitaram a constituição de uma editora, a Editora Vozes (1901), além do Instituto Teológico Franciscano (ITF) e o trabalho de apostolado católico através da imprensa. Com isso, dirigimo-nos para a compreensão da proposta do funcionamento de uma revista que se propôs a ser um veículo de comunicação, (in)formação, diálogo, união, fomento à pesquisa, efetivo destinada para e feita por integrantes do clero católico romano e que os atingisse em todo o território nacional. Nessa perspectiva, analisaremos os dois primeiros períodos redatoriais da REB, a saber: o primeiro, de Frei Tomás Borgmeier (1941-1952), e o segundo, do Frei Boaventura Kloppenburg (1953-1971). No último ponto do capítulo, refletiremos acerca de quais foram os autores que utilizaram o espaço da revista para publicarem seus textos sobre a temática dos protestantismos.

Postas as discussões do primeiro e do segundo capítulos, lançaremos-nos à leitura propriamente dita das nossas fontes. As 186 publicações feitas pelos mais diversos membros do clero e do episcopado católico brasileiro e também internacional na *Revista Eclesiástica Brasileira* sobre os protestantismos, sejam eles no Brasil ou no exterior, entre os anos de 1953-1971, serão por nós tomadas com base no referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso, em suas adaptações ao ofício do historiador. Desse modo, o terceiro e último capítulo deste trabalho objetiva compreender qual ou quais foram os discursos produzidos, empregados, veiculados e debatidos pelos sacerdotes do clero católico no Brasil acerca das igrejas evangélicas em suas múltiplas questões (doutrina, história, atuação, etc.), uma vez que entendemos que tais discursos serviram para a (in)formação de inúmeros sacerdotes e agentes da ICAR no país, mas também nos evidenciam a preocupação dos clérigos em relação ao cenário vivenciado por essas duas matrizes religiosas no Brasil da metade do século XX.

Nesse sentido, dividiremos este capítulo em cinco pontos. Inicialmente, apresentaremos um panorama de todas as veiculações sobre os protestantismos na revista. Posto isso, dirigiremos aos quatro pontos que identificamos em relação aos textos analisados: uma tônica apologética, uma outra que denominamos de acadêmica, uma informativa além das documentações.

I - CATÓLICOS E PROTESTANTES: HISTORICIZANDO QUESTÕES NO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO DE MEADOS DO SÉC. XX

Para fazermos nossas análises, necessitamos compreender o contexto no qual as fontes que estudamos estão inseridas, onde foram produzidas, bem como o cenário em que circularam. Nessa perspectiva, propomo-nos, neste capítulo, a lançar olhares para a história da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) no Brasil, dado que foi a partir dela que agentes religiosos proferiram seus discursos, imbuídos de uma cosmovisão católica de mundo. Para isso, nós a consideramos em suas interrelações com a conjuntura internacional, quando necessário (Vaticano e América Latina), visto que não a tomamos como uma instituição estanque ao território nacional.

Ao levantar essas questões, uma vez que em nosso trabalho contemplamos mais de uma matriz religiosa, torna-se pertinente perceber a inserção e o desenvolvimento das igrejas protestantes (IP) ou evangélicas¹¹ nesse contexto do catolicismo nacional, no século XX, posto que essas igrejas e sua atuação no Brasil e no mundo foram um tema discutido pelo clero católico romano através da *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB). Assim, destacaremos alguns pontos fundamentais para a compreensão dos protestantismos, discutindo as principais igrejas e marcas dessa matriz em solo brasileiro. Atentar para os aspectos da simultaneidade em que católicos e protestantes foram (re)agindo no país é o que permite nossa compreensão desses discursos católicos posteriormente.

Intentamos verificar as concomitâncias desse campo religioso, objetivando entender algumas questões relativas ao campo católico-protestante. Para tanto, realizamos neste capítulo uma revisão bibliográfica sobre o assunto. Não podemos esquecer ou negar a presença e a atuação de inúmeras outras confissões religiosas nesse ínterim. Apesar de serem mencionados em nosso trabalho, não as tomamos em nossas reflexões, uma vez que não fazem parte do escopo de nossa pesquisa.

¹¹ Utilizaremos as designações “protestante” e “evangélico” como sinônimas. Isso se deve ao entendimento da raiz empregada pelos termos ainda no século XVI, na ambiência das Reformas Religiosas da Europa Ocidental, principalmente na origem alemã, em que se utilizava o termo evangélico para designar um protestante. Após a Paz de Westfália (1648), o termo “evangélico” já era utilizado para a nomeação tanto de protestantes calvinistas quanto luteranos (DREHER, 2002, p. 117). Não obstante, com “evangélico” não pretendemos aqui afirmar de forma excludente que apenas as igrejas protestantes seguem os Evangelhos (Bíblia), o que poderia nos sugerir a utilização literal da expressão, mas empregar um termo que é ampla e comumente utilizado em pesquisas da área, bem como pela população em geral.

1.1 O Campo religioso brasileiro: olhares para o subcampo cristão

Tomamos aqui as discussões dos conceitos de campo e de agentes religiosos de Pierre Bourdieu (2015), além de ponderações de Sanchis (1995) que analisa o campo do crer no Brasil. Iniciamos considerando que um campo é um espaço de forças, no qual agentes disputam e buscam a sua total dominação. A constituição de um campo religioso está atrelada ao processo de

desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que transformam por essa razão em *leigos* (ou *profanos*, no duplo sentido do termo) destituídos de *capital religioso* (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal (BOURDIEU, 2015, p. 39).

Esse campo é tensionado pelas relações de poder que nele são exercidas pelos agentes religiosos, inicialmente para com os leigos, mas também dentre seus pares. Entre si, esses agentes, que são o corpo de especialistas (padres, pastores, médiuns, rabinos, monges, ialorixás, etc.), têm em vista ampliar sua influência no campo para garantir o seu monopólio. No caso brasileiro, sacerdotes do clero católico romano empreenderam, desde a época da colonização, estratégias para manter, expandir e consolidar o domínio católico no país, inclusive buscando influenciar outros campos e não somente o religioso.

Um campo (microcosmo) deve ser entendido nas suas interrelações com o todo (macrocosmo), como um espaço inserido numa realidade maior, global. Nunca é um campo isolado ou autônomo, apesar de possuir uma autonomia relativa e dinâmicas de funcionamento próprias que o constituem enquanto tal (BOURDIEU, 2015, p. 59). Assim, entendemos que o campo religioso está em constante relação com outros campos, como o da política, da economia, da cultura, da filosofia, das artes, dos intelectuais, das mídias, entre outros (LAHIRE, 2017, p. 65).

Não podemos negligenciar que Bourdieu também destacou em seus estudos a desagregação da fronteira desse campo religioso e, nesse sentido, diversos outros agentes emergiram no cenário com uma função de produtores de outras cosmovisões e também na cura dos corpos e das almas. Entre eles, entendemos que médicos, educadores físicos (ligados ao trabalho com expressões corporais), mestres em esportes orientais (judô, jiu-jitsu, muay thai, entre outros), psicólogos, psicanalistas, sexólogos, conselheiros de vida, assistentes sociais, entre outros assumiram agência nesse campo, ampliando as noções daquilo que é

religioso e das trocas entre ciência e crença religiosa, uma vez que vários sujeitos transitam entre esses espaços (BOURDIEU, 2004, p. 121-123).

O funcionamento do campo religioso foi ponderado por Sanchis (1995, p. 81) ao refletir sobre o caráter de sua dinamicidade no que se refere ao cenário brasileiro. Para o autor

um campo religioso constrói-se e reconstrói-se constantemente nas reações entremeadas das instituições, dos grupos, quase-grupos e indivíduos, diante do jorro dos acontecimentos. Neste sentido, é a sua atual dinâmica que é decisiva. Mas tais atores não estão soltos no espaço-tempo: suas relações, já criadas na e pela história, tendem a pré-moldar hoje as suas reações. E quanto aos acontecimentos, eles não emergem num vazio de fatos, de trações e lembranças de fatos, de produtos anteriores.

Dessa maneira, entendendo que esse é um campo de constantes ações e reações, de embates e confrontos, de fronteiras porosas e voláteis, precisamos ainda ressaltar a pluralidade da conjuntura religiosa brasileira. Desde as numerosas crenças das várias nações indígenas que já dominavam a região, o catolicismo ibérico que acompanhou o colonizador, o judaísmo e os “cristãos novos”, os protestantes das mais diferentes denominações, as crenças dos africanos para cá trazidos, os espíritas do final do século XIX e outros tantos grupos e instituições evidenciam um pouco dessa diversidade religiosa. Salientamos que essa pluralidade foi levada em conta, em diversos momentos, quando as igrejas católica e protestantes pensaram sua atuação e inserção no país, principalmente no que concerne às suas atividades proselitistas.

Dado que a luta pelo monopólio de produção dos bens sagrados é uma das marcas do campo religioso, indagamo-nos a respeito de como o catolicismo se portou diante dos novos movimentos e representantes religiosos que foram se inserindo no país. No caso desta pesquisa, os evangélicos.

Por meio da concepção da ICAR sobre o *outro*, dois pontos são relevantes para a análise das relações e ações do catolicismo romano na esfera religiosa do Brasil. Conforme considerado por Bourdieu (2015, p. 58, grifo do autor),

na medida em que consegue impor o reconhecimento de seu monopólio (*extra ecclesiam nulla salus*¹²) e também porque pretende perpetuar-se, a Igreja tende a impedir de maneira mais ou menos rigorosa a entrada no mercado de novas empresas de salvação (como por exemplo as seitas, e todas as formas de comunidade religiosa independentes), bem como a busca individual de salvação.

¹² “Fora da Igreja não há salvação”. Tradução livre. Máxima católica que defende a exclusividade da Igreja Católica Apostólica Romana na salvação do gênero humano.

Além disso, devemos compreender que a Igreja Católica, nesse contexto, sofreu com as forças externas, que consistiam tanto em relação aos “interesses religiosos dos diferentes grupos ou classes de leigos capazes de impor à Igreja *concessões e compromissos* mais ou menos importantes”, quanto “à concorrência do profeta¹³ (ou da seita) e do feiticeiro que, ao mobilizarem estas virtualidades heréticas, enfraquecem na mesma medida o poder de coerção da Igreja” (BOURDIEU, 2015, p. 66).

Durante o século XX, várias foram as “forças externas” que se contrapuseram ao catolicismo romano no Brasil. Para além das igrejas protestantes que foram se instalando e outras que aqui se formaram, tivemos a atuação dos grupos espíritas, presentes já desde o século anterior, as crenças afro-brasileiras em suas diversas manifestações. A estes se somaram muçulmanos, judeus, esoteristas, religiões orientais e demais confissões de fé que pluralizavam cada vez mais a já complexa realidade religiosa brasileira, que nunca fora *una*, mas sempre plural. Por essa lógica, é possível dar inteligibilidade às ações católicas e protestantes, com enfoque na metade do século XX no Brasil, marcada por momentos de muitas transformações em diversos âmbitos.

1.2 Novas configurações do catolicismo: a consolidação num Estado que se quer laico

Com a instauração da República dos Estados Unidos do Brasil a partir do golpe instaurado em 15 de novembro de 1889, uma das mudanças mais significativas trazidas para o campo religioso brasileiro foi o projeto de laicidade, bandeira esta defendida ainda pelo Partido Republicano (PR)¹⁴ desde sua fundação no país (1870). Com o decreto 119-A, publicado em menos de dois meses da instalação da nova forma de governo, de 7 de janeiro de 1890, ficou estabelecido que

¹³ Bourdieu parte dos tipos ideais de Max Weber e propõe três categorias de agentes religiosos: sacerdote, profeta e mago (feiticeiro). O sacerdote é o agente ligado à religião institucional, estabelecida com seus ritos e símbolos, dotada esta de carisma próprio que é conferida aos sacerdotes que nela atua. Por sua vez o profeta é um agente religioso, geralmente que desponta em momentos de crise, e produz um novo discurso ou prática religiosa. Seu carisma é um dos legitimadores de sua autoridade ante os leigos e tende a criar uma nova seita (que a partir da burocratização da mesma vem a tornar-se uma igreja – religião institucional). Por fim, o mago ou feiticeiro é um agente religioso autônomo que, através de bens simbólicos já produzidos, atende os interesses de forma utilitária daqueles que o procuram. Não possui vínculo com uma igreja ou seita e é combatido tanto por profetas quanto por sacerdotes (OLIVEIRA, 2011, p. 187-188).

¹⁴ O Partido Republicano (PR) foi um partido defensor dos ideais de uma república, criado durante o Império no Brasil e participou de importantes discussões dos anos finais do período imperial no Brasil, pós 1870. Para saber mais, vem em: RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Republicano Paulista (PRP). In: ABREU, Alzira Alves de. et.al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001 p. 4368-4374.

Art. 1º E' prohibido a autoridade federal, assim como a dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados a custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas. Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto. Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico. Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas.¹⁵

No ano seguinte, com a nova Constituição, assegurou-se no artigo 72º e parágrafo 3º que todas as confissões religiosas poderiam exercer de forma pública e livre o seu culto, associar-se para esse propósito e adquirir bens. Isso representou algumas questões importantes: ao se extinguir o regime do padroado¹⁶ permitiu-se à própria ICAR a sua gestão em território nacional, ao passo que agora ela se tornava responsável pelo sustento de toda sua estrutura, seja física ou de clérigos, ao passo que maior liberdade foi concedida não somente às igrejas protestantes, mas também às demais confissões religiosas de manifestarem e exercerem publicamente sua fé.

Nesse período de transição do Império para a República, verificamos transformações significativas para a realidade religiosa brasileira. Do lado católico, a historiografia é vasta em enumerar os benefícios vivenciados pela libertação dos domínios estatal. A Igreja Católica

logrou êxito considerável em múltiplas frentes de atuação: estabilizou as fontes de receita e recuperou o patrimônio imobiliário, reconstruiu e “modernizou” as casas de formação e seminários, dinamizou em larga escala sua presença territorial, “moralizou”, profissionalizou e ampliou os quadros de pessoal – ainda que para tanto tivesse que apelar à importação maciça de mão de obra religiosa -, diversificou a rede de serviços escolares, que passou praticamente a monopolizar, celebrou alianças com facções oligárquicas estaduais... em suma a Igreja Católica viabilizou-se como empreendimento religioso e organização burocrática. (MICELI, 2009, p. 161)

¹⁵ Publicamos parte do decreto, que possui ao todo sete artigos. O mesmo encontra-se disponível na íntegra em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 8 jan. 2018.

¹⁶Com o regime do padroado, concedido pela Santa Sé às coroas ibéricas, os sacerdotes católicos estavam sob a autoridade estatal, ou seja, a Coroa detinha poderes administrativos, jurídicos e financeiros sobre a ICAR no seu território. Conforme Miceli (2009, p. 23), “a criação de paróquias e circunscrições, a realização de concursos e o posterior provimento de cargos e prebendas eclesiásticos, a divulgação de documentos e diretrizes pontifícios, a indicação dos bispos e a concessão de quaisquer poderes na hierarquia eclesiástica, em suma quase todas as matérias envolvendo as atividades da Igreja estavam sujeitas ao crivo das autoridades públicas. Por conseguinte, os padres, bispos e demais religiosos, funcionários do Estado, subvencionados por este, atuavam também nos registros de batismo (nascimento), casamento e óbito, bem como na atuação enquanto capelães, na educação e saúde”.

Entre os anos de 1880 e 1930, mais de 30 ordens católicas masculinas estrangeiras chegaram ao país, ao lado de 96 ordens femininas, elevando o número de freiras de 286 (1872) para 8.826 (1935), o que significou um aumento exponencial no número de agentes católicos para esse novo período (SERBIN, 2008, p. 95-96).

Muitas transformações estavam diretamente relacionadas ao que se exigia por parte da Santa Sé quanto a mudanças que eram necessárias na igreja brasileira. O episcopado nacional precisava atentar para, pelo menos, nove pontos, conforme as orientações enviadas pelo Cardeal Mariano Rampolla Del Tindaro (secretário de Estado da Santa Sé do Papa Leão XXIII entre 1897-1903), que consistiam: na unidade entre os bispos; na reforma do clero, bem como das congregações e ordens religiosas no país; no controle de confrarias e irmandades; no desenvolvimento da ação missionária no interior brasileiro; na introdução de devoções europeias, com destaque para o Sagrado Coração de Jesus e a Sagrada Família; na intensificação da catequese; na criação de novas dioceses e a busca por novos meios de arrecadação de recursos financeiros (AQUINO, 2012, p. 153-154).

Em 1892, Leão XXIII, por meio da bula *Ad universas orbis Ecclesias*, criou as dioceses de Amazonas, Curitiba, Niterói e Paraíba, elevou o Rio de Janeiro à Arquidiocese e dividiu o país em duas Províncias Eclesiásticas, uma com sede em Salvador e a outra no Rio de Janeiro. Em 1905, Pio X nomeou o arcebispo D. Joaquim Arcoverde (Rio de Janeiro) cardeal, tornando-se o primeiro latino-americano a se tornar um “príncipe da igreja” (AQUINO, 2012, p. 156-158). Assim, percebemos que a tentativa era de assegurar e ampliar sua presença no território, seja diante da presença de outras matrizes do campo religioso quanto de outros grupos que poderiam ocupar espaços que eram da ICAR, como na saúde e na educação.

Nesse processo conhecido como diocesanização do catolicismo, 56 novas dioceses foram criadas até 1930, sem contar as 18 prelazias¹⁷ e as três prefeituras apostólicas, com destaque para a concentração de 72% destas nas regiões sul e sudeste do Brasil. Esse intento consistia na expansão territorial do catolicismo e foi tomado como a estratégia “basilar da reforma ultramontana¹⁸ do catolicismo e na renovação da presença da ICAR na sociedade” (AQUINO, 2012, p. 161-162).

¹⁷Circunscrição eclesiástica criada com o objetivo de atender as necessidades de cunho religioso de um grupo de pessoas ou certo território.

¹⁸Corrente que atribui ao papa um “excepcional papel na direção da fé e no comportamento humano” (AZEVEDO, 2002, p. 357), reforçando a autoridade papal sobre a Igreja. O ultramontanismo consiste no alinhamento às diretrizes do Vaticano. Esta ortodoxia romana é marcada por um caráter evangelizador do catolicismo, no qual ressalta a “importância da catequese, da liturgia e ressalta-se o sentido da tradição. É essa tradição que indica que a Igreja é portadora de uma missão essencialmente religiosa” (ESQUIVEL, 2013, p. 71).

O cenário que se configurou para o catolicismo brasileiro estava marcado por um processo de consolidação institucional e pela adoção de medidas ortodoxas. Essa nova conjuntura permitiu o crescimento da ICAR também na imprensa, em escolas, em partidos políticos e em organizações sindicais.

O processo de romanização¹⁹ consistiu numa “europeização” da vida religiosa católica realizada pelo aparelho eclesiástico da ICAR efetivado a partir das associações religiosas, capelas, paróquias, dioceses (TABRAJ, 1997, p. 572).

Diversas publicações, como jornais diários, revistas diocesanas mensais, boletins, publicações de documentos e outros foram utilizados como meio de expandir sua presença e atuação no território nacional (MICELI, 2009, p.155), ao passo que também servia de meio de (in)formação de diversos seminaristas do país (SERBIN, 2008, p. 121).

Nesse âmbito, a ICAR enfrentou alguns imbróglios, tanto dentro quanto fora de suas fronteiras. Internamente, deparou-se com os movimentos em torno do Padre Cícero (1889 em diante), de Antônio Conselheiro e Canudos (1896-1897) e da Guerra do Contestado (1912-1916)²⁰. Identificadas suas heterogeneidades, esses movimentos possuíam em comum a rejeição por parte da instituição, sendo mal vistos pelo alto clero, afastando assim aquilo que denominavam de “catolicismo popular”²¹ de dentro da ICAR.

Externamente, muitos membros da classe operária nascente aproximaram-se de grupos socialistas, anarquistas, sindicalistas que possuíam, em muitos casos, visões anticlericais, distanciando muitos trabalhadores do raio de influência da Igreja. Lembramos também que, ainda em 1891, na encíclica *Rerum Novarum*, o Papa Leão XIII condenou o socialismo, prática ratificada pelos seus sucessores Pio XI, com a encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), e por Pio XII. Verificamos aqui como o campo religioso está atrelado a outros campos e como, neste caso, o subcampo do catolicismo brasileiro teve de lidar não somente com os seus opositores do campo religioso, mas também das outras esferas que estão interrelacionadas.

O mesmo indica também a defesa da fé ortodoxa e a expansão da cosmovisão católica (ZANOTTO, 2012, p. 193).

¹⁹Sobre romanização concordamos com Tabraj (1997, p. 572) ao assegurar que “o processo de romanização acontece unilateralmente, de cima para baixo. A Santa Sé dita as regras e todos os religiosos sujeitos a ela obedecem, inclusive com violência e descaso da massa popular brasileira, especificamente dos movimentos messiânicos, praticantes de romarias.”

²⁰ Torna-se pertinente destacar que estes movimentos foram perseguidos e combatidos também pelo Estado brasileiro, no caso de Canudos e Contestado, com a utilização do exército brasileiro, dada a amplitude e repercussão desses acontecimentos em nível nacional.

²¹ Entendido como um “conjunto de crenças religiosas tradicionais e de práticas desenvolvidas fora da Igreja institucional” (MAINWARING, 1989, p.30), marcado pelo sincretismo e diversidade de práticas, ritos e símbolos.

Ainda sobre a *Rerum Novarum*, Bastian (2006, p. 42) defendeu que ela representou, em nível latinoamericano, uma mudança de uma postura defensiva para ofensiva tentando reconquistar os espaços que foram perdidos na sociedade, e para isso, a criação de “redes nuevas de escuelas católicas, de una prensa católica, de alianzas políticas que pasaron por la creación de movimientos católicos y por supuesto, a través de los concordatos que el Vaticano mismo pudo concretar con los diferentes regímenes políticos en la región”.

Apesar de o quadro ser de expansão de sua atuação e influência sobre a sociedade, em 1916, Dom Sebastião Leme publicou uma carta pastoral na qual o arcebispo de Recife e Olinda chamava a atenção para a “fragilidade da Igreja institucional, as deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres e o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua depauperada situação financeira” (MAINWARING, 1989, p. 42). A comparação feita entre 1872 e 1920 mostrava que, na primeira data, havia 2.363 padres no país, o que conferia 4.279 habitantes por padre. Em 1920, apesar de o número de padres ter quase triplicado, chegando a 6.056, a relação para cada habitante subiu para 5.059 (SERBIN, 2008, p. 128). Para Dom Sebastião Leme, a solução estava no desenvolvimento de grupos de intelectuais católicos com a finalidade de alinhamento das práticas religiosas do “catolicismo popular” ao catolicismo romanizado. O objetivo também consistia em que a influência dos intelectuais não ficasse restrita aos meios católicos, mas que repercutisse nas diversas camadas da sociedade, inclusive na política.

Os seminários, enquanto centros de formação para novos clérigos no país foram incentivados como forma de superar a realidade deficitária do clero, ao lado da importação de sacerdotes de ordens estrangeiras. Entre os anos de 1880 e 1930, foram criados 93 novos seminários no Brasil, com destaque para a década de 1920, com a fundação de 49 destes (SERBIN, 2008, p. 109).

Nesse âmbito, não podemos deixar de lado as figuras de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Dom Sebastião Leme. Esses e outros intelectuais católicos buscaram mobilizar a população por uma militância de defesa da Igreja e de seus interesses na sociedade (BEOZZO, 2007, p. 347). O Centro Dom Vital (CDV)²², uma associação civil que

²² Nome em homenagem a Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, que juntamente com Dom Macedo Costa (Pará), envolveu-se na chamada “Questão Religiosa” (1870), como ficou denominado o conflito envolvendo o Estado brasileiro, setores da ICAR e a Maçonaria ainda no período imperial. As hostilidades que levaram à prisão dos bispos, por entenderem, em conformidade com a Santa Sé, que católicos não podiam ser maçons, está relacionada à presença da Maçonaria dentro da Igreja Católica, colocando de um lado republicanos e maçons (inclusive diversos sacerdotes católicos e o próprio D. Pedro II) e de outro os católicos ultramontanos. A questão persistiu até a proclamação da república em 1889 e desgastou as relações Igreja-Estado no período.

visava a discussão, o estudo e o apostolado leigo, criado em maio de 1922 por Figueiredo com a colaboração de Dom Leme, constituiu-se como o principal centro intelectual do catolicismo no país (KORNIS, 2001, p. 1312).

A criação da revista *A Ordem*, importante publicação do grupo de conservadores católicos, se mostrava como canal de veiculação dessas ideias. Nos exemplares da revista dos anos 1920 e 1930, a condenação dos pensamentos de esquerda era uma constante. O objetivo preconizado, para além do combate às doutrinas contrárias a ICAR, consistia na propagação do projeto de recatolicização da sociedade atrelado ao momento político nacional. Nesse sentido, o periódico tornou-se um “porta-voz dos intelectuais empenhados em restabelecer o poder do clero nas decisões do Estado nacional” (MOURA, 2012, p. 33).

Jackson de Figueiredo, intelectual brasileiro, ateu convertido ao catolicismo tinha como preocupação fundamental a ação política do catolicismo. Para Lima (apud BOSI, 2006, p. 369), foi a partir da conversão de Figueiredo que “houve um surto crescente de expansão do catolicismo entre as elites intelectuais, como até então nunca houve em qualquer momento de nossa história”. Sua conversão e atuação foram em muito influenciadas por Dom Leme.

Depois de sua morte, as atividades do CDV foram dirigidas por Amoroso Lima, que tinha se convertido ao catolicismo em 1928, através de Figueiredo, e teve significativa atuação na sociedade civil, desde jornalista e escritor a político e deputado constituinte. Difundiu o pensamento de diversos autores internacionais católicos no país e marcou uma militância intelectualizada em prol da ICAR (SILVA, 2008, p. 558-559). Em sua gestão, Amoroso Lima viabilizou a difusão do CDV em filiais pelo país, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Aracajú, São João Del Rey, Belo Horizonte, Salvador, Juiz de Fora, Porto Alegre, Fortaleza e Itajubá (MG) (ARDUINI, 2012, p. 53), ao passo que alavancou a circulação da revista *A Ordem*, chegando a 1.500 assinaturas no ano de 1934 (ARDUINI, 2012, p. 53).

Entendemos que a mobilização do laicato foi estimulada pela Encíclica *Ubi Arcano Dei* (dezembro de 1922), na qual o Papa Pio XI recomendava a criação da Ação Católica, uma associação de leigos sob a orientação do clero com a proposta de cristianizar o mundo, dada a situação que o catolicismo se encontrava em muitos países (KORNIS, 2001, p. 23-24).

No que concerne a essa atuação da ICAR em relação aos intelectuais, devemos discernir que a compreensão vigente dentro do catolicismo vinculava a agência destes enquanto produtores e difusores culturais. Esse ponto era entendido como urgente e necessário para a recatolicização da sociedade, no sentido de expandir a hegemonia católica

também sobre os outros campos e não somente o religioso. Sendo assim, os pensadores católicos que se destacaram durante as primeiras décadas do século XX “derivam desse empreendimento, mas também de uma série de conversões instigadas pela reação católica, pela mobilização confessional e pelo discurso que lhe deu sustentação: a defesa da religião como aporte para a melhoria sociopolítica e cultural do país” (ZANOTTO, 2012, p. 192).

Podemos perceber, nesse período, uma ICAR que começava a se estruturar para expansão e atuação de forma mais incisiva e marcante sobre os católicos, buscando um catolicismo cada vez mais ortodoxo, romanizado, intelectual. Compreendemos, juntamente com Bossi (2006, p. 357), que a realidade brasileira posta até os anos de 1930 era de uma Igreja que se limitava à

distribuição dos sacramentos e à pregação dominical. O elevado número de padres estrangeiros não é molde a favorecer uma superação da distância, a que já se aludiu, entre camadas populares e clero. Os movimentos de renovação que, a partir da Europa, começam timidamente a penetrar no país durante a década de 20 (apostolado leigo, movimento bíblico, movimento litúrgico) começarão a dar seus frutos nas décadas seguintes, sobretudo nos centro urbanos. Encastelada em suas posições adquiridas, prestigiada pelo poder, divorciada do catolicismo popular, vinculada ideologicamente à centralização romana e aos favores do Estado, a Igreja Católica no Brasil, em torno de 1930, não parece preparada para enfrentar com êxito as transformações sociais, políticas e econômicas que se anunciam.

Somam-se a esse cenário a formação ainda precária dos sacerdotes católicos em território nacional e a falta de agentes, que deixavam paróquias à mercê sem qualquer assistência religiosa por longos períodos. As práticas e devoções ainda estavam muito longe das pretendidas pela Santa Sé. Dentre os veículos da imprensa confessional, a imprensa católica ainda se apresentava frágil frente aos concorrentes do mercado religioso (SILVA, 2008, p. 548). Outras ainda eram as questões que preocupavam a ICAR em suas fronteiras. Maçonaria, espiritismo, anarquismo, comunismo, protestantismos e outros *ismos* vinham assolando a “barca de São Pedro”.

1.3 A presença protestante nas terras brasileiras: inserção, expansão e atuação das igrejas evangélicas

Os protestantes chegaram ao país de forma definitiva²³ durante o período Imperial (1822-1889). Desde a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, decretada por Dom João VI em 1808, marinheiros e comerciantes ingleses anglicanos tiveram uma presença concreta no território (SILVA, 2007, p. 127). Em 1824, com a vinda de imigrantes germânicos para o Brasil, luteranos estabeleceram-se principalmente no sul do país. Posteriormente, articulados à perspectiva da Doutrina Monroe²⁴ (1823) – *América para os americanos* – diversos pastores protestantes estadunidenses vieram ao Brasil como missionários²⁵, dentre eles batistas, metodistas, congregacionais, presbiterianos, episcopais; realidade esta vivenciada não somente no Brasil, mas também em toda a América Latina de uma forma geral. Acerca desse período, Bastian (2006, p. 39) pontuou que os protestantes

han estado presentes mas bien como interrogación desde el periodo colonial, y esto en particular porque la sociedad colonial latinoamericana se construyó en enlace con el movimiento de contrarreforma católica. Esto explica porqué el protestantismo aunque presente a través de libros y de corsarios ha sido reprimido desde el inicio de la Colonia, en particular a través de la Inquisición. Por lo tanto fue sólo a partir del siglo XIX y el comienzo de las independencias que empezó a dibujarse la posibilidad de otorgar una cierta tolerancia religiosa para los extranjeros radicados en la región. Eso dio lugar a la aparición de algunas manifestaciones religiosas protestantes que quedaron restringidas a las poblaciones de comerciantes y de artesanos o de técnicos que vinieron con las compañías norteamericanas, inglesas o alemanas.

²³Antes disso tivemos a presença de huguenotes (franceses calvinistas) entre 1557-1558 na “França Antártica” e a presença da Igreja Reformada da Holanda entre 1630-1654 no chamado “Brasil Holandês”. Segundo Matos (2016) foram criadas neste período 22 igrejas e congregações nos atuais estados de Pernambuco e Paraíba. Entretanto, a execução dos pastores huguenotes em 1558 e o fim do domínio holandês no atual nordeste brasileiro inviabilizaram a continuidade momentânea dos projetos de expansão protestantes no Brasil.

²⁴A Doutrina Monroe foi o nome dado a política implementada pelo presidente estadunidense James Monroe em dezembro de 1823. A proposta visava ampliar a influência dos EUA no continente americano em contraposição à influência das potências europeias colonialistas.

²⁵Muito dessa característica missionário-evangelística está atrelada ao “Segundo Grande Despertamento”, um avivamento das igrejas estadunidenses. A esse respeito considerou Matos (2014, p.02) que “além do notável crescimento das igrejas, um dos frutos mais valiosos e duradouros do Segundo Grande Despertamento (1800) foi o surgimento de um grande número de movimentos de natureza religiosa e social, as ‘sociedades voluntárias’. Essas organizações estavam voltadas para causas como educação religiosa, abolicionismo, temperança, distribuição das Escrituras e, acima de tudo, missões nacionais e estrangeiras. Alguns exemplos marcantes, por ordem cronológica de fundação, são os seguintes: Junta Americana de Missões Estrangeiras (1810), Sociedade Bíblica Americana (1816), União Americana de Escolas Dominicais (1824), Sociedade Americana de Tratados (1825), Sociedade Americana de Educação (1826), Sociedade Americana para a Promoção da Temperança (1826) e Sociedade Americana de Missões Nacionais (1826). O Segundo Grande Despertamento contribuiu decisivamente para o movimento missionário do século XIX, que levou a mensagem evangélica e instituições evangélicas (igrejas, escolas, hospitais) a todas as regiões da terra, inclusive o Brasil”.

Dada a pluralidade e ramificação dos protestantismos, torna-se necessário definirmos o que estamos entendendo por essa classificação. O protestantismo é atualmente uma das três ramificações mais expressivas do cristianismo (ao lado do catolicismo romano e do catolicismo ortodoxo) e está vinculado diretamente às Reformas Religiosas²⁶ do séc. XVI na Europa Ocidental, principalmente a luterana, a calvinista, a anglicana e a anabatista. Essas são igrejas cristãs que buscavam vivenciar uma prática parecida com as registradas na Bíblia, a partir das suas leituras do texto. Compreendemos, seguindo Delumeau, que o protestantismo possui três doutrinas fundamentais, a saber: a justificação pela fé, o sacerdócio universal de todo cristão e a infalibilidade da Bíblia Sagrada (DELUMEAU, 1989, p. 59).

Essas crenças são uma síntese dos chamados cinco *solas* da Reforma Protestante: *Sola Scriptura* (somente a Escritura – Bíblia com 66 livros), *Solus Christus* (somente Cristo), *Sola Gratia* (somente a graça), *Sola Fide* (somente a fé), e *Soli Deo Gloria* (glória somente a Deus), que se constituíram nos alicerces teológicos dessas novas igrejas. Esses pressupostos, que se configuraram nas principais declarações de fé das igrejas nascentes, expressavam contraposições a dogmas católicos, uma vez que ao afirmar *Solus Christus* e *Soli Deo Gloria* opõem-se às pretensões humanas e institucionais quanto ao fato de erigir-se um mediador da fé. *Sola Scriptura* contrapõe a autoridade da tradição, dos concílios, da hierarquia, ao passo que *Sola Gratia* antagoniza com o entendimento da realização de obras de caridade para a salvação, como defendida pela ICAR. Por fim, *Sola Fide* apresenta a necessidade de uma relação com Deus sem o cumprimento de princípios eclesiásticos para tal (BOST, 2016, p. 1430). Dessa forma, os 5 *Solas* carregam em si a característica de emergência dessas novas igrejas, a saber, o anticatolicismo, como meio de existir e de se afirmar ante à ICAR e a sua influência.

O protestantismo não é configurado por uma igreja, mas sim por uma diversidade de denominações que não possuem necessariamente uma comunhão total, mas sim nos pontos doutrinários expostos, podendo haver diferenças quanto à forma de salvação (monergista, sinergista), de batismo (imersão, aspersão, afusão, pedobatismo), de contribuição, de liturgia, de governo, de sacerdócio, dentre outras doutrinas. Por isso, preferimos a expressão no plural: protestantismos.

²⁶ Entendemos por Reformas Religiosas às mudanças pelas quais a cristandade ocidental passou na transição do período medieval à modernidade. Movimentos que buscaram repensar, reformar, o modelo de igreja e cristianismo vigente levaram a diversas transformações no cristianismo, trazendo novas formas de relação com o sagrado, liturgias, doutrinas e etc. Para saber mais, ver em: DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 59.

No que se refere aos protestantismos latino-americanos, podemos distinguir, a partir de Dreher (2002), pelo menos cinco tipos, verificados também para a realidade brasileira. Eles se deram pela sequência de sua inserção no continente. Inicialmente, tivemos o “protestantismo de imigração”, representado a princípio por comerciantes anglicanos, mas seguidos em 1824 com os luteranos que chegaram ao Brasil. Outras comunidades étnicas menores também vieram, como batistas, valdenses e menonitas (DREHER, 2002, p. 120). Essas comunidades religiosas apenas acompanharam seus fiéis, imigrantes vindos como mão de obra colonizadora.

O segundo tipo é o “protestantismo de missão”, representado pelos grupos protestantes, principalmente estadunidenses, que chegaram entre os anos de 1835-1859 com intuito proselitista ao país. Alguns desses são os metodistas, batistas, adventistas²⁷, presbiterianos, episcopais e congregacionais (DREHER, 2002, p. 120).

O “pentecostalismo” trazido, em 1910, ao Brasil e Chile designa o terceiro tipo do protestantismo, representado no país pelas igrejas Congregação Cristã no Brasil (CCB) e Assembleia de Deus (IEAD), inicialmente. Também chegou com imigrantes que tiveram contato com esta doutrina nos Estados Unidos e apresentam-se com intuito proselitista, alcançando principalmente as camadas mais baixas da população, dando a esses sujeitos espaço de atuação nessas novas comunidades (DREHER, 2002, p. 120-121). O pentecostalismo também atingiu as igrejas dos protestantismos anteriores, já consolidadas no país, dando origem as chamadas “igrejas renovadas” na segunda metade do século XX.

O “neopentecostalismo”, apresentado no final da década de 1970, com centralidade na teologia da prosperidade, exorcismos, confissão positiva e cura divina, é o quarto tipo de protestantismo e tem na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)²⁸ sua principal

²⁷ A Igreja Adventista do Sétimo Dia é a denominação que mais se tem resistência por parte das outras igrejas protestantes em sua aceitação enquanto igreja evangélica, devido às suas práticas e doutrinas que são tidas como heréticas pelos demais protestantes, tais como: guarda do sábado enquanto dia santificado, ter já definido duas vezes a data da volta de Cristo (ambas as previsões, feitas no séc. XIX), dieta alimentar restritiva, Satanás como bode expiatório. Somam-se a isso os escritos da profetisa Ellen G. White (1827-1915) que são tomados em caráter de autoridade quase canônica, bem como vários preceitos sistematizados por ela (guarda do sábado, por exemplo), são tomados como requisitos para a salvação, o que contraria o princípio protestante da salvação pela fé e graça e a suficiência da Bíblia. Diante disso, não compreendemos que os adventistas façam parte doutrinariamente das igrejas protestantes, entretanto, devido à boa parte da historiografia inseri-los como tal, e as similaridades com as demais igrejas evangélicas, não o desprezaremos em nossa análise nos discursos do catolicismo sobre as igrejas protestantes, visto que em muitos discursos católicos na REB eles foram mobilizados e agrupados juntamente com as igrejas protestantes. Esta questão possui muitos imbróglis e não é nosso objetivo discuti-los aqui em sua complexidade.

²⁸ Fundada por Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares (R. R. Soares) no ano de 1977 na cidade Rio de Janeiro, ambos convertidos na Igreja Pentecostal de Nova Vida. As marcas da IURD são as curas, exorcismos, a teologia da prosperidade e o confronto com as religiões afro-brasileiras. Para saber mais, ver em: MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

representante, ao lado da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) e Igreja Apostólica Renascer em Cristo (IARC).

Já a “transconfessionalidade” protestante, quinto tipo de protestantismo, está vinculada a grupos de dissidentes do protestantismo histórico (de missão e imigração), que de caráter agora interdenominacional se lançaram em direção a projetos missionários e evangelísticos (buscando inclusive uma “reevangelização” dos já evangélicos, uma vez que preconizam novas formas de manifestação e compreensão da fé), quanto a grupos que aderiram a Teologia da Libertação ou a concepções semelhantes (DREHER, 2002, p. 121). Estes dois últimos tipos não tocam no recorte de nossa pesquisa que abrange até o início da década de 1970. Quanto aos demais tipos, retornaremos na sequência.

Alencar (2005, p.18), ao considerar as características gerais daquilo que ele entendeu por *Protestantismo Tupiniquim* ponderou que uma de suas marcas é o ser anticatólico. A esse respeito, tomando vários outros autores para essa discussão, asseverou que

pode parecer um reducionismo, mas a religião de Lutero se estabelece aqui como contraponto ao Vaticano e, nesses dois séculos de presença, foi sempre uma tentativa de negação da cultura ibero-católica. Historicamente, a partir do protestantismo de emigração até hoje, o grande desafio é furar o bloqueio da hegemonia católica, ou seja, afirmar algo diferente da sociedade brasileira. Acrescente-se, ainda que, 70% dos convertidos vêm do mundo católico (Fernandes, 1998). A Igreja Católica é a “maior doadora” ao mundo evangélico (Almeida, 2003). Rubem Alves (1979) diz que é a partir desta luta/inimigo que o protestantismo se define no Brasil.

Nesse sentido, podemos perceber que o anticatolicismo, tão frisado pelos autores e que aqui consideramos, é resultante da realidade religiosa e dos conflitos estabelecidos ao se pretender a ampliação ou manutenção do domínio sobre o espaço do sagrado. Como os protestantes crescem, principalmente, a partir da adesão de pessoas que estavam vinculadas ao catolicismo, o anticatolicismo mostra-se também como meio de existência num contexto de acirrado proselitismo entre as matrizes cristãs, não só no Brasil, mas também na América Latina.

Postas essas questões, voltamo-nos para a atuação das IPs durante o período, simultâneo às considerações que tecemos em relação ao catolicismo. Nesse cenário, as igrejas do protestantismo histórico já estavam estabelecidas e as pentecostais se estabeleceram. Superados alguns dos diversos obstáculos sofridos durante o período imperial²⁹, como cultos

²⁹ Mesmo após a instauração da República, atos de violência ainda foram registrados, porém em menor número. Listamos aqui alguns casos registrados por Léonard: como a expulsão de um pastor da cidade de Embaú (SP) em

vilipendiados, agressões e depredação de casas-culto, perseguição religiosa, dentre outras, as igrejas protestantes também se beneficiaram com o estabelecimento de uma República que se queria laica. Dentre as características dessa ambiência, destacamos a inserção desses grupos pelas capitais, trazendo consigo valores estadunidenses, buscando alcançar as elites por meio do estabelecimento de escolas, muitas destas apoiadas por membros da maçonaria, espiritismo, liberais e ateus. O sucesso desses grupos aconteceu de fato com a evangelização e a colaboração de brasileiros nessas igrejas (DREHER, 2002, p. 130).

A utilização de Bíblias, literatura evangélica e até mesmo da imprensa periódica prosélita era recorrente para o alcance de novos fiéis. A necessidade de Bíblias para o trabalho missionário fomentou a criação da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e da Sociedade Bíblica Americana, atuando a primeira a partir de 1820 e a segunda de 1838 no Brasil. Com o intuito de otimizar os trabalhos de tradução, impressão e divulgação dos textos bíblicos, em 1948, as duas sociedades fundiram-se e deram origem à Sociedade Bíblica do Brasil (SBB)³⁰ (REILY, 2003, p. 76-88).

No que concerne às igrejas luteranas, essas ficavam mais circunscritas às zonas de influência dos teuto-brasileiros, concentrados principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, não expandindo sua fé para além de suas fronteiras étnicas e territoriais. Os episcopais³¹, de ação mais tímida se comparada com as demais IPs, concentraram-se no sul do país, uma vez que pela falta de pastores e recursos, havia deixado as regiões mais ao norte para a atuação dos presbiterianos (DREHER, 2002, p. 131).

O presbiterianismo no início do século XX foi marcado pela disputa interna que gerou uma nova igreja presbiteriana no país. A aceitação ou não da maçonaria dentro da instituição levou o grupo nacionalista e antimacônico a fundar a Igreja Presbiteriana Independente (IPI) em 1903, desmembrando-se da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), fundada em 1859. Apesar da divisão, o presbiterianismo teve êxito nas regiões cafeeiras de Minas Gerais e no estado de São Paulo (DREHER, 2002, p. 131-132).

1890, a tentativa de homicídio a dois pregadores metodistas em Ubá (MG) no ano de 1893, a prisão do Rev. Salomão Ginsburg (batista) no Rio de Janeiro (1894), agressões durante a prédica de um pastor em Pimenta (MG), o incêndio de um ponto de pregação batista em Nazaré (PE), 1895, entre outros, apontam como casos pelo país inteiro ainda mostravam um resquício das violências sofridas durante o período imperial, geralmente por civis, mas muitas vezes com conivência dos poderes estatais e da hierarquia católica (LÉONARD, 2002, P. 124).

³⁰ Em seu estatuto de 1948, delimitavam-se como os objetivos da SBB a promoção e intensificação “sem escopo lucrativo, a difusão das Escrituras Sagradas como meio de elevação moral, social e espiritual, atuando para tal na obra de “traduzir, revisar, publicar e distribuir as Escrituras Sagradas, com seus próprios meios e em cooperação com pessoas físicas ou jurídicas, bem como organizações cristãs, recomendadas pela diretoria” (REILY, 2003, p. 88-89).

³¹ Igreja de origem anglicana no Brasil que veio através dos EUA, fruto do processo de independência das Treze Colônias, quando se separou de sua igreja-mãe, na Inglaterra.

Outra igreja que se destacou foi a metodista, com sua ação centrada nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, ganhando em 1930 sua autonomia da igreja estadunidense, o que os direcionou principalmente no trabalho com o ensino, uma premissa wesleyana de que ao lado de cada igreja deveria se ter uma escola, mas que deve ser entendido também como forma de evangelizar por meio do ensino, o que estabeleceu diversas escolas e posteriormente instituições de ensino superior pelo país (DREHER, 2002, p. 131).

Ainda dentre as igrejas do protestantismo de missão, os batistas lançaram-se num esforço de alcançar todos os estados brasileiros, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde havia menor presença protestante (DREHER, 2002, p. 131). No ano de 1907, foi criada a Convenção Batista Brasileira com o intuito de promover a autonomia da igreja nacional (REILY, 2003, p.178). Ainda nesse contexto de inserção, a maioria das IPs contava com inúmeros obreiros estrangeiros, inclusive aportes financeiros para a viabilização de seus projetos (construção de igrejas, escolas, hospitais, seminários, imprensa, etc.), dentre as quais os batistas se destacaram como o segmento mais proselitista dos protestantismos.

Não podemos deixar de lado a inserção dos pentecostais neste cenário já plural de IPs. O pentecostalismo³² foi trazido ao Brasil na década de 1910. Inicialmente, com Luigi Francescon e seu irmão Giácomo Lombardi, na cidade de São Paulo (SP), e um ano depois com Daniel Berg e Gunnar Vingren em Belém (PA). Consequentemente, a primeira igreja pentecostal a ser estabelecida no país foi a Congregação Cristã no Brasil (CCB). Seus fundadores, de origem presbiteriana, pregaram, no início, nos EUA, na Argentina e no Paraná, antes de Francescon fundar a CCB em São Paulo (ARAÚJO, 2014b, p. 202).

Sua pregação, primeiramente, dirigiu-se ao núcleo de italianos da Igreja Presbiteriana do Brás de onde, por meio de uma cisão, saíram os primeiros membros para a fundação da CCB, inicialmente denominada de Igreja Pentecostal Italiana, juntamente com alguns metodistas, batistas e católicos. Seu núcleo de atuação destacou-se nas regiões de imigrantes italianos do sudeste brasileiro, com notoriedade para São Paulo e Paraná.

³² Compreendemos que os pentecostais são um ramo dentro do Protestantismo, que, tanto em sua teologia quanto na sua liturgia, acreditam na continuidade de dons sobrenaturais, espirituais (extracotidianos) relatados na Bíblia (com especial destaque aos Evangelhos, Atos dos Apóstolos e a Primeira Epístola de Paulo aos Coríntios) permanecendo estes ainda em vigor, e não tendo cessado no período do primeiro século, como acreditam os demais protestantes. Essa crença constata-se na prática da *glossolalia* – “línguas estranhas” –, nos dons de cura, profecia, exorcismos, sonhos, visões, milagres. A liturgia pentecostal também é marcada (com as devidas considerações em casa denominação) pela valorização da emoção em seus cânticos, orações e homilias. Em síntese, os credos das igrejas pentecostais são muito próximos ao Credo Apostólico (que remonta aos primeiros séculos da Era Cristã), adotado pelas igrejas protestantes. Os consideramos protestantes pois concordam com os princípios apontados neste trabalho, a partir de Delumeau (1989).

A segunda igreja pentecostal a atuar no Brasil foi a Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEAD). Em Belém, após uma cisão na igreja batista local que havia recebido os pastores Berg e Vingren, ocorreu a fundação, então em 1911, da IEAD³³.

A pregação das IEADs estava dirigida às camadas mais pobres da população, fator que impulsionou seu crescimento (ALENCAR, 2005, p.46), inclusive ao proporcionar a atuação de leigos nas comunidades, até mesmo em cargos de liderança, o que é uma marca do pentecostalismo. A sua expansão deveu-se, dentre inúmeros fatores, a agência dos fiéis no evangelismo pessoal ao divulgar a sua fé no seu círculo de convivência (ROLIM, 1985, p. 46).

À guisa de uma compreensão mais homogênea deste protestantismo brasileiro que se configurou, podemos listar algumas características já discutidas pela historiografia até o momento. Salientamos que tais características devem ser tomadas com ressalvas para cada contexto e denominação, mas que podem nos auxiliar numa compreensão mais geral das igrejas protestantes no país, como naquele contexto a

participação na vida da Igreja, testemunho público da fé; [...]; pratica a temperança: não bebe, não fuma, [...]; [no caso pentecostal] não [busca] transforma[r] a sociedade [entendido por um viés de projeto político], mas a condena por causa de seus vícios. É contra carnaval, baile e festa. [...]. A igreja é considerada espiritual, nada tendo a ver com este mundo; ao invés do caráter profético, surge nesse protestantismo o institucionalismo (DREHER, 2002, p. 131).

Isso posto, lembrando da máxima católica de que *extra ecclesiam, nulla salus*, os protestantes, por estarem fora e separados da ICAR, eram classificados pelos católicos como hereges e, por isso, ao lado dos constantes ataques protestantes ao catolicismo, buscando converter os fiéis católicos às suas igrejas, sofriam continuamente oposição no campo religioso brasileiro (REILY, 2003, p. 225).

Como expomos até aqui, tanto a ICAR quanto as IPs possuíam projetos de ampliação e consolidação de sua influência para o país, evidenciando um caráter de acirramento no campo religioso pela busca de adeptos. Por parte do catolicismo, o projeto de uma nova cristandade, atuante e significativa, evangelizadora da sociedade; já os protestantes, buscando cada vez mais a conquista e confirmação de mais membros para suas comunidades.

³³ Inicialmente foi denominada de Missão da Fé Apostólica, referência a igreja dirigida por William Seymour nos EUA, fruto do chamado Avivamento da Rua Azusa. O nome Assembleia de Deus foi adotado somente em 1918 por influências também estadunidenses.

O final da Primeira República (1889-1930), com a chegada ao poder de Getúlio Vargas na chamada “Revolução de 1930”, apresentou uma conjuntura marcada pela busca da centralização do poder e a industrialização do país enquanto projetos nacionais. Apesar de não ser mais a religião oficial do Estado brasileiro, as lideranças da ICAR nunca quiseram distanciar-se deste, e durante os anos que antecederam o golpe de 1964, a aproximação da igreja com o Estado foi significativa.

Um fato importante naquele contexto representou a reunião dos católicos em torno de uma devoção. A declaração de Nossa Senhora Aparecida como a Padroeira do Brasil, em 16 de julho de 1930, pelo Papa Pio XI, por meio dos pedidos do episcopado brasileiro foi um passo na direção da unidade do clero católico brasileiro (BEOZZO, 2007, p. 362). A escolha desta como padroeira esteve relacionada a vários motivos, tais como: o crescimento da devoção à santa em nível nacional, o caráter mariano de sua devoção, a ligação com o passado colonial, a sua não relação com setores da elite aristocrática, a representatividade da população negra e cabocla, dentre outros.

A esse respeito, a partir de Peters, entendemos que, com o intuito de assegurar a sua força nesse cenário, o episcopado católico brasileiro

ofereceu à sociedade brasileira um símbolo nacional de reverência religiosa: a imagem de uma Maria mestiça coroada Rainha do Brasil. [...] a Igreja ofereceu aos brasileiros aquilo que o Estado não foi capaz de lhes dar: um símbolo nacional com a qual a maior parte se identificasse (PETERS, 2015, p. 225).

Nesse mesmo ano, a estátua do Cristo Redentor foi finalizada, nove anos após o início de sua construção. Para a inauguração, 45 bispos de diversas regiões do país se reuniram no Corcovado. Na ocasião, Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, juntamente com os demais bispos, entregaram ao presidente Vargas uma lista com as reivindicações do Episcopado ante a uma nova Constituição. Este ato representou em si a união dos bispos católicos perante o governo para a discussão do estatuto da ICAR ante a sociedade civil (BEOZZO, 2007, p.367).

No período de 1930-1945, a ICAR apresentou-se conservadora, opondo-se à secularização, às outras matrizes religiosas, defendendo a hierarquia e a ortodoxia. Para Mainwaring (1989, p. 43), foram quatro os interesses essenciais da ICAR para essa conjuntura: influenciar o sistema de ensino (disputado não só com outras matrizes religiosas com o destaque aos protestantismos, mas também os interesses privados e estatais), a moralidade católica, o combate aos protestantismos e a luta anticomunista.

Com o compromisso de garantir os interesses do catolicismo no país (indissolução do matrimônio, o ensino religioso nas escolas e a capelania nas forças armadas), Dom Leme propôs uma organização suprapartidária para congregar e organizar os candidatos e o eleitorado católico em prol da ICAR. Assim, a Liga Eleitoral Católica (LEC)³⁴ constituiu-se, diante de uma recusa de criação de um “partido católico”, em uma associação de atuação nacional, criada em 1932 no Rio de Janeiro por Dom Sebastião Leme, com o objetivo de “mobilizar o eleitorado católico, para que apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da ICAR nas eleições de 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte, e de 1934, para a Câmara Federal e as assembleias constituintes estaduais” (KORNIS, 2001, p. 3118). A sua atuação também se deu nas eleições presidenciais de 1945 e 1950 e para a Constituinte de 1946.

O propósito era expandir sua influência para o maior número de partidos. Diversos congressos e assembleias foram realizados com o intuito de instalar a LEC em todas as paróquias. Em diversas localidades, após as missas, o vigário convidava os católicos para um comício no qual eram explanadas a situação política nacional e as reivindicações da ICAR, bem como qual era o propósito da LEC nesta ambiência (BEOZZO, 2007, p. 376).

Nas eleições de maio de 1933, para a Assembleia Constituinte a LEC sagrou-se vencedora com maior parte dos seus candidatos eleitos, tendo todos os seus pontos aprovados pela Constituinte (SILVA, 2008, p. 553). Assim, observamos que a ICAR nunca esteve apenas restrita em sua atuação e articulação ao campo religioso, mas expandia e garantia sua presença no maior número de espaços possíveis, como vemos no campo político, educacional, moral, econômico, social, cultural.

Outro organismo interessante para atender ao projeto de uma igreja mais relevante e atuante na cristianização do país foi a Ação Católica Brasileira³⁵ (ACB), um veículo de ação permanente composta por leigos católicos com estrutura nacional (BEOZZO, 2007, p. 397). Como afirmou Pio XI: “A Ação Católica é a participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja, fora e acima dos partidos, para o estabelecimento do reino universal de Cristo” (apud BEOZZO, 2007, p. 398).

³⁴Segundo considera Beozzo (2007, p. 375) a LEC, apresentava-se em seus Estatutos como “organização com dupla finalidade: ‘1º) Instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; 2º) assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação, por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembleia Constituinte’.”

³⁵ A Ação Católica Brasileira (ACB), criada por Dom Sebastião Leme em 1935 consiste em uma associação civil católica, a partir do pedido do Papa Pio XI para que fossem criadas associações de leigos vinculados a ICAR com o intuito de expandir a influência da instituição. Ela foi extinta em 1966 devido a novas determinações da CNBB (KORNIS, 2001, p. 23).

Tanto a LEC quando a ACB constituíram-se em instituições que, diante do ideal da formação dessa neocrisandade, foram exitosas na tarefa de envolver os leigos no serviço da ICAR e na aproximação da hierarquia com os fiéis, ao passo que sublinhava para a importância das relações da esfera política com a religiosa (MOURA, 2012, p. 35).

Esse envolvimento dos fiéis na atividade da ICAR mostrava-se também necessário em vista da concorrência no mercado religioso, da atuação e cooptação das massas ao pentecostalismo, que buscava possibilitar a boa parte de seus membros, a liberdade e oportunidade de se expressarem nos cultos e exercerem funções dentro da comunidade, como obreiros, evangelistas, cantores e até mesmo pastores (ALENCAR, 2010, p. 44).

Diante do falecimento de Dom Leme, em 1942, uma das principais figuras do catolicismo brasileiro, mais uma vez evidenciou-se a necessidade de alguém que assumisse a posição de articulador desse clero disperso pelos bispados brasileiros. Desde 1899, quando foi realizado o Concílio Plenário Latino-Americano em Roma, o Episcopado Brasileiro buscava a criação de um Concílio Plenário Brasileiro. Para Beozzo, um passo nessa direção foi dado em 1915, quando se reuniu no sul do país a Pastoral Coletiva dos Bispos do Sul, tendo suas tratativas adotadas também para o restante do país, unificando-se assim “a Igreja do Brasil debaixo de um conjunto de normas pastorais, vazadas em linguagem simples e sábia e que constituíram o vade-mécum dos Bispos, Vigários e associações leigas de todo o país”. (BEOZZO, 2007, p. 406).

O concílio tão esperado foi realizado em julho de 1939. O Episcopado Brasileiro, pela primeira vez, reuniu-se para tratar dos problemas enfrentados pelo catolicismo no país. Nesse contexto, o concílio representou não somente o reconhecimento da importância da ICAR no Brasil pela Santa Sé, como também a união e convergência dos esforços para uma maior atuação a nível nacional. Com os debates travados, foram criadas três comissões para trabalharem os seguintes temas: o protestantismo, o espiritismo e a questão social. “Eram os três problemas que ameaçavam mais de perto a hegemonia da Igreja católica nas classes dominadas” (BEOZZO, 2007, p. 408).

Posta essa ambiência do catolicismo a nível nacional, ponderamos que a ICAR empenhou-se no período da ditadura Estadonovista (1937-1945) no combate às duas matrizes de maior projeção (depois do catolicismo romano) no campo religioso brasileiro: os protestantismos e os espiritismos. Essa ofensiva a nível nacional era pensada e articulada pelo Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral (SND FM). Nessa perspectiva, concordando com Beozzo (2007, p. 410), ponderamos que a ICAR pouco avançou em relação às questões

sociais do momento, e um dos motivos para tal era a preocupação com o comunismo, e retrocedendo este, a luta antiprotestante e a defesa por uma moral da preservação do modelo tradicional de família católica.

Constatamos diante dessa conjuntura que a expansão das igrejas protestantes e dos grupos espíritas evidenciava que a ICAR vinha perdendo espaço de forma gradativa entre a população brasileira. Apesar de a maioria ainda declarar-se pertencente ao catolicismo e os números absolutos apresentarem isso, os censos indicam uma queda constante no percentual da população brasileira vinculada a ICAR, ao passo que o número de novos evangélicos, outras religiões e sem religião cresciam.

Tabela 1 – Censo religioso do Brasil (1940-1970)

ANO	Católicos			Evangélicos			Outras religiões	Sem religião		
	(% da população país)			(% da população país)				N°s absolutos e %		
	N°s absolutos	%	Evolução %		%	Evolução %	%	N°s absolutos	%	Evolução %
1940	39.177.880	95,2%	0,0	1.074.857	2,6%	0,0	1,9%	87.330	0,2%	0,0
1950	48.558.854	93,7%	23,9	1.741.430	3,4%	62,0	2,4%	274.236	0,3%	214,0
1960	65.235.595	93,1%	34,3	3.077.926	4,3%	76,7	2,4%	-----	----	214,0
1970	85.775.047	91,8%	31,5	4.833.106	5,2%	57,0	2,3%	704.924	0,8%	214,0

Fonte: CAMPOS, 2008, p. 22.

A tabela anterior quantifica as questões que viemos abordando até o momento. Verificamos uma queda lenta, mas constante do percentual de católicos que compõem a população brasileira, mesmo diante dos inúmeros esforços e estratégias empregadas pela instituição. Apesar do crescimento numérico, esse não chegou a recuperar os membros que deixaram de pertencer ao catolicismo e migraram para outros grupos religiosos.

Enquanto isso, as igrejas evangélicas revelaram um crescimento de 62% entre as décadas de 1940-1950, apesar de ainda significarem uma pequena parcela da população (3,4%). Não somente os evangélicos, mas também as outras confissões religiosas, bem como os não religiosos estavam ganhando espaço. Os dados também ressaltam que a principal oposição ao catolicismo no cenário religioso nacional eram os evangélicos, que cresceram, sobretudo, a partir da adesão de ex-católicos e configuravam-se como os concorrentes com maior expressividade e quantidade de adeptos, conforme os números.

A tabela a seguir também nos auxilia na compreensão das particularidades e multiplicidades das igrejas protestantes em território nacional. A partir dos dados sistematizados por Campos (2008), com base no levantamento de dois pesquisadores do protestantismo brasileiro no séc. XX (Erasmus Braga e William Read)³⁶, o autor comparou a quantificação dos evangélicos entre as suas principais denominações.

Tabela 2 – Igrejas Protestantes (1930-1964)

Denominações	Participação (%) 1930 (Braga)	Participação (%) 1964 (Read)
Batistas	30	10,2
Presbiterianos	24	7,2
Metodistas	11,5	2,3
Presbiterianos Independentes	10	(Incluídos nos presbiterianos)
Pentecostais	9,5	73,6
Adventistas	5	2,7
Congregacionais	3	(Incluídos nos outros)
Episcopais	2,5	(Incluídos nos outros)
Outros	4,5	4,0

Fonte: CAMPOS, 2008, p. 26

Inicialmente, verificamos a predominância das igrejas batistas (Convenção Batista Brasileira, Convenção Batista Nacional, batistas regulares e outras pequenas denominações) e presbiterianas (Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente, Igreja Presbiteriana Conservadora), agrupando mais da metade dos evangélicos brasileiros em suas denominações, com 64% destes. Dentre as demais igrejas existia uma equivalência no número de metodistas e pentecostais. Adventistas, Congregacionais e Episcopais possuíam pouca representatividade no conjunto.

Os dados retratam uma transformação na realidade evangélica brasileira. O crescimento exponencial das igrejas pentecostais a ponto de superar a realidade de 1930 e tornar-se a segmentação do protestantismo com maior presença no cenário religioso nacional é o que chama atenção, visto que passou de 9,5% a 73,6% dos protestantes brasileiros.

Nesse ponto, podemos constatar, por meio dos números obtidos, que os métodos evangelísticos dos pentecostais e sua inserção no país fora bem-sucedida no que concerne à obtenção de novas adesões, dado o crescimento significativo em relação às outras IPs, mais antigas e já consolidadas no Brasil. Levantamos também a migração intraprotestante que levou vários destes evangélicos de missão e imigração para o pentecostalismo, não somente

³⁶ A utilização destes dados se dá pela precariedade de acesso e de informações mais detalhadas acerca dos grupos ou matrizes protestantes de uma forma mais geral.

indivíduos, mas também igrejas inteiras. Esse fenômeno aconteceu, inicialmente, na década de 1960 e atingiu diversas igrejas tradicionais do país. Essas igrejas passaram a adotar o nome de “Renovadas” ou “Restauradas”³⁷ (ARAÚJO, 2014b, p. 382; ROLIM, 1985, p.59).

Sobre os pentecostais, que entre as décadas de 1930-1940 se situavam no “rodapé das estatísticas”, considerou Campos (2008, p. 25) que apresentam-se trinta anos depois como quase “hegemônicos dentro do campo evangélico” brasileiro. E, uma das explicações para esse fenômeno foi observado por Bastian (2006, p. 47) ao observar a realidade latinoamericana, ao afirmar que, contrastando com as igrejas mais tradicionais do protestantismo, os pentecostais “fueron articulándose a la cultura popular, y de hecho, podemos decir que se han manifestado como religiones populares latinoamericanas”.

A década de 1930 também foi marcada por uma proposta de estreitamento dos laços entre os evangélicos brasileiros. A Confederação Evangélica Brasileira, fundada em 1934 com duração até 1966, foi criada com o intuito de unir as igrejas protestantes no Brasil. Para Mendonça (2005, p. 56), “não obstante, a reunião das igrejas protestantes na Confederação Evangélica chegou a dar alguns resultados, ao menos na representatividade dos protestantes em algumas instituições brasileiras, como aconteceu com a nomeação de capelães para servir ao Exército durante a Segunda Guerra Mundial”, além da publicação de obras e do desenvolvimento de “programas evangelísticos visando ao próprio crescimento a partir de uma mensagem religiosa unificada em torno da conversão individual e mudança de vida, muito semelhantes ao Grande Despertamento havido nos Estados Unidos no século anterior” (MENDONÇA, 2005, p. 56).

1.4 Uma nova ICAR ante o pluralismo religioso

Nesse ínterim, a ICAR prosseguia empenhada na atuação sobre as esferas política e social. Com o fim da ditadura Estadonovista, as novas eleições e a Constituinte, sua ação se desenvolveu juntamente com os setores mais conservadores da sociedade. A atuação de clérigos e lideranças leigas deu-se com a propaganda sobre em quem os católicos deveriam votar na eleição. As reivindicações da LEC eram agora a condenação do aborto, a indissolubilidade do matrimônio, o ensino religioso nas escolas públicas e o trabalho de

³⁷ Listamos algumas igrejas ou grupos dissidentes que aderiram à doutrina pentecostal, gerando novas denominações evangélicas: a Igreja Presbiteriana Renovada, a Igreja Luterana da Renovação, a Convenção Batista Nacional (1966), Igreja Metodista Wesleyana (1967). Lembramos que o início do pentecostalismo no país se deu por meio de dissidências em igrejas tradicionais, como a batista (Assembleia de Deus) e presbiteriana (Congregação Cristã no Brasil).

capelania junto às Forças Armadas. A Constituição de 1946 apontou para uma colaboração entre Igreja e Estado “pelo bem da sociedade”, notabilizando mais uma vez o êxito da LEC nesta questão.

A década de 1950 ficou marcada pela criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)³⁸ em 16 de outubro de 1952. A criação da CNBB representou principalmente a busca pela centralização do poder da ICAR, que neste contexto encontrava-se fragmentado entre as dezenas de dioceses brasileiras. No cenário internacional, havia a preocupação do Vaticano, por meio do Monsenhor Giovanni Montini (futuro Papa Paulo VI) em promover uma instituição que fosse capaz de ampliar a influência católica no Brasil (KORNIS; MONTALVÃO, 2001, p. 1526). Em poucos anos, a CNBB tornou-se a porta-voz do catolicismo no país e a grande articuladora dos bispos e de ações da ICAR a nível nacional.

O secretariado geral da CNBB estava desdobrado em seis secretarias nacionais, com o intuito de promover a ação da ICAR nesses espaços, mas que também nos aponta para as áreas com as quais o episcopado católico estava mais preocupado, a saber: educação, ação social, ensino de religião, seminários e vocações sacerdotais, apostolado leigo e Liga Eleitoral Católica (KORNIS; MONTALVÃO, 2001, p. 1526).

Com base em Pierucci, Silva e Camargo (2007, p. 435) constatamos a respeito do momento vivenciado pelo catolicismo no Brasil que o

avanço do pensamento marxista, o exercício do voto, o aumento do peso relativo da classe operária, além da pronta penetração de um protestantismo agressivo e da propagação popular do espiritismo e da umbanda, obrigariam os Bispos a levar em consideração aspirações populares e a reformular seu modo de atuação. Numa palavra, se a Igreja começa a mudar nos anos 50, é porque as grandes massas de católicos, ao serem mobilizadas pelo rápido processo de penetração e expansão do capitalismo industrial, começam a passar, visivelmente, da mera passividade política a uma certa atividade reivindicativa e passam a ser disputadas por concorrentes ideológicos decididos, não apenas de cunho profano mas também de caráter religioso.

Nessas circunstâncias, visando reforçar um catolicismo apologético a CNBB criou o Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e Moral (SNDFM) em 1953 (MAINWARING, 1989, p. 54). Uma edição da REB (1953, p.762-763) do mesmo ano noticiou a fundação do SNDFM, apresentando suas finalidades e a sua organização. O caráter desse novo secretariado era, quanto aos aspectos religiosos, “acompanhar de perto a marcha da irreligião,

³⁸ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 16 de outubro de 1952 no Rio de Janeiro, é uma associação civil católica criada por meio da iniciativa de Dom Hélder Câmara e Dom Jaime de Barros Câmara com o intuito de “coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social” (KORNIS; MONTALVÃO, 2001, p.1526) da Igreja Católica no Brasil.

falsas religiões, dos movimentos condenados ou suspeitos, das correntes de ideias perigosas”, ao passo que, no que concerne à moral: “acompanhar de perto a expansão da imoralidade e do amoralismo na vida particular e na vida pública, dispensando especial atenção à imodéstia nas modas e à expansão da jogatina” (1953, p. 762).

Apresentando-se como um órgão com o propósito de ser um centro para informar o episcopado brasileiro e demais membros do clero nacional, o novo secretariado destacou duas matrizes privilegiadas para a sua atenção: protestantes e espíritas. Em relação às igrejas protestantes, o SNDFM pontuou que era necessário

estar alerta quanto à imigração, dado que os planos existentes e conhecidos são de molde a pôr em risco a unidade espiritual do Brasil (agir em articulação com o Secretariado Nacional Católico de Imigração); - seguir as investidas no campo missionário, trazendo o Centro Missionário do Brasil informações quanto aos perigos maiores; - acompanhar a expansão escolar em todos os níveis do ensino; - medir o interesse pela enfermagem e pelo serviço social; - manter-se em dia quanto à publicidade (jornais, revistas, rádio, televisão e cinema) e publicações (editoras e edições) (REB, 1953, p. 762).

O SNDFM destacou pelo menos alguns pontos que, para o entendimento de seus membros, eram essenciais para acompanhar a atuação das IPs: imigração, atividade missionária, trabalho com escolas e hospitais e a publicidade por meio das mídias e editoras. O primeiro presidente do *novel* secretariado fora o Arcebispo do Porto Alegre, Dom Vicente Scherer.

No âmbito de América Latina, não podemos deixar de pontuar a fundação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em 1955, que possibilitou uma “tomada de consciência” por parte do episcopado sobre os problemas da sociedade latino-americana (PIERRARD, 1982, p. 268).

Dentre suas atividades, a Conferência identificou aquilo que entendia por serem os quatro maiores inimigos e opositores do catolicismo na América Latina: o protestantismo, o comunismo, o espiritismo e a maçonaria. Dois anos após a primeira conferência do CELAM, o Papa Pio XII, em um pronunciamento durante o II Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos ratificava tais questões ao proferir que eram necessários mais padres envolvidos nas atividades pastorais para combater aquilo que ele afirmava como “quatro perigos mortais” que assolavam a ICAR na América Latina: “a invasão das seitas protestantes; a secularização da vida toda; o marxismo, que nas universidades se revela o elemento mais ativo e tem em mãos quase todas as organizações de trabalhadores, e, finalmente, um espiritismo inquietador” (apud BEOZZO, 2007, p.442).

Torna-se pertinente salientarmos a recorrência dos protestantismos nos diversos discursos católicos, enquanto um dos principais, senão o principal, opositor do catolicismo e um dos maiores “inimigos” a ser combatido pela ICAR. No ano de 1956, Frei Boaventura Kloppenburg utilizou das páginas da *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), da qual era redator, para acusar os protestantes de agentes de um “proselitismo ativo, untuoso, lisonjeador” e que sua evangelização tinha resultado diante da “curiosidade supersticiosa, o sentimentalismo doentio de nossa gente, a necessidade de buscar meios de cura mais baratos” (KLOPPENBURG, 1956, p. 962).

A crítica de Kloppenburg levava em consideração o momento vivenciado pelo protestantismo em sua época. Foi nas décadas de 1950 e 1960, num período de industrialização, urbanização, migrações internas, principalmente rumo ao sudeste brasileiro, que o pentecostalismo brasileiro vivenciou um novo período de sua história. Além da chegada de denominações pentecostais dos EUA, outras dissidências aqui originaram novas igrejas pentecostais, o que também reforça os números de 73% de igrejas pentecostais apresentado na tabela 2.

A primeira delas foi a Igreja do Evangelho Quadrangular³⁹ (IEQ) em 1951, vinda dos EUA. A igreja, que tem por lema o princípio quadrangular “Jesus Salvador, Jesus Batizador (com o Espírito Santo), Jesus Médico e Cristo Rei que em breve voltará”⁴⁰, inseriu novos métodos na realidade do pentecostalismo nacional (ROLIM, 1985, p. 50). Com os missionários Harold Williams e Raymond Botright, começou o trabalho de evangelização de massas por meio de lonas de circo, o que reuniu muitas pessoas. Os cultos eram marcados pelo caráter informal e pela ênfase na realização de milagres, curas e libertações de males de origem pretensamente sobrenatural (ARAÚJO, 2014b, p. 362).

De uma dissidência da IEQ surgiu a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo⁴¹ (OBPC), fundada por Manoel de Mello e Silva, ex-assembleiano e ex-pastor da IEQ, que legou à igreja características mais nacionais, verificada também no seu nome. Seu trabalho foi marcado pelos programas de radiodifusão no qual anunciavam a mensagem da nova igreja. Seu raio de atuação inicialmente foi nas regiões sul e sudeste do país.

³⁹ A *International Church of the Foursquare Gospel*, com mais de 40 anos de atuação nos EUA, denominou-se inicialmente no país de Igreja Evangélica do Brasil. Em 1953 passou a ser denominada de Cruzada Nacional de Evangelização, e em 1955 para o nome atual.

⁴⁰ De onde vem a frase que se tornou popular entre os pentecostais acerca da segunda pessoa da Trindade: “Jesus Cristo salva, cura, batiza com o Espírito Santo e em breve voltará”.

⁴¹ Denominada inicialmente de Movimento do Caminho – Igreja de Jesus Betel, tendo seu nome alterado para Igreja Evangélica Pentecostal, que tinha como lema: “O Brasil Para Cristo”, o que foi acrescentado ao nome em 1974.

Outras duas igrejas também se destacaram no período: a Igreja Pentecostal de Nova Vida (IPNV) e a Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA). A primeira delas foi fundada no Rio de Janeiro (a única fora do estado de São Paulo) pelo missionário, posteriormente bispo, canadense Walter Robert McAlister. A instituição da igreja está ligada ao então programa de rádio “A Voz de Nova Vida”. O trabalho da IPNV teve bastante notoriedade pela sua inserção e atuação no Rádio e TV, alcançando principalmente as classes médias da população por meio da novidade do televangelismo (ARAÚJO, 2014b, p. 369; MARIANO, 2014, p. 52; ROLIM, 1985, p. 54-55).

Já a IPDA, criada em 1962, tem como seu fundador o Missionário David Martins Miranda. Os cultos eram marcados pelos testemunhos de vida dos fiéis, que contavam relatos de curas, exorcismos, bênçãos financeiras e outras benesses recebidas, pretensamente, pela participação na igreja. A IPDA também lançou mão do rádio como forma de propagação de sua fé, uma vez que no imediato era um dos melhores meios e mais efetivos para a comunicação de massas.

Nos anos de 1959-1960, juntamente com a Editora Vozes (Petrópolis/RJ), o SNDFM publicou uma coleção com 60 livretos intitulada de “Vozes em Defesa da Fé”. Inspiradas na coleção feita por Boaventura Kloppenburg em 1957 e publicada também pela Vozes, intitulada de “Contra a Heresia Espírita”⁴², as obras tinham um caráter apologético e buscavam tratar, em cada brochura, temas relacionados às demais confissões religiosas que estavam no país, bem como postulados filosóficos e questões concernentes ao comunismo e ateísmo. Merece destaque o protestantismo, sobre o qual 13 livretos foram escritos.

Cada livreto tratava de uma temática específica, ou ponto considerado interessante pelos autores. As brochuras publicadas foram: “Católico ou Maçom!”, “A LBV de Alziro Zarur”, “A Psicografia e Chico Xavier”, “Liberdade de Ensino”, “O Livro Negro da Evocação dos Espíritos”, “Galileu Galilei”, “Respostas aos Espíritos”, “O Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento”, “O Rosacrucianismo no Brasil”, “As Sociedades Teosóficas”, “Martinho Lutero”, “A Reforma Luterana”, “Os Presbiterianos”, “Os Congregacionalistas”, “Os Episcopalianos”, “Os Batistas”, “Os Metodistas”, “Os Adventistas”, “O Exército de Salvação”, “A Associação Cristã de Moços”, “As Testemunhas de Jeová”, “As Assembleias de Deus’ e outras ‘Igrejas Pentecostais’”, “Os Mormons ou Santos dos últimos dias”, “A ‘Ciência Cristã’”, “Os católicos e o Rearmamento Moral”, “A Teoria de ‘a Bíblia Somente’”, “A Teoria da ‘Justificação pela Fé somente’”, “Só os Católicos se salvam?”, “Cristo voltará

⁴² Que passou a ser inserida na coleção “Vozes em Defesa da Fé”, sendo este conjunto de livros considerado o primeiro número da nova coleção.

em breve?”, “A imortalidade da Alma”, “Cristo é realmente Deus?”, “A Inquisição”, “Nossas superstições”, “Astrologia, Quiromancia e Quejandos”, “Por que Escolas Católicas”, “Joana D’Arc, a Donzela de Orléans”, “Deus existe?”, “Os Sete Sacramentos de Cristo”, “O Santo Sacrifício... A Missa Católica”, “Mas você compreende realmente a Bíblia?”, “Sim... A Mãe de Deus ajudá-lo-á”, “Julguemos os Católicos pela Bíblia”, “Você compreende o que Deus nos disse?”, “Esta era a Fé dos nossos Pais”, “Lembra-te do Sábado... Santifica-o”, “Eu sou Sacerdote Católico”, “Eu fui prevenido sobre a Igreja Católica”, “Será que a Bíblia se contradiz a si mesma?”, “Os primeiros anos da Igreja Católica”, “Mas por que você não reza aos Santos?”, “Isto é a Igreja Católica”, “Aprendamos dos Comunistas”, “A Igreja e o Comunismo”, “Deus e a Matéria”, “Vale a Pena ser Católico?”, “O Incrível Credo das Testemunhas de Jeová”, “O Cisma do Oriente”, “Comunismo: ópio do povo” e “Novas religiões Japonesas no Brasil”.

A coleção exemplifica como o SNUFEM, enquanto secretaria da CNBB, pensava a atuação e auxiliava na produção/manutenção de uma postura apologética da ICAR ante a realidade brasileira.

Nessa conjuntura de avanço dos “inimigos” do catolicismo na América Latina e no Brasil, o Papa João XXIII, preocupado com a situação, criou no país outras 32 dioceses e seis províncias eclesiais, bem como nomeou 67 novos bispos (SOFIATTI, 2009, p.127). Em 1962, foi traçado o Plano de Emergência com o objetivo de evitar que a influência socialista se alastrasse pelo continente e uma “nova Cuba”⁴³ surgisse na América.

Entre as discussões, a ICAR comprometeu-se, em sua Doutrina Social da Igreja, em buscar políticas de proteção ao proletariado, sendo elas a “legislação social e trabalhista, o assistencialismo, a liberdade de organização, a normatividade ética na economia via Estado” (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 2007, p. 447) com o propósito de amenizar os excessos do capitalismo. Contudo, sua postura ainda era de rejeição ao socialismo.

Com a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), novas perspectivas e posicionamentos foram apresentados. Diante do propósito de “renovação da Igreja face ao mundo moderno e preparar a unidade cristã” (PIERRARD, 1982, p.272), João XXIII convocou o concílio ainda em 1959. Dividido em quatro sessões, o certame destacou-se na história da ICAR pelas reformas que proporcionou ao catolicismo romano.

⁴³ Com a chamada Revolução Cubana, liderada por Fidel e Raul Castro, Ernesto “Che” Guevara e outros, houve a instalação de um novo governo na América e que se orientou para o bloco socialista. O medo de que isso acontecesse no restante do continente foi sentido tanto por governos (principalmente o estadunidense) quanto pela Igreja que possuía em seu histórico o combate ao comunismo inclusive no Brasil.

Iniciado por João XXIII e continuado (três últimas sessões) por Paulo VI, o concílio deve ser entendido como fruto dos questionamentos vivenciados pela ICAR até então. Dentre suas marcas destacaram-se a abertura ao diálogo ecumênico, seja com as demais igrejas cristãs, mas também com as outras confissões religiosas, e pelo chamado *aggiornamento*⁴⁴, uma “atualização da Igreja, uma inserção no mundo moderno, onde o cristianismo deveria se fazer presente e atuante. O ponto fundamental dos seus discursos estava na explicação clara das falhas da Igreja na insistência e necessidade de mudanças profundas” (SOUZA, 2005, p. 05). Ainda, podemos sublinhar, dentre as novidades propostas pelo CVII, a liturgia mais próxima das realidades populares (troca do latim pelos vernáculos), o deslocamento da figura central do papa em prol da importância do colegiado dos bispos, a orientação para as ordens religiosas conviverem mais próximas das comunidades, um esforço pela internacionalização ao trazer bispos e cardeais de diversos países para cargos eclesiásticos importantes, além da busca de uma postura hermenêutica dos textos sacros para além da literalidade, observando os aspectos literários, históricos, políticos que perpassaram o texto em sua produção (SILVEIRA, 2003, p. 114-115.)

O principal objetivo de João XXIII com este concílio era o olhar para fora (*ad extra*), ou seja, apresentar-se a serviço da humanidade, atentando para as condições e realidades que os diversos grupos humanos apresentavam (SOUZA, 2005, p.34). Acerca disso, considerou Passos (2018, p. 133) que o Concílio Vaticano II deve ser entendido enquanto um processo, “um momento eclesial de busca de consenso em torno de grandes questões relacionadas à Igreja em si mesma às relações que ela estabelece com outras religiões e com o mundo”.

Nessa perspectiva, tomando o CVII enquanto processo, ressaltamos a existência de dois projetos eclesiais distintos: de um lado, aqueles que estavam dispostos a “fazer do concílio uma reafirmação e uma continuidade dos preceitos tridentinos e ultramontanos (uma postura defensiva)”; e de outro, aqueles que estavam dispostos a estabelecer um “diálogo inovador com a sociedade contemporânea, fundamentado não apenas nas escrituras e na tradição, mas na rica experiência pastoral dos bispos do mundo inteiro” (SILVEIRA, 2010, p. 113). Explicando essa dinâmica, Libânio (2012, p. 32) considerou que a maioria dos bispos, de orientação e alinhamento conservador, esperava com o certame a elaboração de uma “clareza doutrinal, condenação das heresias e erros do momento presente que para ela pululavam por obra da soberania absoluta da razão e da afirmação do valor da práxis. Contra

⁴⁴ Em sua literalidade, significa “atualização, renovação, reforma mesmo. Pressupõe primeiramente um descompasso da Igreja com a sociedade envolvente, uma dificuldade mais experimentada e sentida do que formulada de proclamar na cultura de então a mensagem evangélica” (ALBERIGO apud MIRANDA, 2006, p.232).

elas, afirmava-se a força da fé e das obras de caridade”. Por sua vez, a minoria era composta pelo grupo de bispos que vinham tocados pelos grandes questionamentos da conjuntura: “a revolução científica, a razão iluminista, a autonomia e liberdade do sujeito, a história e a práxis” (LIBÂNIO, 2012, p. 32), questões essas que ameaçavam a formulação de uma doutrina mais tradicional⁴⁵.

Foi pela preponderância das concepções e dinâmicas do segundo grupo – progressistas – que permitiu à ICAR, com esse Concílio, mostrar-se muito mais aberta ao diálogo também para com as situações vivenciadas pelas comunidades, principalmente as periféricas (SOUZA, 2005, p.30-32).

Em sua tese, Beozzo realizou um levantamento dos participantes do CVII. Dentre os 846 participantes do concílio (466 membros e 380 consultores), 10 eram brasileiros, uma representatividade de quase 1%. Os quatro membros eram Dom Jaime de Barros Câmara (cardeal arcebispo do Rio de Janeiro), Dom Alfredo Vicente Scherer (arcebispo de Porto Alegre), Dom Antônio Alves de Siqueira (arcebispo auxiliar de São Paulo) e Monsenhor Joaquim Nabuco (Rio de Janeiro). Os outros seis participaram enquanto consultores, e foram eles: Dom Helder Pessoa Camara (arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro), Dom Geraldo Fernandes Bijos (bispo de Londrina), Dom Afonso M. Ungarelli (prelado de Pinheiro/MA), Frei Boaventura Kloppenburg (professor do Instituto Teológico de Petrópolis), Pe. Estevão Bentia (professor da Faculdade de Teologia de N. S. da Assunção, São Paulo) e Dom José Vicente Távora (bispo de Aracaju) (BEOZZO, 2001, p. 88-89).

Originaram-se do Concílio 16 documentos, entre decretos, declarações e constituições⁴⁶. Dentre eles, destacamos o decreto *Unitatis Redintegratio*, o qual discute a temática do ecumenismo. Nele, afirma-se de maneira evidente que a promoção da unidade dos cristãos é um dos propósitos principais do Concílio, posto que as inúmeras divisões entre os

⁴⁵ Além destes grupos havia a pluralidade teológica dos bispos orientais e africanos, além dos latinoamericanos (LIBÂNIO, 2012, p. 32).

⁴⁶Quatro constituições: *Dei Verbum*, constituição dogmática sobre a revelação divina; *Lumen Gentium*, constituição dogmática sobre a Igreja; *Sacrosanctum Concilium*, constituição conciliar sobre a Sagrada Liturgia e *Gaudium et Spes*, constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual. Ao que se somaram três declarações: *Gravissimum Educationis*, declaração sobre a educação cristã; *Nostra Aetate*, declaração sobre a igreja e as religiões não-cristãs e *Dignitatis Humanae*, declaração sobre a liberdade religiosa. Por fim, mais nove decretos: *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja, *Presbyterorum Ordinis*, sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, *Apostolicam Actuositatem*, sobre o apostolado dos leigos; *Optatam Totius*, sobre a formação sacerdotal, *Perfectae Caritatis*, sobre a conveniente renovação da vida religiosa, *Christus Dominus*, sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja, *Unitatis Redintegratio*, sobre o ecumenismo, *Orientalium Ecclesiarum*, sobre as igrejas orientais católicas e *Inter Mirifica*, sobre os meios de comunicação social. A documentação está completa e disponível para consulta no endereço: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm>. Acesso em 10 mar 2018.

cristãos “contrariam a vontade de Cristo, são um escândalo para o mundo e prejudicam enormemente a pregação do Evangelho a toda a criatura” (PAULO VI, 2005, p. 05).

Todavia, a unidade pretendida pela ICAR, apesar de reconhecer que possam existir meios genuinamente cristãos nas demais igrejas (Bíblia, fé, esperança, amor, dons e sinais), passa pela compreensão de que a

plenitude dos meios de salvação reside somente na Igreja católica de Cristo, que constitui o auxílio, na sua generalidade. Acreditamos, de fato, que o Senhor somente confiou a totalidade dos bens da Nova Aliança ao Colégio Apostólico, presidido por Pedro para de fato constituir, na terra, um só corpo de Cristo, a que todo o povo de Deus é chamado a se incorporar e ao qual, de certo modo, já pertence (PAULO VI, 2005, p. 05).

Devemos levar em consideração que, ao contrário de outros movimentos, o ecumenismo se originou fora da ICAR, tendo nascido no meio protestante. Dada a multiplicidade de denominações e ramificações das igrejas protestantes, essas se depararam com uma questão, diante das atividades evangelísticas que realizavam, no sentido de pensar quem era considerado como “irmão”, ou seja, aqueles que comungavam da mesma fé, e quem eram as pessoas que deveriam ser “evangelizadas”, isto é, convertidas e fé protestante. Assim, na Conferência de Edimburgo realizada em 1910, foram criados os movimentos “Fé e Constituição” e “Vida e Ação”, com o intuito de estabelecer uma via comum, ecumênica, de ação dos protestantes (MATTEI, 2012, p. 60). Nesse sentido, essas se entendiam como igrejas que, apesar de suas divergências teológicas, concordavam nos principais pontos de sua fé. Para Wirth (2008, p. 119), o Congresso de Edimburgo representou um marco histórico no que se refere à “institucionalização da cooperação entre as diferentes agências missionárias e por propor ações estratégicas que consideravam não só as relações entre as diferentes igrejas evangélicas, mas destas com a Igreja Católica Romana, principalmente no contexto europeu”.

As discussões de ação conjunta entre os protestantes continuaram na Conferência Evangélica do Panamá (1916), com a presença do Rev. Erasmo Braga, dentre os brasileiros que dela participaram. As articulações permitiram, em 1948⁴⁷, a criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), com sua primeira conferência em Amsterdã- Holanda, reunindo cerca de cento e quarenta igrejas com a finalidade de uma “aliança ecumênica que tem seu fundamento na fé cristã e que se manifesta no compromisso de trabalhar concretamente pelo Reino de Deus” (apud SILVA, 2011, p. 03).

⁴⁷ A primeira assembleia estava prevista para o ano de 1941, mas em decorrência da Segunda Guerra Mundial a conferência foi adiada.

Dentre as repercussões do CMI no Brasil, tivemos a adesão da Igreja Metodista num primeiro momento, seguida pelos luteranos da IECLB (1950), anglicanos da IEAB (1966) e os pentecostais da OBPC (1968). Ainda em 1955, tivemos a criação do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, vinculado ao CMI e à Confederação Evangélica do Brasil. Assim, Elizete da Silva (2011, p. 17) resumiu, afirmando que o Conselho Mundial de Igrejas,

criado após a Segunda Guerra Mundial, com sua atuação ecumênica e engajada aos problemas sociais e políticos foi de fundamental importância para a articulação de um setor ecumênico do protestantismo brasileiro, o qual organizou a Comissão de Igreja e Sociedade. Essa Comissão empreendeu esforços e promoveu quatro grandes conferências nacionais com o objetivo de tomar posição frente aos problemas sociais vividos pela população brasileira. Com o golpe civil-militar em 1964 a Confederação Evangélica que havia criado o Setor Igreja e Sociedade sofreu intervenção de militares e seus dirigentes chegaram a responder processo. No interior das Denominações Protestantes os membros ecumênicos e progressistas foram excluídos e perseguidos pelas lideranças eclesiais conservadoras.

O CVII foi seguido pela 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, realizada em Medellín, Colômbia, no ano de 1968, e que se preocupou em aplicar o Concílio Vaticano II no continente. Dom Cândido Padin, Bispo de Bauru, considerou a esse respeito que a conferência em Medellín representou o primeiro esforço da ICAR em direção à aplicação do Vaticano II. Para ele, “foi a primeira vez que o episcopado da Igreja Católica de um continente inteiro assumiu o compromisso de organizar sua ação pastoral segundo um plano comum” (apud MAINWARING, 1989, p. 40), e isso sendo possível pela articulação do CELAM.

Nessa Conferência, foram delineadas algumas diretrizes da Teologia da Libertação (TL)⁴⁸. Além da famosa máxima de “opção pelos pobres”, ao que está atrelada a busca pela libertação humana da opressão, a crítica ao capitalismo e a utilização do marxismo enquanto ferramenta para o entendimento das realidades, a TL visa também o combate à prática da idolatria, uma outra leitura da Bíblia (tendo a libertação como chave hermenêutica) e o desenvolvimento das CEBs (LÖWY, 2000). Pela primeira vez, as consequências das estruturas e consequências do capitalismo na América Latina eram denunciadas pela hierarquia católica (SOFIATTI, 2009, p. 127-128).

Nos anos de 1960, percebemos uma orientação mais progressista na Ação Católica Brasileira, fruto da conjuntura nacional, e um distanciamento das orientações da instituição.

⁴⁸ Obras referenciais para a TL foram publicadas no imediato à conferência, ao exemplo de *Opressão-Liberación: Desafio a los Cristianos* (1971) de Hugo Assmann, *A Theology of Liberation* (1971) de Gustavo Gutiérrez e *Jesus Cristo Libertador* (1971) de Leonardo Boff (MAINWARING, 1989, p.133).

Essa orientação, por sua vez, levou à decadência da mesma a partir de 1966, dada a falta de apoio da Igreja e a perseguição por parte do regime ditatorial (KORNIS, 2001, p. 24). Essa década ficou marcada pela atuação dos movimentos de base e movimentos de leigos que se preocuparam pela transformação da realidade brasileira, que, de certa forma, estava gestando questões defendidas posteriormente pela TL (MAINWARING, 1989, p. 28).

A Teologia da Libertação foi por muitos questionada devido a sua “inclinação ao pensamento marxista” (ESQUIVEL, 2013, p.77). Por isso, diversos membros, tanto da ACB, quanto de adeptos da TL, desde leigos a sacerdotes, foram perseguidos no regime ditatorial de 1964-1985, tanto pelo Estado quanto pela própria ICAR. Cabe salientar que, apesar do apoio inicial ao golpe instaurado no Brasil em abril de 1964, a ICAR constituiu-se como baluarte de defesa dos direitos humanos e opositora da ordem que se instaurara. Assim, podemos perceber dentro da Igreja Católica diversos posicionamentos sendo adotados, pelos mais diversos agentes, sejam clérigos ou leigos.

No comunicado de 3 de junho de 1964, a CNBB externava sua compreensão acerca do golpe de que os militares haviam atendido aos desejos e aos anseios da população brasileira, que estava percebendo a “marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder” pelo que as “Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra” (apud MAINWARING, 1989, p. 102).

Contudo, nove anos mais tarde, em 1973, 23 bispos brasileiros das regiões Norte e Nordeste assinaram dois documentos em que denunciavam os ataques do regime aos direitos humanos e a repressão, ao passo que enfatizavam que a política econômica e a postura ditatorial do governo golpista contrapunham-se aos princípios da doutrina social da Igreja (MAINWARING, 1989, p. 102). De simpatizante à opositora, a ICAR tornou-se um espaço para grupos que não tinham mais voz no regime. O relacionamento entre a ICAR e o Estado brasileiro sofreu alterações, com a primeira perdendo a liderança em vários setores da sociedade por sua postura adotada.

Um dos organismos importantes da Igreja nessa ambiência foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴⁹, que se desenvolveram nas periferias das cidades e também no meio rural, vinculados à Teologia da Libertação, marcada por uma concepção de práxis marxista que articulava os fiéis nas orações e no auxílio mútuo, mas também nas lutas por reforma agrária, justiça e direitos dos oprimidos.

⁴⁹ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são “organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação da tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade” (OLIVEIRA, 2001, p. 1488).

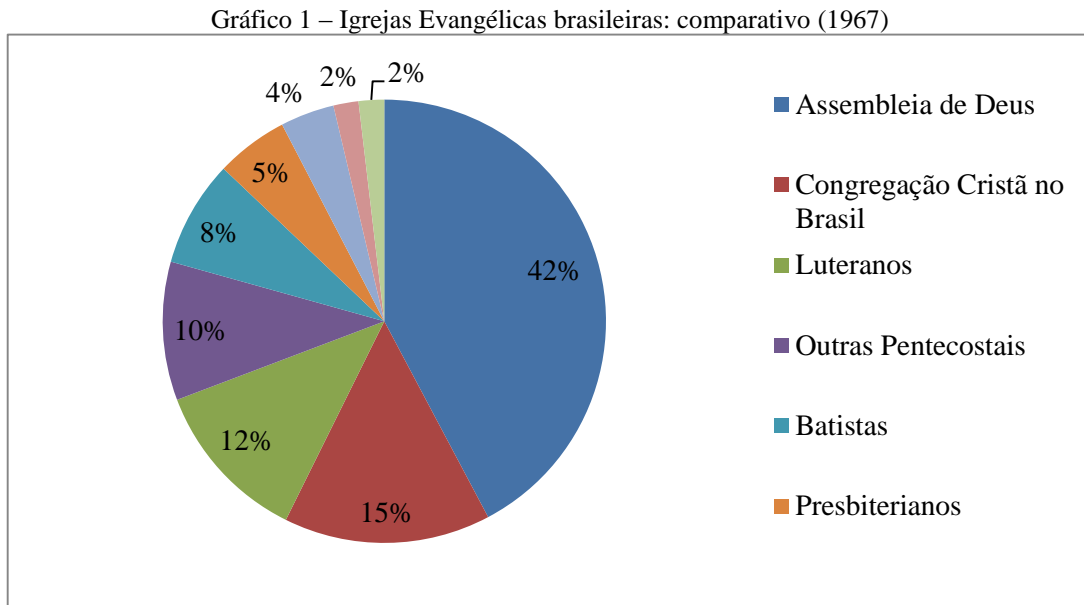
Essas comunidades podem ser entendidas como resposta a um contexto que “institucionalizava a espoliação do homem rural [e urbano] e mantinha este último em condições desvantajosas de trabalho e remuneração” (MORAIS, 1982, p. 142). Apesar de muitos grupos e setores terem encontrado nas CEBs um espaço para atuação política, não podemos esquecer seu papel de aproximar as camadas populares da hierarquia e o espaço privilegiado para a atuação dos leigos na ICAR (SERBIN, 2008, p. 165). Dessa forma, observando esse período, ressaltamos uma ICAR dividida internamente, contando, de um lado, com apoio tanto do clero quanto do laicato, mas também dos colégios católicos que “em geral, incentivavam os jovens a manifestar simpatia para com o governo militar” (AZZI, 2008, p. 151). Em oposição a esses, havia alguns grupos, como a Ação Católica, CEBs, a Teologia da Libertação e outros movimentos.

O catolicismo brasileiro também vivenciou, nas décadas de 1960 e 1970, uma queda no número de seminaristas e vocações. Serbin pontuou que, de 2.998 alunos matriculados em seminários maiores no ano de 1960, para 2.005 em 1974, ao que se somam os 3.500 clérigos que abandonaram o sacerdócio. Tudo isso diante de um quadro de crescimento populacional e do número de adesões a outras confissões religiosas (SERBIN, 2008, p. 197-198).

O cenário que se configurou para as igrejas evangélicas já era o oposto. Nas tabelas anteriormente apresentadas, expusemos o crescimento dos evangélicos até os anos de 1970. Entre os anos de 1940 e 1970, conforme Campos, a taxa de crescimento das igrejas protestantes nunca esteve abaixo de 50% por década. Em 1940, 62%. Em 1950, 76,75%. Já nas duas décadas seguintes, 57% e 63,2%. Entretanto, salientamos que as igrejas evangélicas ainda constituíam uma pequena parcela da população, com 2,6%, em 1940, e 5,2%, em 1970, ao passo que a ICAR agrupava a grande parte dos brasileiros, 95,2%, em 1940, e 91,8%, em 1970 (CAMPOS, 2008, p. 24). Apesar da pequena expressividade do número total de adeptos, os evangélicos perfaziam o segundo maior grupo religioso do país, com parcela superior ao total de membros de todas as outras confissões religiosas juntas, exceto o catolicismo romano (CAMPOS, 2008, p. 24).

É importante também relativizar os números obtidos junto aos Censos, principalmente pela questão de pessoas de outras confissões religiosas sentirem-se constrangidas ou intimidadas a esconder sua confissão religiosa em um país majoritariamente católico e com uma história atrelada à preponderância do catolicismo em seus mais diversos períodos. Podemos exemplificar por meio das crenças de matriz afro-brasileiras, ainda tão estigmatizadas em nossa sociedade.

Em vista de os dados obtidos desse período junto aos Censos do governo não discriminarem as diferentes correntes dos evangélicos, tomamos os dados apresentados por Read (1969, p. 78) para o ano de 1967 e os sistematizamos no gráfico apresentado a seguir.



Fonte: Read (1969, p.78).

Pelas informações apresentadas, podemos constatar que as igrejas pentecostais representavam cerca de dois terços dos evangélicos brasileiros (conforme tabela 2), com destaque para as igrejas Assembleia de Deus, que se constituem como a maior denominação evangélica do Brasil com 42% do total, e Congregação Cristã. Algumas interpretações para seu crescimento já foram apresentadas quando discutimos a tabela 2⁵⁰.

Dentre as igrejas mais tradicionais, luteranos (12%) e batistas (8%) dividiram a liderança. De um lado, luteranos pela sua vinculação étnica a populações residentes principalmente no sul do Brasil, e os batistas por serem, dentre as igrejas do protestantismo de missão, a que mais investiu em atividade prosélita, como percebemos até o momento.

Devido à recusa dos pentecostais clássicos (representados no Brasil pela IEAD e CCB) na participação na política partidária, essas igrejas não se envolveram diretamente nem foram visivelmente afetadas pelo regime que se estabeleceu em 1964. Pontuamos também que nesse contexto o pentecostalismo comemorou 50 anos de presença no Brasil. A IEAD realizou

⁵⁰ Uma das razões identificadas por Alencar (2010, p.86) como explicativas do crescimento da IEAD ser superior ao da CCB é a questão soteriológica (doutrina e compreensão da salvação humana), pois as Assembleias de Deus são arminianas, enquanto a Congregação Cristã no Brasil é calvinista. Para o autor, a propensão de evangelizar das igrejas arminianas é maior uma vez que esta forma de conceber a salvação é motivadora de tal prática.

comemorações por diversos estados do Brasil⁵¹, com destaque para a celebração realizada no Maracanzinho, em junho de 1961, reunindo cerca de 50 mil pessoas.

As grandes reuniões públicas não eram somente presentes nos meios pentecostais. No ano de 1960, foi realizado pelas igrejas batistas o X Congresso da Aliança Batista Mundial no estádio do Maracanã. O certame, que recebeu um evangelista de destaque mundial da época, o Pr. Billy Graham, reuniu 200 mil pessoas. A marca dos batistas nesse contexto também foi a Campanha Nacional de Evangelização (1965) (REILY, 2003, p. 311). Essas megarreuniões com expressividade pública demonstraram e quiseram apresentar a presença e o poder desses grupos diante de uma sociedade que, em parte, os desconhecia, mas também como afirmação de sua estrutura, organização e poder de mobilização para tais eventos, bem como a busca de novos fiéis.

Tanto metodistas quanto batistas tiveram um envolvimento maior na ação social deste período em contraposição ao regime ditatorial. Os metodistas encontravam-se em um momento de nacionalização da igreja. Dentre suas ações, a Junta Geral de Ação Social mostrou-se como veículo de aplicação do Credo Social, buscando defender a justiça social diante do quadro nacional (REILY, 2003, p. 341).

No que se refere aos presbiterianos, eles ainda mantinham uma postura contrária ao catolicismo, comunismo, ecumenismo e pentecostalismo, adotando posturas bastante conservadoras para o período (REILY, 2003, p. 325-326). Já os luteranos, a maior denominação não pentecostal, ainda se mostrava em suas duas principais igrejas – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e Igreja Evangélica Luterana no Brasil (IELB)⁵² – um vínculo a sua etnicidade, em que sua concentração até então se percebia nas regiões de imigração germânica no país e o crescimento da igreja se devia em maior parte aos novos filhos de luteranos (READ, 1969, p. 86).

* * *

O cenário que discutimos até aqui apresenta um campo religioso brasileiro católico-protestante em suas transformações e dinâmicas que foi marcado não somente pelo embate

⁵¹ Cidades como Belém (PA), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Londrina (PR), Pedreiras (MA), Fortaleza (CE), Governador Valadares (MG) e Joinville (SC) tiveram comemorações que se destacaram pelo número de fiéis que participaram (ARAÚJO, 2014a, p.411).

⁵² Vinculada à *Missouri Synod Lutheran Church* dos Estados Unidos, sendo menos expressiva que a IECLB, com raízes ligadas aos imigrantes germânicos do séc. XIX. A herança dos missionários estadunidenses ainda é referida ao ser designada como igreja dos “missourianos”.

entre católicos e protestantes, uma vez que ambos disputaram crescer e ampliar sua influência na sociedade brasileira, com a adesão de novos membros a cada dia, mas também pela presença de outros fatores e agentes nesse mesmo espaço.

Percebemos, também, que o campo religioso brasileiro não está ausente das transformações, discussões, embates e acontecimentos de um campo religioso mais amplo, internacionalizado, seja a nível latino-americano ou até mesmo global.

Entre os diversos meios utilizados pela ICAR em relação à presença deste *outro*, a imprensa foi uma das ferramentas utilizadas pelo clero para refletir, discutir e agir sobre esta questão tão presente na realidade da pastoral católica e que assolava o projeto de hegemonia e monopólio católico sobre o campo religioso brasileiro. Nesse seguimento, propomo-nos a discutir juntamente à imprensa católica no país, a atuação dos frades franciscanos, da Editora Vozes, do convento e do Instituto Teológico Franciscano (ITF) em Petrópolis/RJ na edição e veiculação de uma revista de caráter eclesiástico e como esta abordou tais questões já delineadas neste capítulo.

II – “ATENDENDO AOS ANSEIOS DO CLERO”: POR UMA HISTÓRIA DA *REVISTA ECLESIAÍSTICA BRASILEIRA (1941-1971)*

Até o momento, discorreremos e analisamos o cenário no qual se desenvolveram os processos que avaliaremos na dissertação. Um catolicismo que fez uso de diversos meios para a manutenção de seu *status quo* no Brasil, frente a uma realidade religiosa, cultural, política, cada vez mais diversa e complexa. Dentre as estratégias para tal finalidade, percebemos a criação de uma revista voltada para o clero brasileiro com o intuito de promover a formação dos sacerdotes nacionais e mantê-los informados acerca dos acontecimentos relacionados à ICAR e ao campo religioso não somente no país, mas também no exterior.

Diante das discussões levantadas no capítulo anterior acerca do cenário católico nacional em interface com os protestantismos, podemos agora compreender a ação dos grupos católicos ligados diretamente à produção da *Revista Eclesiástica Brasileira* no contexto em análise. Isso se faz pertinente uma vez que entendemos que o lugar social de fala desses sujeitos é constitutivo em sua própria fala (ORLANDI, 2009, p. 39).

Por essa razão, buscamos aqui discutir, inicialmente, os franciscanos e o Instituto Teológico Franciscano (ITF) em Petrópolis/RJ, que são os produtores, pensadores e articuladores da revista, ao passo em que olhamos também para a Editora Vozes, responsável por sua impressão, diagramação e distribuição, tentando compreender a história desse periódico católico. Por fim, pontuamos especificamente acerca da REB, sua formação e seus primeiros trinta anos de circulação, já que nosso recorte se estende até 1971.

2.1 Os Franciscanos em Petrópolis: atuação nos primeiros anos

O franciscanismo⁵³, desenvolvido a partir da vida e da obra de Francisco de Assis (1182-1226) e seus seguidores, desempenhou um papel considerável dentre as novas ordens mendicantes que estavam surgindo na Europa do medievo ao difundir um apostolado católico que estivesse voltado para a sociedade (LE GOFF, 2011, p. 09).

⁵³ Conforme a compreensão dos próprios franciscanos, “a Ordem Franciscana foi criada como uma Ordem de Irmãos, que assumiam a missão de viver e pregar o Evangelho. Não era uma Ordem Clerical (Ordem composta por sacerdotes), como outras que já existiam. O próprio Francisco não quis ser sacerdote e os primeiros frades também não tinham esse objetivo. [...] Mais tarde, a Ordem se dividiu em três ramos: Ordem dos Frades Menores (OFM), Capuchinhos (OFMCap) e Conventuais (OFMConv).” Disponível em: <<http://www.franciscanos-rs.org.br/ordem/>>. Acesso em: 05 maio 2018.

Os membros da Ordem dos Frades Menores (OFM), fundada por São Francisco no início do século XII, em Assis (Itália), caracterizavam-se pela atividade evangelística enquanto pregadores itinerantes, tendo uma mensagem baseada em apelos morais e práticos para o cotidiano. Expunham suas ideias em praças, casas e vilarejos, em língua vulgar (LE GOFF, 2011, p. 191). Contrários à posse do dinheiro e de bens materiais, os frades tinham um interesse voltado aos pobres e doentes.

Na relação dos franciscanos com a ciência e a produção do conhecimento, Le Goff (2011, p. 219) ponderou que São Francisco, “longe de considerar a ciência e o livro como um monopólio dos clérigos, [...] tinha a ciência como um instrumento a serviço do apostolado, recomendava aos frades que escrevessem livros de vulgarização a serviço dos leigos”.

A presença da ordem no Brasil remonta ainda ao séc. XVI, com um ato simbólico significativo – a presença destes na celebração da primeira missa “brasileira”, ministrada pelo Frei Henrique Soares de Coimbra, acompanhado de outros oito franciscanos e mais nove padres seculares (PIOTTO, 2017, p. 01). Durante os séculos XVI – XVIII, a ordem instalou 28 conventos nas principais vilas e cidades da colônia portuguesa (MELO, 2016, p. 86).

Apesar dessa importância, a falta de bibliografia historiográfica ainda é percebida, pois muitos dos trabalhos produzidos sobre a ordem são de franciscanos ou trabalhos prosélitos. Para Frei Hugo Cardoso (pesquisador da ordem), ainda não temos uma história da “grande família franciscana no Brasil”. Para o autor, o que temos são acessos a “fragmentos dessas histórias, que, em sua maioria, tratam de memórias. Essas, embora relevantes não trazem uma visão de conjunto necessária à compreensão mais aprofundada do significado do trabalho missionário desenvolvido pelos franciscanos no Brasil” (apud IGLESIAS, 2011, p. 29).

No século XVII, duas províncias franciscanas foram criadas com a finalidade de melhor organizar a ordem em suas ações dispersas pelo território. Em 1657, com doze conventos, foi criada a Província Franciscana Santo Antônio do Brasil pelo Papa Alexandre VII, com sede em Salvador, abrangendo a região nordeste, e em 1675, foi criada pelo Papa Clemente X a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, sediada em São Paulo, abarcando as regiões sul e sudeste⁵⁴ (PIOTTO, 2017, p. 02; ANDRADES, 2001a, p.

⁵⁴ Segundo Piotto (2017, p.05), os franciscanos no Brasil se dividem em províncias e custódias no território nacional. São elas: Custódia Franciscana São Benedito da Amazônia (AC, AM, AP, PA, RO, RR), Província de Nossa Senhora da Assunção (MA, PI), Província de Santo Antônio do Brasil (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE), Província da Imaculada Conceição (ES, RJ, SP, PR, SC, Angola), Custódia Franciscana do Sagrado Coração de Jesus (SP e Triângulo mineiro), Província de Santa Cruz (MG) e Província de São Francisco (RS). Quanto ao pertencimento da Angola à Província da Imaculada Conceição não encontramos essa informação no site da província (<http://franciscanos.org.br>).

26), e em 1693 foi fundado o Comissariado da Piedade, compreendendo a região do Grão Pará e Maranhão.

A respeito da presença franciscana no país, Gilberto Freyre (1959, p. 15), ao proferir uma palestra sobre tal temática, sublinhou que

Não há novidade nenhuma em dizer se da gente brasileira que uma das influências decisivas em sua formação vem sendo a da Igreja; nem que dessa influência, a que aqui madrugou, para nunca mais deixar de fazer-se sentir sobre essa mesma gente, ora de modo mais intenso, ora com menor vibração, foi e é a franciscana.

A Ordem dos Frades Menores passou por restrições no recebimento de novos candidatos com as imposições de Marquês de Pombal no final do séc. XVIII, o que dificultou não somente a renovação nos quadros de seus membros, mas também na manutenção dos trabalhos e de suas casas no país. Dessa forma, o cenário apresentado quando da instauração da República era de que, em 1891, tínhamos 22 conventos no Brasil (10 no nordeste e 12 no sudeste) que se encontravam vazios, contando com 10 frades no país inteiro. Realidade que foi alterada a partir do pedido dos frades brasileiros para o envio de membros da Província Franciscana da Santa Cruz da Saxônia, que no momento estava com número considerável de vocações e enfrentava problemas com o Estado alemão.

A esse respeito, pontuou Frei Clarêncio Neotti (s.d., p. 18) que, em 18 de dezembro de 1889, o Ministro Geral da Ordem, por meio de um decreto, entregou a restauração das Províncias da Imaculada Conceição e de Santo Antônio à Província da Santa Cruz da Saxônia. Nos levantamentos de Frei Hugo Cardoso (apud MELO, 2016, p. 112), entre os anos de 1891 e 1904, período que foi entendido como momento da restauração dessas províncias, foram realizadas 19 expedições nas quais vieram ao país 262 frades alemães, com destaque para as expedições de 1893 (4ª expedição – 30 frades), 1894 (5ª expedição – 49 frades) e 1894 (6ª expedição – 40 frades), o que representou num período de dois anos, 119 novos frades.

Em 16 de janeiro de 1896, chegaram os primeiros frades à cidade de Petrópolis. Quanto a essa questão, existem divergências e concordamos com as informações obtidas por Andrades (2001b, p. 19) pela consistência de sua pesquisa e por ele ser referência para os

pesquisadores da história da Editora Vozes⁵⁵. Para ele, vieram, no início, três freis: “Frei Ciriaco Hielscher, o primeiro guardião do convento, Frei Zeno Walbröhl e Frei Mariano”.⁵⁶

Devido às questões climáticas, os frades foram dirigidos ao sul do país, com destaque para a colônia germânica de Teresópolis (Águas Mornas), Blumenau, Lages, todas em Santa Catarina. Depois de um período de adaptação, eram direcionados a outras cidades do país, mais ao norte (MELO, 2016, p. 107).

Cabe-nos considerar que a vinda dos franciscanos ao Brasil, no final do XIX e durante boa parte do século XX, esteve ligada a uma concepção de país socialmente frágil por parte dos frades saxões, no qual o trabalho religioso deveria ser direcionado às camadas mais vulneráveis da sociedade (MELO, 2016, p. 130).

Os primeiros frades alemães chegaram a Petrópolis/RJ⁵⁷ em 16 de janeiro de 1896. Vindos por meio do convite feito ainda em 1891 por Monsenhor João Batista Guidi, auditor da internunciatura no Brasil, tinham a finalidade de atender a comunidade alemã católica residente na cidade (ANDRADES, 2004, p. 03).

Em Petrópolis, receberam a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, onde, ao lado do templo, em 27 de janeiro de 1897, instalaram um convento e, em 28 de janeiro de 1897, a Escola Gratuita São José, para alfabetizar os filhos dos colonos alemães (ANDRADES, 2001a, p. 28). Já no seu primeiro ano, a escola recebeu 111 alunos (ANDRADES, 2001b, p. 21).

⁵⁵ Uma vez que Andrades (2001a, 2001b, 2004) é citado por todos os trabalhos (que lemos) que se propuseram a conhecer a história desta empresa editorial.

⁵⁶ Para Frei Neotti (1992?, p. 18), a data de chegada foi em maio de 1891 (o que apenas ele defende) quando chegaram quatro franciscanos a cidade de Petrópolis: “Frei Amando Bahlmann, 29 anos de vida e um ano e meio de padre, doutor em teologia; Frei Xisto Meiwes, com dois anos incompletos de padre, embora já tivesse 38 anos; Frei Humberto Themans, irmão leigo com 13 anos de profissão e 30 de vida; e Frei Maurício Schmalor, com 18 anos e ainda irmãos terceiro”. O site do Instituto Teológico Franciscano menciona a vinda de quatro frades, sem citar seus nomes e concorda com a data apresentada por Andrades (2001b).

⁵⁷ Petrópolis é uma cidade do estado do Rio de Janeiro, situada a cerca de 60 km da cidade do Rio de Janeiro. Sua localização na serra fluminense a tornava caminho de passagem entre o Rio de Janeiro e o estado de Minas Gerais. Devido ao clima ameno, o Imperador D. Pedro I adquiriu terras na região. Com a abdicação do trono, o monarca seguinte, D. Pedro II arrendou as terras ao Major Frederico Köller, engenheiro alemão responsável pela construção da Estrada Normal da Serra da Estrela. Para Angelo (2016, p. 97) “Petrópolis nasceu com a mentalidade de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. Essa proposta, não apenas fundou uma cidade de imigrantes, como também definiu seus espaços, suas características e especialmente suas identidades.” Após a sua fundação (1843), diversos imigrantes vieram a Petrópolis (uma homenagem ao Imperador D. Pedro II – “cidade de Pedro”) para trabalharem na estrada de ferro, pelo que destacamos alemães e açorianos, sem esquecer franceses e ingleses. Atualmente a cidade é conhecida como a “Cidade Imperial”, por ter sediado o Palácio de Verão de Dom Pedro II. Assim, podemos perceber que a formação da cidade está atrelada política e economicamente à cidade do Rio de Janeiro, enquanto capital nacional, e posteriormente estadual.

O convento, que veio a dar origem ao que hoje é o Instituto Teológico Franciscano (ITF)⁵⁸, recebeu, no início, seis alunos para continuar a sua formação em “Humanidades” (1897), Retórica e Filosofia (1898), bem como Teologia (1899). Os frades consideram ser esse o início do instituto mais que centenário que se destacou na formação da maioria dos religiosos da Província da Imaculada Conceição do Brasil, além de outras províncias franciscanas no país e fora dele (ITF, 2018).

Dada a falta de materiais didáticos e recursos bibliográficos para as atividades escolares da Escola Gratuita, por meio da doação de uma antiga máquina *Alauzet* e sua reforma, os frades conseguiram iniciar um trabalho tipográfico junto ao convento em Petrópolis.

Torna-se pertinente destacar que, nesse contexto inicial do período republicano, a ação dos franciscanos nos centros urbanos voltou-se para a defesa dos valores católicos e sua inserção no debate público, dado o crescimento da laicização na sociedade. Nessa perspectiva é que vemos a criação de uma editora católica franciscana em Petrópolis (RODRIGUES, 2009, p. 44).

2.2 “As vozes que ecoam”: a Editora Vozes

O entendimento da necessidade de uma imprensa que estivesse a serviço do apostolado católico já era algo presente para o catolicismo romano desde o XIX. Papa Leão XIII era um defensor da chamada “Boa Imprensa” como uma apologista do catolicismo em meio às críticas e ataques sofridos por liberais, maçons, entre outros tantos. Na carta encíclica *Dall’Alto Dell’Apostolico Seggio* (1890), sobre a maçonaria na Itália, o sumo pontífice da ICAR considerava,

vendo que o principal instrumento empregado por nossos inimigos é a imprensa, que em grande parte recebe deles sua inspiração e suporte, é importante que os Católicos se oponham à imprensa maligna por uma imprensa que seja boa, para a defesa da verdade, nascida do amor à religião, e para sustentar os direitos da Igreja. Enquanto a imprensa Católica estiver ocupada em deixar nus os desígnios perversos das seitas, em ajudar e defender as ações dos sagrados Pastores, e em defender a promover as obras Católicas, é dever os fiéis suportar eficazmente esta imprensa, — recusando ou cessando de favorecer de qualquer modo a imprensa maligna; e também

⁵⁸ Em nossas pesquisas não encontramos maiores informações sobre o Instituto Teológico Franciscano, que ainda carece de pesquisas acerca de sua história. Atualmente o ITF conta com o curso de Bacharelado em Teologia e a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Evangelização, além de diversos cursos de extensão. É filiado à Pontifícia Universidade *Antonianum*, de Roma e possui uma das maiores bibliotecas especializadas em Teologia da América Latina entre livros, documentos e periódicos católicos, com mais de 125 mil títulos. Para mais informações ver em: <<http://www.itf.org.br/>>.

diretamente, concorrendo, tanto quanto cada um possa, para ajudá-la a viver e florescer: e neste assunto Nós pensamos que até agora não foi feito o suficiente na Itália (LEÃO XIII, 1890).

Além de ponderar sobre a importância desta “Boa Imprensa”, e por essa designação entenda-se uma imprensa pró-católica, enquanto lugar de defesa dos princípios romanistas, Leão XIII enfatizava a necessidade da participação dos leigos na recusa das publicações opostas a ICAR e na promoção dos veículos favoráveis a mesma. Nesse sentido, o sumo pontífice asseverava que “Imprensa contra imprensa: contra a má imprensa só a boa imprensa” (LEÃO XIII apud SILVEIRA, 2013, p. 10). É necessário ponderar que já havia imprensa católica antes das afirmações de Leão XIII, entretanto, elas se constituíram num marco para a compreensão dessas veiculações.

No Brasil, a imprensa católica configurou-se nos mesmos moldes que na Europa, com o intuito de se opor ao processo de laicização da sociedade, com um caráter vinculado ao conservadorismo e a defesa das tradições católicas. A diferenciação em relação à realidade europeia foi a veiculação de um catolicismo sob a égide do padroado, um tanto quanto longe do catolicismo romano (SILVEIRA, 2013, p. 05-06), como observado no capítulo anterior. Sobre esse contexto, torna-se pertinente entender que

são bem mais antigas as iniciativas de se propagar meios de comunicação que pudessem vencer certo isolamento da Igreja nessa área, sobretudo em relação às limitações impostas no tempo do Império. Foi, contudo, somente a partir da separação Estado-Igreja que se deu início a um esforço sistemático de constituição de uma imprensa católica inspirada em estratégias organizacionais modernas de propaganda e distribuição de produtos, bem como preocupada em estabelecer conceitos e políticas que definissem um mundo social edificado sob fundamento católico (GONÇALVES, 2008, p. 65)

Nesse ínterim, congregações católicas europeias que vieram ao Brasil estabeleceram gráficas junto a suas igrejas e escolas com o intuito de produzir materiais impressos para a utilização nesses dois espaços e atingir os grupos sociais que deles faziam parte (BITTENCOURT, 2014, p. 120).

Na sequência, apresentamos em tabela, as quatro editoras fundadas nesse cenário: Ave Maria, Santuário, Vozes e FTD⁵⁹.

⁵⁹ Nome em homenagem ao irmão marista Frère Théophile Durand.

Tabela 3 – Editoras Católicas (1898-1902)

Editora	Cidade	Mantenedor/Fundador	Fundação	País de emigração
Ave Maria	São Paulo/SP	Claretianos	1898	Espanha
Santuário	Aparecida/SP	Redentoristas	1900	Alemanha
Voices	Petrópolis/RJ	Franciscanos	1901	Alemanha
FTD	São Paulo/SP	Maristas	1902	França

Fonte: Bittencourt (2014, p. 121) e Andrades (2004, p. 02). Tabela produzida pelo autor

Ressaltamos a concentração dessas primeiras organizações da imprensa católica do contexto na região sudeste do Brasil, especialmente no estado de São Paulo e, posteriormente, no Rio de Janeiro, onde havia um destacado centro econômico, industrial e político da nação.

Pontuamos o caráter europeu dessas ordens, dado que a imprensa do antigo continente estava há pelo menos 300 anos em desenvolvimento antes da circulação dos primeiros impressos no país e era algo já utilizado por elas. Entendemos que esse trabalho estava tanto atrelado a essa cultura letrada que acompanhou as ordens que atravessam o Atlântico, quanto das novas dioceses que foram criadas após a instauração da República, em que se tornava necessário não apenas para o combate a uma modernidade liberal e laica, quanto a “lutar contra as outras igrejas que também se beneficiavam da mesma liberdade e passavam a ameaçar a hegemonia católica” (BITTENCOURT, 2004, p. 123).

No Brasil houve uma proliferação de periódicos católicos no período de transição do Império para a República. De início, foram criados *O Apóstolo* (1866, Rio de Janeiro), *A Crônica Religiosa* (1869, Salvador), *A Estrela* (1898, Curitiba), *Ave Maria*, em 1898, pela editora homônima, *O Mensageiro da Fé*, pelos franciscanos de Salvador (BA), no ano seguinte, e *O Santuário*, órgão oficial da Basílica de Aparecida pelos redentoristas, em 1900. Outros periódicos surgiram pelo país nos anos seguintes, entretanto a maioria teve uma vida efêmera e circulações restritas, dado tanto a produção artesanal, pouco especializada (DALMOLIN, 2012, p. 02-03) quanto a falta de investidores e recursos.

Na primeira metade do século XX, a ICAR lançou-se e utilizou da imprensa para a manutenção de seus ideais ante a sociedade ao passo que empreendeu “cruzada” contra os modelos díspares. Nesse sentido, compreendemos que

A produção e veiculação desses discursos normatizantes realizada pela imprensa católica ansiava por edificar uma prática regulamentadora baseada na moral cristã, que segundo a ótica da Igreja Católica, se fazia necessária nessa sociedade moderna

que apontava para uma grande anomia social, um caos relacional, perceptível nos avanços comunistas e liberais, nos avanços protestantes e anticlericais, que reverberariam na percepção dos costumes na desorganização social, na desestruturação das famílias [...] (RIBAS, 2009, p. 44-45).

E foi nesse contexto que os frades franciscanos de Petrópolis fundaram uma editora. Após sua chegada, como já considerado anteriormente, fundaram a Escola Gratuita São José (1897). Dado a precariedade não somente do sistema de ensino da Educação Básica no país e a carência de uma estrutura editorial que fornecesse material para os educandários, os frades, no porão do convento, decidiram iniciar um trabalho tipográfico para atender a demanda da escola. Frei Inácio Hinte, considerado o fundador da editora, já tinha experiência com essas atividades na Europa, antes de vir ao país.

Em fins de 1897, os franciscanos receberam de doação uma impressora antiga modelo *Alauzet*. Posta em funcionamento com a ajuda de alunos da Escola Gratuita, mediante a autorização dos superiores da província, em 5 de março de 1901, iniciaram as atividades da *Typographia da Escola Gratuita São José* (ANDRADES, 2001b, p. 22). Entretanto, logo nos anos iniciais, a *Typographia* não se deteve apenas à publicação de obras didáticas⁶⁰. Isso fica demonstrado nas primeiras obras veiculadas pela editora: *O primeiro livro de leitura*, editado pelos professores da Escola Gratuita, *A vida e o culto de Santo Antônio*, de autoria do Frei Luis Reinke, a obra literária *Cecília*, de Frei Basílio Röwer, *Breves meditações para todos os dias do anno*, de Frei Pedro Sinzig, e *Manná: o alimento da alma devota*, por Frei Ambrósio Johanning (ANDRADES, 2001a, p. 25). Para o funcionamento da *Typographia*, tanto alunos da Escola Gratuita quanto os frades auxiliavam em diversos setores, desde a montagem ao despacho das obras.

No ano de 1904, um novo guardião foi nomeado para o convento de Petrópolis, Frei Ambrósio Joahanning, que foi considerável apoiador dos trabalhos com a editora. Por meio de seus relacionamentos com políticos influentes conseguiu não somente a ampliação do prédio do convento, mas também a aquisição de três edifícios que ficavam em frente, dois dos quais foram adequados para sediar a Escola Gratuita. Aliado a isso, novas máquinas foram

⁶⁰ Não obtivemos a lista de todas as publicações da editora, visto que inicialmente o trabalho era feito de forma manual e “amadora”, não se tinha tanto cuidado de fazer esses registros. Tivemos contato com os dados dos catálogos da editora dos anos de 1911, 1923, 1928, 1932, 1934, 1942, 1943, 1953 e 1963 por meio da dissertação de Marcelo F. de Andrades (2001a) e procuramos todas as obras que estão no sistema informatizado da biblioteca do Instituto Teológico Franciscano que foram editadas pela Vozes entre os anos de 1901-1971, onde encontramos 2190 obras e estamos utilizando estas para mapeamentos realizados neste trabalho, apesar de sabermos por meio dos catálogos apresentados por Andrades (2001a) que o número de publicações chegou a algo perto de 6334 títulos, afora de Silva (2011, p. 27) ter assegurado que até o momento de sua pesquisa a editora tinha lançado pouco mais de 5 mil títulos.

compradas com o propósito de ampliar sua capacidade produtiva (ANDRADES, 2001b, p.38), o que nos indica a aceitabilidade de seus produtos por parte dos consumidores e o crescimento da demanda por seus materiais.

Para Frei Clarêncio Neotti (s.d., p.135), a *Typographia* constituía-se em instrumento não somente para a educação escolar, mas também como forma de assegurar ao clero nacional meios para a catequese das comunidades e recursos para os sacerdotes e lideranças em suas atividades eclesiais. Três anos mais tarde, Hinte e Johanning decidiram criar um periódico, uma revista católica que versasse sobre a cultura, inspirados na revista alemã *Vozes de Maria Laach*, pelo que a nova revista se chamou *Vozes de Petrópolis*. A revista foi lançada em 11 de julho de 1907. Com ilustrações, era mensal com cerca de 70 páginas, tendo Frei Hugo Mense como seu primeiro redator⁶¹ (ANDRADES, 2004, p. 08).

O sucesso da revista da *Typographia* pode ser apresentado pelos cerca de 1700 assinantes em 1909 (ORTH apud ANDRADES, 2001a, p. 37). E devido a esse êxito, o periódico acabou legando novo nome à editora, que em 1911 passou a ser denominada de “Vozes de Petrópolis”. Ainda sobre a revista é pertinente entender a sua criação no contexto até aqui delineado. Assim sendo, a revista foi criada dada a

necessidade de publicação de um periódico que tanto pudesse servir como “arma de combate” em um contexto que demandava a afirmação dos ideais religiosos, diante da laicização do ensino público e da expansão de variados grupos racionalistas e anticlericais, quanto apresentasse à comunidade católica uma visão de ciência, cultura e conhecimento que não estivesse em contradição com a fé. A publicação tornou-se, assim, um veículo de formação que procurava oferecer às famílias, professores e escolas católicas, alternativas de informação e conhecimento, procurando evitar que esses recorressem às leituras não recomendadas ou aos textos de antagonistas (BILHÃO, 2017, p. 5356).

O sucessor de Frei Inácio Hinte no comando dos trabalhos da editora foi Frei Pedro Sinzig, alemão franciscano transferido de Lages/SC para Petrópolis em 1908, onde já havia trabalhado fundando o jornal da imprensa local *Cruzeiro do Sul*. O período da gestão de Sinzig (1908-1914) notabilizou-se pela projeção nacional dado o trabalho da nova editora. Além de sua administração, o frei também foi autor de diversas obras (SANTOS, 2004, p. 03). Aliado a isso, mencionamos o fato de Sinzig ter sido um articulista proeminente da chamada “boa imprensa” em território nacional ao fundar o Centro da Boa Imprensa⁶² em

⁶¹ Em seu primeiro editorial, a revista publicava que: “[...] a Vozes de Petrópolis terá character geral e não puramente religioso. Trará a nossa revista artigos variados que terão cunho de actualidade. Nenhuma região da sciencia e da techica da theoria e da pratica será excluída do programa” (apud ANDRADES, 2001b, p.30)

⁶² O Centro da Boa Imprensa, fundado por Sinzig em 1910, uma “Sociedade Cooperativa de Produções de responsabilidade limitada” foi criada com o propósito de ser uma propagadora da “boa imprensa” no Brasil. Em

1910 com a finalidade de ser uma sociedade cooperativa que auxiliasse o trabalho católico com e na imprensa brasileira (SANTOS, 2004, p. 06). Seu trabalho fora prestigiado pelo Papa Pio X ao lhe outorgar o reconhecimento pelo trabalho feito em favor da imprensa prosélita católica (SANTOS, 2004, p. 14).

Um dos fatores que possibilitou o crescimento da editora, além de estar próxima das elites política e econômica da cidade, era o apoio recebido pelos bispos e párocos do país, que indicavam e recomendavam a leitura dessas obras e a assinatura dos periódicos aos fiéis, constituindo-se numa rede ampla de divulgação dos materiais (BITTENCOURT, 2014, p. 132; REIS, 2014, p. 57). Outra ferramenta de divulgação e vendas era o *Catálogo de bons livros e músicas sacras e profanas*, enviados aos clientes cadastrados e o anúncio de produtos da própria editora nos livros e nas revistas, contendo formulários para o reenvio com o pedido à editora.

Figura 1 – Catálogo de livros (1920)



Fonte: Editora Vozes. <http://www.universovozes.com.br/editoravozes/web/view/Historia1920.aspx>.

seus estatutos, os associados a ela faziam contribuições mensais, entre 200 a 500 réis, ou mais se assim desejassem, para o funcionamento da mesma. O Centro publicou as revistas mensais *A Resposta* e *A União*, um outro periódico quinzenal para crianças – *O Beija-Flor* e *A Tela*, publicação semanal de 1919, com circulação nacional, abordava a temática cinematográfica orientando os católicos no que era considerado ou não permitido assistir. Outras obras foram também publicadas, contudo, por posicionamentos polêmicos pró-Alemanha de Sinzig durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e sua ida forçada para a Europa (1920), o Centro entrou em decadência e chegou ao fim nos primeiros anos da década de 1920 (SANTOS, 2004, p. 06-08).

No ano de 1912, entrou em circulação a revista *Echo Seraphico*, destinada aos membros da fraternidade da Ordem Terceira.

Ainda no contexto da Primeira Guerra Mundial, a editora Vozes enfrentou problemas devido não somente à dificuldade na importação de papel e maquinário, mas principalmente pelos artigos de Frei Pedro Sinzig (assinados com um de seus pseudônimos – Francisco de Lins) na revista *Vozes de Petrópolis*. A esse respeito, Andrade (2001a, p. 50) aquilata que a

Administração das ‘Vozes’ recebeu, no período, inúmeras cartas de assinantes pedindo o cancelamento da assinatura por não concordarem com a postura da revista [...]. Muitos clientes também deixaram de comprar produtos da editora ‘dos allemans’. Todos os dias chegavam cartas à *Administração* protestando, cancelando pedidos de livros e assinaturas da revista Vozes.

Em 1919, um grupo de manifestantes, que protestava na cidade e vandalizava estabelecimentos de italianos e alemães, entrou na sede da editora e depredou as instalações, furtou e danificou produtos (ANDRADES, 2001a, p. 50), tendo a editora suspenso suas atividades por um curto período de tempo.

A direção da editora ficou a cargo de Frei Cândido Schutstal, entre 1914 e 1935, frade holandês, formado em Belas Artes e que se dedicou a área da contabilidade após assumir o cargo na editora. Em 1923, no catálogo de publicações, a Vozes apresentava 211 obras para seus consumidores. A partir desse período, percebemos uma ênfase na consolidação das publicações de cunho religioso (ANDRADES, 2001b, p. 45).

Já nos primeiros anos da década de 1930, a revista *Echo Seraphico* contava com aproximadamente 3000 assinantes, e a *Vozes de Petrópolis* com 1800. Novas máquinas foram adquiridas para atender a demanda e houve a ampliação do parque gráfico. Para reforçar sua política publicitária, a editora lançou o jornal bimestral *Arauto*, com uma tiragem de 50 mil exemplares, destinado a religiosos, com o objetivo de manter uma rede de divulgadores e compradores o periódico fazia a divulgação das obras da Vozes. Além disso, descontos eram oferecidos para a fidelização dos clientes (ANDRADES, 2001a, p. 53-56)

A administração de Frei Schutstal legou à revista uma nova forma de atendimento ao cliente: o serviço telegráfico, que dinamizou e barateou a comunicação entre a editora e seus compradores. O código prático, publicado no catálogo de publicações do ano de 1932, permitia ao cliente, num contexto em que o serviço de telefonia era caro e as correspondências demoradas, a compra de

50 exemplares do *Segundo catecismo da doutrina cristã*, por exemplo, ele precisaria enviar apenas um telegrama com a palavra ‘madunos’ e seria rapidamente atendido pela Vozes. ‘Madu’ é o código para o título daquele livro e ‘nos’ é o código de quantidade para 50 exemplares [...]. Durante o ano de 1932, as ‘Vozes’ despacharam 10.159 pacotes registrados pelo correio. No primeiro semestre de 1933, foram despachados 8.000 pacotes e no ano de 1934 esse número aumentou mais ainda. Foram despachados 20.743 pacotes, uma média de quase 70 encomendas despachadas para cada dia útil. Um crescimento de mais de 100% em apenas dois anos (ANDRADES, 2001a, p. 59-60).

A publicação de livros e obras pela editora no ano de 1935 gerou 68 títulos, com uma tiragem total do ano em 276.500 exemplares. Desses, 78.000 exemplares eram de sete livros escolares. O restante eram lançamentos, reedições e também impressões para terceiros (ANDRADES, 2001a, p. 66). No ano seguinte, o Deputado Estadual Mário Alves, pela lei 208/1936, reconheceu os trabalhos desenvolvidos pela Vozes tanto no cenário estadual quanto nacional, pelo que declarou que a editora era de “utilidade pública” (VOZES, 2018).

Nesse mesmo íterim, retornou a direção geral da editora, ao lado de Frei Cândido Schutstal, Frei Inácio Hinte, trabalho que desenvolveram juntos entre 1935-1941. No final da década destacamos a publicação do Best-seller da editora, a *Folhinha do Sagrado Coração de Jesus*, que chegou a vender 370.000 exemplares na década de 1950. De linguagem simples, continha leituras bíblicas, calendário litúrgico, datas comemorativas, culinária, vida de santos e outras variedades (ANDRADES, 2001a, 68-70).

Além da publicação de uma tradução do Novo Testamento pelo Frei João José Pedreira de Castro, duas novas revistas foram criadas: *Voz de Santo Antônio* (que chegou a ter cerca de 15 mil assinantes em 1958) e *COR: Revista Eclesiástica Brasileira*. A *COR*⁶³, uma clara alusão ao Sagrado Coração de Jesus, que inclusive trazia o mesmo estampado em sua capa, foi uma revista mensal, publicada pela Vozes entre 1939 e 1941. Com o intuito de ser uma revista brasileira, como pretendido em seu subtítulo – *Revista Eclesiástica Brasileira* –, a revista não obteve muito êxito, tendo sua circulação mais restrita à região sudeste.

Sobre o contexto da Editora Vozes em questão, Andrades (2001a, p. 68) considerou que

A Vozes passou a ocupar, com merecimento, um lugar de destaque como principal meio de comunicação católico no Brasil. O reconhecimento e a aceitação das publicações da Vozes pelos bispos e religiosos é praticamente unânime. Exemplo disso é a participação da ‘Vozes’ no *1º Concílio Plenário Brasileiro*”.

⁶³ COR em latim, significa, coração.

Para o Concílio (1939), a editora imprimiu os documentos preparativos para o certame e os materiais utilizados no mesmo. Também participou enquanto editora católica, sendo representada pelos Freis Frederico Vier e Aleixo Völkert (ANDRADES, 2001a, p. 69).

A pedido dos superiores da Província Franciscana da Imaculada Conceição, Frei Tomás Borgmeier, ex-professor do Instituto Teológico Franciscano, entomólogo⁶⁴ e pesquisador reconhecido na área, assumiu a direção da editora, o que o fez entre os anos de 1941-1952. Com uma empresa já consolidada em território nacional, na sua gestão foram lançados três novos periódicos. O primeiro deles, já em 1941, foi a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), uma nova revista que se propunha ser um impresso articulador do clero nacional e que fosse um meio eficaz de comunicação entre os sacerdotes católicos no Brasil. Deixamos de lado a REB, pois na última parte deste capítulo a retomaremos.

Das outras duas, uma foi a revista *Sponsa Christi*. Fundada em 1947, foi proposta para ser uma revista de espiritualidade para as religiosas da Igreja Católica, destinada a “fornecer direção espiritual, temas de meditação, esclarecimentos canônicos, entretenimento e ilustração às milhares de freiras das mais diversas Ordens e Congregações que existem no Brasil” (PIMENTEL apud ANDRADES, 2001a, p. 87). Devido às proposições do Concílio Vaticano II e ao fato de ampliar seus leitores para o público masculino (que já vinha acompanhando a revista), mudou de nome para *Grande Sinal*, ainda hoje em circulação. A outra foi a revista *Música Sacra*, que saiu de circulação em 1959. Fundada por sugestão do ex-diretor Frei Sinzig, membro da Academia Brasileira de Música, o periódico trazia em suas páginas, além de artigos e resenhas, partituras e composições da música sacra (ANDRADES, 2001b, p. 46).

O catálogo de obras do ano de 1943 apresentou aos consumidores 960 obras para a aquisição. Dessas, 762 possuíam um cunho explicitamente religioso, já as outras 198, apesar de não serem objetivamente religiosas, não descartamos que essas estivessem permeadas de valores católicos. Nessa perspectiva, evidenciamos a produção editorial da Vozes nos seus primeiros 30 anos como predominantemente católica, orientada por um catolicismo conservador, característica essa que se manteve nos seus primeiros 60 anos de editora, pelo menos.

Mesmo num período de escassez de papel (que era importado para a produção de livros e revistas), e como não entravam mais tantas obras estrangeiras devido à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Vozes continuou publicando, criando novas obras e

⁶⁴ A Entomologia é um ramo das Ciências Biológicas que se dedica ao estudo dos insetos.

periódicos, consolidando-se enquanto editora referência nas temáticas religiosas voltadas ao catolicismo romano (SILVA, 2011, p. 13).

Ancorada em sua rede de apoiadores, com filial no Rio de Janeiro (1940) e em São Paulo (1942), a Vozes iniciou a década de 1950 com mais de 2 milhões de livros produzidos. Foram pelo menos 370 mil *Folhinhas*, 631 mil catecismos, 855 mil livros diversos e 256 mil exemplares de revistas e jornais. Por seu caráter não privado, os lucros obtidos serviam para a manutenção e a ampliação das atividades editoriais, o sustento de duas escolas, a Escola Gratuita e a Escola Santo Antônio, a manutenção do convento, a construção de um cemitério e outras atividades da ordem (ANDRADES, 2001a, p. 96). No seu Jubileu de Ouro, a Vozes recebeu, dentre diversas homenagens, a bênção apostólica do Papa Pio XII.

O ano de 1952 ficou marcado pela saída de Borgmeier de todas as suas atividades na Vozes. Ele era o redator da REB, e a revista nada publicou sobre o caso após sua saída para esclarecer aos seus leitores. A discussão de Andrades (2001a, p. 100-101), permite-nos entender que ele foi destituído do seu cargo pelos superiores da Província pelos conflitos com seus pares e pela constante ausência em Petrópolis nas atividades da ordem, devido a suas pesquisas com formigas. Kloppenburg, ao ser entrevistado por Andrades, nada mencionou acerca de seu antecessor na REB, apenas afirmou que “Frei Tomás era um grande senhor, um cientista, especialista em formigas. Ele levantou a Editora Vozes, deu-lhe um patamar elevado. Foi ele quem iniciou a *Revista Eclesiástica Brasileira*” (KLOPPENBURG apud ANDRADES, 2001b, p. 213). Com sua saída, Boaventura Kloppenburg, que já era articulista participativo na revista, assumiu a redação, Frei Ludovico Gomes de Castro foi nomeado como diretor da Editora Vozes e Frei Paulo Evaristo Arns como redator da *Sponsa*.

Já em 1957, Frei Aurélio Stultzer assumiu a direção geral da editora e implementou um sistema de gestão a partir de um conselho editorial mais participativo do que se tinha até então. Além dele, Frei Matias Heidemann, Frei Frederico Vier e os funcionários da editora também participavam. Junto deles, sob ordem dos superiores da Província Franciscana, faziam parte Frei Desidério Kalverkamp, enquanto guardião do convento de Petrópolis, e os Freis Constantino Koser, Evaristo Arns e Boaventura Kloppenburg, na qualidade de professores do ITF (ANDRADES, 2001a, p. 111).

É interessante percebermos essa relação de proximidade entre os franciscanos em Petrópolis que trabalhavam nas diversas atividades da ordem, fosse no comando ou trabalho da editora, na publicação de obras e na redação de periódicos, no exercício como docente do

ITF, no trabalho com o Convento e a Igreja do Sagrado Coração. A esse respeito, um livro de crônicas franciscanas registrou

pode-se perceber que havia uma coesão do grupo, tanto na distribuição dos trabalhos, como na frequência das reuniões e na estreita colaboração entre Vozes e ITF. A interação entre os frades do Convento do Sagrado, do ITF e da Vozes era tanta que alguns frades divulgavam os produtos da Vozes até na porta da Igreja do Sagrado [Coração de Jesus] (apud ANDRADES, 2001a, p. 112).

Essa relação também fica evidente quando Frei Kloppenburg era, ao mesmo tempo, professor de teologia dogmática no ITF, redator da REB, escritor de obras pela Vozes e participante do conselho editorial desta. Assim, podemos compreender que as atividades possuíam uma interconexão entre si, geridas por um grupo de frades, sob a supervisão da Província Franciscana da Imaculada Conceição. A fala do então Frei Evaristo Arns também registra isso e evidencia a participação dos alunos; o próprio enquanto aluno do ITF em 1944-1945, participou na tradução de obras para a editora. Após sua formação, Arns afirmou que ele voltou para a Editora Vozes “no ano de 1956 e fiquei até 66 [...], eu era Mestre dos Estudantes, depois Vice-Provincial e Prefeito de Estudos, mas todo tempo livre eu dediquei às revistas: a REB [...]. A mesma coisa na revista Vozes e depois na revista *Sponsa Christi*” (ARNS apud ANDRADES, 2001a, p. 180).

Ao fazer a classificação das editoras brasileiras no contexto, Hallewel (1985, p. 293), em seu ranking relativo ao ano de 1955, situou a editora dos franciscanos em 9º lugar, a mais bem colocada entre as editoras católicas do Brasil. A respeito do trabalho editorial dos frades menores em Petrópolis, pontuou que

Por desaprovar a escola naturalista de romances, os franciscanos de Petrópolis foram levados a publicar livros de ficção [...]. Depois começaram a publicar obras importantes sobre temas religiosos, especialmente quando, durante a segunda grande guerra, escassearam os livros importados. Mais recentemente, a expansão de suas atividades tem refletido a crescente conscientização e participação social da Igreja católica no Brasil (HALLEWEL, 1985, p. 523)

Ainda na década de 1950, a editora lançou a revista *Studia Entomologica* (1957), voltada aos estudos entomológicos, sob a direção de Borgmeier e Walter Kampf. No ano seguinte, tirou de circulação a *Echo Seraphico*.

O ano de 1958 ficou marcado pelo crescimento de 8% anual da editora. Assim, para suprir a demanda crescente, uma máquina foi criada exclusivamente para a impressão da *Folhinha do Sagrado Coração*, sucesso de vendas da Vozes. A necessidade de ampliação do

espaço físico fez com que um novo prédio fosse construído para sediar o convento e o Instituto Teológico Franciscano, deixando o espaço maior para a gráfica e a administração da editora (ANDRADES, 2001a, p. 113-122).

Apesar de a década de 1950 ser de sucesso editorial, foram os anos de 1960 ainda mais significativos para a Editora Vozes. Em 1962, Frei Ludovico de Castro reassumiu o cargo de Diretor Geral da editora, ocupando-o até 1986. Novas máquinas também acompanharam o crescimento e a necessidade de produtos da editora. Dobrou-se o número de funcionários e houve um investimento na publicação de obras de caráter universitário (com destaque para as áreas de Antropologia, Economia, Administração, Educação, Comunicação, Tecnologia, História, Filosofia, Línguas, Língua e Teoria Literária). A gestão de Castro, no entendimento de Andrades (2001a, p. 126-127), ficou assinalada pela

formação de um competente grupo de assessores; pelo investimento em um editorial cultural e religioso caracterizados pela ousadia e a pluralidade; pela expansão do parque gráfico e da rede de filiais da Editora; e por sua postura firme na defesa das opções da Editora frente às dificuldades enfrentadas com setores conservadores da Igreja e a repressão do governo militar. [...] Frei Ludovico foi deixando aos frades apenas as tarefas ligadas ao editorial religioso. Trouxe para os cargos-chave da administração da Editora profissionais experientes.

Como discutido no capítulo anterior, o Concílio Vaticano II (1962-1965) foi um marco na história do catolicismo e trouxe muitas mudanças para a ICAR. Essas mudanças atingiram também o campo da imprensa e das editoras católicas. Compreendemos que foi a partir da renovação pós Vaticano II, auxiliada no Brasil pela unidade e articulação do episcopado a partir da CNBB, que as “publicações católicas começam a se difundir e o seu mercado, a expandir com a participação dos leigos na Igreja. Os livros ampliam seu público e o pensamento do diálogo com o mundo levou a uma mudança de ideias, redefinindo a função sacral do livro” (SILVA, 2011, p. 20).

A estreita relação da Vozes com o Vaticano II legou a ela o nome de “Editora do Concílio”. A participação de professores do ITF, ligados diretamente à editora, como os Freis Boaventura Kloppenburg, Guilherme Baraúna, Frederico Vier, Konstantino Koser, Ludovico Gomes de Castro e Evaristo Arns possibilitou a publicação diversos livros pela Vozes. Destacamos os 20 volumes da coleção *A Igreja do Vaticano II*, uma obra com mais de 1300 páginas, lançada ainda em 1965. Organizada por Frei Vier com a participação de 57 especialistas, tornou-se referência no tema não somente no Brasil, visto que foi publicada também em inglês, francês, holandês, italiano, alemão e espanhol.

A esse respeito, sublinhamos a atuação de Kloppenburg, chefe da seção de imprensa para a língua brasileira do CVII que utilizou a REB para publicar todas as documentações conciliares na revista. Durante os anos de 1962-1965, a *Revista Eclesiástica Brasileira* veiculou, assim que publicadas foram, as resoluções do Vaticano II, o que forneceu ao clero nacional e ao público interessado na informação em tempo quase simultâneo. Para Frei Elói Piva, atual redator da REB, a revista foi “a seu modo, o veículo que por primeiro levava a informação detalhada e de fonte *bem informada*, que tecia ponderações sobre o Concílio” (PIVA apud ANDRADES, 2001a, p. 157, grifo nosso).

Além da REB, outras revistas da editora também divulgaram o Concílio, como a *Vozes*, *Sponsa* e a nova revista: *SEDOC: Serviço de Comunicação*, originária a partir da própria REB, tinha em si a finalidade de levar ao público os principais documentos da ICAR a nível global, latino-americano e brasileiro. A *SEDOC*⁶⁵ foi lançada em 1968, sob a organização do Frei Odilon Orth, Pe. Romeu Dale e do jornalista José Cavalcanti. Outra revista também foi lançada nessa conjuntura: *Concilium*, Revista Internacional de Teologia, editada simultaneamente em sete idiomas (português, espanhol, francês, inglês, holandês, italiano e alemão). Fundada no ano de 1965 pelos teólogos Y. Congar, H. Kung, J. B. Metz, K. Rahner e E. Schillebeeckx, intelectuais de destaque no cenário teológico do catolicismo no mundo⁶⁶, a revista objetivava manter o “espírito” do Vaticano II, tratando sempre de temáticas a ele relacionadas. Era direcionada principalmente a teólogos, professores e estudantes de teologia, clérigos e cientistas da religião.

Nos seus primeiros anos, a *Concilium* era publicada dez vezes ao ano, cada edição com uma temática específica que orientava as discussões em suas páginas: Dogma, Liturgia, Pastoral, Ecumenismo, Moral, Problemas-Fronteira, História da Igreja, Direito Canônico, Espiritualidade e Sagrada Escritura, com edições que chegavam a ter 150 páginas cada. Seu editor no Brasil foi, inicialmente, Frei Leonardo Boff. Assim como a REB, a *SEDOC* e a *Grande Sinal* (sucessora da *Sponsa Chirsti*), a *Concilium* ainda é editada pela *Vozes*, com a colaboração dos membros do ITF.

Para além dessas considerações, ainda outros fatores foram relevantes nos anos 1960 para a editora. Dada a ditadura instalada em 1964, a *Vozes* tornou-se um lócus de resistência ao regime, publicando obras que denunciavam as atrocidades cometidas pelo governo, o que trouxera represálias inclusive a funcionários e frades (ANDRADES, 2001a, p. 154). Para

⁶⁵ Em entrevista concedida a Andrades (2001a, p. 214), Kloppenburg disse que criação da *SEDOC*, dada a carência de espaço na REB para a publicação de tantos documentos eclesiais, foi inspirada na revista católica francesa *La documentation católica*.

⁶⁶ Informações obtidas no site do Instituto Teológico Franciscano: <http://www.itf.org.br/revista-concilium>.

Bittencourt (2014, p. 132), enquanto, na década de 1970, a FTD (editora católica) crescia no segmento do livro didático, a Vozes opunha-se à opressão, abrigava opositores e dava voz a eles. Apesar disso, não obtivemos registros acerca da censura dentro das publicações, como é o caso da REB⁶⁷. Entretanto, sabemos que a prática da autocensura era disseminada entre os pensadores do período, o que pode ter também atingido os escritores dos periódicos e das obras publicadas.

Após a realização da 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Medellín, Colômbia (1968), alguns teólogos e clérigos no Brasil, sensíveis às discussões lá realizadas e convictos dos ideais defendidos, começaram a escrever suas obras e publicar por meio da editora Vozes. Foram livros e artigos que versaram desde a situação histórica do catolicismo no Brasil, passando pelas questões econômicas do subdesenvolvimento e exploração do continente latino-americano, a libertação (aqui entendida não somente enquanto libertação do pecado, mas principalmente da libertação da opressão e das desigualdades sociais), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a questões como secularização, alteridade, romanização, pluralismo cultural e religioso, entre outros. E um desses marcos foi a obra *Jesus Cristo Libertador* (1972), de Leonardo Boff, uma referência para a práxis da Teologia da Libertação (TL). A TL não ficou restrita somente aos livros, atingiu também as revistas, dentre as quais a REB, da qual Boff foi seu editor entre 1972 e 1986.

Além dessas temáticas polêmicas no campo teológico, as quais levaram Boff ao seu silenciamento por parte da Congregação da Doutrina da Fé, os autores e intelectuais que publicavam pela Vozes também discutiam, por meio de suas obras, temáticas relacionadas aos direitos humanos, minorias, feminismo e sexualidade. Cabe aqui destacar as obras de Rose Marie Muraro, como *Mulher na construção do futuro* (1966) e *Automação e futuro do homem* (1969), que traziam as discussões de gênero para a editora. Além dela, Heloneida Sudart, Marta Suplicy, Sandra Mara Herzer e Betty Friedan tiveram suas obras nela publicadas (ANDRADES, 2001a, p. 150). Ainda, os gestores da Vozes também deram atenção ao mercado universitário, pelo que destacamos a *Revista de Cultura Vozes* (nome no período da revista *Vozes de Petrópolis*) que adotou cada vez mais esse caráter e a revista *Bibliografia Classificada*, lançada em 1968 com a proposta de discutir crítica literária (ANDRADES, 2001a, p. 15).

⁶⁷ Nem na ditadura do Estado Novo (1937-1945).

A década de 1960 também representou uma expansão comercial para a editora. Com a abertura de sua quarta filial, agora no sul do Brasil em Porto Alegre/RS⁶⁸, a Vozes deu início a uma nova política de vendas, pautada tanto na abertura de novas filiais pelo país, quanto com a formação de um grupo de vendedores e divulgadores que faziam visitas às diversas localidades (OLIVEIRA apud ANDRADES, 2001b, p. 142), com o intuito de expandir sua rede de consumidores e assegurar mercado.

A sua projeção internacional também deve ser considerada. Esse fator dava-se tanto pela permuta de suas revistas, dentre as quais destacamos a REB por seu caráter teológico de relevância nacional, quanto pelas novas obras que eram lançadas pela editora. Essa expansão foi marcada pela exportação de mais de 15 mil obras, de 304 títulos diferentes entre agosto de 1971 e maio de 1972 (ORTH apud ANDRADES, 2001a, p. 142).

Nacionalmente, o reconhecimento veio também em 1971, com o prêmio da Câmara Brasileira do Livro, ao conceder a Vozes o título de “editora do ano”. Nos anos que se seguiram, a editora destacou-se tanto pela publicação de obras consideradas como vanguardistas para a teologia católica, como a obra já citada *Jesus Cristo Libertador*, em 1972, de Leonardo Boff e outros de seus escritos, quanto pela tradução de trabalhos de consideráveis pensadores e intelectuais, como Carl Jung, Pierre Weil, Michel Foucault, entre outros.

Outra revista também foi publicada nos anos seguintes, a *Estudos Bíblicos* (1988), originada a partir de um anexo da REB (1986). Com edições trimestrais, a revista aponta para algo corrente na editora a partir das concepções do Concílio Vaticano II – o ecumenismo – visto que agregou teólogos católicos, luteranos, metodistas, anglicanos, presbiterianos e batistas, procurando questões comuns às diferentes denominações cristãs.

Diante das considerações até aqui, buscamos compreender a formação do grupo que geria e veiculava a *Revista Eclesiástica Brasileira*, entendendo a partir da relação existente entre os franciscanos, o Instituto Teológico, a editora e a REB. Sobre essa relação, ao ser entrevistado por Andrades (2001b, p. 214) Frei Kloppenburg afirmou que “[...] a Editora Vozes evidentemente era uma Editora dos franciscanos e o pessoal do ITF também a dirigia. Eram os freis do ITF que faziam as coisas, então não havia separação, era uma comunidade só. A Editora Vozes, o Convento dos franciscanos, o Instituto Teológico”. Nesse sentido, tomamos a REB enquanto um veículo da imprensa católica e, por sua vez, integrante da dinâmica “do processo de construção do que [meramente um] registro dos acontecimentos,

⁶⁸ As outras lojas, fora a matriz em Petrópolis/RJ, estavam situadas nas cidades do Rio de Janeiro/RJ (1940), São Paulo/SP (1942) e Belo Horizonte/MG (1957).

atuando na concepção e construção de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica” (DARTON, 1996, p. 15).

2.2.1 As publicações das Vozes sobre os protestantes

Neste subcapítulo, fizemos um levantamento das obras publicadas pela Editora Vozes acerca dos protestantismos. Quanto aos livros, fizemos um mapeamento a partir do acervo da Biblioteca do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, disponível pela plataforma digital, entre os anos de 1901-1971, recorte entendido a partir da fundação da *Typographia* até o final do período por nós analisado na REB.

Para o levantamento, procuramos em publicações, designando apenas o editor (Vozes) e o recorte temporal (1901-1971), ordenando cronologicamente, o que nos gerou um banco com 2190⁶⁹ obras e/ou, capítulos de obras. A partir do resultado obtido agrupamos as obras que versam sobre os protestantismos. Não consideramos aqui nenhuma obra que tratou exclusivamente da temática do ecumenismo. Ressaltamos que o mapeamento não corresponde a todo o conjunto das obras veiculadas pela editora, uma vez que a biblioteca referida possui parte significativa das obras da editora, mas não sua totalidade.

Na sequência, tabelamos as publicações da editora, situando as obras publicadas a cada quinquênio⁷⁰. Apesar de nosso mapeamento ter se iniciado em 1901, os primeiros impressos aparecem apenas após 1930.

Tabela 4 – Relação de obras publicadas pela Editora Vozes sobre o protestantismo por quinquênio (1901-1971)

Quinquênio	Nº de obras
1930-1934	02
1935-1939	02
1940-1944	00
1945-1949	01
1950-1954	04
1955-1959	14

⁶⁹ Realizamos também uma busca acrescentando a designação do assunto, com as seguintes palavras: Protestantismo, Luteranismo, Metodismo, Pentecostalismo, Anglicanismo, Teólogos Protestantes, Reforma Protestante, Calvinismo e Igreja Evangélica.

⁷⁰ Listamos as obras de forma completa, em ordem cronológica, colocando o número de páginas da obra nos anexos deste trabalho – Apêndice I.

1560-1964	02
1965-1969	09
1970-1971	03

Fonte: Mapeamento biblioteca ITF. Produzida pelo autor

Das 37 obras publicadas e republicadas, dois são documentos oficiais da ICAR (Concílio de Trento⁷¹). Dos livros, apesar de verificarmos uma pluralidade de autores, dois autores destacaram-se na publicação de suas obras. Inicialmente, o Padre Julio Maria de Lombaerde, sacerdote do clero católico conhecido por suas obras antiprotestantes⁷², com a publicação de cinco obras, das quais outras novas edições foram lançadas. O Padre Dr. Leslie Rumble, um apologeta católico, publicou 12 obras, todas integrantes da coleção *Vozes em Defesa da Fé*, na qual também publicou outros volumes.

Dentre as obras, destacamos a coleção *Vozes em Defesa da Fé*, publicada nos anos de 1959 e 1960, com segunda edição em 1964. Promovida pelo Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral (SNDFM), chefiado por Boaventura Kloppenburg, treze obras específicas sobre grupos protestantes foram levadas ao público. Os 60 livretos publicados pela coleção⁷³, com cerca de 50 páginas cada um, tinham como finalidade ser uma referência na área de apologética do catolicismo brasileiro.

Figura 2 – Coleção *Vozes em Defesa da Fé* – vols. 12-15.



Fonte: autor. Acervo da Biblioteca do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis/RJ.

⁷¹ O Concílio de Trento (1545-1563) foi realizado na ambiência das Reformas Religiosas da Europa do séc. XVI e dentre as diversas discussões e decisões, destacamos que este sacramentou a cisão com os grupos protestantes (luteranos, calvinistas e anglicanos).

⁷² Para saber mais da questão entre o Pe. Julio Maria e os protestantes, ver em: SIMÕES, Daniel Soares. *O Rebanho de Pedro e os Filhos de Lutero: o Pe. Júlio Maria de Lombaerde e a polêmica antiprotestante no Brasil (1928-1944)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

⁷³ Já listadas nesse trabalho.

Kloppenburger afirmou em relação aos livretos da coleção sobre a temática do espiritismo, assunto abordado frequentemente em suas palestras e conferências pelo Brasil nesse período, que os organizadores de suas conferências “compravam e distribuíam gratuitamente, mas a editora fornecia evidentemente um bom desconto. A Editora não lucrava com isso, era mais um apostolado [...], mas naquela época antes do Concílio havia todo o perigo do protestantismo” (apud ANDRADES, 2001b, 208-209) – duas temáticas privilegiadas pela coleção.

Sublinhamos a concentração dessas publicações entre as décadas de 1950 e início de 1970, período desta pesquisa e que reflete a preocupação com um protestantismo crescente nesse contexto, conforme apresentado no capítulo anterior. Dessa forma, verificamos a Editora Vozes em seu cunho de servir aos propósitos da ICAR, fossem eles voltados para a apologética, da defesa da ICAR e na busca de assegurar seu espaço em solo brasileiro, quanto na produção de conhecimento sobre os outros grupos que compunham o campo religioso nacional, voltando-se mais em direção a uma prática que se quer ecumênica após o CVII. Logo, podemos perceber uma conexão entre a Vozes e a REB, que veiculou tanto apreciações e anúncios dessas obras, quanto temáticas muito semelhantes.

2.3 Uma “revista para o nosso tempo⁷⁴”: a *Revista Eclesiástica Brasileira* em seus primeiros trinta anos (1941-1971)

Iniciamos este subcapítulo considerando que ainda muitos dados sobre a revista nos faltam, informações que nem a própria redação da REB e a Editora Vozes possuem de forma clara, como a sua tiragem, os estados em que ela circulou, para que países fora exportada, seu número de assinantes e onde estavam estes concentrados, entre outros. Entretanto, nada disso nos impede de compreendermos a sua história. Para tal, utilizamos tanto da leitura da própria revista e artigos por ela veiculados, quanto de outros autores que também analisaram este periódico.

Foi com uma editora já consolidada e reconhecida nacionalmente, principalmente pelo clero católico e contando com um corpo de especialistas e professores do Instituto Teológico de Petrópolis e do Convento que, em 1941, a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB) foi lançada.

⁷⁴ Afirmação na revista em sua primeira publicação (REB, 1941, p. 03).

Como já mencionado, a REB foi a sucessora da *COR: Revista Eclesiástica Brasileira*. Publicada em 15 de janeiro de 1939, com “a aprovação e bênção de Sua Eminência Revma o Sr Cardial Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra” (COR, 1939, capa). *Imprimatur* de uma “Comissão Especial do Exmo e Revmo Sr Bispo de Niterói D. José Pereira Alves” e o *Nihil Obstat* do Frei Frederico Vier, circulou até janeiro de 1941.

A revista foi idealizada pelo Pe. Guilherme Boeing⁷⁵ e pelo Cônego José Xavier de Maria⁷⁶, ambos sacerdotes mineiros que buscavam criar uma “revista técnica, uma revista de classe para todo o Clero do Brasil” (MARTINS, 1965, p. 863), tendo obtido o apoio e suporte na Editora Vozes em Petrópolis/RJ, por meio de Frei Inácio Hinte.

A historiografia, que no atual “estado da arte” encontra-se aquém da relevância que a REB apresenta para a história não somente da ICAR, mas também do Brasil Republicano, diverge quanto à criação da revista COR. Para Andrades (2001a), a revista teria sido criada por meio do pedido de Dom Sebastião Leme a Frei Borgmeier. Entretanto, concordamos com Andrade (2012) e Schlenker (2011) que a criação da revista fora do Cônego José Maria e do Padre Guilherme Boering, como também afirmado pelo Padre Waldomiro Martins, na publicação “Fastos Jubilares”, na REB de 1965. Seu redator responsável fora o Cônego João Batista Siqueira, então teólogo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. A redação ficou a cargo de Frei Frederico Vier, dada a dificuldade de Siqueira se locomover até Petrópolis (MARTINS, 1965, p.863). Apesar disso, não descartamos a participação de Dom Leme e Borgmeier no auxílio à formulação da revista.

A COR, com edições de 62 a 64 páginas, trazia as seguintes seções: “Atos da Santa Sé”, na qual eram divulgados os atos e eventos desta, ao lado de cartas, alocações, decretos, homilias papais, com boa parte de suas publicações em latim; “Teologia Dogmática”, em que expunha e discutia questões ligadas a esse ramo da teologia católica, com destaque para as publicações de Frei Mariano Wintzen OFM; “Teologia Moral” na qual publicavam reflexões sobre as posturas morais que poderiam ser adotadas ou não por um fiel a luz do catolicismo, contendo diretrizes para os sacerdotes; “*Ministerium Verbi*”, “esquemas de homilias” veiculava sermões para serem pregados nas missas dominicais, contendo textos em latim; “Secretariado Nacional de Defesa da Fé”, seção destinada a dados e informações a respeito das outras matrizes religiosas principalmente do Brasil, com um caráter apologético; “Livros”,

⁷⁵ Nascido na Holanda, Padre Guilherme Boering trabalhou como missionário em Minas Gerais, engajado no estudo das questões sociais (MARTINS, 1965, p. 683).

⁷⁶ Nascido no ano de 1894 na cidade de Divinópolis (MG), sendo ordenado em Mariana (MG) no ano de 1916. Atuou como professor em seminário, organizou congressos marianos e obras de cunho social, como espaços de atendimento a pessoas vulneráveis e asilos (MARTINS, 1965, p. 683).

continha a apresentação de obras com pequenos comentários, sem necessariamente ser da Editora Vozes; “Cúria do Rio de Janeiro”, comunicados, avisos, convites e demais atividades referentes à cúria do Rio; “*Qui nos praecesserunt cum signo fidei...*”⁷⁷, seção de necrologia, contendo uma pequena biografia de cada personalidade; e “Notícias”, referentes ao “mundo católico”, como ordenações sacerdotais, eventos, missas e demais acontecimentos. As seções poderiam variar de uma edição para a outra. Artigos, de caráter histórico, sociológico e missiológico também eram publicados entre as seções, e alguns eram fragmentados entre as edições da revista.

A COR teve 25 edições impressas. Divulgou em suas páginas, como forma de alavancar as vendas, diversos produtos da Vozes, como a *Folhinha do Sagrado Coração de Jesus*, quadros com imagens de Frei Rogério Neuhaus OFM, obras como *Breviarum Romanum* e *Missale Romanum*, dentre outros.

Apesar da busca por uma revista de caráter tanto eclesiástico, quanto brasileiro, sua circulação ficou aquém do esperado, o que se justificou pela característica regional que assumiu ao veicular em suas páginas o boletim da Arquidiocese do Rio de Janeiro a pedido de Dom Sebastião Leme. Sendo assim, a COR estava distante do seu propósito: ser uma revista eclesiástica “brasileira”, isto é, que tivesse uma abrangência nacional. Esse motivo foi levantado por Martins (1965, p. 864) ao pontuar que esse caráter de dupla finalidade – órgão nacional e boletim regional da Cúria do Rio de Janeiro – teria, pelo menos, “diminuído a força de penetração em todo o território nacional”.

Diante disso, a revista foi tirada de circulação com o intuito de, por meio de sua reformulação, poder lançar uma revista realmente significativa no contexto do catolicismo romano no Brasil. Conforme Reis (2014, p. 79), a COR “precisava de um novo ‘fôlego’, e assim foram feitas algumas mudanças a fim de que a REB ressurgisse como uma tribuna, na qual intelectuais pudessem estabelecer um diálogo no ‘território brasileiro’”. Todavia, não consideramos a COR como um insucesso da editora, visto que o periódico funcionou como um projeto piloto para o propósito de se ter uma revista realmente católica, que envolvesse os clérigos (eclesiástica), em todo o país (brasileira), dado a falta de articulação dos sacerdotes no país, como discutido no primeiro capítulo, visto que estamos falando de um cenário pré-CNBB.

A REB tem sido entendida a partir da gestão dos seus redatores na revista (SCHLENKER, 2011 e 2012; ANDRADE; 2012; SARAYANA, 1996). Concordamos com

⁷⁷ “Aqueles que vieram antes de nós marcados com o sinal da fé”. Tradução livre, do latim.

Schlenker (2011, p. 02) ao considerar os quatro períodos da revista, pelo que acrescentamos as suas considerações a nossa leitura⁷⁸.

Inicialmente, a REB teve a frente de sua redação o Frei Tomás Borgmeier (1941-1952). Compreendemos esse período como um momento de consolidação do periódico e do surgimento de um importante (para Schlenker (2011) o principal) órgão teológico do clero católico no Brasil. A segunda fase, entre os anos de 1953-1971, teve como redator da revista o Frei Boaventura Kloppenburg. Ao remetermos ao período específico de nosso recorte assinalamos duas características: a divulgação do Concílio Vaticano II em primeira mão para a língua portuguesa (Brasil e demais países deste vernáculo) e o perfil apologético acentuado do então diretor do Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral (SND FM). Além disso, foi nesse período que a revista alcançou seu auge, tanto em número de assinantes quanto na projeção da revista (SARAYANA, 1996; ANDRADE, 2012).

Entre os anos de 1970-1971, Kloppenburg dividiu a redação com o Frei Leonardo Boff. Devido a diversos desentendimentos doutrinários entre os dois, visto ser o primeiro um conservador e defensor da ortodoxia romana, enquanto Boff era um defensor e pensador da Teologia da Libertação, Kloppenburg deixou a REB a cargo de Boff, que a conduziu entre os anos de 1972-1986. Analisando o contexto político e eclesial brasileiro e internacional, Andrade (2017, p. 87) asseverou que havia dois grupos opostos:

esses setores estarão vivenciando duas frentes de conflito; uma no nível da sociedade, expressa pela repressão patrocinada pelo regime militar, já que a ala mais conservadora da Igreja nunca se afastou do poder constituído durante o período de 1964-1980 e até o apoiou para conseguir reprimir as tentativas de mudanças no seio da própria Igreja e, uma crise interna, que diz respeito a eleição de João Paulo II como Papa em 1979, iniciando um movimento, bem difundido aliás, de “volta à grande disciplina”, reprimindo o diálogo com os setores populares, que colocava a questão da dominação de classes e o respeito às manifestações da cultura popular.

Nesse embate, muito mais amplo e complexo do que dois companheiros de redação em uma revista, Kloppenburg decidiu deixar o cargo para seu colega. O perfil dos anos durante a gestão de Boff foi a Teologia da Libertação, na qual a revista tornou-se, juntamente com a perfil editorial da *Vozes* e o Instituto Teológico Franciscano, uma das grandes difusoras de tais concepções, congregando autores e teólogos brasileiros e latino-americanos. A esse respeito considerou o historiador e filósofo da Universidade de Navarra, Josep-Ignasi Sarayana (1996, p. 271) que

⁷⁸ Discordamos de Schlenker (2011) na marcação temporal. Para ele o período redatorial de Kloppenburg iniciou em 1952 e, para nós, pelas informações que constam na revista, em 1953.

Recapitulando los años de Boff, entre 1972 y 1986, se puede decir que fue realmente la tribuna de los teólogos brasileños más próximos a la teología de la liberación, con alguna esporádica participación de teólogos hispanoamericanos y algunas de europeos, aunque pocos. No faltaron, en este período, trabajos de carácter más bien pastoral, redactados por obispos brasileños directamente empeñados en una pastoral de frontera.

Durante sua gestão, diversos leigos publicaram na REB, o que até então era a exceção. Essa participação mais efetiva dos leigos não era algo exclusivo da revista, mas também perpassava os diversos setores do catolicismo, imbuídos pelos ideais do CVII e também da TL. Após os cerceamentos de Leonardo Boff pela Congregação para a Doutrina da Fé (1984), e pelas diversas polêmicas que envolveram a revista pelos embates teológicos nela travados, assumiu a REB, de 1986 até os dias atuais, o historiador e teólogo Frei Elói Dionísio Piva. Buscando distanciar-se do caráter da gestão anterior, Piva legou a REB um perfil muito mais eclesial e ecumênico, aberto ao diálogo.

Comparando as gestões de Piva com o seu antecessor, Leonardo Boff, assentimos com Sarayana (1996, p. 272) que, nesse novo período redatorial da REB,

su tónica habitual ha sido la amabilidad y la ciudadanía, lejos de todo sensacionalismo. Ha evitado la polémica y el partidismo. Esa normalidad, que fue su principal característica durante las dos primeras etapas y que le labró um prestigio reconocido, no sólo en Brasil, sino en todo el mundo católico, fue interrumpida, en ocasiones, durante la etapa de Boff. Ahora, todo apunta a que el actual equipo directivo ha recuperado de sobras el estilo fundacional, sin merma —lo cual es no poco mérito – de la tirada.

Postas essas questões, ateremo-nos apenas ao período que compreende os primeiros trinta anos da revista, por coincidirem com o nosso recorte, deixando de lado os períodos de Boff e Piva, atentando, entretanto, para as gestões de Borgmeier e Kloppenburg (1941-1971) que nos auxiliam na leitura e na compreensão de nossas fontes.

2.3.1 O “retrato” do “catolicismo em marcha” ⁷⁹: Frei Tomás Borgmeier e a consolidação da REB (1941-1952)

Em março de 1941 foi lançada a *Revista Eclesiástica Brasileira*. Inspirada nas revistas católicas *Theologisch-Praktische Linzer Quartalschrift*, da Áustria, e *Revista Prática de Teologia*⁸⁰, do Brasil (ANDRADE, 2012, p. 74).

⁷⁹ Declaração da revista em sua primeira publicação (BORGMEIER, 1941, p. 02).

Conforme afirmado pelo Monsenhor Joaquim Nabuco (1965, p. 656), às vésperas do jubileu da revista, o nome inicial proposto por Frei Borgmeier seria *Revista do Clero*, uma vez ser essa a proposta do novo periódico. Por sugestão de Nabuco, “a nova publicação deveria ter uma nota brasileira: *Revista Eclesiástica Brasileira* seria um nome ideal”, uma vez que era para ser uma revista dos sacerdotes brasileiros, pelo que segundo ele pareceu bem ao frei, que teria adotado a nomenclatura. Apesar de essa versão ser plausível, compreendemos que o nome da nova revista já constava como subtítulo da COR, por isso não excluimos ambas as possibilidades.

A REB era, e continua sendo, trimestral, sendo publicada nos meses de março, junho, setembro e dezembro. Inicialmente a revista contou com as seguintes seções: “Artigos”, “Comunicações”, “Assuntos pastorais”, “*Ministerium Verbi*”, “Documentação”, “Pelas revistas”, “Crônica Eclesiástica” (dividida em “Do Brasil” e “Do estrangeiro”), “Necrologia”, “Apreciações” e “Bibliografia”, contendo um sumário e índice analítico anual. Algumas seções foram retiradas ao longo dos anos: “Bibliografia” (1961), “*Ministerium Verbi*” (1962) e “Assuntos Pastorais” (1968), bem como a seção “Documentação” deu origem à revista *SEDOC*. A média de cada edição era de cerca de 250 páginas, perfazendo mais de mil por ano. Salientamos que, quando da retirada de alguma parte, a revista mantinha seu número de páginas.

Podemos perceber algumas semelhanças com parte da estrutura da COR presente na REB. Entretanto, vamos apresentar cada uma das seções, visto que entendemos ser oportuno caracterizar as partes da revista para poder identificar qual das seções foi ocupada com a produção acerca dos protestantes, o que pode nos auxiliar na compreensão desses discursos.

Em “Artigos”, seção que abria a revista, foram apresentadas as publicações mais extensas do periódico. O objetivo era a discussão de temáticas, principalmente teológicas e doutrinárias, com um caráter acadêmico teológico católico. Encontramos por exemplo o trabalho do Pe. José Comblin intitulado “Para uma tipologia do Catolicismo no Brasil”, publicado em 1968, com 27 páginas, no qual o missionário belga tentou discutir e propor tipologias para a compreensão do catolicismo no país.

A segunda seção da REB, “Comunicações”, composta por textos menos extensos, apresentava discussões que ocorriam na ICAR, acontecimentos, entre outros. Também se constituía enquanto espaço para contrapor ou questionar publicações feitas em edições

⁸⁰ Não encontramos informações sobre esta revista, nem que a produziu, nem o período na qual circulou. Mas por meio de seu nome, bem como da revista austríaca, podemos compreender a proposta da REB: ser uma revista relevante nacionalmente, influenciando na prática dos clérigos no país.

anteriores da REB, o que mostra um caráter relativamente aberto da revista para o diálogo. Nesse sentido, temos a publicação “O Protestantismo no Brasil segundo o testemunho de um ex-pastor”, na qual o Mons. Agnelo Rossi contrapôs em uma nota de duas páginas, a veiculação da edição anterior, feita pelo Frei Aloísio Lorscheider, ambas de 1953.

Como sugerido pelo nome, “Assuntos Pastorais” era uma seção voltada exclusivamente às práticas e vivências dos sacerdotes do clero nacional em suas mais diversas atividades. Os dilemas, questionamentos, enfrentamentos, a postura dos padres diante dessas questões e a normatização dos fiéis também era temática recorrente. Em 1955, a publicação “Salvemos o Brasil da Heresia”, em quatro páginas, alertava em relação ao “perigo” da pluralização religiosa no país para a ICAR.

*Ministerium Verbi*⁸¹ apresentava ministrações e homilias para serem proferidas em missas, em concordância com o calendário eclesiástico católico. Constituíam-se em um recurso para os clérigos leitores da revista em seus trabalhos nas liturgias. Na terceira edição do ano de 1956, Pe. Frederico Dattler, dentro de uma série de homilias sobre o advento, trouxe uma que intitulou “1º Dom. do Advento: Advento católico – Advento Adventista”, em que se utilizava do sermão como forma apologética contra os adventistas (membros da IASD). Conforme Pe. Martins (1966, p. 867), a seção deixou de ser publicada tanto pelas inúmeras interrupções, quanto pela falta de colaboradores para a sua escrita.

A seção de “Documentação” foi a parte da revista destinada para a veiculação de documentos católicos, sejam do Vaticano, CELAM, CNBB, Concílios ou demais normativas da ICAR. Nela, as publicações eram feitas *ipsis literis*, sem comentários ou acréscimos, como o “Decreto sobre o Ecumenismo”, de 25 páginas, publicado em latim e português, no ano de 1964, fruto das deliberações do Concílio Vaticano II. Documentos católicos aparecem e são citados em outras partes da revista, entretanto, nunca veiculados na íntegra, como ocorre nesta. Mesmo com a criação da SEDOC, a seção de Documentação continuou sendo publicada na REB, entretanto, não competindo em qualidade e propósito com a SEDOC.

“Pelas revistas” estava destinada a apresentar a relação de publicações de outras revistas católicas em âmbito internacional e nacional, podendo trazer, algumas vezes, as publicações na íntegra. O quarto fascículo de 1948 trouxe um artigo transcrito da *Revista do Clero*, de autoria de Agnelo Rossi acerca da “Associação Cristã de Moços”.

⁸¹ Que traduzido do latim nos sugere algo em torno da pregação do evangelho – “ministério do Verbo” – entendendo ser a palavra “verbo” uma referência a pessoa de Jesus Cristo, apresentada no evangelho de João 1:1-4. No texto, o Apóstolo João apresenta Jesus Cristo como o “verbo” de Deus.

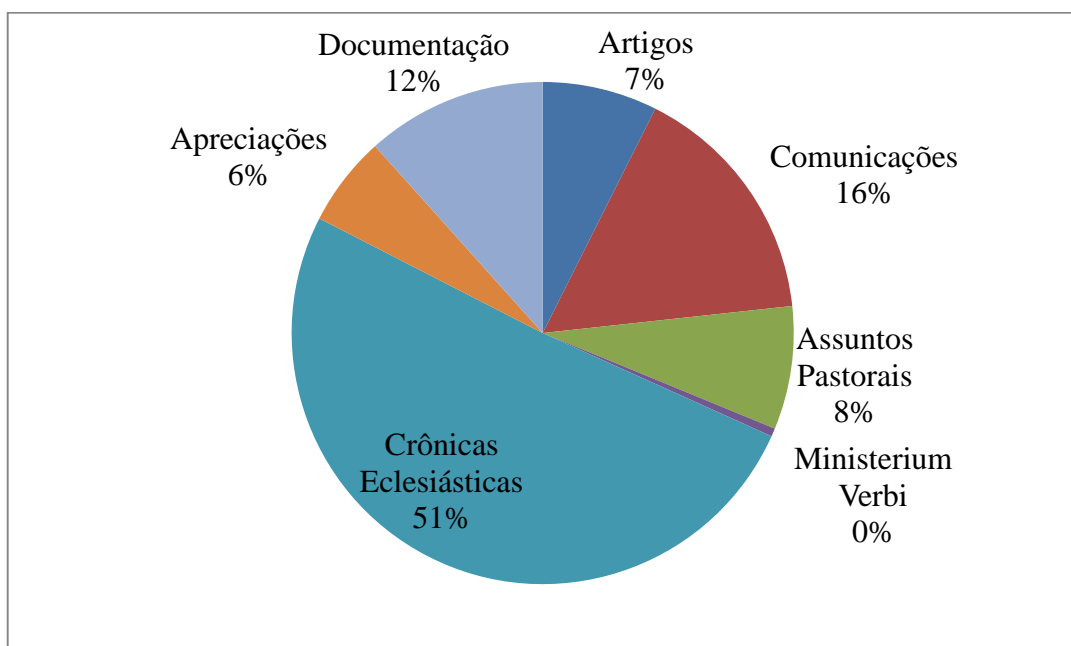
A “Crônica Eclesiástica”, subdividida em “Do Brasil” e “Do estrangeiro” oferecia ao leitor da REB notícias sobre a ICAR do país e também fora dele. Desde publicações mais pontuais, como a nomeação de um bispo, a criação de uma nova circunscrição eclesiástica, convites, a questões mais amplas como o “Projeto de união de anglicanos e metodistas na Inglaterra”, de 1963. Entretanto, a seção tem um caráter de notas, com publicações de até duas páginas ou três páginas (nunca mais de cinco), sendo boa parte delas menor que uma lauda.

Em “Necrologia”, noticiavam-se os falecimentos dos clérigos entre a última edição e a corrente, apresentando uma pequena biografia dos personagens. Por sua vez, em “Apreciações” traziam-se resumos e resenhas de obras católicas (da teologia ou das ciências humanas, filosofia e outras que julgavam ser pertinentes ao clero nacional), analisadas por autores da REB, muitas das quais eram enviadas para a revista pelos escritores das obras ou pelas editoras para a sua divulgação.

Ao final, em “Bibliografia” era indicado o referenciamento de obras “nas diversas línguas, das ciências teológicas e afins, enquanto de interesse para os nossos leitores” (REB, 1948, p. 1022), que estava dividida em temáticas: Filosofia (e Sociologia), Teologia Bíblica, Teologia Histórica, Teologia Sistemática e Teologia Prática.

Apesar de analisarmos os discursos acerca dos protestantes no próximo capítulo, trazemos aqui a distribuição deles entre as partes da revista, uma vez que queremos contextualizar os textos, relacionando-os com as seções nas quais eles foram veiculados.

Gráfico 2 - Discursos acerca dos protestantes nas seções da REB: um comparativo (1953-1971)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzido pelo autor.

Como podemos perceber, cerca de metade das veiculações da REB sobre o tema encontra-se na seção das crônicas, o que nos direciona para um número maior de pequenas e pontuais publicações. Entretanto, apesar de pequenas elas são constantes e diversificadas, o que nos evidencia a contínua “noticiabilidade” do universo protestante na revista. Outra característica a ser observada é que, somados artigos e comunicações, que apresentam discussões mais densas, configuram juntos cerca de um quarto do total.

Contudo, ao compararmos o número de páginas entre esses dois grupos, constatamos que artigos e comunicações possuem 2,4 vezes mais laudas publicadas na revista do que as crônicas eclesiais. Assim, apesar de termos verificado um maior número de publicações entre as crônicas, a discussão de artigos e comunicações apresentou mais páginas.

Importa-nos a observação de que a temática do protestantismo aparece em quase todas as seções da revista, salvos o necrológico, uma vez que só levava em consideração sacerdotes católicos, e a bibliografia que não levamos em consideração neste levantamento, visto que não nos traz maiores informações sobre as obras citadas. Assim, os textos sobre os protestantes, presentes em múltiplas partes da revista, foram alvo de diversas considerações a partir do olhar dos sacerdotes do catolicismo romano no Brasil.

Na primeira página da *Revista Eclesiástica Brasileira*, publicada em março de 1941, a redação, a cargo de Frei Tomás Borgmeier, introduzia o novo periódico da seguinte forma:

A iniciativa da presente publicação cabe à “Editora Vozes Ltda.”. É mister que lhe reconheçamos o alcance. A época que corre, pejada de incertezas e de ameaças, a carestia do material tipográfico, são fatores que não aconselham a aventura dum empreendimento desta envergadura. Entretanto, aí está o primeiro número da nova revista, atestando a largueza de vistas e o espírito de catolicidade que anima a Empresa. O nome da Editora permite-nos crer numa suficiente garantia de continuidade para o novo periódico. Não afetemos modéstia. Visamos bem alto, confiantes na graça de Deus. A “Revista Eclesiástica Brasileira” pretende colocar-se ao nível das grandes revistas eclesiais de outros países. Tal pretensão não deve parecer atrevimento. O Brasil é, em catolicidade, dos primeiros países do mundo. [...] seria inconcebível que este progresso se efetuasse sem guias espirituais à altura do seu mandato. O Brasil os possui, e grandes. O que faltava apenas era arregimentar as personalidades e as capacidades em evidência, coordenar os coeficientes da nossa cultura eclesial (BORGMEIER, 1941, p. 01).

Tomando o subtítulo da *COR* como seu nome, *Revista Eclesiástica Brasileira*, o que nos evidencia a ligação com a publicação anterior, o periódico iniciou destacando o cenário de precariedades, dado o contexto internacional da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aqui já mencionados.

A revista, já na primeira edição, propunha-se como um sucesso e também como o resultado, tanto da “catolicidade” da editora, o que salienta e enaltece sua finalidade

apostólica, quanto do número de adeptos brasileiros do catolicismo que faz do Brasil um dos principais países católicos do mundo. Diante desses fatores, a redação também apontou para a necessidade de tal veículo para o Brasil, que se encontrava sem a articulação desses agentes da “cultura eclesiástica” dispersos pelo território nacional, ante ao grande número de membros da ICAR.

Esse ponto ficou evidente quando a redação sublinhou que o Brasil estava

sedento de um órgão de intercâmbio. Todas as classes intelectuais possuem os seus órgãos especializados. [...] A ‘Revista Eclesiástica Brasileira’ se torna assim, espontaneamente, um ponto de referência, para todo o clero, de norte a sul, secular e regular, das cidades e dos sertões. Suprimindo distâncias e aproximando os corações, despertando o zelo de uns e excitando a coragem de outros, a REB será um laço de união entre o clero do Brasil (BORGMEIER, 1941, p. 02).

Deixando de lado os eufemismos do redator da revista na percepção criada sobre o periódico, torna-se pertinente considerar o fato da necessidade sentida pelo clero e pela intelectualidade católica num país como o Brasil de ter um espaço para diálogo e que unisse não somente o episcopado, mas sacerdotes, quer sejam seculares ou regulares, e que propiciasse esse espaço de comunicação. A finalidade: despertar o “zelo” e excitar a “coragem”, uma clara referência ao trabalho destes agentes religiosos diante da pluralização crescente do campo religioso no Brasil e do desejo de uma ação católica mais contundente em terras brasileiras.

O acolhimento da revista foi expresso por meio da publicação das correspondências de Dom Sebastião Leme (Cardeal), Dom Augusto Álvaro da Silva (Arcebispo da Bahia) e Dom José Gaspar de Afonseca e Silva (Arcebispo de São Paulo). O telegrama de Dom Leme para Frei Borgmeier fora transcrito na REB, uma vez que as afirmações da maior autoridade da hierarquia católica no país conferiam ainda mais credibilidade, dado o *status* do indivíduo que fala lhe conferir tal autoridade (FOUCAULT, 2002, p. 61)

Reiterando e confirmando as repetidas conversas que tivemos, aqui lhe asseguro todo o apoio de minhas bênçãos e de meu coração de sacerdote brasileiro para a nossa Revista Eclesiástica, em boa hora confiada ao talento e zelo de V. Revma. Honrando os foros de cultura que abonam o nome de nosso clero, a Revista Eclesiástica Brasileira vai ser muito bem recebida por todos (BORGMEIER, 1941, p. 01).

A fala de Dom Leme também nos aponta para a ciência que este tinha sobre a publicação, da qual nos mostra ter participado auxiliando na sua elaboração por meio das conversas, o seu aval para sua publicação, além de destacar a estima que Frei Borgmeier tinha

ante Dom Leme. Mais uma vez, a fala de Dom Leme apresentou-se como um argumento de autoridade ante os assinantes e leitores da revista, dando um caráter de oficialidade às veiculações da REB

Outros membros do episcopado e do clero, segundo a própria revista, teriam enviado suas expressões de congratulação à redação, “até dos mais remotos sertões nos vieram vozes de encorajamento” (BORGMEIER, 1941, p. 02), o que mais uma vez salienta a afirmação de ser esta uma revista que se quer realmente brasileira, já que pretensamente congregava e circulava entre os clérigos de diversas regiões do país.

Ainda na primeira publicação da REB foi apresentado o seu lema/ideal enquanto periódico católico: uma revista “do clero, feita pelo clero e para o clero” (1941, p. 03). Inicialmente, ser uma revista do clero nos aponta para o não pertencimento da REB a uma ordem (apesar de ser gerida por frades franciscanos) ou uma diocese/arquidiocese, mas sim, a pretensão de ser da totalidade dos clérigos do Brasil e, nesse sentido, um espaço de união para esses que estão dispersos pelo território. De segundo modo, é um veículo feito por esse clero que a lê, conforme afirmado pela própria REB: “há de ser feita pelo clero, auscultada aos desejos dele” (1941, p. 03), atenta às necessidades e realidades da pastoral católica no país. Por fim, uma revista que se quer referência para o clero, recebida e lida por ele. Essa especificação de público é constatada não somente por essa afirmativa, mas pela forma com que a REB constrói suas narrativas, ao empregar linguagem formal, teológica, utilizar termos específicos deste campo e também o emprego do latim, artigos e comunicações eruditas, edições densas, o que inviabiliza para muitos leitores leigos ou distantes do *métier* teológico e clerical o acompanhamento da leitura, caráter esse que foi mudando após o CVII.

Frei Tomás Borgmeier (1892-1975), responsável pelo novo periódico era entomologista e pesquisador reconhecido em sua área. Também foi o diretor geral da editora ao assumir a revista, atividades que realizou concomitantemente. Nascido na Alemanha, veio ao Brasil em 1910, onde fez seus estudos de Filosofia (Curitiba – 1912-1914) e Teologia no ITF entre os anos de 1915-1918, mesmo ano em que foi ordenado ao sacerdócio (KEMPF, 1976).

Sua colaboração iniciou-se em 1917, na revista *Vozes*, onde publicou cerca de quarenta artigos sobre assuntos relacionados à física, biologia, cientistas, músicos e formigas. Foi também professor de Sagrada Escritura e de Exegese Bíblica no ITF. Dentre seus trabalhos, destacamos a tradução do clássico da literatura cristã *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis, em 1920, que até 1959 já estava na sua 12ª edição.

Trabalhou também como profissional no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no Instituto Biológico de São Paulo, fundou a *Revista de Entomologia* (1931-1951), foi membro da Academia Brasileira de Ciências (1955), entre outros cargos que exerceu enquanto cientista⁸² (KEMPF, 1976).

Dada a sua inserção internacional enquanto pesquisador, Borgmeier conferiu à REB, durante sua gestão, tanto um caráter científico, quanto internacional, ao passo que conseguiu apoiadores de destaque no país, como Pe. Penino (ex-professor da Universidade de Friburgo, Suíça) e os Freis Constantino Koser e Aleixo Volkert (ANDRADES, 2001a, p. 79-80).

Pelo aniversário de dez anos da REB, a revista recebeu do Papa Pio XII a bênção apostólica, pelo que, para noticiar ao seu leitor o prestígio e aprovação desta pelo sumo pontífice do catolicismo romano, publicou a honraria na sua edição de junho de 1951:

Secretaria di Stato di Sua Santità, N. 251401. *Dal Vaticano*, li 8 de Maio de 1951, - Reverendo Padre: Cumpro o honroso encargo de comunicar-lhe que o Santo Padre recebeu com prazer a devota homenagem do Volume X da “Revista Eclesiástica Brasileira”, Sua Santidade, agradecendo esta nova prova de filial devoção à Cadeira de Pedro, concede a V. Revcia. e aos seus colaboradores, bem como a todos os leitores da mesma Revista, a Bênção Apostólica. Com a maior consideração, me subscrevo de V. Revcia. dedicado no Senhor (REB, 1951, p. 326)

Na mesma edição, o então Cônego Agnelo Rossi escreveu sobre os “Dez Anos da Revista Eclesiástica Brasileira”. Essa foi a primeira publicação na REB que se propôs a lançar olhares para a história da revista, apesar de uma ser uma publicação comemorativa e permeada de juízo de valores.

Ao ressaltar os desafios superados pela revista quando de seu lançamento, Rossi assinalou a figura de Borgmeier enquanto sujeito experiente e reconhecido no cenário internacional: “Frei Tomás Borgmeier, OFM, era o homem providencial que a Editora Vozes de Petrópolis colocava à testa da arrojada empresa” (ROSSI, 1951, p. 225). O perfil “providencial” da nomeação do redator da REB e também diretor geral da Vozes sublinhou o caráter que se quer transcendental do periódico enquanto veículo imbuído de um ideal maior, que para o escritor estava em Borgmeier e em seu “espírito” de “espalhar, por toda parte, o fogo de Cristo” (1951, p. 225), o que reforçou para o leitor a função apostólica a que se propuseram seus pensadores ao apresentarem a nova revista.

⁸² Frei Borgmeier auxiliou na fundação da Sociedade Brasileira de Entomologia, de quem recebeu o prêmio Costa Lima em 1962. Foi membro de outras três organizações internacionais de pesquisa: Sociedade Entomológica de Argentina, *The American Entomological Society*, *The Association of Tropical Biology*. Segundo Frei Walter Kempf (1976), Frei Tomás Borgmeier publicou mais de 5.000 páginas em suas 243 publicações.

A REB foi apresentada por Rossi como um projeto mais amplo do que algo de uma editora ou de uma ordem, como a temos entendido aqui. Para o autor, a *Revista Eclesiástica Brasileira* contou não somente com as colaborações de seus idealizadores, mas com sujeitos proeminentes do então cenário católico, como o Cardeal Dom Leme, arcebispos e outros membros do episcopado brasileiro, além das congregações e dos padres seculares (ROSSI, 1951, p. 225-226).

Atentando para a realidade sacerdotal da ICAR no Brasil, Agnelo Rossi entendeu ter dois problemas a serem enfrentados. Inicialmente, a falta de sacerdotes nos grandes centros urbanos, o que sobrecarregaria aos clérigos que supostamente teriam maior acesso e (in)formação, impossibilitando-os de se lançarem ao trabalho da produção acadêmica. Já, aqueles que teriam maior disponibilidade por estarem nas regiões interioranas, não encontrariam estímulo nem meios para tal produção. Diante desse cenário, a REB foi apresentada tanto como uma premência, quanto como uma resolução para tal contexto. Assim, para o Cônego e então vice-diretor das Faculdades Campineiras (Campinas/SP)

de fato, a REB é o mais poderoso vínculo de união e o melhor veículo de divulgação de ideias entre o clero do Brasil. É uma tribuna de onde se fala a mais de 2.000 eclesiais – os assinantes – espalhados por todo país. Ocuparam esse púlpito sagrado, nestes 10 anos, além de pregadores estrangeiros, 154 oradores que sentem os mesmos problemas, têm as mesmas angústias, estudam problemas nossos: 12 príncipes da Igreja no Brasil, 54 padres seculares e 88 religiosos (ROSSI, 1951, p. 227)

Deixando de lado os elogios que Rossi teceu sobre a revista – na qual ele publicou cerca de 31 artigos nos primeiros 15 anos, sendo um dos seus principais colaboradores (ANDRADES, 2001a, p. 106) –, levantamos algumas considerações. Assim como o autor, entendemos a REB não somente como um veículo de divulgação das ideias da ICAR para os clérigos, mas como um meio de promover a unidade deste corpo de sacerdotes dispersos pelo território. Rossi divulgou, pela primeira vez, o número de assinantes da revista, dois mil assinantes em 1951, uma quantidade expressiva dada a especificidade do periódico.

A informação apresentada por ele acerca dos colaboradores é revelador tanto da aceitação da revista como da dispersão pelo território, quanto do apoio a ela legado pelos clérigos católicos. Em sua publicação, Agnelo Rossi realizou um levantamento de todos os autores que publicaram na revista. Inicialmente, destacou os membros do episcopado⁸³ como

⁸³ São eles: Dom Jaime de Barros Câmara (Cardeal), Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, Dom Antônio Alves de Siqueira, Dom Frei Felício da Cunha Vasconcelos, Dom Rui Serra, Dom José Carlos Aguirre, Dom

uma forma de ressaltar para o leitor a aprovação e o prestígio que a revista tinha diante do alto escalão da ICAR no país.

Dentre o clero regular, treze estados foram representados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte, Sergipe, Mato Grosso, Alagoas, Ceará, Bahia e Amazonas, indicando-nos para a dispersão inicial e a projeção alcançada pelo periódico em nível de colaboradores, mas também de leitores. Quanto às ordens religiosas, observamos a participação de vinte delas⁸⁴, com a proeminência dos franciscanos (ordem que esteve sempre a frente da revista, visto que os seus quatro redatores foram membros da Ordem dos Frades Menores, vinculados ao ITF, e a editora que imprimia a revista também estava vinculada e era mantida pela Província Franciscana), seguidos por jesuítas e redentoristas. Essa multiplicidade de ordens reforçaria o caráter “brasileiro” da revista, dado que abrangeria e reuniria para além de um grupo ou estado. Além da participação de sacerdotes que atuavam no Brasil, Rossi indicou outros sete que teriam auxiliado na revista, sendo cinco da Itália e dois de Portugal⁸⁵.

Ao finalizar sua comunicação, Rossi (1951, p. 231) levantou as “principais vantagens auferidas por nós, sacerdotes brasileiros, com a publicação da REB”. Em seu texto ficou evidente: a preocupação da REB é para com o clero, e por isso é feita por ele e para ele. Nessa perspectiva, o autor considerou seis pontos: a revista enquanto manual e recurso para estudos dos padres e incentivadora dessa prática, uma “orientação segura e positiva” por meio da publicação dos documentos nela veiculados e o alinhamento com as diretrizes da Santa Sé, um espaço nacional para a produção e divulgação de pesquisas, a valorização do clero brasileiro, a união do clero, o que para Rossi ia “plasmando uma mesma mentalidade, toda ela voltada ao serviço de Deus e da Pátria” e, por fim, reforçou a afirmação e valorização do clero brasileiro ante os leigos, demais intelectuais e o clero internacional.

Dois anos depois, a REB publicou outra bênção apostólica recebida do Papa Pio XII. Apesar de ter sido publicada em latim, podemos ver que o destinatário desta era o Frei Borgmeier, o que reforça a concepção de sua projeção no cenário católico internacional, bem

Luís do Amaral Mousinho, Dom João Batista Portocarrero, Dom Fernando Gomes, Dom Antônio de Castro Meyer e Dom José Varani (ROSSI, 1951, p. 227-228).

⁸⁴ As ordens listadas pelo autor foram: franciscanos (OFM), jesuítas, redentoristas, Sociedade do Verbo Divino, beneditinos, Missionários Cordonianos, lazaristas, dominicanos, sagrados corações, capuchinos, barnabitas, palotinos, camilianos, carmelitas, salesianos, conventual, passionistas, salvatorianos, agostianianos e assuncionistas (ROSSI, p. 228-229).

⁸⁵ Pelos nomes, entendemos que alguns destes eram brasileiros que residiam nestes países, como o Frei Júlio Zanella, franciscano da Secretaria Geral das Missões em Roma.

como da REB, principalmente pelo fato de, quando esse documento fora veiculado, ele já não era mais o redator da revista.

A saída de Borgmeier da redação da REB foi simultânea a sua saída da editora, pelos motivos que já mencionamos anteriormente, como seu envolvimento e a priorização das suas pesquisas entomológicas, o que o levou a um distanciamento de Petrópolis, da Vozes e do ITF, ao que se somaram conflitos com seus pares, ainda não muito bem esclarecidos, e aos quais não tivemos acesso. Em entrevista, Frei Kloppenburg chegou a mencionar que, nesse período, Borgmeier estaria doente e, por isso, a sua saída dos trabalhos na editora e na revista (apud ANDRADES, 2001b, p. 213).

2.3.2 “... Seja uma revista realmente *eclesiástica*, atendendo aos interesses da Igreja e de toda a Igreja”⁸⁶: a REB sob o comando de Frei Boaventura Kloppenburg (1953-1971)

No 13º volume da revista, um novo redator a assumiu. Ao ser nomeado pelos provinciais da *Revista Eclesiástica Brasileira*, Frei Boaventura Kloppenburg tinha a ciência da importância e do reconhecimento desse veículo para a ICAR no Brasil. No momento, Kloppenburg era professor de teologia no ITF há dois anos. Nascido em Oldenburg (Alemanha) no ano de 1919, chegou com seus pais em 1924 ao Rio Grande do Sul (município de Rolante) devido aos problemas em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ingressou para o seminário em 1932. Tornou-se franciscano e cursou Teologia em Petrópolis em 1942 (NEOTTI, 2009, p.352-354). Doutorou-se em teologia com a tese *De relatione inter peccatum et mortem*, em 1950 no Instituto Antonianum, em Roma.⁸⁷ Kloppenburg foi também perito conciliar no Concílio Vaticano II (1962-1965), do qual foi seu maior divulgador no Brasil. Chefe da seção do Concílio para a língua portuguesa, também foi perito nas Conferências Gerais do Episcopado Latinoamericano no Rio de Janeiro (1955), em Medellín (1968) e Puebla (1979), chefe do Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral, entre outros diversos cargos.

No primeiro fascículo daquele ano, fez seu pronunciamento enquanto redator da revista. Nela, enalteceu a figura de Tomas Borgmeier e legou a ele boa parte dos méritos da REB ser o que era. Retomou as afirmações de Rossi (aqui já discutidas) e considerou a sua

⁸⁶ Pronunciamento feito por Kloppenburg ao assumir o cargo de redator chefe da REB, publicado nela em 1953 (p. 128).

⁸⁷ Kloppenburg publicou entre 1951 e 2009, ano do seu falecimento, 78 livros, 258 artigos em revistas científicas, 185 crônicas no *Jornal do Brasil* e outras 450 no jornal *Novo Hamburgo*. A descrição completa de seus trabalhos constam em seu necrológico em *Vida Franciscana* (NEOTTI, 2009). Dentre suas obras destacamos as temáticas voltadas para a defesa da fé, principalmente relacionadas à maçonaria, espiritismo e religiões afro-brasileiras e mediúnicas em geral, bem como temas voltados ao Concílio Vaticano II.

responsabilidade diante da nova tarefa, apesar de não ser desconhecido, uma vez que havia sido colaborador da revista na gestão anterior. Kloppenburg também aproveitou a oportunidade tanto para afirmar que nenhuma alteração substancial seria feita no periódico e que permaneceria alinhado às diretrizes até então adotadas, quanto para solicitar maior apoio por parte do clero católico disperso pelo Brasil com a finalidade de tornar a REB ainda mais eclesial e brasileira, chamando esses sacerdotes para publicarem na revista, pelo que pontuou

e acentuamos de modo particular a necessidade da colaboração nas várias secções. Por exemplo as *Comunicações* poderiam e deveriam ser tiradas muito mais do nosso meio: sugestões práticas de experiências já feitas; pequenos documentos históricos nacionais de interesse para a Igreja e sua história, descrição de situações religiosas de algum Estado ou Diocese, **ou das atividades dos nossos adversários (maçons, protestantes, espíritas, etc.)**; exposição resumida das atividades das nossas missões e prelazias ou do estado atual de alguma Ordem ou Congregação religiosa, aproveitando o ensejo de algum jubileu, etc.: há e acontece neste vasto Brasil tanta coisa interessante que os nossos Padres – sobretudo os heróicos e solitários Padres do interior - devem conhecer. Também a secção *Crônica Eclesial*, na parte nacional, espera a colaboração dos leitores. Só assim será uma revista *feita pelo clero*, como que ser (KLOPPENBURG, 1953, p. 127, grifo nosso).

A chamada de Kloppenburg é interessante tanto para constatar o fato de que, apesar de haver a participação do clero, ainda estava aquém do esperado, o que o novo redator estaria se propondo a corrigir, mas também do objetivo da REB de ampliar a obtenção de informações e também de comunicações que dessem conta da pluralidade da realidade brasileira, com a finalidade de melhor servir aos leitores em suas atividades eclesiais.

Kloppenbug afirmou da necessidade da REB ser uma revista que estivesse ciente da atuação dos considerados adversários da ICAR – maçons, protestantes, espíritas – para informar o clero nacional a respeito dessas questões e prepará-los para tal realidade. Na mesma comunicação, o autor criticou a falta de apoio de institutos teológicos e seus professores e solicitou às editoras católicas que enviassem suas obras para que essas fossem apresentadas ao clero brasileiro.

Com essas colocações, constatamos o propósito a que se lançou Boaventura Kloppenburg enquanto redator de um dos principais veículos católicos de então: (in)formar os sacerdotes da ICAR no país, possibilitando meios para a ação desses sobre a realidade plural que se apresentava no Brasil, não somente no aspecto religioso, mas também nos demais, com a finalidade de assegurar a posição do catolicismo.

Destacamos que a revista não trouxe menção alguma de despedida a Borgmeier ou de texto do próprio autor. A justificativa dada ao leitor foi a dedicação do frei às suas pesquisas

de entomologia, sem citar ou comentar sobre atritos ou outros possíveis motivos que possam ter levado a sua saída, nem o distanciamento dele das suas atividades.

Em 1953, a revista chegou à marca de 4.141 exemplares vendidos em uma única edição naquele ano (ANDRADES, 2001a, p. 106), maior número de tiragem registrado até então. Diante do fato da REB ser uma revista especializada e que muitos seminários, arquidioceses, escolas, adquiriam exemplares para disponibilizar em suas bibliotecas, esse número de leitores pode ser potencializado.

A revista tinha duas formas de comercialização. A principal delas era por meio das assinaturas, como os demais periódicos da Vozes. Os leitores também podiam fazer a compra de números avulsos. Não encontramos informações sobre a venda desses em livrarias ou mesmo nas filiais da editora. Como forma de viabilização econômica, a REB também veiculava em suas páginas anúncios de obras da editora Petropolitana, como o oferecimento de obras de Frei Kloppenburg enquanto este era editor. Na imagem a seguir, podemos verificar a descrição das obras, seu tamanho e o valor de cada uma delas.

Figura 3 - Anúncios da Editora Vozes na REB - dez. de 1961

VOZES EM DEFESA DA FE'

*Frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M.,
orienta os católicos do Brasil sobre:*

- 1) **O Espiritismo no Brasil** (456 pp.) Cr\$ 240,00
 - conta toda a história do Espiritismo no Brasil
 - indica os percalços psíquicos na verificação dos fenômenos
 - mostra a força da sugestão sobre o organismo
 - informa sobre as misteriosas percepções extra-sensoriais
 - distingue o milagre cristão do fenômeno espírita
 - descobre os segredos dos «fluidos» e do «magnetismo»
 - fala das casas assombradas
 - explica o fenômeno da psicografia
 - desvenda o mistério de Chico Xavier
 - revela a parte que o demônio pode ter no Espiritismo
 - analisa os fundamentos da Doutrina Espírita
 - discute a credibilidade de Allan Kardec
 - evidencia os grandes erros na Doutrina Kardecista
 - indica um roteiro para espíritas e espiritualistas.
- 2) **A Umbanda no Brasil** (295 pp. com 58 fotos) Cr\$ 390,00
 - historia as causas remotas da Umbanda
 - divulga o pululamento de terreiros e tendas
 - descreve a organização e o funcionamento do terreiro
 - revive as cerimônias e os ritos umbandistas
 - desvenda os esdrúxulos ensinamentos da Umbanda
 - demonstra o politeísmo com fachada católica
 - revela a demonolatria nos terreiros
 - critica os feitiços dos babalaôs
 - denuncia a medicina mágica dos terreiros
 - acusa crimes, imoralidades, loucura e exploração
 - dá as causas e indica os remédios
 - traça normas para uma atitude cristã.
- 3) **Ação Pastoral perante o Espiritismo** (302 pp.) Cr\$ 220,00
 - orienta os padres para uma firme e prudente ação
 - descreve a situação canônica dos espíritas
 - aconselha solicitude pastoral para com os espíritas
 - oferece 50 esquemas para pregações sobre o Espiritismo.
- 4) **O Reencarnacionismo no Brasil** (216 pp.) Cr\$ 250,00
 - expõe claramente a doutrina reencarnacionista
 - revela quem propaga o reencarnacionismo no Brasil
 - critica a força probatória da «revelação» espírita
 - mostra a posição contrária de Cristo
 - estuda os fatos psicológicos invocados pelos reencarnacionistas
 - reduz Bridey Murphy a uma única encarnação
 - analisa o problema do mal e das desigualdades
 - indica o sentido cristão do sofrimento
 - responde à tréplica de um adversário.

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira*, dez. de 1961. Acervo do autor.

Formulários para a solicitação de pedidos à editora eram enviados junto das revistas. Também, encontramos duas correspondências na REB endereçadas aos párocos, ambas assinadas pelo Frei Aurélio Stulzer, então diretor geral da editora. A primeira, de janeiro de 1960, sugeria a compra da obra *Meu Missal Dominical* como meio para o auxílio do padre nas atividades litúrgicas e paroquiais. Para incentivo de vendas no atacado, “para compra de cinquenta exemplares, daremos um prazo de cinco meses, ou seja, o pagamento se fará em cinco prestações mensais”. Por sua vez, em junho de 1960, ofereceram o “Almanaque do Sagrado Coração de Jesus”, de 1961. Além de incentivar as vendas, ofereciam-se 5% dos lucros aos párocos que fizessem as vendas entre seus fiéis. A edição de setembro de 1970 trouxe um pequeno panfleto com indicação de obras para aquisição, que por mais que não fossem da editora, eram vendidas por ela.

Na entrevista realizada pelo pesquisador Andrade (2001b, p. 209), Frei Boaventura destacou que, para todas as paróquias do estado do Rio Grande do Sul, a assinatura da REB era obrigatória, ficando nos acervos das paróquias e dioceses, como é o caso do acervo da

revista a que tivemos acesso, que se encontra na Biblioteca do Instituto de Teologia e Pastoral (ITEPA), vinculado à Arquidiocese de Passo Fundo/RS.

Sobre a autoridade e responsabilidade do redator da revista sobre sua publicação, os artigos aceitos, os autores que podiam publicar nela e as temáticas aceitas, Kloppenburg (apud ANDRADES, 2001b, p. 204) afirmou que

não havia nenhuma comissão editorial naquela época. Era o diretor, então na época como eu era o diretor, eu consultava os colegas professores da época, mas quem mandava mesmo era eu. Não havia uma autoridade, não havia uma comissão editorial. Agora sim, eles tem comissões, mas isso não existia na minha época. Era simplesmente publicada pela Editora Vozes, mas a responsabilidade era do convento dos franciscanos, dos professores. Um de nós, era eu no caso, dirigia a revista. É claro, tinha na REB manuscritos que eu dizia: “Esse aqui nem se discute, não vou publicar de jeito nenhum.”

Frei Boaventura ainda pontuou que não aceitava artigos de ex-padres e poucos leigos publicaram na revista em seu período. Também afirmou que artigos muito específicos, por exemplo, “Como é que se ordenavam os bispos na época do século III na Igreja da Síria? Ora, mesmo que o artigo seja bom, isso não interessa” (apud ANDRADES, 2001b, 205), uma vez que o caráter da revista não se detinha nessas particularidades teológicas.

Reinaldo Silva (2010, p. 349), analisando a produção teológica no Brasil na década de 1960, apontou três centros referenciais na produção teológica brasileira: um em São Leopoldo (RS), pela Faculdade de Teologia dos jesuítas, outro em Porto Alegre (RS), pela Pontifícia Universidade Católica, e o terceiro se “situaba alrededor de la publicación más antigua y con mayor difusión en ese momento, esto es, la *Revista Eclesiástica Brasileira*, publicada por el Instituto Franciscano de Petrópolis, en el Estado de Rio de Janeiro”, o que assinala a pujança da revista já em escala nacional e seu reconhecimento no cenário internacional.

Fora no período de Kloppenburg que a revista chegou ao seu auge. No ano de 1961, a REB republicou, na seção *Comunicações*, uma nota publicada na revista católica de Salamanca (Espanha) *Incunabile*. Nela, o autor falava sobre a REB enquanto revista católica de relevância nacional no Brasil, pelo que assinalou

dentro de la línea tradicional la revista supone un esfuerzo verdaderamente digno de alabanza. Puede codearse, sin desmerecer, con las buenas revistas eclesiológicas de España y América. Merece ser conocida y leída. Y desde luego proporciona, con extraordinaria abundancia, datos muy interesantes sobre la evolución religiosa del Brasil moderno. Esta nación, la de mayor número de católicos nominales del mundo, está sirviendo de gigantesco laboratorio de fenómenos migratorios, ideológicos, humanos, religiosos, que pueden servir de estímulo y lección para los demás pueblos. La “Revista Eclesiológica Brasileira” podría, si estuviera presente com más

frecuencia em los anaqueles de los Seminarios, servir maravillosamente para un conocimiento actual de tan interesantes realidades (REB, 1961, p. 968)

Não podemos deixar de lado o interesse da REB em apresentar uma boa imagem ao seu leitor. Essa construção deu-se por todos os espaços do periódico em que se veiculou algum texto de alguma voz de autoridade do catolicismo – Papas, príncipes da igreja e membros do episcopado – e, nesse caso, uma revista católica espanhola, mas também nos quais seus redatores e escritores falaram sobre ela.

Devemos perceber a REB, nesse contexto, como uma revista que estava circulando não somente no Brasil, pelo que o autor da *Incunable* considerou relevante a presença dela nas “prateleiras dos seminários” dos demais países, ao lado das “boas revistas eclesiais da Espanha e da América”, como uma forma de entender que a REB estava sendo uma revista exitosa ao olhar a realidade brasileira a partir da ICAR, podendo servir de modelo para os demais países.

Em 1965, a pedido do já Cardeal e Arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, na condição de presidente da CNBB, foi que o Padre Waldomiro Martins publicou “Fastos Jubilares”. Na ocasião, antecipando os 25 anos de circulação da REB, Martins fez um artigo com a finalidade de elucidar ao leitor a trajetória do periódico. Assentimos com o autor ao aquilatar que as publicações da REB são datadas, ou seja, muitas delas tiveram o seu valor situado para o contexto imediato, apesar de manter a sua importância enquanto documentação. O sacerdote ainda considerou sobre a revista, nesse cenário dos seus primeiros 25 anos, que

nas páginas da Revista Eclesiástica Brasileira, palpitam e latejam os acontecimentos religiosos da atualidade. Nelas percebo um equilíbrio consciente e calculado. Há tomadas de posição, firmes e decididas, dentro de inegável fidelidade à Igreja. De outro lado, ao que parece, a Revista Eclesiástica Brasileira não quis manifestar-se, ou não se manifestou de fato, em algumas discussões que alvoroçaram círculos eclesiais e leigos do Brasil, em torno de problemas sociais e religiosos. Sempre evitou polêmicas. Por isso mesmo, nunca concordou em ser tribuna livre. A meu ver, a Revista Eclesiástica Brasileira, por índole, não se comprometeu em pronunciamentos apaixonados, nem sequer a propósito dos debates conciliares, ocasião em que tantos se apaixonaram. Ela quis ser sempre a revista de todo o Clero e para todo o Clero (MARTINS, 1965, p. 867).

Em nossa leitura, Martins está muito mais envolvido com uma compreensão que vangloria a revista. De fato, na REB, encontramos muitos dos principais acontecimentos do catolicismo brasileiro e internacional após a sua fundação, sem contar os documentos aqui já registrados do CVII, CNBB e dentre outros, sempre se mantendo fiel à ortodoxia católica,

pelo menos em seus primeiros trinta anos. No que se refere ao posicionamento político, os autores que publicavam na REB nunca se manifestaram contrários ou favoráveis a governantes nas páginas da revista, apesar de entendermos o alinhamento anticomunista e antianarquista da ICAR. Apesar de não a tomarmos como um veículo neutro e de nunca ter se envolvido em polêmicas, consideramos que essa era a imagem que os editores da revista construíram dela e para ela, visto que dentro da própria REB havia lugar para o debate/confronto de ideias entre os membros do clero.

Por fim, Martins reforçou que, para ele, a REB “não é um órgão de expansão para teólogos profissionais, mas uma publicação de exímios teólogos para o sacerdote comum na cura de almas” (MARTINS, 1965, p. 869). Concordamos, pelo que acrescentamos o fato de ela ser um espaço intelectualizado e para intelectuais também. Em nossas leituras, percebemos as críticas que Martins (1965, p. 868) trouxe à revista, como a necessidade de informações mais rápidas, o que era fornecido inclusive por revistas internacionais ao clero brasileiro e de tornar mais específicas as seções voltadas à apreciação de obras para otimizar o espaço desta, pelo que sugeriu edições mensais ou bimestrais.

No ano de 1969, a revista noticiou o recebimento de mais uma bênção apostólica, agora do Papa Paulo VI. Na nota, escrita pelo Monsenhor G. Benelli, da Secretaria de Estado do Vaticano, registrou-se a entrega do volume XXVIII ao Papa que, como sinal de gratidão, concedeu a bênção e teria feito votos “de que o árduo trabalho de informação e formação a que estão dedicados seja realmente de genuíno proveito para o clero brasileiro” (REB, 1969, p. 621). A aprovação do novo papa reforçava o caráter da REB. Pela publicação, percebe-se mais uma vez o perfil formativo a que a revista se propôs e, desta vez, reconhecido e parabenizado por Paulo VI.

Quando da saída de Kloppenburg da revista, seu sucessor, Frei Leonardo Boff, publicou, em 1972, na primeira página da nova edição, uma homenagem a Kloppenburg, reconhecendo-o enquanto teólogo competente, de destaque em todos os âmbitos da ICAR, referência ao ser “talvez um dos teólogos brasileiros mais especializados na problemática teológico-pastoral de nosso país” (BOFF, 1972, p. 03). O autor, ao dizer-se discípulo de seu antecessor, visto que o acompanhara no trabalho na REB desde 1963, externou sua gratidão e elucidou aos leitores que “Os tempos mudaram. Não a fé. As orientações teológicas aqui e alhures se abriram para novos horizontes e se orientam por outras estrelas” (BOFF, 1972, p. 03). Nessa perspectiva, percebemos a efetivação da transição do conservadorismo de

Kloppenburger para os “novos horizontes” teológicos pretensamente representados por Boff e seu grupo.

Em entrevista concedida e publicada na dissertação de Andrade (2001b), Boaventura Kloppenburg, respondendo acerca de sua relação com Boff após a saída da editoração da REB e do ITF, deixou evidente o clima de hostilidades entre os dois, como já pontuamos neste capítulo:

Eu nunca na minha vida encontrei um censor mais terrível que o Leonardo Boff. Ele, que não aceita censura, a mim censurou de uma maneira tremenda. O próprio Ephraim me disse que lá no elenco dos artigos que publicam ao longo do ano, qualquer artigo meu não podia entrar nessa lista. Era proibido publicar o meu nome na *Revista Eclesiástica Brasileira*. Leonardo Boff mandou tirar da Editora Vozes os meus livros, não queriam publicar nada e os que tinham foram confundidos com papel velho (KLOPPENBURG apud ANDRADES, 2001b, p. 212).

Mesmo com uma situação de embate entre Kloppenburg e Boff, que representa mais do que o conflito de dois freis franciscanos no Brasil, e sim a antítese que vivia a ICAR, de um lado um conservadorismo católico e de outro a “novata” Teologia da Libertação.

Com sua saída da revista, apesar da projeção da REB enquanto um espaço da e para a TL, houve uma queda significativa no número de assinantes e conseqüentemente de leitores do periódico. A esse respeito, Frei Constantino Koser, professor do ITF e colaborador da revista afirmou que “o clero e os bispos não seguiam a orientação da Teologia da Libertação e suspenderam as assinaturas. E na época, o que não era Teologia da Libertação não entrava. Eles fizeram aí uma clausura e com isso perderam” (apud ANDRADES, 2001b, p. 225).

Assim, percebemos como a REB constitui-se em um destacado órgão da imprensa católica no país, com o apoio do episcopado brasileiro, a participação efetiva de diversos membros do clero católico, tanto em sua publicação quanto circulação e o reconhecimento internacional que a revista obteve. Partindo de uma editora consolidada nacionalmente, a REB alcançou projeção nacional e foi apresentada por seus redatores e articulistas como um espaço efetivo de formação, debates, informação, referência para os sacerdotes da ICAR no país.

2.4 Delineamentos dos autores que publicaram na REB acerca dos protestantismos

Apesar de fazermos algumas considerações acerca dos autores no próximo capítulo, queremos discutir alguns pontos necessários para situar nesse cenário de configuração da REB, quem foram os sujeitos que publicaram acerca dos protestantismos na revista.

Entre os anos de 1953-1971, 37 escritores usaram das páginas da REB para veicularem seus textos ou tiveram seus textos traduzidos e publicados pela redação da revista. Destes, apenas sete publicaram mais de uma vez, com destaque para o próprio editor da revista, Boaventura Kloppenburg, além de Agnelo Rossi e Fábio Panini, como ilustramos na tabela 5.

Tabela 5 – Principais autores – REB (1953-1971)

Autor	Nº de publicações
Frei Boaventura Kloppenburg	08
Cardeal Agnelo Rossi	07
Frei Dr. Fábio Panini	04
Pe. Frei Bernardo Catão	03
P.L. e P.P.L.	03
Frei Marcelo M. Gomes	02
Pe. Eduardo Hoornaert	02

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

Já Abdalaziz de Moura, Albano Werlang, B.K., Cardeal Alfredo Ottaviani, Cardeal Jan Willebrands e Pe. Jerome Hamer, Charles Boyer, Franklin Clark Fry e Eugene Carson Blake, Frei Aloísio Lorscheider, Frei Libério Bassetto, Frei Simão C. Voigt, Frei Xavier, Gentil Titton, J.S., Min. Geraldo Ferreira Lanfredi, Papa Paulo VI, Pe. Dr. Frei Guilherme Baraúna, Pe. Dr. Marçal Versiani dos Anjos, Pe. Frederico Dattler, Pe. Frei Aleixo Völkert, Pe. Frei André Wild, Pe. Frei Honório Rito, Pe. Geraldo van Rooijen, Pe. Godofredo Schmieder, Pe. Jaime Snoek, Pe. José Comblin, Pe. Roberto Tucci, PGH, SNF publicaram apenas uma vez entre os anos de 1953-1971 sobre a temática dos protestantismos.

Dos autores, percebemos que a grande maioria são católicos. Na verdade, todos os que escreveram para/na REB eram católicos, com o predomínio quase absoluto de sacerdotes (afora Abdalaziz de Moura, um católico leigo). Entretanto, Franklin Clark Fry e Eugene Carson Blake eram protestantes, vinculados ao CMI, e tiveram um texto de sua autoria traduzido e publicado pela revista no contexto pós- CVII.

É importante frisar que, ao analisarmos os escritores, estamos relacionando os textos por eles produzidos a sujeitos históricos, que por sua vez “se identificam com uma formação discursiva, e estão inscritos em lugares sociais construídos ideologicamente” (INDURSKY, 2010, p. 69). Dessa forma, o lugar do qual o sujeito fala torna-se importante na medida em

que o seu lugar é constitutivo da sua fala (ORLANDI, 2008, p. 39), mas também lhe confere a condição necessária para falar. Assim, um papa, cardeal ou bispo possuem um lugar privilegiado em relação a um padre ou frei, assim como um professor de teologia está e se constitui a partir de um lugar de fala de autoridade, uma vez que fala enquanto autoridade do ensino.

Boa parte dos autores identificou-se de forma superficial, como o próprio Kloppenburg, que apenas se apresenta como um frei da Ordem dos Frades Menores. Salientamos que utilizamos a identificação feita na revista acerca dos autores, uma vez que entendemos que era um elemento importante para o leitor e como este se apresentava para o público da REB. Assim como Kloppenburg, cerca de 30% dos demais escritores eram membros da OFM, não somente de Petrópolis/RJ, mas também da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Dentre os que se identificaram de forma mais detalhada, uma característica interessante é a atuação desses clérigos na área do ensino, seja em universidades, institutos teológicos ou seminários, o que representou cerca de 27% desses sujeitos, exercendo cargos como “professor de Dogma no Convento dos Padres Dominicanos”, “professor de Teologia Fundamental no Instituto de Teologia de Salvador”, “Vice-Diretor das Faculdades Campineiras, Campinas, SP” e “Seminário Regional do Nordeste, Recife, PE”.⁸⁸

Dos 37, temos um texto do Papa Paulo VI (tradução do documento do Vaticano II sobre o ecumenismo), além de três cardeais, Agnelo Rossi, Jan Willebrands e Alfredo Ottaviani (também traduções) e cinco sujeitos que se apresentam como “doutores”, titulação acadêmica que confere autoridade a esses padres e freis.

Entre artigos, comunicações, crônicas, homilias, indicações bibliográficas, somam-se 56 veiculações (as outras 130 não apresentaram aos leitores um autor) publicadas por esses sujeitos que, conforme Orlandi (2009, p. 76), são homens que possuem o “domínio de certos mecanismos discursivos” e que representam pela linguagem “esse papel na ordem em que está inscrito na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz, etc.”. Por consequência, determinados tipos de autores permitem a tipos específicos de sujeitos a leitura e compreensão de seus textos, visto que esses são marcados por linguagens, cosmovisões, entendimentos e discussões específicas e que se dirigem a determinado tipo de leitor, com determinado grau de escolaridade e capacidade de análise linguística (ORLANDI, 1996, p. 200).

⁸⁸ No capítulo três evidenciamos como cada autor se apresentou ao público leitor da revista.

Salientamos ainda a marca do editorial nesse processo. Como percebemos, Kloppenburg foi um erudito católico, professor de teologia e teólogo reconhecido internacionalmente, marcas que legou à revista no período em que esteve a frente da mesma. Assim, o redator, em suas relações com outros professores, sacerdotes e membros do clero católico, brasileiro e internacional, também definiu um pouco do quadro de autores que se apresentou para falar da temática dos protestantismos na REB.

Posto esse cenário, conduzimo-nos ao capítulo seguinte para analisar, à luz das considerações levantadas até o momento, qual ou quais textos foram produzidos e veiculados para e pelo clero católico brasileiro que publicou no periódico sobre os protestantes, tanto no Brasil quanto no exterior, entre os anos de 1953-1971.

CAP. III - “PELO BRASIL EM FORA CLAMANDO SEM CESSAR”: OS DISCURSOS NA REB SOBRE OS PROTESTANTISMOS (1953-1971)

As disputas próprias do campo religioso, atreladas aos interesses dos outros campos e dos agentes que os compõem, que se relacionam com a esfera do sagrado, são a base para compreendermos a conjuntura da produção de textos, comentários, documentos, por parte de agentes católicos, no Brasil e fora dele, acerca das diversas igrejas protestantes mencionadas na *Revista Eclesiástica Brasileira*.

Dando sequência às considerações que levantamos anteriormente, lembrando que estamos falando de um contexto no qual as diversas IPs no Brasil estão em um processo de expansão e consolidação, algumas delas completando seus centenários e quinquentenários e outras sendo fundadas. Enquanto isso, a REB vinha se apresentando como um espaço de sociabilidade para o clero católico brasileiro disperso pelo território nacional.

Partindo das discussões de Eni Orlandi no que concerne à Análise do Discurso, em nossa pesquisa, referimo-nos a, pelo menos, dois tipos: o discurso religioso (DR) e o discurso teológico (DT), uma vez que na REB eles apresentam muita proximidade. Zanotto (2018, p. 343), partindo das considerações de Orlandi, ampliou a compreensão do DR, compreendendo-o como

aquele que se relaciona com o sobrenatural, com o extraordinário, com o extra cotidiano. Desta forma, não só o discurso de líderes, leigos e divindades estaria aí contemplado, mas quaisquer enunciações que articulem elementos religiosos ou de crenças em seu conteúdo – seja para defendê-los ou refutá-los. Discursos religiosos incorporam sentidos sobre o crer, dogmas, ritos, explicações sobrenaturais, personagens, líderes, regras, etc. que articulam a presença do divino e a comunidade humana, seja ela marcada pelo cristianismo, hinduísmo, judaísmo, islamismo [...] ateísmo, anticlericalismo, agnosticismo e outras forma de crítica aos grupos, movimentos, associações, instituições, ordens, [...], do campo religioso.

Ao pontuar que estamos trabalhando com o discurso religioso católico (DRC), apresentamos algumas características desse discurso que é marcado pelo desnivelamento entre os sujeitos, interlocutor e ouvinte, pretensamente desprovido de autonomia, tem a relação regulada pelo texto sagrado (Bíblia, encíclicas, obras de santos e papas), pela ICAR, pelas cerimônias religiosas (ORLANDI, 1996, p. 242-245). Outro traço desse funcionamento discursivo é o uso de imperativos e de vocativos, próprios de contextos de doutrinação; o uso de metáforas (recorrentes em sermões), tendo nas paráfrases o modelo de “leitura correta” para a figura de linguagem (ORLANDI, 1996, p. 259). Nessa perspectiva, podemos afirmar

que no DRC a “*interpretação própria* é a da Igreja, o *texto próprio* é a Bíblia, que é a revelação da palavra de Deus” (ORLANDI, 1996, p. 246).

No que lhe diz respeito, o discurso teológico (DT), muito semelhante ao DR, possui um caráter mais formal do que aquele. No DT é recorrente a utilização dos textos sacros nas línguas originais (hebraico, aramaico, grego, latim), geralmente seguido por traduções e explicações extensas. Para Orlandi, o DT é entendido como o discurso em que “a mediação entre a alma religiosa e o sagrado se faz por uma sistematização dogmática das verdades religiosas” (ORLANDI, 1996, p. 246). Sublinhamos que nossa referência e nossas considerações referem-se ao discurso teológico católico.

3.1. Primeiras observações: um panorama das veiculações sobre os protestantismos

Na leitura e na análise das nossas fontes, percebemos que o discurso religioso está mais próximo do discurso exotérico (voltado para todos) e o discurso teológico mais voltado para o discurso esotérico, o qual é destinado aos membros de uma instituição, exigindo o domínio por parte do leitor das representações simbólicas, dos códigos linguísticos de determinado grupo para se poder ler (PEDROSA, 2007, p. 38).

Discutindo a análise do discurso para o historiador das religiões e religiosidades, Zanotto (2018, p. 358-359), partindo das proposições de Foucault, que sugeria um esquema para os procedimentos do analista, considerando as seguintes questões: quem (sujeito, autoridade para falar), fala (o tom, entonação), o quê (conteúdo), de onde (lugar do qual se fala), para quem (interlocutores), acrescentou algo fundamental para a prática do historiador, analisar também o quando (tempo, período).

Com base nessas considerações, realizamos a primeira leitura e o mapeamento da revista. Nos primeiros três períodos editoriais da REB (1940-1986) verificamos que os primeiros dois contextos redatoriais, sob a direção de Tomás Borgmeier (1941-1952) e de Boaventura Kloppenburg (1953-1971), privilegiaram mais a veiculação de textos acerca da temática dos protestantismos do que o terceiro (de Leonardo Boff – 1972-1986). Entre os dois iniciais, constatamos um destaque para a temática durante o período de Kloppenburg.

No primeiro mapeamento, cerca de 200 publicações foram identificadas e selecionadas, restando, após a análise mais detida 186 veiculações, perfazendo um total de 729 páginas de documentos, uma média de 3,9 páginas por edição. Lembramos, como já apresentado no capítulo anterior, que as publicações da revista acerca do tema foram inseridas

em todas as seções da REB. A média anual de veiculações é de 9,7, sendo que nenhum ano ficou sem apresentar a temática, o que reforça mais uma vez a concepção da relevância do tema para parte do clero nacional que deu destaque a essas discussões na revista. Em uma primeira tabela discriminamos alguns dados como ano e volume da publicação, título, autor, seção da revista e página final e inicial.

No processo de leitura, classificação e levantamento das informações, sentimos a necessidade de uma segunda tabela, pelo que o processo de análise foi se constituindo ao decorrer do trabalho, num processo dialógico entre a fonte, o pesquisador e suas bibliografias. Diante do quadro até aqui apresentado, levantamos algumas questões a partir do mapeamento que se deu como demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 – Mapeamento das publicações – REB (1953-1954)

Ano	Título	Autor	Informações do autor	Igrejas/grupos/org.	Grandes grupos	Personagens	Terminologias	Caract.	Citações	Caracteristic	Obs.	Total
1953	O Protestantismo no E	Frei Aloísio Loris	OFM - Divinópolis-MG	Seminário Granber	Metodismos, pr		Seita	Pastore	Diário (pe	Apologético		5
	Posição ante a expan	Mons. Agnelo Ros	Campinas-SP	Aliança Latino-Ame		Prof. Emile Le	Seitas - protes	Crescim	Cruz de M	Apologético		3
	Protestantes converti	S.A.					Acatólicos			Acadêmico		1
	Casais protestantes e	S.A.					Acatólicos	Can. 1099		Acadêmico		1
	O Proselitismo Protes	S.A.					Seitas protest	Norte-a		Apologético		2
	Os protestantes recor	S.A.		Igreja de Cristo -Jap			Seitas	Jornal Chii		Informativo		1
	Associação Cristã de	Cônego Dr. Agnelo	Vice-Diretor das Facu	Associação Cristã d	Luteranismo, n	Dr. Nilo Andra		Atuam	Jornalista	Apologético		16
	O Protestantismo no E	Frei Simão C. Voig	OFM.			Pr. Eduardo Ca	Irmãos separa	Muitos		Apologético		3
	Secretariado Nacional	S.A.						Atuam		Informativo		2
	Comunicação com her	S.A.						Can 1258		Apologético		2
	Contra as Inovações	S.A.					Heresia protes			Apologético		2
1954	O Adventismo no Bras	Mons. Agnelo Ros	Secretariado Nacional	Adventismo, batis	Adventismos, b		Seitas	Sabatiz	Pe. Aristid	Apologético		18
	O Protestantismo no E	Mons. Agnelo Ros	Campinas-SP	Presbiterianismos,	Presbiterianism		Seitas		REB, Direti	Acadêmico		2
	Matrimônio com Prote	S.A.					Acatólicos, sei		Can 1012	Acadêmico		1
	El Mundo Protestante	S.A.						Diversi	REB, Mons	Informativo		1
1955	Salvemos o Brasil da	P.L.		Metodismos, adven	Metodismos, ac		Heresia, igreja			Apologético		5
	Posição ante a Expan	S.A.						Intensi		Apologético		2
	Enfraquece a Igreja Ar	S.A.		Anglicanismo, met	Anglicanismo,					Apologético		1
1956	O Protestantismo nos	Pe. Dr. Frei André	OFM, Conv. Pároco da	Protestante Episco	Congregacional	Henrique VIII,	Seitas e denor		Hebreus	Informativo		7
	Os Católicos dos EE.	U Dom Agnelo Ross	Secretariado Nacional	Anglicanismo, lute	Anglicanismo,		Seitas			Apologético		4
	Ainda a "perseguição	Pe. Godofredo Shi	São Leopoldo	Conselho Mundial de	Igrejas	Teodoro Flied	Seitas, irmãos	Grupos		Apologético		5
	Escolas não católicas	Frei Aleixo	OFM					Atuam	Can 1372-1	Apologético		4
	A Crise da Igreja Angl	S.A.		Metodismos, ar				Anglica	La Civ Catt	Apologético		3
	Pretensa a perseguiç	S.A.		Federação Luterana	Luteranismo.	Dr. Liije			New York	Informativo		2

Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1954). Produzida pelo autor.

Sendo assim, para todas as veiculações da REB acerca da temática – 186 –, observamos as seguintes questões:

- Ano da publicação;
- Título do artigo/comentário/crônica;
- Autoria/assinatura do texto;
- Apresentação do autor na publicação (nota de rodapé, informação ou alguma identificação nos cabeçalhos);
- Igrejas, organizações, sociedades, missões, agências, instituições mencionadas;
- Grandes grupos/matrizes dos protestantismos citados;
- Personagens, agentes protestantes;
- Terminologias - conceitos empregados para designar os protestantes (ex.: igreja, seita, heresia, irmãos separados, etc.);
- Características identificadas/imputadas pelo autor aos protestantes;
- Textos, escritores, livros, documentos citados no texto;
- Característica textual;
- Observações;
- Número de páginas.

Após o registro do ano e do título, a identificação do autor ou de sua não assinatura do texto, realizamos o levantamento de informações do articulista a partir dos dados apresentados no próprio texto, como por exemplo, Dom Agnelo Rossi, em seu comentário “Os Católicos dos EE. UU. e o Protestantismo no Brasil” (1956), é apresentado como membro do “Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral. Responsável pela seção de Vigilância ante a Expansão Protestante no Brasil” (1956, p. 658). A apresentação do autor a partir desses registros deu-se pela compreensão de que a forma como o escritor era apresentado aos leitores da REB é significativa e influencia no processo de relação de poder estabelecido entre quem fala pela revista para o público leitor. Apesar de já termos discutido o lugar de fala e dos sujeitos que tem espaço para publicar na revista, reforçamos que

Segundo as relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa. Assim, importa se falamos do lugar de presidente, ou de professor, ou de pai, ou de filho, etc. Cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Por

isso essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constituiu em suas relações de força (ORLANDI, 2010, p. 16).

Dada a pluralidade que integra o campo religioso dos protestantismos, propusemos o agrupamento das diversas igrejas, comunidades e federações em matrizes, correntes ou grandes grupos protestantes. Sendo assim, as IPs foram reunidas nos seguintes conjuntos: adventismos, anglicanismos, batistas, calvinismos, congregacionalismos, episcopalianismos, luteranismos, metodismos, pentecostalismos, presbiterianismos, e “outros”. Sabemos que demais ramificações poderiam ser propostas, e algumas aparecem nas publicações, como os valdenses (4 vezes). Contudo, dada a pequena representatividade deles na REB, alocamo-nos em “outros”.⁸⁹

Justificamos as matrizes escolhidas uma vez que são correntes (re)conhecidas e que possuem não somente entre os protestantes, mas também na sociedade e que foram esses os grupos mais representativos, como já ponderamos. Em via de regra, presbiterianos são calvinistas, assim como também existem calvinistas entre batistas, pentecostais, anglicanos, etc. Entretanto, ao propor duas categorias – calvinistas e presbiterianos – isso se deve muito mais ao fato de em determinadas publicações haver uma menção direta ao calvinismo e não a uma matriz mais específica (presbiterianismo, metodismo) e de que algumas igrejas foram aqui agrupadas, como a Igreja Reformada da França, Igreja Reformada da Holanda, entre outras que não possuem uma identificação mais explícita com o presbiterianismo. Nesse sentido, na categoria “metodismos” – e as utilizamos no plural dado o entendimento das diversidades que existem entre as igrejas e grupos que integram tais correntes – temos não somente a Igreja Metodista do Brasil, mas igrejas metodistas fora do país e organizações como a Federação Mundial Metodista, assim como em “pentecostalismos” encontramos a Igreja Evangélica Assembleia de Deus e a Congregação Cristã no Brasil, mas também igrejas menores como a Igreja Pentecostal Jesus Nazareno, O Cristo Pentecostal da Bíblia, Cruzada de Nova Vida, Cruzada Nacional de Evangelização, etc. Por sua vez, em “outros” encontramos uma diversidade de igrejas e movimentos, tais como: quakers, zwinglianismo, menonitas, valdenses, “nazarenos”, “discípulos de Cristo”, Igreja Unida de Cristo, Igreja do Espírito de Jesus Cristo, Igreja Unitária Universalista, dentre outras. Apesar de terem influência e relação com as categorias propostas, preferimos agrupá-las aqui, compreendendo as singularidades de cada grupo ou igreja.

⁸⁹ Apresentamos as matrizes por nós elencadas no glossário deste trabalho.

Os “personagens” dessas histórias, isto é, os agentes nomeados pelos escritores também foram identificados. Alguns mais conhecidos, como Martinho Lutero e João Calvino, outros longe disso, como Dr. Nilo Andrade do Amaral ou o Rev. José Gonçalves Salvador, sujeitos de reconhecimento nacional ou regional, entendidos pelos escritores que publicaram na REB como pertinentes para a produção de seus textos.

Em “terminologias” levantamos as expressões que foram utilizadas pelos escritores para designar os grupos e IPs, auxiliado pelas características legadas/identificadas acerca dessas comunidades religiosas.

Como todo discurso precisa de uma memória discursiva para poder dizer, e os textos remetem a outros textos para que possam significar aos seus leitores, registramos quais foram os documentos, autores, publicações, periódicos citados pelos escritores em suas obras para fortalecer seus argumentos e auxiliar em suas análises ante ao público leitor.

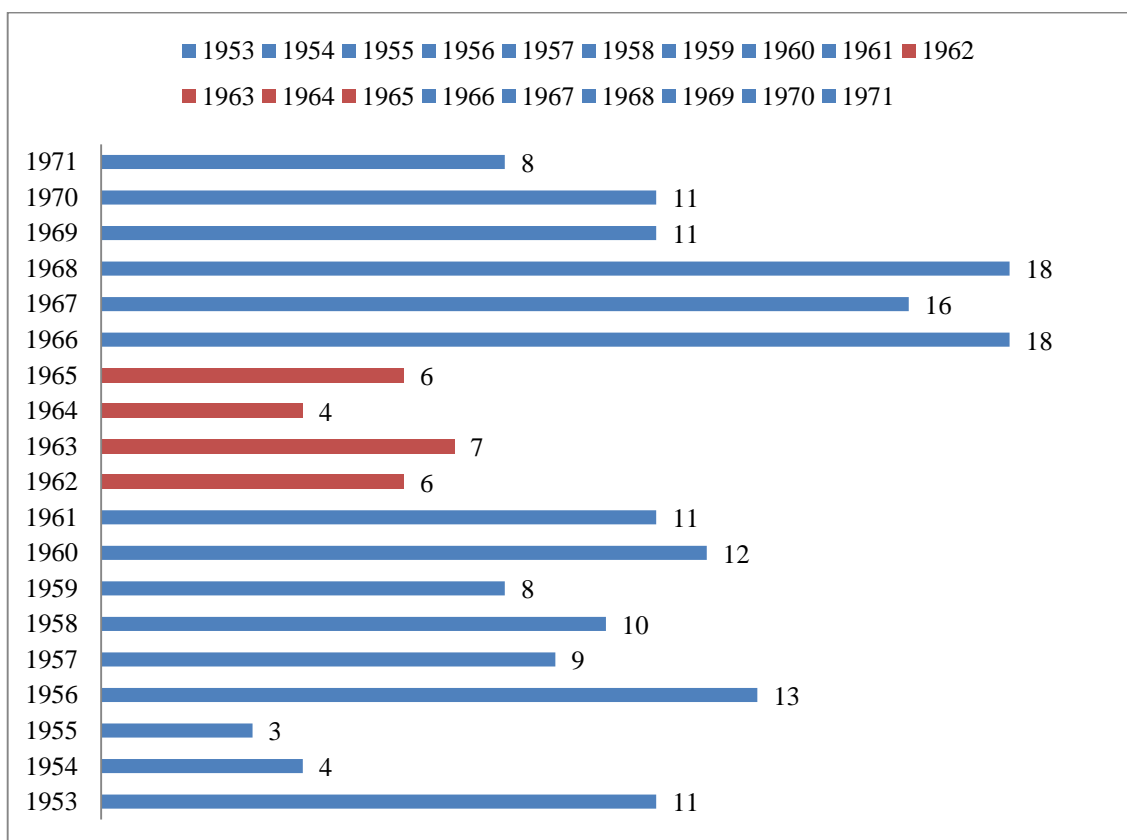
Além das observações e do registro do número de páginas, entendemos ser pertinente perceber a tônica/ característica principal dos textos escritos. Entendemos que ao analisar os discursos acerca dos protestantismos na *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971) estamos trabalhando tanto com a compreensão de discurso religioso quanto de discurso teológico. Desta forma, dentro daquilo que entendemos por discurso religioso católico, identificamos em nossas fontes quatro características principais que nortearam a escrita dos autores. Ao identificá-las, não desconsideramos que em uma publicação exista mais de uma característica. Assim, discernimos as publicações em três características/tônicas: acadêmica, apologética, informativa, e separamos um outro grupo para agrupar a documentação.

Por “acadêmica” entendemos as publicações que possuem como finalidade a compreensão, discussão da temática dos protestantismos enquanto esse *outro* diferente que habita o mesmo espaço (campo religioso) a partir das concepções de natureza principalmente teológicas católicas, mas também históricas, sociológicas e filosóficas. Um pouco mais distanciada desta característica, a tônica “apologética” é aquela que apresenta os textos com a finalidade de defender as concepções católicas romanas, suas crenças, seu espaço, etc. Em algumas veiculações percebe-se uma construção desta característica de forma mais evidente e combativa, em outras, é a sutileza a marca da escrita. Em “informativa” agrupamos os textos que possuem a referida finalidade. Não que desprezemos a intenção formativa da informação, que a tomamos como isenta de ideologia ou que descartamos as compreensões e intenções que estão nela imbricadas. Nesta categoria também listamos a apresentação de obras feitas na revista, não com caráter publicitário, mas informativo. Por fim, em “documentação”,

apresentamos alguns documentos que a REB veiculou no período para seus leitores, dentre os quais, aqueles que trataram da temática desta pesquisa. Reiteramos que essa divisão é feita a partir da leitura e da compreensão de finalidades distintas entre os textos e os autores que publicam em diferentes contextos, uma vez que estamos trabalhando com um período antes, durante e depois de um Concílio que trouxe mudanças significativas na perspectiva eclesial para a ICAR.

Das publicações, as dividimos também nesses três recortes, tendo o Concílio Vaticano II (1962-1965) como balizador temporal para verificar se a presença do CVII alterou as pautas que eram publicadas na revista, como exposto no gráfico 3.

Gráfico 3 - Veiculações da REB por ano (1953-1971)



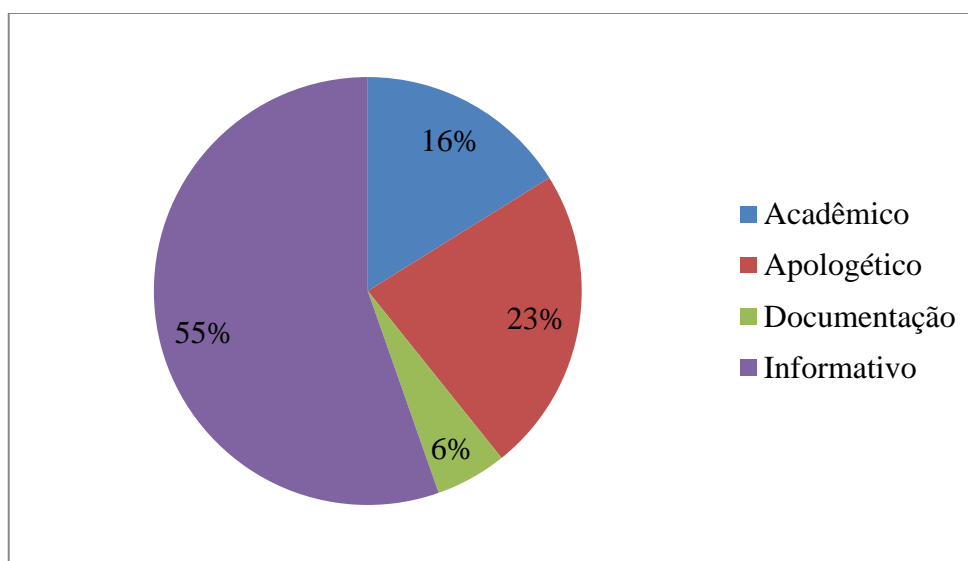
Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzido pelo autor

Foram 81 veiculações anteriores ao CVII, 23 durante o CVII, e 82 após o Concílio. Entretanto, dada a diferença do número de anos do nosso recorte, calculamos a média das publicações por ano. No primeiro contexto, a média foi de 9 textos por ano. No segundo momento, a média fica em 5,75, o que se justificou pela preocupação da REB em levar ao seu

leitor as discussões do Concílio em tempo mais rápido possível, deixando um pouco de lado as outras temáticas discutidas até então e, dentre elas, as dos protestantismos. Por sua vez, a última média apresentou um crescimento para 13,6 textos veiculados por ano, o maior entre os recortes. Logo, o Concílio Vaticano II não reduziu, pelo contrário, fez aumentar a discussão do tema na revista, como evidenciado pela média de publicações por ano.

Dividindo as 186 publicações entre as quatro tônicas discursivas encontramos a seguinte distribuição.

Gráfico 4 – Veiculações e tônicas discursivas da REB (1953-1971)

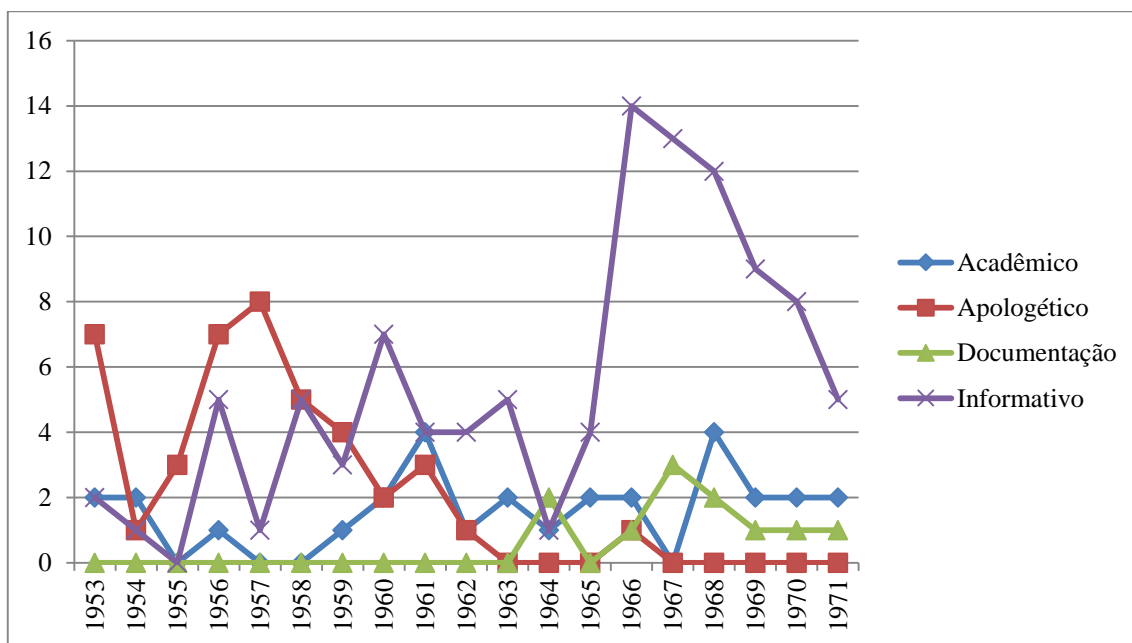


Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (193-1971). Produzido pelo autor

Como apresentado no gráfico anterior, pouco mais da metade das veiculações são de caráter informativo, seguida pelo teor apologético, muito próximo do acadêmico, tendo ao final uma pequena parte das publicações destinada à documentação. Faz-se pertinente considerar que, em número de páginas, a proporção altera, ficando assim: acadêmico – 36,4%, informativo – 29%, apologético – 22,6%, e documentação – 12%. Logo, apesar de o acadêmico ter 17% das publicações, tem 36,4% das páginas publicadas em relação aos protestantismos dados os textos veiculados serem de maior densidade, enquanto que o informativo possui muitas veiculações pequenas, com média de 2,05 página por publicação.

Outra forma de olhar os dados nos permite compreender a dispersão temporal das tônicas textuais, conforme apresentamos a seguir.

Gráfico 5 – Veiculações e tônicas discursivas da REB: distribuição temporal (1953-1971)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (193-1971). Produzido pelo autor

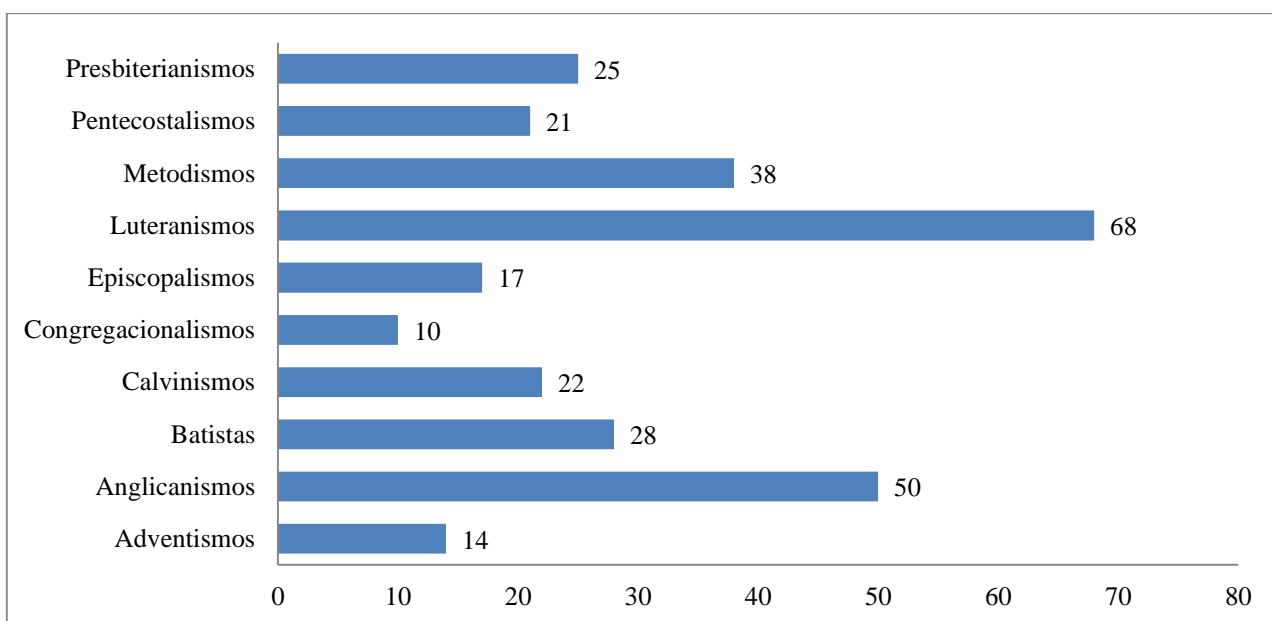
Podemos perceber, a partir dessa exposição, que a visibilidade, o privilégio ou o fomento de determinado tipo de texto pelo editor da revista deu-se em períodos diferenciados nesses 19 anos. Verificamos que, nos primeiros anos (1953-1961), há um número significativo – e em alguns anos, como entre 1953 e 1959, esteve em destaque – de veiculações do discurso apologético (DAP) entre as publicações da REB, desaparecendo essa tônica na temática dos protestantismos a partir de 1966, ano da última publicação com esse teor. Ao passo que o apologético entra em decréscimo, o informativo (DIF) e o acadêmico (DAC) ganham (ou tomam) espaço nas páginas da revista, tendo ambos o seu auge no imediato pós CVII. Por sua vez, a documentação em relação aos protestantismos encontra espaço na revista a partir de 1964, ano em que ainda estavam acontecendo as sessões do Concílio Vaticano II, e após este, mantendo uma relativa constância na publicação de documentos que envolvessem os protestantes em suas discussões.

Nessa perspectiva, perguntamo-nos: e as mudanças eclesiais, inicialmente propostas pelo CVII, alteraram a forma de a ICAR pensar e se relacionar com as outras religiões, nesse caso, com as igrejas protestantes? Essa mudança atingiu de forma tão direta o Brasil e a produção e veiculação de textos numa revista católica brasileira?

As matrizes e sua presença ou ausência na revista também devem ser consideradas. Para a leitura das matrizes mais citadas elaboramos um gráfico. Cada categoria foi contada

apenas uma vez por veiculação, mesmo quando a matriz teve mais de uma igreja ou grupo por publicação (por exemplo: “pentecostalismos” e Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Cruzada Nacional de Evangelização, contava-se na mesma publicação apenas uma vez).

Gráfico 6 - Matrizes protestantes na REB (1953-1971)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

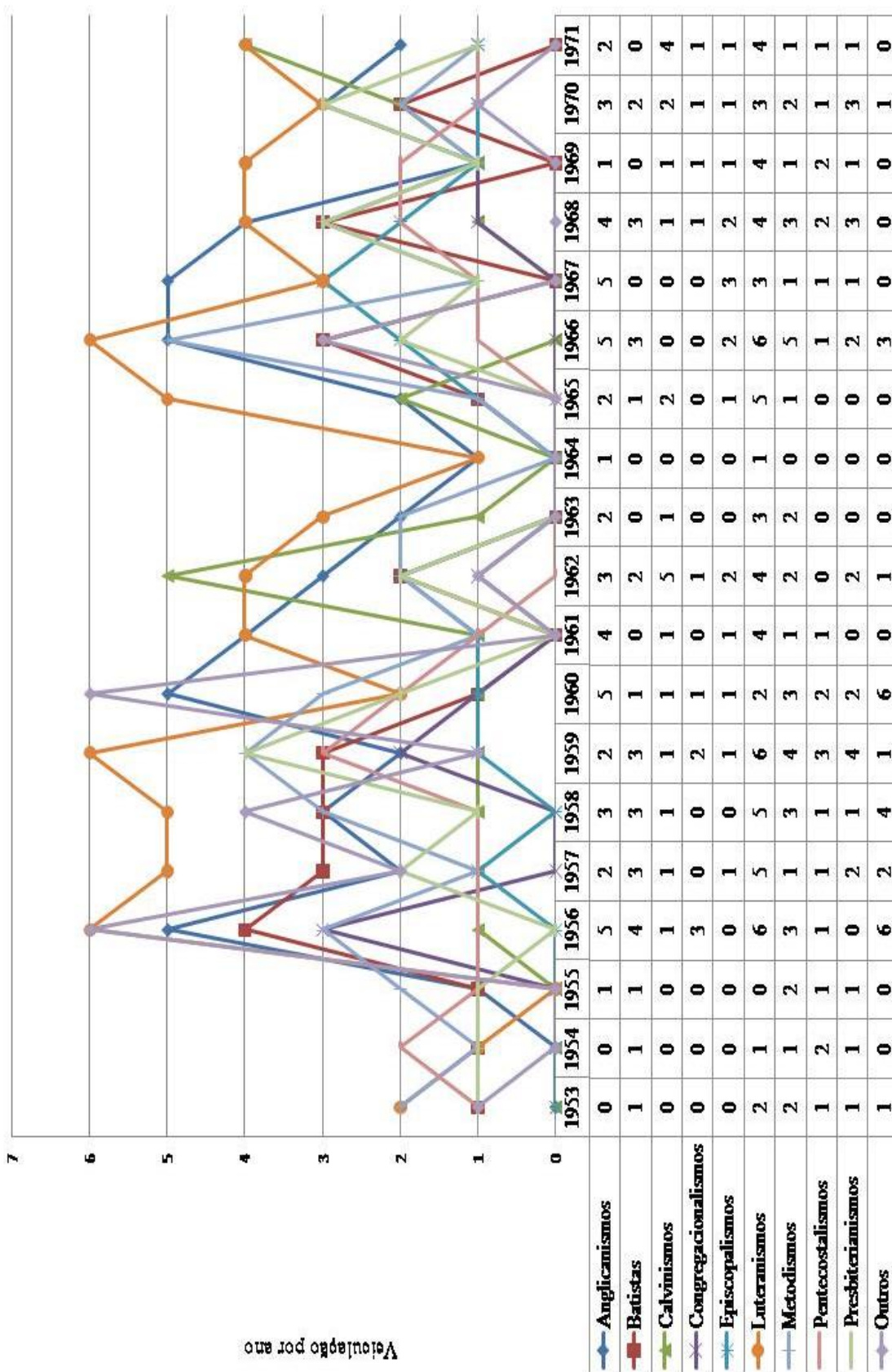
Não podemos desprezar que os autores que publicaram na REB permitiram aos seus leitores a percepção de amplitude e diversidade que existe entre as correntes/matrizes do protestantismo. Em segundo lugar, o número de menções a cada matriz nos permite afirmar não somente o campo religioso brasileiro que estava representado, mas, sobretudo, o ocidente europeu e o estadunidense, principais centros dos protestantismos mundial e que estavam em contato com os centros católicos de destaque internacional.

Observando as colunas, percebemos que é o protestantismo de imigração que detém as correntes mais representadas entre as IPs. Anglicanismo e luteranismo perfazem 40% das menções na REB dentre todas as igrejas dos protestantismos. Por sua vez, os pentecostais, que apesar de apresentarem-se em um contexto de crescimento no Brasil, representaram cerca de 7% dos dados. Isso nos permite constatar que não é somente o número de adeptos ou a presença maior ou menor no campo religioso, mas também o interesse múltiplo dos vários autores que publicaram na revista. Já os protestantes de missão abarcaram cerca de 53%, dada a sua multiplicidade de igrejas.

Outro gráfico permite-nos fazer uma leitura anual, apresentando como as matrizes dispersaram-se pelos 19 anos de publicações por nós analisadas. Assim, queremos cotejar com a tabela das características discursivas e perceber se existe relação entre as tônicas empregadas nos textos e as matrizes mobilizadas nessas leituras dos protestantismos apresentadas pelos autores que escreveram na revista.

A dispersão anual evidenciou que a pluralização das matrizes exibidas pelos autores na REB deu-se após os anos de 1956-1957 e manteve-se até o final do período editorial de Boaventura Kloppenburg. Tanto anglicanos quanto luteranos mostram uma dispersão constante, com poucas oscilações na revista, o que também se sucede com os metodistas em menor escala. Já os adventistas e batistas têm uma aparição bem maior no período anterior ao Concílio, ao passo que pentecostais, presbiterianos, calvinistas e congregacionais possuem uma dispersão proporcionalmente sem muita variação.

Gráfico 7 - Matrizes protestantes e dispersão anual na REB (1953-1971)



Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1971). Produzida pelo autor.

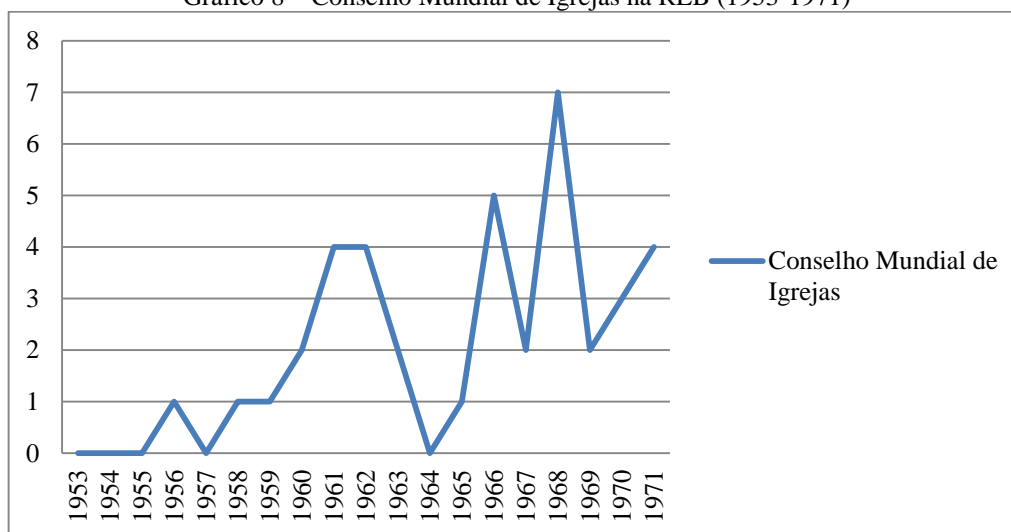
Mapeamos as menções feitas a outras organizações protestantes. Além das igrejas agrupadas em correntes dos protestantismos, os autores da REB também mobilizaram instituições educacionais – seminários, universidades e escolas – como: Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE), Instituto Presbiteriano Mackenzie, *Battle Creek College*, Colégio Adventista de Santo Amaro, Colégio Batista do Rio de Janeiro, Instituto de Cultura Religiosa, Instituto Teológico Adventista de Petrópolis, *Junior College*, Seminário Concórdia, Seminário Granberry, Seminário Presbiteriano de Campinas, *Senior College* e *Student Christian Federation*. A apresentação dessas entidades deu-se no sentido de evidenciar ao leitor a atuação e a articulação das IPs no campo da educação, seja ela secular ou religiosa.

As Sociedades Bíblicas (SB) – organizações com o propósito de facilitar o acesso à Bíblia, atuando na tradução, produção e distribuição de exemplares em vários países – foram apresentadas em diversas vezes, com destaque para a Sociedade Bíblica do Brasil (04), as Sociedades Bíblicas Reunidas (03), Sociedade Bíblica Americana (02) e Sociedades Bíblicas Unidas (02). Pontuamos que a atuação das SBs é majoritariamente missionária, uma vez que o entendimento é de distribuição das Bíblias enquanto veículo proselitista. Além dessas, outras organizações e entidades missionárias protestantes, nacionais e internacionais foram tema para os articulistas: Aliança Cristã e Missionária, Associação Cristã de Moços, Associação Cristã Feminina, Câmara de Literatura Evangélica, Casa Publicadora Batista, Casa Publicadora Brasileira, *Christian and Missionary Alliance*, Concílio Missionário Internacional, Exército da Salvação, *Home Mission*, Junta de Missões Estrangeiras, *Life and Work*, Literatura Evangélica para a América Latina, Missão Evangélica Sudanesa, *Young Men's Christian Association* e *Young Women's Christian Association*.

Outro ponto que identificamos foi o aparecimento de textos do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)⁹⁰, órgão que representava o projeto ecumênico entre as igrejas protestantes, como apresentado no primeiro capítulo. Dado que o CMI, em sua forma institucional, entrou em atuação efetiva a partir de 1948, percebemos que, quanto mais próximo do CVII, maior o número de referências ao CMI na REB, como apresentamos no gráfico a seguir. A variação do número de menções por ano, principalmente após o CVII, está relacionada à variação do número de publicações feitas em cada edição.

⁹⁰ Encontramos tanto o termo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) quanto Conselho Ecumênico de Igrejas (CEI). Em nossas pesquisas, entendemos que ambas as nomenclaturas fazem referência ao mesmo Conselho, visto que sempre citam os mesmos personagens, os mesmos encontros e as mesmas datas e não localizamos referências que façam a distinção de duas entidades para a questão.

Gráfico 8 – Conselho Mundial de Igrejas na REB (1953-1971)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

Os dados evidenciam que a presença do CMI nos textos da revista está articulada ao contexto de discussão do ecumenismo pela ICAR. Ou seja, os escritores mobilizam o tema do Conselho Mundial de Igrejas num ínterim em que refletir acerca de uma nova postura em relação às IPs estava em questão. Dessa forma, observamos que a presença do CMI nos textos destacou-se nos anos imediatos que antecedem o Concílio, bem como nos seus primeiros anos e, posteriormente, a partir de 1956, uma aparição acima da média dos anos anteriores, chegando em 1968 a sete menções.

Em nosso tabelamento, também identificamos as personalidades protestantes citadas nos textos da REB, sendo cada sujeito contado apenas uma vez por publicação. Assim, 211 pessoas foram mencionadas nos textos da revista, pelo que intentamos fazer uma identificação da matriz dos protestantismos à qual se vincula, do país de origem (e quando estrangeiro se atuou no Brasil) e da função ou cargo que tenha exercido. Dos 211, apenas 40 foram citados em mais de um texto, e destes, 16 foram três ou mais vezes. Entre as nacionalidades – 21 observadas –, o Brasil destacou-se com 33 sujeitos, seguido por Inglaterra (30) e Estados Unidos (23). Dentre as outras nacionalidades, outros 11 personagens são estrangeiros que são referenciados por sua atuação enquanto protestantes no Brasil. Dos 211, apenas sete são mulheres (3,3%) – Missionárias Marion Hughes, Janette Troyer e Babgby, Ellen G. White, Sra. Rachel Preston, Irmã Ruthild e Frederica Feuerharmel. Isso não quer dizer que elas estivessem ausentes ou pouco atuantes nas IPs, mas sim que a visibilidade e o reconhecimento das mulheres em cargos de destaque e liderança nas igrejas cristãs (principalmente na ICAR)

ainda eram um tema tabu. A seguir, apresentamos a tabela com os mais citados nos trabalhos veiculados na *Revista Eclesiástica Brasileira*⁹¹.

Tabela 7 - Agentes dos protestantismos na REB: mais citados (1953-1971)

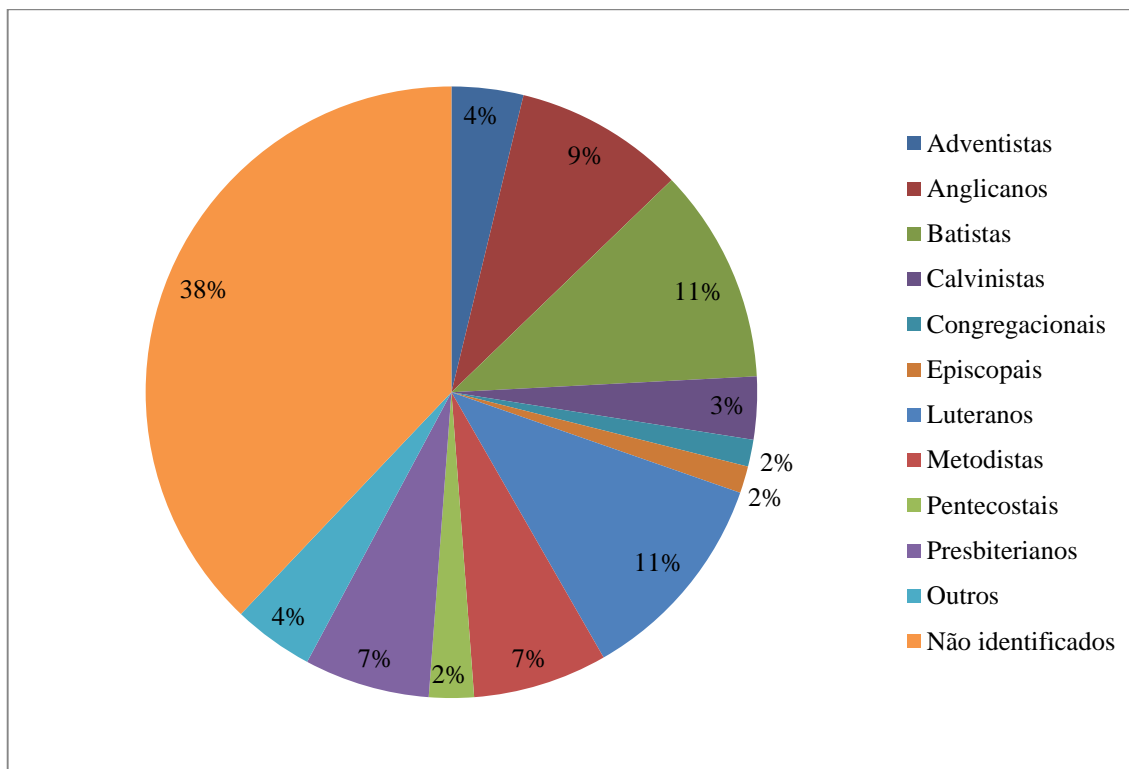
	Nº de menções	Nome	Grupo integrante	País - nacionalidade	Função/ cargo
1.	20	Martinho Lutero	Luteranismos	Alemanha	Reformador
2.	09	Vissert Hooft	?	Holanda	Secretário Geral do CMI
3.	09	Dr. Michael Ramsey	Anglicanismos	Inglaterra	Arcebispo de Catenbury
4.	07	João Calvino	Calvinismos	Suíça	Reformador
5.	06	Dr. Geoffrey Fischer	Anglicanismos	Inglaterra	Arcebispo de Catenbury
6.	06	Dr. Eugene Carson Blake	Presbiterianismos	EUA	Secretário Geral do CMI
7.	05	Rev. Lukas Vischer	Calvinismos	Suíça	Teólogo, CMI
8.	04	Kristen E. Skydsgaard	Luteranismos	Dinamarca	Teólogo
9.	04	Pr. Roger Schutz	Outros	Suíça	Teólogo
10.	04	Pr. e Prof. Otoniel Motta – e seus pseudônimos – Frederico Hanses, Ernesto L. de Oliveira e Lisânias de C. Leite	Presbiterianismos	Brasil	Pastor, professor, poeta sacro
11.	03	Rev. Evaldo Alves	?	Brasil	Presidente da Confederação Evangélica do Brasil
12.	03	Martin Luther King	Batistas	EUA	Pastor e ativista
13.	03	Pr. Marc Boegner	Calvinismos	França	Presidente da Federação Protestante da França
14.	03	Karl Barth	Calvinismos	Suíça	Teólogo e filósofo
15.	03	Pr. Max Lackmann	Luteranismos	Alemanha	Pastor, teólogo, escritor
16.	03	Pr. Aharon Sapsezian	Methodismos	Armênia - atuou no Brasil	CMI, Faculdade de Teologia da UMESP, ASTE

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1954). Produzida pelo autor.

Quanto às matrizes, 84 sujeitos não foram identificados. Na sequência, apresentamos o gráfico com as matrizes consideradas.

⁹¹ A tabela completa encontra-se nos anexos. Como em vários casos os personagens citados na REB possuem grafia diferente ou descrição imprecisa não conseguimos obter informação detalhada acerca de todos os 211 personagens, visto, também, que este trabalho demandaria muito tempo, além de quem em boa parte das publicações não constava uma apresentação de quem eram os sujeitos, bem como sua vinculação denominacional.

Gráfico 9 - Matrizes protestantes entre os personagens na REB (1953-1971)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzido pelo autor.

Auxiliados pela tabela e pelo gráfico, percebemos que a diversificação de correntes protestantes é também verificada entre os personagens citados, tendo uma predominância de luteranos e batistas, seguidos por anglicanos, presbiterianos e metodistas (não contando os sem identificação). Salientamos que, dentre os mais citados, temos dois reformadores – Lutero e Calvino – expoentes da teologia protestante e que trazem consigo um valor simbólico do desenvolvimento inicial das igrejas protestantes na Europa do séc. XVI. Ao seu lado, teólogos e pastores (grande maioria das personalidades), dois arcebispos de Catenburry (Cantuária) – líder da Igreja Anglicana – e membros do Conselho Mundial de Igrejas.

Notamos, ainda, que mesmo o Brasil sendo a nacionalidade com mais personagens citados, representa ainda 16% destes. Compreendemos que essa situação se deva ao contexto da centralidade que as igrejas protestantes do ocidente europeu e dos EUA possuíam diante do cenário dos protestantismos em nível global, tanto por terem sido seu centro difusor, quanto por ainda possuir centros de liderança, formação e produção teológica.

Postas essas questões, dirigimo-nos agora para a análise das quatro divisões no que concerne à tônica discursiva que percebemos nas publicações. Para auxiliar-nos, utilizaremos

da cronologia para situar melhor as tônicas discursivas no contexto de veiculação, dado que, como identificamos no gráfico 3, existe uma dispersão temporal relativamente clara, existindo uma diferenciação entre os períodos de ocupação da revista, principalmente no que tange às tônicas apologética, acadêmica e documentação. Designaremos de discurso apologético (DAP), acadêmico (DAC) e informativo (DIF) por entendermos que se trata de um conjunto de textos, que se baseiam em e remetem a outros textos e discursos, imbuídos de ideologia e permeados pela produção de sentidos entre os sujeitos, com objetivos delimitados.

3.2. Para que “salvemos o Brasil da heresia”: o discurso apologético (1953-1966)

Retomando o que já discutimos acerca da tônica apologética, agrupamos nessa categoria os textos em que percebemos que o viés da defesa da fé e dos dogmas católicos, bem como seu espaço no campo religioso ante aos protestantismos foi o objetivo principal das publicações. Partindo de Pedrosa (2007, p. 39), compreendemos que, em nossa pesquisa, o DAP utilizou tanto de uma função pedagógica ao propor o aprendizado de suas crenças e o regulamento do comportamento; quanto mobilizadora, dado que confirmou e reafirmou os valores defendidos pela ICAR; e reparadora, já que tentou (re)estabelecer aquilo que tinha como ideal por meio de advertências.

Dos 186 textos, quase um quarto (43 publicações – 23%) foram de produções de caráter apologético. Como já vimos, esses se concentraram nos anos de 1953 a 1966, tendo entre 1953-1961 o maior número de discussões. Dos 43, 23 trabalhos estão assinados pelos seguintes autores:

Tabela 8- Autores do discurso apologético

Autor	Apresentação na publicação	Nº de publicações
Frei Boaventura Kloppenburg	OFM.	06
Cônego Dr. Agnelo Rossi	Vice-Diretor das Faculdades Campineiras, Campinas/SP. Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral. Responsável pela secção de Vigilância ante a Expansão Protestante no Brasil. Posteriormente, Bispo de Barra do Piraí-RJ e do Secretariado Nacional de Defesa da Fé.	05
P.L.	Cruz Alta/RS	03
Frei Aleixo	OFM.	01
Frei Aloísio Lorscheider	OFM - Divinópolis-MG	01
Frei Simão C. Voigt	OFM.	01
J.S.	-	01

Pe. Geraldo van Rooijen	M.S.C. ⁹² - São Paulo	01
Pe. Godofredo Shmieder	São Leopoldo	01
Pe. Jaime Snoek	C.Ss.R. ⁹³	01
PGH	-	01
SNF	-	01

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1966). Produzida pelo autor.

Como já explicitamos anteriormente, os dados acerca dos autores extraímos das próprias publicações e destacamos os dois principais autores desses discursos: Agnelo Rossi e Boaventura Kloppenburg. O primeiro deles colocou-se para seus interlocutores como um sujeito autorizado, visto que, além de um professor universitário e membro do Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral (SNDFM), era o responsável por ser um “vigilante” da expansão das IPs no Brasil. Ao seu lado, Kloppenburg, que apesar de se apresentar apenas como um membro da Ordem dos Frades Menores (OFM), era integrante do SNDFM e reconhecido apologeta da fé católica. Uma vez que Kloppenburg também era o redator da REB, imputamos a sua responsabilidade a publicação dos outros textos que não possuem assinatura, apesar de não os contabilizar nas tabelas.

Por conseguinte, podemos reafirmar, como posto no capítulo anterior, que as condições de produção relacionam os textos a sujeitos históricos que estão inseridos em uma formação discursiva⁹⁴ e também em lugares sociais (INDURSKY, 2010, p. 69). Logo, a presença de sujeitos vinculados ao SNDFM, um órgão da CNBB com função estritamente apologética, possibilitou que esse contexto ideológico e essas concepções também estivessem manifestados nas veiculações da revista.

Ao levantarmos as terminologias legadas aos protestantes pelos escritores apologetas, identificamos algumas expressões. Decidimos apresentá-las em uma nuvem de palavras⁹⁵ por permitir uma visibilidade da expressividade das terminologias⁹⁶ empregadas entre si.

⁹² MSC é a sigla que designa os Missionários do Sagrado Coração, uma congregação católica.

⁹³ Sigla que designa os redentoristas, membros da Congregação do Santíssimo Redentor.

⁹⁴ Por formação discursiva entendemos a designação de um “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2002, p. 122), composto de “regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2002, p. 133).

⁹⁵ As palavras foram feitas em formato de imagens no site: <https://www.wordclouds.com/>. Salientamos que a dispersão das palavras no formato da imagem por nós escolhida é gerada pelo próprio programa.

⁹⁶ As expressões utilizadas seguem a seguinte proporção: seitas (15), heresia (07), irmãos separados (03), irmãos transviados, igrejas, igreja protestantes e pastores heréticos (01).

Figura 4 - Nuvem de palavras: discurso apologético (1953-1966)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

Analisando os presentes termos vemos a predominância dos três primeiros, com o destaque visível para “seita” e “heresia”. Por “seita”⁹⁷, designa-se o *outro* como aquele saiu ou foi expulso da ICAR, aquele que está separado. A esse respeito entendemos que “desde quando a diferença é dita ou transcrita, torna-se significativa, já que é captada nos sistemas da língua e da escrita” (HARTOG, 2014, p.243). Por sua vez, heresia conota uma carga mais expressiva de diferenciação das IPs em relação à ICAR. Um dicionário de teologia dogmática da década de 1950 definiu heresia como a “doctrina que contradice directamente a una verdad revelada por Dios y propuesta como tal por la Iglesia a los fieles. [...] La herejía perfecta se opone propriamente a la verdade de fe divino-católica” (PARENTE; PIOLANTI; GAROFALO, 1955, p. 164). Assim, heresia possui uma relação de não crença naquilo que se toma por uma “verdade revelada por Deus” e que é “mantida” pela ICAR. Assim, na concepção católica, o herege é aquele que está contra Deus e sua igreja.

⁹⁷ Em dicionários católicos de teologia do contexto em questão, o termo seita não é exclusivo para os protestantes, mas para as outras religiões cristãs e também para grupos e subgrupos de outras matrizes religiosas, como o judaísmo, islamismo, hinduísmo, etc.

A ideia de “irmãos separados”, mesmo que mantenha a noção de seita, apresenta uma suavização na designação que se faz das IPs, enquanto que em transviado aponta-se para aquele que se “desviou”, reforçando a ótica da heresia – aquele que escolheu o contrário da verdade.

No que lhes diz respeito, igrejas e igrejinhas nos permitem ler algo mais desprestigiado em relação aos protestantes, uma vez que não se constituem em igrejas, mas algo diminuto, que pareceria ou que se quer parecer, mas não é. Percebemos que todos carregam em si a concepção da centralidade da ICAR no ambiente cristão e religioso e, mais uma vez, reforçam o fato de que o lugar do sujeito é constituinte do que ele fala, produz, pensa. Assim, lembramos que a autoria é “a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições” (ORLANDI, 2009, p. 75).

Todo discurso é feito e necessita de outros discursos para sustentar o seu dizer (memória discursiva) e, para embasar seus escritos, os autores lançaram mão de diversas outras obras, desde documentos canônicos, obras religiosas a periódicos religiosos e não religiosos. Como o recorrente na produção discursiva católica, a presença de santos é uma constante: São Pio X, São Clemente Hoffbauer, Santo Agostinho, São João, São Paulo, São Francisco de Sales, São Tomás de Aquino; ao lado de padres e autoridades da ICAR, como: Cardeal Celso Costantini, Pe. Aristides Taciano, Pe. Cyrillo De Dinan Pe. Luciano Guillén, Pe. Vermeersch, Dom Agnelo Rossi. Além disso, dos textos bíblicos, sobressaíram-se por maioria absoluta as passagens neotestamentárias, como os evangelhos e as epístolas paulinas. Já os periódicos católicos também foram tomados, com destaque para *L’Osservatore Romano*, *La Civiltà Cattolica*, mas também com citações à REB, *Ecclesia*, *Vozes*, *Catholic Herald*, *Irénikon*, *O Católico Livre*.

Consideramos que, ao trazer aos seus textos tais obras⁹⁸, os escritores estão diante dos seus interlocutores como os leitores competentes de tais produções, visto que, para o catolicismo romano, “a leitura competente está a cargo do teólogo” (ORLANDI, 1996, p. 214). Além desses, intelectuais e pesquisadores como March Bloch, Isaac Newton, encíclicas papais, o Código de Direito Canônico e o jornal *Diário* (periódico de Belo Horizonte/MG) também são citados.

Uma vez que o discurso apologético que se veicula é produzido sobre os protestantismos, os autores utilizaram-se também de documentações próprias desses grupos,

⁹⁸ A grande maioria dos textos não possui uma seção destinada às bibliografias utilizadas. Muitas eram referenciadas no próprio corpo do texto ou em notas de rodapé.

com uma finalidade de obter nestes impressos informações acerca das IPs. Dentre os materiais que foram citados encontramos, com recorrência, diversos periódicos de IPs no Brasil, como o *Cruz de Malta*, *Jornal Batista*, *Expositor Cristão*, *O Mundo Cristão*, *O Puritano*, *Revista Adventista*, *Mensageiro da Paz*, *Correio de Genebra* e *Brasil Presbiteriano*⁹⁹. Ao lado desses, obras de pesquisadores como William R. Read (pastor presbiteriano que foi utilizado para falar acerca dos pentecostais), Lauro Bretones, Antônio Mesquita, a obra *O Conflito dos Séculos* de Ellen White (adventista), o *Manual do Colportor* (adventista) e documentações da Igreja Batista de Petrópolis. Esses materiais foram usados para uma dupla função: ora serviam como fonte de informação, ora como discurso contrário aos próprios protestantes. Apesar disso, chama-nos a atenção que nenhuma obra de referência teológica para as IPs, afora a de Ellen White – que possui aceitação apenas entre os adventistas, como compêndios teológicos, traduções dos textos bíblicos, obras dos reformadores – foi citada ou mencionada.

Seguindo na apresentação das linhas gerais do DAP em relação aos protestantismos, listamos as 43 publicações.

Tabela 9 - Publicações do discurso apologético na REB (1953-1966)

Ano	Título	Autor
1953	O Protestantismo no Brasil segundo o testemunho de um ex-pastor	Frei Aloísio Lorscheider
1953	Posição ante a expansão protestante no Brasil	Mons. Agnelo Rossi
1953	O Proselitismo Protestante divide a América	SA. ¹⁰⁰
1953	Associação Cristã de Moços	Cônego Dr. Agnelo Rossi
1953	O Protestantismo no Brasil	Frei Simão C. Voigt
1953	Comunicação com hereges	SA.
1953	Contra as Inovações Doutrinárias dos Protestantes	SA.
1954	O Adventismo no Brasil	Mons. Agnelo Rossi
1955	Salvemos o Brasil da Heresia	P.L.
1955	Posição ante a Expansão Protestante no Brasil	SA.
1955	Enfraquece a Igreja Anglicana	SA.
1956	Os Católicos dos EE. UU. e o Protestantismo no Brasil	Dom Agnelo Rossi
1956	Ainda a “perseguição aos protestantes” na Espanha	Pe. Godofredo Shmieder
1956	Escolas não católicas	Frei Aleixo
1956	A Crise da Igreja Anglicana	SA.
1956	1º Dom. do Advento: Advento católico – Advento Adventista	SA.
1956	A Conversão do Teólogo Anglicano Eduardo Rich	SA.

⁹⁹ Não obtivemos informação acerca do periódico *Correio de Genebra*. Entretanto, os demais eram todos brasileiros.

¹⁰⁰ SA. designa sem autoria, isto é, sem sujeito que tenha assinado a publicação, uma vez que entendemos que não existe um texto ou discurso sem autor.

1956	Provocações Protestantes.	SA.
1957	Os Batistas e sua História	Dom Agnelo Rossi
1957	As exigências pecuniárias dos protestantes	Frei Boaventura Kloppenburg
1957	A Posição da Igreja nos Bairros Operários de São Paulo	Pe. Geraldo van Rooijen
1957	Curso sobre Heresias Modernas	SA.
1957	O Brasil vai para a Heresia	P.L.
1957	Intensificação do Movimento Editorial Protestante	SA.
1957	Pastor convertido	SA.
1957	Necessidade de uma Frente de Defesa da Fé contra o Proselitismo das Heresias	Frei Boaventura Kloppenburg
1958	Um Congresso Mundial Protestante em Petrópolis	Frei Boaventura Kloppenburg
1958	O Brasil vai para a heresia	P.P.L.
1958	A expansão protestante na América do Sul	SA.
1958	Um Pastor Luterano foi ver Pio XII	Frei Boaventura Kloppenburg
1958	Protestantes na Colômbia	SA.
1959	A “Cruzada pelas Almas” nos EE. UU.	PGH
1959	“Vozes em Defesa da Fé”	Frei Boaventura Kloppenburg
1959	Pastor Luterano Aproxima-se da Igreja	SA.
1959	Propaganda Protestante na Suíça	SA.
1960	Moral Política	Pe. Jaime Snoeck
1960	Posição de Maria Santíssima no Anglicanismo Atual.	SA.
1960	Diretrizes e Bases, oposição protestante (parte)	SA.
1961	Movimentos Heterodoxos	SA.
1961	Colégios Protestantes	J.S.
1961	Secretariado Nacional da Fé, Movimentos Heterodoxos	SNF
1962	Situação do Protestantismo na Europa	SA.
1966	O fantástico crescimento das Igrejas Pentecostais no Brasil	Frei Boaventura Kloppenburg

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1966). Produzida pelo autor.

Ao lermos os títulos das publicações, podemos ver reforçadas neles as concepções antiprotestantes desses autores vinculados ao discurso apologético, com o aparecimento, mais uma vez, das palavras “heresia”, “seita”, “contra”. Não queremos aqui afirmar que o discurso apologético (DAP) se constitui no ataque, ofensa ou desprestígio em relação às IPs, dado que o DAP tem a finalidade de defesa da fé católica, ele pode se constituir ou ser formulado a partir do fato, por exemplo, de um pastor protestante que se “sentiu impelido” ao ler a Bíblia para visitar no ano santo – 1950 – o Papa Pio XII e, continuando pastor luterano, reconhecer que o líder da ICAR era o sucessor “legítimo” de São Pedro (KLOPPENBURG, 1958, p. 866).

Até o momento, pudemos verificar as linhas gerais dessa tônica que está vinculada a um discurso conservador dentro do catolicismo. Partimos, então, para a análise de trechos e de publicações selecionadas do DAP para cotejar com as afirmações apresentadas até aqui. Na primeira publicação sobre os protestantes na REB, sob a direção do Frei Kloppenburg, o então Cônego Agnelo Rossi escreveu um artigo – integrante do DAP – sobre a “Associação Cristã de Moços” (ACM). No trabalho de 16 páginas, após a apresentação da ACM, sua história, fundadores, sua vinda para o Brasil e, em linhas gerais, a sua atuação, propôs como subtítulo da parte final do artigo uma reflexão sobre a “atitude dos católicos para com a A.C.M.”. Nela, Rossi (1953, p. 394) afirmou que:

Embora a Associação Cristã de Moços, prossegue o citado Aviso, diretamente, não se proponha promover o protestantismo, contudo, sendo de caráter interconfessional, dirigida por protestantes e totalmente independente da autoridade eclesiástica, fomenta o indiferentismo religioso porque leva seus sócios a considerarem todas as religiões como iguais, destrói sensível ou insensivelmente o respeito e a fidelidade à Igreja, e além de afastar os jovens das associações católicas, da igreja, do pároco, submete-os a uma inevitável campanha de proselitismo [...] por parte dos acatólicos que dominam tais associações. Não basta ao católico uma atitude negativa de não cooperar com a A.C.M. Torna-se necessário e urgente apoiar generosamente nossas organizações juvenis, como a Juventude Masculina Católica e a Juventude Feminina Católica. [...] Por que os católicos, sendo maioria, hão de ficar, neste setor, sob a dependência duma minoria protestante e servindo à sua causa? Não temos sustentado, nós os católicos, essas instituições nitidamente protestantes?

Apesar de o autor apresentar que a ACM seria de caráter interconfessional, nesse pequeno trecho afirma-se por dois momentos que é uma organização dirigida e a serviço do proselitismo protestante. Lembrando que o interlocutor que se quer da REB são os sacerdotes, Rossi também frisou que a ACM distanciava o jovem católico não somente das associações ou da igreja, mas também do pároco, chamando este à responsabilidade por defender as associações católicas em contraposição à ACM.

No seu trabalho, Rossi não apenas evidenciou o temor na perda de espaço católico para a ACM, quanto utilizou do seu texto como forma de mobilizar os sacerdotes católicos, e estes, por sua vez, os fiéis em suas paróquias e dioceses a estimularem as associações que possuíam vínculo com a ICAR, assegurando, assim, o lugar da ICAR ante a sociedade.

Outra comunicação que se destaca nesse conjunto é a do Frei Aloísio Lorscheider que apresentou aos leitores da REB “O Protestantismo no Brasil segundo o testemunho de um ex-pastor”. O seu texto baseou-se na palestra que Prof. Norberto Evaristo da Costa, ex-pastor protestante das igrejas presbiteriana e metodista, realizou no seminário católico de Divinópolis/MG. Dentre os aspectos ressaltados, esteve a formação de pastores, tida como

superficial no que concerne a aspectos teológicos e filosóficos. Entretanto, um ponto é destacado: “a instrução que os pastores protestantes recebiam era principalmente negativa: como fazer polêmica com a Igreja Católica, e como desprestigiá-la junto ao povo” (LORSCHIEDER, 1953, p. 970). Essa afirmação foi reforçada durante a publicação com o intuito de evidenciar ao leitor uma pretensa aversão dos protestantes aos católicos, e que o cerne disso estaria nos pastores e em sua formação.

Nessa mesma concepção, ponderou-se que a “pregação do pastor, que segue a escola dominical, e que também se ocupa do trecho da Bíblia tratado na escola, restringe-se a um pouco de literatura e ataque à Igreja Católica, não produzindo geralmente muito efeito” (LORSCHIEDER, 1953, p. 671). Mais uma vez, enfatizaram-se os dois aspectos, formação deficitária e caráter anticatólico, ao que se somou a ineficácia da pregação e do esforço protestante, outros aspectos discorridos na publicação.

Ao falar das igrejas que diz conhecer por sua passagem enquanto pastor, o Prof. Norberto destacou que:

Entre as seitas destacam-se por sua influência os presbiterianos e batistas. Estas são as duas seitas mais ativas e que maior mal fazem. Quanto aos metodistas, diz o Sr. Prof., que não atacam muito a Igreja Católica. A Assembleia de Deus ou Pentecostais não têm estima nem sequer entre os protestantes, e em todas as ligas protestantes procura-se sempre excluir os Pentecostais. Quanto à doutrina destas seitas, pode dizer-se em geral que é pronunciadamente calvinista. O luteranismo é por assim dizer desconhecido (LORSCHIEDER, 1953, p. 672).

O panorama apresentado pelo ex-pastor teria destacado, na leitura de Lorscheider, um caráter “maléfico” mais acentuado entre presbiterianos e batistas, pelo que perguntamos: qual mal as IPs causam ao catolicismo, dado que o seu esforço tem tido pouco resultado? Entendemos que o autor se contradiz nesse ponto. A apresentação aqui feita acerca das IPs mostrou-se contraditória e alheia à realidade, tanto que, no ano seguinte, o Monsenhor Agnelo Rossi publicou uma comunicação contrapondo os dados apresentados por Lorscheider¹⁰¹.

Ao final, considerou-se como a ICAR deveria agir ante a situação que se colocava, a saber: instrução de uma elite econômica e política para influenciar o país, incrementar a devoção mariana, incentivar a presença da Ação Católica em cada paróquia e apresentar uma maior instrução bíblica (LORSCHIEDER, 1953, p. 672-673). Assim, reforçou-se a concepção de uma linguagem apologética não apenas de combate aos protestantismos, mas de pensar

¹⁰¹ Na publicação que leva o mesmo nome – “O Protestantismo no Brasil segundo o testemunho de um ex-pastor” –, Agnelo Rossi confrontou as assertivas do ex-pastor, apresentando-as como defasadas e distantes do cenário dos protestantismos no Brasil.

uma ação mais significativa da ICAR no Brasil, que é o lugar do qual esses sacerdotes estavam escrevendo.

Apresentamos outras duas publicações desse mesmo ano. Em “Posição ante a expansão protestante no Brasil”, fruto de uma cartilha publicada pela CNBB, de autoria de Agnelo Rossi, na qual se tratou sobre as IPs no Brasil. Apontou-se que o crescimento dos protestantismos no Brasil “não é normal e proporcional ao desenvolvimento da população, mas é extraordinário” (ROSSI, 1953, p. 922), apresentando na década de 1950 um índice de 3,3% da população, segundo o autor. Ao asseverar o caráter de um crescimento além da normalidade, mesmo que constituindo uma pequena parcela da população, Rossi intentou despertar os sacerdotes católicos para o crescimento desses grupos no Brasil, pelo que considerou os motivos para o crescimento dessas igrejas: organização interdenominacional (SBB e Confederação Evangélica do Brasil), sistema “muito poderoso” de escolas dominicais, “processos modernos de propaganda”, organização em bases internacionais, subvencionado por organizações estrangeiras, ampliação da rede de escolas, “campanhas de reavivamento” religioso em “grande escala”, entre outras; pelo que esses agentes se aproveitariam tanto da “deficiência numérica de clero e a falta de união e de organização dos católicos”, bem como a atuação da Ação Católica Brasileira (ACB) não se dar de forma efetiva no país todo (ROSSI, 1953, p. 923). Como podemos aquilatar, Rossi utilizou-se de uma valorização da ação protestante para mobilizar uma contra-ação católica, sublinhando a necessidade de mais sacerdotes, situação que discutimos no primeiro capítulo, e uma melhor estruturação da ACB.

Na seção dos “Assuntos Pastorais”, um dos casos discutidos na REB de 1953 foi a “Comunicação com hereges”. A publicação tratou da convivência “pacífica” entre católicos e protestantes, em que freiras católicas faziam hóstia para um pastor protestante com o consentimento do padre, católicos que iam a enterros de protestantes, corais formados por membros de ambas as matrizes para cantar em cultos e missas, padre e pastor realizando bênçãos ecumênicas em celebrações públicas, a admissão de padrinhos protestantes, a troca do dia da procissão, entre outros. Diante disso, lançou-se a pergunta se seriam essas atitudes que deveriam ser condenadas, pelo que o autor afirmou: “se o consulente não afirmasse ter observado todos esses fatos em sua vida de missionário e outros muito piores, ninguém acreditaria serem ainda hoje possíveis tais abusos. Devemos, em globo, condenar tudo como ilícita comunicação com hereges” (REB, 1953, p. 952). Frente a uma situação que para o autor é extremamente condenável, uma vez que não há somente uma “comunicação com hereges”, mas como observamos uma convivência e até mesmo cooperação com estes, o

articulista, para reforçar sua fala, citou em latim o Código de Direito Canônico (Cân. 1258), autoridade na normatização de conduta e práticas eclesiais da ICAR. Desse modo, tornou-se evidente que um diálogo ou uma postura ecumênica de convivência com as igrejas protestantes não seria bem vista, pelo contrário, severamente reprovada pela ICAR, segundo o que o autor apresentou para os leitores da REB.

O ano de 1954 apresentou apenas um artigo vinculado ao DAP. Em “O Adventismo no Brasil”, Agnelo Rossi propôs-se discorrer ante os leitores da REB acerca dos adventismos, desde suas raízes entre as igrejas protestantes estadunidenses, sua vinda e sua atuação no Brasil. Um dos destaques que o autor fez se refere ao fato de que “o adventismo falhou mais de uma vez, quando precisou a data do fim do mundo”¹⁰² (ROSSI, 1954, p. 37). Ao fazer essa afirmação, referenciando uma das personalidades centrais da história adventista – Ellen G. White – Rossi objetivou pôr em descrédito a crença adventista, já que seus sistematizadores pretensamente falharam em suas previsões proféticas. Para concluir sua publicação, o autor sublinhou, como de costume em suas publicações, a atitude a ser pensada pelos sacerdotes católicos ante tal realidade: “somente um estudo sereno e imparcial da história e da exegese¹⁰³ poderá reconduzir adventistas sinceros ao redil da verdadeira Igreja, fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo” (ROSSI, 1954, p. 38).

Em 1955, um sacerdote católico da cidade de Cruz Alta/RS, fez sua primeira de três publicações (1957, 1958). Mesmo não se identificando por nome, por meio de sua ação enquanto sacerdote católico, lamentou a situação em que encontrava em sua paróquia:

Meus senhores, os lobos vorazes de que fala o Evangelho estão entrando cada dia mais no aprisco de nossas ovelhas e devoram com a sofreguidão dos famintos insaciáveis. A pilhagem é simplesmente de causar pavor. Saqueiam os lares católicos e levam as melhores presas. [...] Outra família, ao lado esquerdo do monumento, já se bandeou para os metodistas. Cada mês a safra das heresias no campo católico é estuporante, é de dilacerar as vísceras. O açougueiro do bairro já frequenta o templo metodista. O fotógrafo faz mais de ano que ingressou na seita adventista. No arrebalde funcionam quatro centros de umbanda, fora os centros do espiritismo e fora as igrejas pentecostais, metodistas, adventistas e outras. Meus senhores, o fim do mundo. (P.L., 1955, p. 425).

Seu lamento ao se deparar com a pluralização cada vez mais acentuada, com a presença de mais agentes e grupos no campo religioso cruzaltense, perpassou as linhas de sua

¹⁰² Um dos líderes do grupo adventista, William Miller anunciou a volta de Jesus Cristo para buscar a sua igreja na terra em 22 de outubro de 1843. Após o não cumprimento da previsão, uma nova concepção para a data fora posta em questão: o início da purificação do santuário celeste.

¹⁰³ Área da teologia que se volta à interpretação dos textos bíblicos, compreendendo a hermenêutica e as línguas originais dos textos sacros.

publicação ao pontuar a “pilhagem” feita pelas “heresias” dentro da ICAR. Em seu texto, o autor empregou termos pejorativos como forma de desqualificar as outras matrizes religiosas. Chamando a atenção de seu leitor, P.L. apresentou um método para a reconquista dos ex-católicos e para impedir que novos católicos apostatassem de sua fé: rezar o terço cada dia numa casa do bairro. A publicação segue em descrições breves, trazendo os resultados obtidos nos meses seguintes e desafiando que os demais sacerdotes católicos assim procedessem em suas paróquias.

Com o mesmo intuito de discutir a expansão dos protestantes no Brasil, a redação da REB veiculou em “Posição ante a Expansão Protestante no Brasil” (1955) que, dada a situação da retirada de missionários protestantes da Ásia em que as IPs voltaram para o Brasil “toda a força do seu proselitismo expansionista”, fazia-se necessário, conforme discussão na CNBB, de que em cada circunscrição eclesiástica houvesse uma articulação com o Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral (SND FM) para a formação de agentes leigos no tocante ao auxílio no trabalho dos párocos no que concerne à evangelização e à apologia da fé católica ante a atuação das igrejas protestantes (REB, 1954, p. 219).

Entre os anos de 1956-1958, vinte das 42 publicações do DAP foram veiculadas na REB. Dentre as publicações desse contexto em que se comemoraram os 450 anos da Reforma Protestante (1957) e que antecedeu a comemoração do centenário presbiteriano no Brasil (1959), a redação da REB inicia destacando a “Crise na Igreja Anglicana”, que teria levado a conversão de anglicanos ingleses ao catolicismo, inclusive sacerdotes, em decorrência das divisões e discussões internas da igreja da Inglaterra. A tentativa aqui se mostra no intuito de apresentar a desunião da Igreja Anglicana, marca que se imputa a ela como característica própria dos protestantismos – a fragmentação – que teria levado os fiéis à ICAR, a igreja que se apresenta enquanto “una”. Assim, a razão pela qual estariam esses fiéis deixando o anglicanismo seria o desejo de vivenciar a quista “unidade” proporcionada pelo catolicismo aos seus fiéis.

Outra publicação de Agnelo Rossi tentou traçar um paradoxo: enquanto os protestantes cresciam no Brasil, os católicos cresciam nos Estados Unidos. Em “Os Católicos dos EE. UU. e o Protestantismo no Brasil” (1956), Rossi apresentou um catolicismo em franca expansão nos EUA – país de origem de muitas igrejas protestantes fundadas no Brasil – mesmo com o crescimento das IPs no Brasil, pelo que solicitou o auxílio de missionários e intercambistas estadunidenses para auxiliar a ICAR no Brasil ante os desafios do campo religioso cada vez mais concorrido.

Ao se deparar com a realidade educacional brasileira e a inserção dos protestantes no campo educacional, Frei Aleixo Völkert (1956, p. 459), em “Escolas não católicas”, advertiu os sacerdotes católicos da premência de evitar que as crianças católicas fossem expostas aos “males e prejuízos” da educação das escolas vinculadas às IPs. Foi observando a realidade de sua paróquia que o Frei teria ficado incomodado não com a presença de uma escola protestante, mas com o fato de que “muitos pais católicos mandam seus filhos à escola protestante, alegando que não ensinam religião. Entretanto, ensinam-lhes hinos religiosos, têm aulas nos dias santos de guarda e, precisamente nesses dias santos, são obrigados a fazer as sabatinas” (VOLKERT, 1956, p. 456). Assim, para além da presença de concorrentes do campo religioso, que se expandem sobre o campo educacional, Volkert deparou-se com o fato de que, no Brasil, os alunos católicos também sustentavam os educandários protestantes.

Diante disso, Volkert expressou que, segundo o “cânon uma insigne obra de caridade: ‘fundar e sustentar escolas católicas’, obra de caridade mil vezes mais valiosa e necessária do que aquela caridade mais material que quer cuidar para que também os pobres tenham o seu pão de cada dia”, dada a importância que se legou ao trabalho apostólico desempenhado pelas escolas católicas, tanto na formação das elites, na catequização das crianças e no asseguramento do espaço católico na sociedade brasileira, ante a presença protestante, mas também a influência estatal que competia com os educandários católicos no país.

Ainda em 1956, a REB apresentou a única publicação da seção *Ministerium Verbi* que tratou dos protestantes. Nela, Pe. Frederico Dattler divulgou um sermão para ser ministrado nas missas com caráter nitidamente antiadventista ao fazer uma defesa da concepção do advento católico e do advento para os adventistas do sétimo dia. A publicação de Pe. Dattler nos evidencia o potencial de ampliação das veiculações da REB a partir da atuação do padre em seus sermões e homilias

Refletindo sobre “Provocações Protestantes”, a redação da revista, diante do fato de um pastor protestante pregar na frente de uma igreja católica em Belém, criticou a atuação dos pastores por julgar um desrespeito à fé católica e afirmou que:

Se os pastores protestantes se limitassem a atender aos seus crentes, estariam prestando legítima assistência espiritual aos de seu rebanho. [...] Aquartelem-se nos limites de sua missão, e garantimos que serão respeitados, porque serão respeitadores de nosso Credo. Quando, porém, exorbitam de suas atribuições e pretendem ‘evangelizar’ os católicos, máxime com escárnios insultuosos, que poderão esperar? Que os católicos sejam bananas!?! (REB, 1956, p. 1033).

Seguindo essa lógica, o autor tomou como afronta o trabalho proselitista do pastor visto que fora feito com “escárnios insultuosos” para com a fé católica e em frente ao um templo da ICAR. Visto que isso não é “respeitado”, depreende-se que o trabalho apologético não é somente necessário, quanto justificável.

No ano seguinte, ao estudar “A posição da Igreja nos Bairros operários de São Paulo”, o Padre Geraldo Van Rooijen verificou que a presença e o crescimento das igrejas protestantes foi fruto da parca presença da ICAR nesses espaços. Para Van Rooijen, “o protestantismo constitui para o Brasil católico um perigo muito sério e atual” (1957, p.153). Os censos da década em questão, como discutimos no primeiro capítulo, apresentavam entre os protestantes o segundo maior grupo religioso do país, atrás apenas dos católicos. Entre os anos de 1940-1960, os protestantes quase triplicaram seus membros no Brasil, saindo de pouco mais de um milhão e chegando a, aproximadamente, 3,1 milhões de fiéis¹⁰⁴.

Novamente, o país é apresentado como uma nação católica, e, por ser católica, deve ser orientada espiritualmente por ela. Como forma de enfrentar o avanço protestante, o autor considerou que a pregação católica deveria ser orientada não em direção ao “movimento conciliador, existente na Europa por motivos ecumênicos [...] fará mais mal do que bem”, mas sim no ensino a “fugir dos hereges ‘como da peste’” (ROOIJEN, 1957, p. 155).

A crítica do sacerdote católico evidenciou alguns aspectos do contexto em questão. A encíclica *Ecclesia Saneta* (1949) de Pio XII representou uma mudança de atitude da ICAR em relação ao ecumenismo, já discutido entre protestantes e ortodoxos, uma vez que reconhecia a legitimidade do esforço ecumênico e afirmava que este era um movimento “inspirado pelo Espírito Santo e fonte de alegria no Senhor para os filhos da verdadeira Igreja” (apud DIAS, 1998, p. 145). Dessa forma, partindo das assertivas de Van Rooijen, podemos perceber, o que também constatamos na maioria dos textos do DAP, uma característica antiecumênica, ou seja, oposta às discussões e às tentativas de aproximação entre as igrejas cristãs, sejam elas por parte das IPs ou da ICAR.

Agnelo Rossi, já como Bispo em Barra do Pirai/RJ, fez sua última contribuição ao DAP em relação aos protestantismos na REB, em 1957, ao escrever sobre “Os Batistas e sua História”. O artigo com quase 15 páginas apresentou ao leitor não somente a história da conformação das igrejas batistas, desde sua quista/pretenso origem europeia no contexto das reformas religiosas do séc. XVI, à chegada ao Brasil no XIX. Em suas reflexões, Rossi mostrou a inserção dos batistas na imprensa, nas escolas, ressaltando a atuação dos leigos nas

¹⁰⁴ Contudo, a maior porcentagem de crescimento era dos sem religião, com uma taxa de 214%, enquanto os protestantes perfaziam 62%.

igrejas para a expansão das comunidades. Ao findar seu trabalho com “algumas conclusões”, o autor aproveitou para evidenciar tanto o caráter fragmentário das igrejas batistas que vivenciavam “lutas fratricidas internas”, quanto o fato de ser “impossível encontrar concordância entre os peritos, os especialistas, os historiadores batistas a respeito de sua origem e de sua história. Histórias mal contadas não fazem bem. Histórias controvertidas são mau indício” (ROSSI, 1957, p.899). Ao falar dos batistas com suas “histórias mal contadas e controvertidas” que são constitutivas da sua identidade enquanto batistas, o autor cumpre duas funções ao mesmo tempo: a de desacreditar um discurso que não possui uma seriedade, visto que é envolto em incertezas e obscuridades, e a de reforçar o caráter do seu próprio discurso enquanto um discurso sério, plausível, crível (ORLANDI, 1996, p. 266). A publicação foi finalizada sublinhando, por meio da utilização de vocativos, a importância da atuação do leigo para o crescimento e manutenção da ICAR.

Frei Boaventura Kloppenburg aproveitou a última edição da REB, em 1957, para conclamar os sacerdotes católicos do Brasil ante a “Necessidade de uma Frente de Defesa da Fé contra o Proselitismo das Heresias”, já que “é dever básico do padre proteger os fiéis de Cristo contra os hereges, denunciando-os e desmascarando-os para que todos os conheçam como tais” (KLOPPENBURG, 1957, p.964). Por isso, ao solicitar que membros do clero brasileiro se dedicassem com mais afinco ao estudo e à produção de obras acerca das diversas “heresias” – dentre elas as múltiplas igrejas protestantes – com a finalidade de preparar tanto sacerdotes quanto leigos no combate a essas matrizes, designou o *outro* enquanto falso, digno de denúncia/condenação. Assim, a proposta de Kloppenburg era fomentar a produção acerca desses grupos de maneira coordenada por um centro, uma “frente de defesa da fé”.

No ano seguinte, o redator da revista apresentou as deliberações do IV Congresso Plenário do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, que se realizou em Petrópolis/RJ com a presença de 337 delegados de 30 nações (KLOPPENBURG, 1958, p. 735). Entre as declarações do Congresso, Kloppenburg destacou o sexto ponto – o caráter anticatólico do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, pelo que afirmou: “para os pastores [...], o Papa continua a ser a Besta do Apocalipse. A respeito da Missa, da confissão, da Eucaristia, do purgatório, das indulgências, da devoção à Maria Santíssima, etc, fizeram as mais ridículas e absurdas afirmações” (KLOPPENBURG, 1958, p. 739). Quando se colocou em questão o caráter do outro grupo, Kloppenburg justificou o não relacionamento amistoso ou ecumênico para com aqueles que desprezam e ridicularizam a fé católica.

Até 1966, as publicações tornaram-se mais pontuais e esparsas, sendo que destacamos duas. A primeira, em 1959, intitulada de “Vozes em Defesa da Fé”, em que Kloppenburg apresentou a coleção “Vozes em Defesa da Fé”, publicada pelo SNDFM¹⁰⁵, composta por livretos com o intuito de conhecer as outras confissões religiosas que compunham o campo religioso brasileiro de então e solicitando o apoio para a produção de folhetos de três a quatro páginas para distribuir ao “povo simples”, apresentando sempre “respostas certas, prontas, já impressas” com intuito evangelístico e apologético (KLOPPENBURG, 1959, p.132).

A segunda, em 1961, também mostrou relação com o SNDFM. Desta vez, foi a cobertura da comemoração realizada no Maracanãzinho dos 50 anos da Igreja Assembleia de Deus. Num texto carregado de adjetivações pejorativas, referindo-se ao evento enquanto desorganizado, desprestigiado pelas autoridades políticas, um coral cantando “sofrivelmente” algumas canções religiosas¹⁰⁶, o autor encerrou sua nota ponderando que a demonstração da AD “apesar de suas falhas, deve-nos envergonhar e servir de estímulo. Significa de fato um zelo e dinamismo que muitos católicos nem de longe possuem [...]. Urge, pois, intensificar nosso apostolado de esclarecimento e preservação dos fiéis” (SNF, 1961, p. 688). Assim, mais uma vez, percebemos a utilização de vocativo para mobilizar os católicos brasileiros em prol da ICAR no país.

A última das publicações da REB daquilo que entendemos por DAP foi em 1966, quatro anos depois de sua antecessora na revista (1962). Ao falar do “Fantástico Crescimento das Igrejas Pentecostais”, Boaventura Kloppenburg (1966, p.653) buscou corrigir a afirmação de que os protestantes crescem muito no Brasil. Para o autor, são as igrejas pentecostais que, representando na década de 1960 já 75% dos protestantes brasileiros, apresentavam um crescimento “fantástico”, elevando assim o número de evangélicos no Brasil. Pelas informações do autor, os pentecostais, representados pela IEAD, CCB e por outras igrejas tidas como “independentes” (IEQ e OBPC, entre outras), avultavam 3,8 milhões de fiéis. Para Kloppenburg, partindo de William Read, esse crescimento se deu por alguns fatores: a diversidade étnica do povo brasileiro, o analfabetismo, o catolicismo popular, o caráter urbano do pentecostalismo, o apelo a uma vida melhor, o proselitismo dos membros, ministros leigos e a integração comunitária (KLOPPENBURG, 1966, p.654-655).

¹⁰⁵ Apresentadas no capítulo 2 deste trabalho.

¹⁰⁶ Destacamos que tivemos acesso a outros dois veículos da imprensa nacional *Última Hora* (RJ) e *Mensageiro da Paz* (RJ) que também apresentaram suas coberturas do evento. Ambos trouxeram aos seus leitores compreensões opostas as colocadas pelo autor da REB, o que evidencia a tônica apologética destes textos na revista católica.

Como podemos perceber em diversas publicações do DAP, ao se apresentar o contexto religioso, seja ele mais ou menos preocupante (geralmente é em tom alarmante), propõem-se medidas a serem observadas pela ICAR nesse ínterim. Dessa forma, Kloppenburg concordou com Read ao responder: “Que faremos nós?” propôs-se uma pregação mais atrativa ao povo, com formas de evangelização mais eficiente, ordenando ministros “no nível popular”, colocando “todos os membros em estado de participação ativa na vida da Igreja” e “reestruturar nossas Igrejas no sentido de ser suficientemente adaptável às novas áreas populares suburbanas” (KLOPPENBURG, 1966, p.655-656), isto é, verificar estratégias de crescimento das igrejas pentecostais e adaptar a prática católica. Assim, Kloppenburg reconheceu a eficiência das igrejas pentecostais de forma sutil, quase que silenciosa, ao propor que poderiam adotar tais medidas.

Em linhas gerais, verificamos que o DAP integra um contexto de acentuado trabalho apologético da ICAR no Brasil, representado pela criação do SNUFM nessa conjuntura, fruto das preocupações dos bispos brasileiros. Podemos perceber, portanto, que o DAP possuiu uma relação direta com o Concílio Vaticano II: ele o antecede, visto que esteve articulado a uma postura exclusivista e ao discurso conservador da ICAR. Entretanto, concomitante à produção de textos do DAP também percebemos a veiculação de trabalhos mais voltados a um discurso que se quer acadêmico.

3.3. Os Cristãos Separados da Igreja Católica: as discussões que se pautam em um discurso acadêmico (1953-1971)

Diferentemente do DAP, o discurso acadêmico (DAC) acerca dos protestantismos na REB começou a ser veiculado em 1953 e permaneceu até 1971, o fim do período editorial que estudamos. Inicialmente, percebemos que, apesar de haver um número menor de publicações – 32 –, elas são mais extensas que as do DAP e do DIF. Identificamos uma multiplicidade maior de autores, como mostramos na tabela seguinte.

Tabela 10 - Autores do discurso acadêmico

Autor	Apresentação na publicação	Nº de publicações
Pe. Frei Bernardo Catão	Professor de Dogma no Convento dos Padres Dominicanos, São Paulo	03
Pe. Dr. Frei Fábio Panini	OFM, Advogado da S. Rota Romana, Petrópolis/RJ	03
Cardeal Agnelo Rossi	Campinas-SP. Posteriormente Cardeal em São Paulo	02

Pe. José Comblin	Seminário Regional do Nordeste, Recife, PE	01
Pe. Dr. Frei Guilherme Baraúna	OFM, Perito do Concílio Vaticano II.	01
Pe. Charles Boyer	S.J. ¹⁰⁷	01
Pe Eduardo Hoornaert	Instituto de Teologia, Recife	01
Pe Dr. Marçal Versiani dos Anjos	-	01
Ministro Geraldo Ferreira Lanfredi	Pontifício Colégio Pio Brasileiro	01
Frei Xavier	OFM, Bahia	01
Frei Marcelo M. Gomes	OFM	01
Frei Boaventura Kloppenburg	OFM	01
Cardeal Alfredo Ottaviani	Pró-Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé	01
Pe. Roberto Tucci	S.J.	01

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

Apesar de não haver a predominância de um articulista entre os catorze nomes, destacamos a presença de cinco membros da Ordem dos Frades Menores, a de Agnelo Rossi, já Cardeal, e Boaventura Kloppenburg, que foram autores significativos para a produção e compreensão do DAP. Outra característica são os sujeitos enquanto professores ou integrantes de espaços de formação católica, como o Instituto de Teologia de Recife, o Seminário Regional do Nordeste, o Pontifício Colégio Pio Brasileiro (Roma), o Convento dos Padres Dominicanos de São Paulo e o próprio ITF. Nessa perspectiva, podemos relacionar o lugar de professores de teologia enquanto um fato de compreensão para a produção de um discurso com um teor acadêmico, mais voltado para a compreensão teológica, histórica e filosófica do que a forma de se discutir do DAP.

Ressaltamos entre os autores o Dr. Fábio Panini, professor do ITF, membro da OFM e advogado, pelo que muitas de suas considerações e discussões foram relacionadas ao direito canônico; e o Frei Bernardo Catão, professor de dogma em um centro de formação dominicano.

Como verificado no gráfico 3, enquanto o DAP decresce na revista, apresenta-se um crescimento do DAC, quando, a partir de 1960, as publicações do DAC ultrapassaram o DAP. Entendemos que esse processo está vinculado à aproximação de uma postura ecumênica da ICAR, que a leva a produzir discursos com outras tônicas, mas também não desprezamos o intuito de formação dos sacerdotes católicos. Azzi (2008, p. 126) considerou que, a partir dos

¹⁰⁷ SJ é a sigla que designa os membros da Companhia de Jesus (*Societas Iesu* – do latim).

anos 50, a hierarquia católica apresentou um maior reconhecimento da necessidade de aprofundar a sua compreensão da realidade brasileira.

Postas estas questões, analisamos quais foram as terminologias apresentadas pelos autores do DAC para a designação dos protestantes e constatamos um número muito mais vasto de termos para as IPs. As expressões¹⁰⁸ também são apresentadas em forma de nuvem de palavras.

Figura 5 - Nuvem de palavras: discurso acadêmico (1953-1971)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

As principais designações, como podemos perceber, privilegiam uma concepção do outro enquanto diferente, mas um diferente por ser um não católico (acatólico), e não como algo a ser combatido, apesar deste diverso manter um *status* parecido, o de igreja, compreendendo a concepção de uma irmandade. Conquanto da concepção de heresia se

¹⁰⁸ As terminologias seguem a seguinte proporção: acatólicos (09), igrejas (08), comunidades (08) – em suas variações: religiosas, eclesiais, separadas, cristãs, cristãos (07) – em suas variações: cristãos não católicos, separados, de outras confissões, irmãos separados (05), seitas (04), heresia (03), evangélicos (02), crentes e filhos da Reforma (01).

manter, ela está muito menos representada em comparação com as outras terminologias que reconhecem as IPs enquanto igrejas, comunidades, cristãos e novamente irmãos. Além disso, as três vezes em que a expressão fora utilizada deram-se no período anterior ao fim do CVII. A compreensão de herege carrega em si o *status* daquele que deve ser combatido e evitado, enquanto com o irmão se dialoga e se relaciona.

Identificamos que a pluralidade é marca dessa forma discursiva, isto é, do discurso acadêmico, visto que a academia é um espaço aberto para a discussão e esses sujeitos são, em boa parte, acadêmicos. Nessa perspectiva, entendemos que o sentido do texto é produzido a partir da relação estabelecida entre os sujeitos históricos envolvidos em sua produção (INDURSKI, 2010, p. 70).

O discurso acadêmico tem nas citações um mecanismo estruturante da produção do seu discurso (ORLANDI, 1995, p. 149), logo os textos categorizados no DAC mobilizaram diversos autores para sustentar o seu dizer. Além dos textos bíblicos, com predomínio quase absoluto dos livros do Novo Testamento, da presença dos papas, santos e pais da igreja (Santo Ambrósio, São Cipriano, São Cirilo de Jerusalém, Santo Agostinho, Tertuliano, Orígenes, Pio IX, Pio X, Pio XI, Pio XII, Paulo VI, Bento XV, Adriano VI, São Leão, Leão XIII e João XXIII), de periódicos católicos como a própria REB e *L'Osservatore Romano*, destacamos a referência a textos do Código de Direito Canônico, citados em quase um terço dos textos; pesquisadores reconhecidos no meio acadêmico não católico de diversas áreas do conhecimento, dentre os quais ressaltamos Roger Bastide, Blaise Pascal, Loius Boyer, Jorge Amado, Thales de Azevedo, Oscar Lewis, Nina Rodrigues, Christian Lalive d'Épinay, Gilberto Freyre, Maria P. de Queiroz, Maurício V. de Queiroz; documentações do Vaticano II ou posteriores e ele como *Dignitatis Humanae* (1965), *Gaudium et Spes* (1965), *Lumen Gentium* (1964), *Matrimonii Sacramentum*, *Populorum Progressio* (1967) e *Unitatis Redintegratio* (1964), além de padres e pesquisadores católicos e autores protestantes como Martinho Lutero, Aharon Sapsejian, Procópio Ferreira Camargo.

Ao verificarmos quem são os autores mobilizados e as documentações referenciadas para sustentar o discurso, depreendemos um deslocamento em relação ao DAP que trouxe muitos textos e periódicos protestantes, para no DAC uma maior presença de documentações e obras católicas.

Tabela 11 - Publicações do discurso acadêmico na REB (1953-1971)

Ano	Título	Autor
1953	Protestantes convertidos e matrimônio	SA.
1953	Casais protestantes e forma matrimonial	SA.
1954	O Protestantismo no Brasil segundo o testemunho de um ex-pastor	Mons. Agnelo Rossi
1954	Matrimônio com Protestante separado de sua mulher protestante	SA.
1956	Testemunhas em casamentos protestantes	SA.
1959	A Concepção Católica de Igreja – Lutero e Calvino (parte dentro do artigo)	Pe Dr. Marçal Versiani dos Anjos
1960	O Próximo Concílio Ecumênico, os Ortodoxos e os Protestantes	Charles Boyer
1960	Protestantismo e Bíblia	Frei Marcelo M. Gomes
1961	O Esforço Ecumênico da Igreja Católica	Pe. Frei Bernardo Catão
1961	Roma e o Concílio Vaticano II	Min Geraldo Ferreira Lanfredi
1961	A Igreja Católica face ao Ecumenismo	Pe. Frei Bernardo Catão
1961	Casamento entre protestantes	Frei Xavier
1962	Um Simpósio Protestante sobre o Catolicismo	Frei Bernardo Catão
1963	Os Cristãos Separados da Igreja Católica	Frei Boaventura Kloppenburg
1963	Declarações do Cardeal Bea	SA.
1964	Reflexões sobre o Misterio da Unidade da Igreja	Pe. Dr. Frei Guilherme Baraúna
1965	Os Acatólicos e a Forma Canônica do Matrimônio antes do CIC	Frei Fábio Panini
1965	Absolvição do Cônjuge Católico que Contraiu Matrimônio perante um Ministro Acatólico	Frei Fábio Panini
1966	A Instrução sobre os Matrimônios Mistos	Pe. Dr. Frei Fábio Panini
1966	Instrução “Matrimonii Sacramentum” sobre os Casamentos Mistos	A Card, Ottaviani
1968	Para uma tipologia do Catolicismo no Brasil	Pe José Comblin
1968	Movimento Ecumênico, Conselho Ecumênico das Igrejas e a Igreja Católica Romana	Pe. Roberto Tucci
1968	Anglicano Ordenado Sacerdote “ <i>Sub Conditione</i> ”	SA.
1968	A validade sacramental do ministério protestante	SA.
1969	A Distinção entre “Lei” e “Religião” no Nordeste	Pe. Eduardo Hoornaert
1969	A Igreja procura a plenitude da unidade	SA.
1970	Dimensão Ecumênica da Pastoral do Batismo	Cardeal Agnelo Rossi
1970	Comentário ao Motu próprio <<Matrimonia mixta>> sobre os matrimônios mistos na Igreja latina	Frei Fábio Panini
1971	O Pentecostalismo como fenômeno religioso popular no Brasil	Abdalaziz de Moura
1971	A Igreja, Serva e Intérprete da Palavra de Deus – concepção protestante	Pe. Dr. Frei Honório Rito

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

Apresentadas as publicações e seus anos de circulação, levando em conta que foi a partir do início da década de 1960 que o DAC, acerca dos protestantismos, teve mais espaço na REB. Ressaltamos que as primeiras publicações são menos frequentes e mais pontuais, como as duas primeiras “Casais protestantes e forma matrimonial” e “Protestantes convertidos e matrimônio”, publicadas na mesma página no ano de 1953 em “Assuntos pastorais”. A preocupação, nesses dois artigos, consistia em saber da validade de um casamento protestante perante a ICAR e como proceder em casos de divórcio e novo casamento para protestantes que se tornaram católicos.

No ano seguinte, Mons. Agnelo Rossi usou as páginas da REB para refutar um artigo, aqui já apresentado, acerca do testemunho de um ex-pastor protestante, agora católico. Mesmo reconhecendo os protestantes a partir de uma visão muito próxima do DAP, a proposta dessa publicação é acadêmica, visto que o sacerdote propôs-se a rebater as apresentações feitas por Lorscheider em seu texto e não produzir uma reflexão com teor apologético.

Já em 1959, ao se discutir a “Concepção Católica de Igreja”, o Pe. Dr. Marçal dos Anjos trouxe para sua reflexão as ideias de dois teólogos protestantes – Lutero e Calvino. Em seu texto, Anjos não se preocupou em fazer considerações acerca dos protestantes e suas igrejas, mas em discutir concepções teológicas. O trecho a seguir representa o que estamos defendendo nesta avaliação:

Lutero vai chegar a uma concepção da Igreja como realidade quase totalmente invisível, mais alma do que corpo místico. Pode-se já considerar como decisiva esta posição em seus escritos a partir de 1520, depois, portanto – e não por simples coincidência – da leitura do “De Ecclesia” de João Huss (outubro de 1519), com o *Von dem Papsttum zu Rom*. Mas, antes, já encontraríamos os elementos de sua síntese, em germe: palavra e fé, comunhão dos santos e a dialética do aspecto exterior e interior da Igreja (ANJOS, 1959, p. 800)

No início da década de 1960, com os preparativos para Concílio Vaticano II (1962-1965) já sendo discutidos e algumas questões sendo apresentadas pela REB, a redação da revista traduziu um artigo da *La Documentation Catholique*. Trata-se do texto do Pe. Charles Boyer, intitulado “Próximo Concílio Ecumênico, os Ortodoxos e os Protestantes”. Na veiculação, o autor discutiu qual era a expectativa que protestantes e ortodoxos nutriam acerca do CVII, convocado por João XXIII. Ao pontuar que o CMI queria impor uma visão protestante de ecumenismo, o autor entendia que o futuro concílio representava

uma grande importância, quer para os anglicanos, quer para os protestantes. Eles sabem que o Papa quis esse Concílio pensando neles, como uma preparação para os progressos, tão desejáveis, da unidade cristã. Sem dúvida eles entendem essa unidade de modo diverso do Papa, mas admitem também que ela não pode fazer-se sem a Igreja Católica. Muitos deles concebem o movimento ecumênico segundo esta imagem: as diferentes Igrejas, separadas umas das outras, acham-se hoje na mesma linha em face de Cristo [...]. Por certo, há muito de verdade nesta representação: tudo o que é verdadeiramente cristão é católico, e todo progresso no sentido cristão é um progresso em direção à Igreja Católica (BOYER, 1960, p. 653).

Como expresso pelo autor, a unidade é vista de forma diversa. De um lado, a ICAR entende-se como detentora e mantenedora da “verdade divina”. Assim, a aproximação preconizada é um afastamento gradual dos protestantes em relação a sua fé, rumo à inserção no catolicismo. Por sua vez, entre os protestantes, que já se reconhecem entre si enquanto diversos, a busca é por estabelecer doutrinas essenciais para o cristianismo – como discutidas em seus conselhos e assembleias – e pautar-se a partir delas.

Pontuamos uma característica interessante acerca do DAC: por ser acadêmico, ele não deixa de ser católico, nem de estar perpassado pela ideologia católica, seja ela pela compreensão de igreja quanto de ecumenismo. Ao considerar a importância e como muitos dos grupos protestantes têm recebido bem a proposta do CVII, Boyer não deixou de lado a concepção de primazia da ICAR ante as diversas correntes do cristianismo.

Em 1961, Frei Bernardo Catão publicou um artigo no qual intentou refletir em relação ao “Esforço Ecumênico da Igreja Católica”. No texto, assim como no título, o autor evidenciou que a ICAR estava se mobilizando de forma a se “esforçar” para discutir e promover o ecumenismo. Como no artigo anterior, verificamos a apresentação de uma ICAR enquanto a “detentora de uma verdade”, que vai em direção àqueles que dela se separaram no decorrer da história. Isso ficou patente quando Catão (1961, p. 315) asseverou que o ecumenismo é o “fruto maduro de uma longa germinação, que será sempre comandada pelos mesmos princípios, de docilidade perfeita à verdade integral”. Para reforçar essa concepção, o autor citou um documento de 1928, em que se afirmou que “nada seria capaz de igualar o ardor com que o Soberano Pontífice, que governa hoje a Igreja de Deus, deseja restabelecer a paz e a unidade na grande família cristã, e reunir como que num só feixe todas as forças do cristianismo” (CATÃO, 1960, p. 315).

Outra publicação da mesma edição da revista, feita pelo Min. Geraldo Lanfredi (1961, p. 400), reforçou a importância do Concílio convocado e a necessidade de uma postura ecumênica, considerando-a enquanto “sem dúvida, a empresa maior, mais esperada e a mais

implorada da época moderna”. No mesmo ano, Catão publicou outra reflexão intitulada de “A Igreja Católica face ao Ecumenismo”. Nela, o autor considerou:

Acreditamos que as separações e os cismas, os rompimentos de toda ordem, não prejudicaram nem poderiam prejudicar a Unidade substancial da Igreja, que permanece una, como realmente continuadora da obra de Jesus Cristo, sob a assistência do Espírito Santo. Mas também admitimos que Deus quer manifestar sua glória nas cristandades separadas e que lhes dá concretamente uma função histórica no plano da salvação de conjunto, na Economia total (CATÃO, 1961, p. 617).

Apresentando uma visão de como se a raiz do ecumenismo estivesse na própria ICAR, Catão diminui as demais correntes do cristianismo ao afirmar que não prejudicam nem prejudicaram a ICAR, como se esses grupos fossem inexpressivos no campo religioso. Apesar disso, a leitura pela ótica da “providência” leva o autor a compreender o propósito divino da unidade, a qual está articulada e gerida pela ICAR e não por outras igrejas.

Nessas linhas, vemos mais uma vez o direcionamento em relação ao ecumenismo enquanto expressão de um contexto, e uma expressão do DAC: o reconhecimento das IPs (das Igrejas Ortodoxas também) enquanto coirmãs no processo de salvação da humanidade, existindo, mesmo havendo uma separação em denominações, uma “unidade substancial da Igreja”. Todavia, o autor não descreveu como que subsistia essa unidade substancial, havendo assim um silêncio em relação a um ponto importante do seu texto. A esse respeito, entendemos que o silenciamento “é a prática dos processos de significação pelos quais, ao dizer, *apagamos* outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2008, p. 40). Dado que o contexto ainda se apresentava com muitos embates acerca do ecumenismo, depreendemos que Catão optou por esse recurso para não assumir que os protestantes estão unidos de forma mística com a ICAR, mas também não negou essa possibilidade.

Seguindo a linha do ecumenismo, diametralmente oposta ao do discurso apologético defendido no mesmo contexto, o autor continuou afirmando para seus interlocutores que, diferentemente do que alguns pensavam, “cada um de nós tem que pensar no outro, tem o dever estrito de amar o seu semelhante, de estimar o seu próximo e, portanto, de ser tolerante para com ele, a fim de que, progressivamente, ele caminhe para a luz da verdade” (CATÃO, 1961, p. 622). Mais uma vez, sublinha-se a proposta de trazer para perto da ICAR as demais confissões cristãs. E, para isso, a tolerância, palavra que carrega a concepção de “suportar”, “aturar”, “aguentar”, e que conota uma atitude empreendida para com algo que se não quer ou

gosta, é defendida pelo autor como um meio para a aproximação daqueles que estão “sem luz”.

No ano seguinte, Frei Bernardo Catão voltou a publicar pela REB. Desta vez, um artigo intitulado “Um Simpósio Protestante sobre o Catolicismo” no qual apresentou o congresso realizado pela Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE), no qual Frei Francisco Lepargneur esteve presente enquanto palestrante católico sobre a ICAR para os “irmãos protestantes”. Para o frei, ao final dos cinco dias, que reuniu evangélicos brasileiros de diversas denominações (calvinistas, luteranos, batistas, metodistas, presbiterianos e episcopais), o evento possibilitou que esses grupos fossem conscientizados de que

o conhecimento da Igreja Católica é um questão muito mais importante e complexo do que talvez muitos tivessem pensado. Na sua maioria saíram estimulados a procurar maior informação e objetividade a respeito de uma Igreja que é majoritária em nosso país e cujo combate não é por certo a melhor forma de contribuir para a evangelização (CATÃO, 1962, p. 949).

Vemos um primeiro artigo apresentando aos leitores da REB uma aproximação amistosa e que assim se quer manter entre católicos e protestantes no Brasil. Ao se pensar em abrir mão do combate (por que não foi uma via exitosa?) para uma evangelização conjunta, percebe-se um deslocamento de objetivo na produção dos discursos de maneira significativa. Esse processo de mudança é fruto de um cenário de transformações da ICAR, e não somente dela, mas também das outras igrejas cristãs, que se depara(m) com um cenário internacional diverso e que propicia questionamentos aos cristãos, como direitos humanos, desenvolvimento social, respeito às diferenças, subdesenvolvimento, entre outras.

Já durante o contexto de realização das sessões do CVII, a REB veiculou em suas páginas uma entrevista do Cardeal Bea, presidente do Secretariado para a União dos Cristãos, concedida à imprensa dinamarquesa. Dentre as perguntas respondidas pelo cardeal, uma delas referiu-se à questão do ecumenismo:

“A expressão ‘Irmãos separados’ quer dizer que os cristãos das outras confissões devem ser considerados como cristãos no sentido próprio do termo, isto é, como membros do corpo de Cristo? – R.: Sem dúvida alguma, como claramente ressalta do que se acaba de dizer. Os cristãos não-católicos são chamados ‘irmãos separados’ – mas sei que muitos deles não gostam muito desta expressão – por estarem separados da estrutura visível da Igreja Católica e não lhe estarem visivelmente unidos. Eles não consideram a Igreja Católica como a sua Igreja, divergem dela sobre muitos pontos de doutrina, não lhe reconhecem a autoridade, etc. Não pertencem, pois, à Igreja Católica no sentido pleno. Certamente, são de peso os motivos desta separação visível; não são, entretanto, profundos a ponto de obstarem

à pertença fundamental dos batizados a Cristo e à Igreja, da qual acima falamos. Esta pertença persiste apesar de tudo” (REB, 1963, p. 484).

Pela resposta, o cardeal respondeu acerca de um termo que foi sendo cada vez mais usado enquanto as discussões do ecumenismo iam crescendo – irmãos separados. Ao ratificar essa concepção de uma unidade “mística” para além das estruturas visíveis, Bea, por meio de sua posição de destaque na hierarquia católica, permite-nos compreender o DAC atrelado à ascensão do discurso ecumênico em nível internacional, diretamente vinculado às discussões do ecumenismo com as demais igrejas cristãs. Dentre as outras perguntas, o cardeal destacou atitudes da ICAR em direção ao ecumenismo, como o trânsito de sacerdotes tanto católicos em eventos, conferências e assembleias protestantes, quanto do contrário.

Em 1964, um dos peritos conciliares brasileiros, professor do ITF, teve espaço para publicar na REB. Em “Reflexões sobre o Ministério da Unidade da Igreja”, o Frei Guilherme Baraúna também abordou o tema dos “evangélicos”, “irmãos separados” ou “irmãos acatólicos”, que constituiriam, naquele momento 28% da cristandade (BARAÚNA, 1964, p. 588). Para o Frei, um dos motivos da divisão era a pretensa convicção de estarem sendo fidedignos ao texto bíblico. Ante essa situação, o autor sugeriu que houvesse uma cooperação dos católicos para que se “recomponha a unidade entre os cristãos separados” e, para justificar sua intenção, Baraúna afirmou que isso fora “ardentemente suplicado por Cristo” (1964, p. 592), a autoridade maior para um católico, legitimando, dessa forma, os esforços e as tentativas ecumênicas da ICAR. Diante dessas questões, Frei Baraúna (1964, p. 601) finalizou seu artigo chamando os sacerdotes católicos, enquanto seus leitores na REB, para “manifestar um profundo respeito, abandonando qualquer atitude de ciúme ou rivalidade”, o que revelou que essa seria a postura adotada por muitos clérigos católicos brasileiros, mas que agora uma nova atitude deveria ser tomada diante de tal realidade.

Dois anos mais tarde, o especialista em direito canônico, Frei Fábio Panini apresentou um artigo. A publicação de “A Instrução sobre os Matrimônios mistos” (1966) nos permite observar que, diante da realidade da discussão do ecumenismo, fazia-se necessário delinear qual estava sendo a postura adotada pelo Vaticano em relação aos casamentos mistos, isto é, entre católicos e não católicos. Dado o teor da discussão, diversos são os trechos citados do latim, marca essa do discurso teológico católico que perpassa tanto o DAC quanto o DAP. Para Panini, a problemática dos casamentos mistos deu-se pela desunião dos cristãos, apresentando o ecumenismo enquanto via de solução adequada para tal. Entretanto, enquanto

não se chegava lá, aboliu-se a excomunhão e deu-se mais destaque à responsabilidade conjugal dos nubentes do que atenção a prescrições jurídicas (PANINI, 1966, p. 370-373).

Não somente o ecumenismo exerceu influência sobre a produção do DAC. Devemos sublinhar, como apresentamos no primeiro capítulo, que esse é um contexto também em que as bases da Teologia da Libertação estão sendo lançadas. Nessa perspectiva, o Pe. José Comblin propôs, do seu lugar de sacerdote católico, uma leitura da realidade religiosa brasileira em “Para uma Tipologia do Catolicismo no Brasil”. Em sua análise, Comblin identificou diferentes estruturas que, para ele, compunham o catolicismo brasileiro – europeia, africana e ameríndia. Nosso foco recai sobre uma das partes daquilo que o autor entendeu como estrutura católica europeia: o pentecostalismo. Ressaltando pontos acerca dos pentecostalismos já debatidos na revista, como o aspecto comunitário, a pregação e o apelo popular, a inserção nas áreas marginais e marginalizadas, Comblin considerou que estes, juntamente com os batistas, computavam cerca de 10 milhões de brasileiros (COMBLIN, 1968, p. 69-70), dados um tanto quanto exagerados. Dentre diversas outras correntes desse catolicismo brasileiro – catolicismo barroco, iluminista, revolucionário... – o autor indagou-se qual desses grupos, dessas estruturas religiosas constituiria um cristianismo autêntico, genuíno, pelo que a resposta encontrada fora de que

Por um lado, o verdadeiro cristianismo não existe. Não é uma categoria sociológica. [...] Os comportamentos concretos nunca são puro cristianismo. São sempre uma forma histórica de cristianismo [...]. Por outra parte, o verdadeiro cristianismo pode encontrar-se em todas as categorias acima mencionadas. [...] Não cabe ao sociólogo distribuir diplomas de bom cristianismo. Deus sabe quais são os seus verdadeiros discípulos no meio da complexidade dos contextos sociais concretos (COMBLIN, 1968, p. 73)

Por conseguinte, podemos verificar que o DAC também discutiu acerca do que é propriamente a igreja, o catolicismo, o cristianismo. Como já afirmamos, a publicação está permeada por concepções da TL e preocupada com uma igreja mais relevante e atuante para os pobres; distanciada de concepções teológicas e dogmáticas e mais preocupada com a realidade vivenciada pelas comunidades de fé, enfocando a autoria dos sujeitos na sua relação com o sagrado. Ao afirmar que não existe um “tipo ideal” de cristianismo, evidencia-se mais uma vez o distanciamento do DAP para o DAC, no qual a ICAR era o cristianismo “verdadeiro”. Ressaltamos, ainda, que em 1968 já não temos nenhuma publicação do DAP há pelo menos dois anos na revista, sendo dessa forma o DAC um discurso preponderante no imediato.

Ainda em 1968, uma publicação da REB apresentou o pensamento de um teólogo católico estadunidense – Pe. George Tavard – que defendeu a existência da validade sacramental na ordenação de ministros das igrejas anglicanas, luteranas, calvinistas e metodistas, observando a função dos sacerdotes. Para Tavard, o reconhecimento da ICAR sobre essa questão traria “importantes consequências” para o ministério da igreja, partindo-se de uma compreensão ecumênica (REB, 1968, p. 744).

Outro artigo, agora do ano de 1969, escrito pelo Pe. Eduardo Hoornaert, situou-se de maneira muito semelhante à publicação de Comblin, qual seja, a compreensão de como as populações brasileiras em suas diversidades vivenciavam sua fé, no caso específico, o campo religioso nordestino. Nele, o autor apresentou como católicos, pentecostais, além de espíritas e umbandistas, conviviam de maneira amistosa no nordeste. Ao falar dos pentecostais, único grupo evangélico citado, algumas características foram sublinhadas pela fala da população entrevistada pelo religioso. Denominados de “crentes”, esses sujeitos se distinguiam por não beber bebida alcoólica, não fumar, não participar de jogos de azar, não dançar nem andar armado, bem como pela busca de uma conduta mais regrada (HOORNAERT, 1968, p. 599). Muito diferente das primeiras descrições feitas no DAP acerca dos evangélicos, o DAC apresenta então outras leituras possíveis acerca desses grupos e as coloca para a discussão.

Em uma publicação traduzida pela REB, desta vez do *L'Osservatore Romano*, de autoria do Cardeal Agnelo Rossi, foram apresentados resultados do ecumenismo na “Dimensão Ecumênica da Pastoral do Batismo”, em que se definiu que os membros de algumas igrejas brasileiras não poderiam ser rebatizados pela ICAR, sendo reconhecidos enquanto cristãos, por meio do batismo, os adeptos da Igreja Episcopal do Brasil (e Anglicana), IECLB, IELB, Igreja Metodista do Brasil e, quando “o cristão que tiver sido batizado, segundo o rito prescrito”, também seriam reconhecidos os membros das igrejas presbiterianas, batistas, adventistas, congregacionais e das Assembleias de Deus (ROSSI, 1970, p. 136). O reconhecimento do batismo – ato inaugural do fiel na vida cristã – das IPs representou um dos pontos mais importantes rumo ao reconhecimento dos evangélicos, enquanto comungantes da mesma fé. Parece-nos que a concepção dos protestantes, enquanto sectários e heréticos, fora há tempos deixada de lado (não que tenha deixado de existir) nesses discursos veiculados de maneira oficial, revelando um novo contexto eclesial.

O último artigo do DAC que vamos destacar da *Revista Eclesiástica Brasileira* trouxe para discussão um tema várias vezes impresso nas páginas da revista, o pentecostalismo. Desta vez, sob o olhar do leigo católico Abdalaziz de Moura, a discussão voltou-se para a

compreensão do “Pentecostalismo como fenômeno religioso popular no Brasil” (1971). Elementos semelhantes aos descritos por Hoornaert (1968) e Comblin (1968) foram novamente retratados. Não obstante, Moura (1971, p. 87) acrescentou que

Na comunidade pentecostal, o pobre encontra quem o valorize, o chame pelo nome, procure emprego ou ajude-o financeiramente, etc. Mas não é só isso, pois isso os cultos afro-brasileiros também o fazem. Existem ainda outros elementos: Há um encontro pessoal com Deus, há uma descoberta da Bíblia, há uma experiência de comunidade cristã [...].

A ênfase é dada pelo próprio autor, ao destacar que entre os pentecostais existia um “encontro pessoal com Deus”, uma vez que na ICAR, a relação que se estabelece é mediada pela hierarquia institucional. Não podemos ignorar que essa conjuntura também é perpassada pelo início do movimento da Renovação Católica Carismática, o “Pentecostalismo Católico”. Questionamos se, ao afirmar que nos pentecostalismos o “pobre encontra quem o valorize”, estaria Moura tecendo críticas às práticas da ICAR de forma sutil? Entendemos que sim.

Como afirmamos, essa foi a última publicação do DAC acerca dos protestantismos na REB, e podemos aquilatar uma diferença dos primeiros discursos do DAC para os últimos e em como eles foram se distanciando de uma concepção mais apologética para mais eclesial e ecumênica, sendo agora verificada pelo reconhecimento de que Deus estaria em outros lugares para além da ICAR e pertenceria a outras pessoas que não somente aos católicos.

Cotejando com a imprensa tradicional brasileira, observamos em duas revistas de circulação da época a presença da temática do ecumenismo¹⁰⁹. Em *Manchete*¹¹⁰, o assunto apareceu em todos os anos a partir de 1964, atrelado diretamente aos anos finais do CVII. A revista semanal apresentou 18 vezes a discussão da temática em suas páginas entre os anos de 1964 e 1971. Por sua vez, lançada em 1966, o mensário *Realidade*¹¹¹ trouxe ao leitor em 10 edições a discussão dessa temática. Ambas as revistas veicularam nesse período pelo menos uma reportagem por ano acerca do tema. Dessa forma, ao verificar para além de uma revista católica, podemos perceber que o CVII propiciou maior visibilidade ao ecumenismo não

¹⁰⁹ Para isso utilizamos revistas disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional a partir do mecanismo de busca, com o termo “ecumenismo”.

¹¹⁰ Revista semanal, lançada pela Editora Bloch no ano de 1952. Direcionada ao grande público leitor dos meios urbanos, ressaltamos como seu diferencial a fotografia que era tomada como um elemento relevante em suas páginas. Para saber mais ver em: BAPTISTA, Íria C.Q.; ABREU, Karen C. K.. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural*. Tubarão, vol. 04, p. 01-23, 2010.

¹¹¹ Lançada em 1966 pela Editora Abril, a revista *Realidade*, com tiragem mensal, objetivou apresentar aos leitores brasileiros notícias e reportagens com um caráter mais objetivo e informacional. Para saber mais ver em: BAPTISTA, Íria C.Q.; ABREU, Karen C. K.. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural*. Tubarão, vol. 04, p. 01-23, 2010.

somente nos meios católicos, mas também midiáticos, jornalísticos e seculares e que a REB também estava articulada a temas tidos como relevantes para alguns periódicos da imprensa nacional.

Postas essas análises de algumas publicações, percebemos alguns pontos que reforçamos aqui. O DAC, que cresceu a partir do declínio do DAP, não é desprovido de concepções totalizantes da igreja, nem abre mão das concepções da ICAR acerca de si, entretanto é permeado tanto pelas ideologias (se assim podemos chamá-las a partir da AD) ecumênicas quanto da TL, concordando com Orlandi (2010, p. 23), haja vista que “podemos falar que um texto pode ser – e na maioria das vezes efetivamente o é – atravessado por várias formações discursivas”.

Nesse sentido, assim como o DAP, o discurso acadêmico revela elementos de um contexto sócio-histórico mais amplo do que somente a realidade brasileira, mas não está distanciada deste e que são as condições históricas que permitem o aparecimento/a discussão ou não de determinadas temáticas e formações discursivas (FISCHER, 1995, p. 31), evidenciado a influência do discurso progressista da ICAR sobre suas produções textuais.

3.4. “El mundo protestante”: uma revista que noticia acerca dos protestantismos (1953-1971)

Prosseguindo em nossas análises, entendemos que “dizer não é apenas informar, nem comunicar, nem inculcar, é também reconhecer pelo afrontamento ideológico. Tomar a palavra é um ato dentro das relações de um grupo social” (ORLANDI, 1996, p. 34). Nessa perspectiva, ao denominarmos este conjunto de textos de discurso informativo (DIF) não estamos com isso afirmando que existe um caráter de neutralidade no ato de comunicar uma informação, pelo contrário, todo discurso que se quer informativo também é perpassado por ideologia. Sendo assim, compreendemos por DIF aquelas publicações que tiveram um caráter mais de noticiar aos leitores da REB acontecimentos diversos em relação aos protestantismos, podendo servir com essas informações tanto para os leitores afeitos ao discurso apologético, ao discurso acadêmico, aos curiosos, ou a todos ao mesmo tempo, quanto de tecer considerações, sejam elas afeitas ao ecumenismo ou a uma postura apologética.

Como já apresentamos, mais da metade (55%) das publicações da REB acerca das IPs tinham esse caráter. Entretanto, contabilizando o número de páginas veiculadas, o percentual

cai de 55% para 29%, dado que as publicações eram pequenas, geralmente com um perfil de nota, tendo uma média de pouco mais de duas páginas por título.

Observando os autores, também percebemos algumas diferenciações. A maioria das publicações – 92% não foram assinadas. Vemos nesse conjunto uma ingerência muito maior da redação da REB ao reputarmos a essa a autoria desses textos. No DIF, não há um padrão entre os autores que publicaram, nem mesmo uma identificação mais precisa dos mesmos como percebemos nos dois grupos anteriores.

Tabela 12 - Autores do discurso informativo na REB (1953-1971)

Autor	Apresentação na publicação	Nº de publicações
Albano Werlang	S.J.	01
BK	-	01
Frei Boaventura Kloppenburg	OFM	01
Frei Libério F. Bassetto	OFM	01
Frei Marcelo M. Gomes	OFM	01
Gentil Titton	-	01
Pe Eduardo Hoornaert	Instituto de Teologia, Recife	01
Pe. Dr. Frei André Wild	OFM, Conv. Pároco da Universidade Rural, Rio de Janeiro.	01

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

Dos autores apresentados, três já ocuparam espaço entre o DAP e o DAC, como o próprio Boaventura Kloppenburg (presente nos dois), quanto Frei Marcelo M. Gomes e o Pe. Eduardo Hoornaert. Das designações¹¹² utilizadas, compusemos a seguinte nuvem de palavras.

¹¹² Seguem a seguinte proporcionalidade: “seitas” (08), irmãos separados (05), Igrejas (03), Igrejas Cristãs (02) irmãos em Cristo (02), denominações (02) e heresia, comunidades separadas e cristãos não católicos (01).

Figura 6 - Nuvem de palavras: discurso informativo (1953-1971)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor

Destacamos que a preponderância da expressão “seitas”, que foi mais recorrente nos primeiros anos, havendo uma transformação nas terminologias empregadas, migrando em direção a “Igrejas”, “irmãos em Cristo”, que evidenciam um caráter de maior proximidade para com as IPs.

Outra diferenciação que nos permite compreender em partes a base desse discurso é quais são os referenciamentos nos textos. O que aparece no DIF são menos textos bíblicos, citados em cerca de 4% das veiculações, menos textos de caráter dogmático, de santos e papas, e mais diversidade de autores e, principalmente, de periódicos, de natureza católica, protestante e secular, com destaque para a recorrência da própria REB (citada em 12% dos textos). Dentre os veículos de imprensa citados, encontramos *L'Osservatore Romano*, *Agência Católica Alemã*, *Church of England Newspaper*, *Church Times*, *Cruz de Malta*, *Etudes*, *Expositor Cristão*, *Folha Dominical*, *Kirisuto Shimbun*, *La Civ Cattolica*, *La Documentation Catholique*, *Le Monde*, *Mensageiro Luterano*, *Missioni Cattoliche*, *New York Times*, *O*

Estandarte, O Fundamentalista, Orientierung, Revista Misiones, Sal Terrae, SEDOC, Serviço Ecumênico de imprensa e informação, Studia Liturgica, Telepax, Unitas, entre outras. Por conseguinte, observamos que há uma diferenciação na intertextualidade, isto é, o DIF remete muito mais a textos jornalísticos do que dogmáticos como os discursos anteriores, não que estes estejam ausentes, mas a presença deles é muito mais sutil.

Mesmo sendo veiculado entre todo o período que estudamos, o DIF teve uma ascensão a partir dos anos 1960 e ocupou, a partir de 1964, o primeiro lugar entre os discursos veiculados pela revista, como verificado no gráfico 03 e relacionado a seguir. Dessa forma, ele contribuiu tanto para a produção dos discursos acadêmico e apologético, quanto se consolidou num contexto de tentativas e discussões acadêmicas e de proximidade com a TL, distanciando-se no pós CVII da produção apologética.

Tabela 13 - Publicações do discurso informativo na REB (1953-1971)

Ano	Título	Autor
1953	Os protestantes reconhecem os progressos católicos no Japão	SA.
1953	Secretariado Nacional de Defesa da Fé e da Moral (SND FM)	SA.
1954	El Mundo Protestante: Sectas	SA.
1956	O Protestantismo nos Estados Unidos	Pe. Dr. Frei André Wild
1956	Pretensa a perseguição de protestantes na Colômbia	SA.
1956	Comunidades Religiosas Protestantes	SA.
1956	Avança o Protestantismo no Chile	SA.
1956	Cultos não-Católicos na Argentina	SA.
1957	Protestantes ao encontro da Igreja Católica	SA.
1958	A Igreja na África Meridional	SA.
1958	Protestantes aproximam-se do Catolicismo	SA.
1958	O inferno eterno e a igreja luterana norueguesa	SA.
1958	Relações entre católicos e protestantes nos EE. UU.	SA.
1958	Il Protestantesimo ieri e oggi	Frei Marcelo M. Gomes
1959	Nossos irmãos separados do Oriente e do Ocidente	Frei Libério F. Bassetto
1959	A Conferência anglicana de Lambeth	SA.
1959	A Convocação do Concílio Ecumênico e a reação dos protestantes no Brasil	SA.
1960	Correntes opostas na Igreja da Inglaterra	SA.
1960	Católicos e Protestantes no Vietnam	SA.
1960	Las Iglesias Protestantes de América	BK
1960	Católicos e protestantes discutem o Concílio	SA.
1960	Bispo luterano nega-se a colaborar com as mulheres-pastôras	SA.
1960	O Conselho Mundial de Igrejas em face do Concílio	SA.

1960	Os Anglicanos se aproximam da Igreja Católica?	SA.
1961	Os Protestantes e o Concílio	SA.
1961	Encontro de Bispos católicos e pastôres protestantes	SA.
1961	Rápido avanço do protestantismo na América Latina	SA.
1961	Protestantes Alemães e o Concílio Ecumênico	SA.
1962	Reação dos Protestantes em face do Concílio	SA.
1962	Conventos no Anglicanismo	SA.
1962	O Concílio: Pontos de vista Protestantes	SA.
1962	Instituídas Pastôras evangélicas na Alemanha	SA.
1963	Colaboração entre teólogos católicos e protestantes	SA.
1963	Projeto de união de anglicanos e metodistas na Inglaterra	SA.
1963	Os Evangélicos e o Desenvolvimento Nacional	SA.
1963	Ecumenismo na Assembléia Luterana de Helsinqui	SA.
1963	Outras notas ---	SA.
1964	O protestantismo francês em busca de unidade	SA.
1965	Ecumenismo em São Leopoldo (RS)	Albano Werlang
1965	Concretiza-se o Diálogo entre Roma e o Conselho Ecumênico das Igrejas Cristãs	SA.
1965	Encontro Ecumênico Internacional de Liturgia	SA.
1965	Ecumenismo luterano em Estrasburgo	SA.
1966	O Encontro entre o Papa e o Arcebispo de Cantuária	SA.
1966	A Marcha do Ecumenismo	SA.
1966	Católicos e luteranos nos Estados Unidos	SA.
1966	Igreja Católica e Federação Mundial Luterana	SA.
1966	Conselho Mundial de Igrejas e o Mundo Atual	SA.
1966	Relações Católico-protestantes na Espanha	SA.
1966	Cushing aprova Bíblia Protestante para uso comum.	SA.
1966	Oito igrejas protestantes dos EUA aprovam princípios para União	SA.
1966	Protestantismo no Japão	SA.
1966	Continua o diálogo entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica	SA.
1966	A Posição da Comissão Central do Conselho Ecumênico das Igrejas sobre o Concílio	SA.
1966	Movimento Protestante para unir-se ao Papa	SA.
1966	A Igreja anglicana também com crise vocacional	SA.
1966	Católicos, Protestantes e a Bíblia	SA.
1967	A colaboração com as Sociedades Bíblicas não-Católicas	SA.
1967	Unidade Anglicano-católica.	SA.
1967	Tradução da Bíblia	SA.
1967	“Convite” – reunião da SBB	SA.
1967	Uma cerimônia ecumênica sem precedentes pela Paz	SA.
1967	Progresso ecumênico na África do Sul	SA.
1967	Martinho Lutero 450 anos depois...	Frei Boaventura Kloppenburg
1967	Uma Declaração Anglicano-Católica sobre a Eucaristia	SA.

1967	Igreja Episcopal lança Manifesto.	SA.
1967	O Problema dos Casamentos Mistos	SA.
1967	Panorama geral do luteranismo	SA.
1967	Centenário da Igreja Metodista	SA.
1967	Conquista no Diálogo Anglicano-Católico	SA.
1968	Primeiros passos ecumênicos no Brasil	SA.
1968	Sessão do Grupo Misto Igreja Católica - Conselho Ecumênico das Igrejas	SA.
1968	I Reunião da Comissão de Estudos Luterano-Católica	SA.
1968	Protestantismo e Imperialismo na América Latina	SA.
1968	A Igreja Católica e o Conselho Ecumênico das Igrejas Lançam apelo comum pela cessação das hostilidades na Nigéria	SA.
1968	Católicos e Luteranos chegam a acordo sobre a Eucaristia	SA.
1968	Assassinado o não-violento Luther King	SA.
1968	O Ecumenismo no Brasil	SA.
1968	Edição conjunta católico-evangélica do Nôvo Testamento	SA.
1968	A IV Assembleia Mundial do Conselho Ecumênico das Igrejas, em Upsália	SA.
1968	Normas para a Cooperação Interconfessional na Tradução da Bíblia	SA.
1968	O relacionamento do Conselho Mundial de Igrejas com a Igreja Católica	SA.
1969	As Sociedades Bíblicas Reunidas	SA.
1969	Falece Karl Barth, o teólogo da Palavra de Deus	SA.
1969	Na Holanda...	SA.
1969	A Experiência da Salvação	Pe Eduardo Hoornaert
1969	Lutero e Luteranismo Hoje	Gentil Titton
1969	Serviço Interconfessional de Aconselhamento	SA.
1969	Reúne-se em Londres a Comissão Central do Conselho Mundial das Igrejas	SA.
1969	O Secretariado	SA.
1969	Em fins de outubro ...	SA.
1970	O proselitismo...	SA.
1970	O Cardeal Marty visita o Primaz Anglicano	SA.
1970	Os Batistas brasileiros	SA.
1970	Os protestantes da América do Norte ...	SA.
1970	A Nova Bíblia Inglesa ..	SA.
1970	A Santa Sé ofereceu ...	SA.
1970	Normas da CNBB para a disciplina dos casamentos mistos	SA.
1970	A V Assembleia Geral da federação Luterana Mundial	SA.
1971	Representantes da Federação ...	SA.
1971	O Pastor Marc...	SA.
1971	Uma reunião do Comitê Central ...	SA.
1971	Um encontro anglicano-católico	SA.
1971	A Comissão executiva do Conselho Mundial das Igrejas encerra a sua reunião semestral	SA.

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

Verificando o título, já podemos identificar do que muitos deles trataram: noticiar conferências, cultos, assembleias, reuniões, atividades de personalidades importantes, organizações ou igrejas, declarações, posicionamentos, conflitos, entre outros. Sendo assim, elencamos algumas publicações do DIF para exemplificar o seu funcionamento.

Já em 1953, os leitores foram notificados da criação do “Secretariado Nacional da Defesa da Fé e Moral (SND FM)”, o qual tinha como uma das funções observar as transformações e os agentes do campo religioso brasileiro, dentre esses, os protestantes que tinham atuação nos campos do ensino, imigração, saúde e atuavam com publicidade na imprensa escrita, rádio, televisão e cinema.

Outra publicação apresentou aos leitores da REB a obra “El Mundo Protestante: sectas” (1954). Nela, assim como em diversas outros DIFs da sessão de “apreciações”, levou até aos leitores livros, enciclopédias, panfletos que haviam sido lançados recentemente e poderiam auxiliar no trabalho dos sacerdotes católicos. Assim como o DAC, o DIF também, inicialmente, esteve mais alinhado a um posicionamento conservador da ICAR, sendo conduzido a partir dos anos 1960 em direção a um entendimento mais ecumênico, progressista.

Por sua vez, em 1956, os “Cultos não Católicos na Argentina” estiveram na pauta da redação da REB. As informações obtidas junto ao Secretariado Central da Defesa da Fé Católica da Argentina apresentavam dados numéricos acerca das matrizes religiosas presentes no país. Em relação às IPs, constatou-se que

com suas 18 grandes denominações e 485 associações, assim se divide: Pentecostais: 25.000 adeptos; Adventistas, 90.000; Metodistas, 23.000; Batistas, 31.500; Luteranos, 21.000; Congregacionalistas, 17.500; “Irmãos”, 14.400; Menonitas, 4.300; Nazarenos, 3.300; Aliança Cristã e Missionária 3.000 [...]; Valdenses, 7.200; Exército da Salvação, 8.000; Igrejas Cristãs Evangélicas, 2.100; Igreja Nova Apostólica Sul-Americana, 25.000; Religião Cristã Argentina, 45.000 (1956, p. 1046).

Como característica do DIF, não existe uma análise ou um juízo de valor explícito. Apesar de o situarmos próximo ao DAP, por trazer elementos ao texto que provoquem no leitor uma sensação de um crescimento extraordinário por parte das IPs, para então tomar medidas em relação a tal questão; verificamos no DIF essa postura que se quer mais informativa que apologética ou acadêmica.

Em 1958, a REB apresentou um caso como curioso aos seus leitores. Na sessão das Crônicas Eclesiásticas do Estrangeiro, noticiou-se a discussão acerca do “Inferno eterno e a

igreja luterana”, que veiculou a defesa de que as penas do inferno não seriam eternas. Tal postura apelava para o fato de Deus ser amor, e uma condenação eterna estaria indo na contramão dessa crença fundamental do cristianismo: o amor de Deus. Essas declarações foram feitas por um bispo da igreja luterana norueguesa e, mesmo diante do fato ser considerado um grande equívoco bíblico e teológico, para católicos e luteranos, o bispo não sofreu sanções por parte da igreja a que estava vinculado.

Com a novidade da convocação para o CVII, a redação da REB verificou, em alguns periódicos evangélicos do Brasil, quais foram os pronunciamentos desses grupos acerca do certame católico que aconteceria. Em “A Convocação do Concílio Ecumênico e a reação dos protestantes no Brasil” (1959), apresentou-se aos leitores da REB quanto o tema havia suscitado posicionamentos diferentes, como o caso do Rev. Hassy K. Sherril que via como impossível a “volta das igrejas protestantes ao seio da Igreja Romana”, enquanto o Bispo Isaias Sucasas afirmava, acerca da unidade da cristandade, que “Jesus Cristo jamais ensinou uma utopia” (REB, 1959, p. 896).

Diversas outras publicações trataram da cobertura do Concílio, suas sessões quanto da recepção por parte dos protestantes e das temáticas correlacionadas às IPs. Dentre as publicações, podemos verificar essas questões em “O Conselho Mundial de Igrejas em face do Concílio” (1960), “Os Protestantes e o Concílio” (1961), “Protestantes Alemães e o Concílio Ecumênico” (1961), “Reação dos Protestantes em face do Concílio” (1962) e “O Concílio: Pontos de vista Protestantes” (1962).

Enquanto isso, outros temas também eram abordados, como uma publicação de 1962, intitulada “Instituídas Pastoras evangélicas na Alemanha”. Nela, o autor afirmava que, na Igreja Luterana da Alemanha, as mulheres com formação teológica passaram a ser admitidas enquanto pastoras para a administração e exercício de todas as funções de um pastor. Entretanto, ao final da publicação o autor pontuou: “mais um obstaculozinho no caminho da unidade” (REB, 1962, p. 779). Ao fazer essa consideração, o escritor, ciente do contexto, revelou uma espécie de dúvida ou descrédito para a unidade, visto a quantidade de obstáculos, dentre os quais o sacerdócio feminino era mais um.

Diversas outras publicações seguiram considerando acerca do ecumenismo e das discussões feitas durante e com base no CVII, apresentando notícias acerca dessas questões como “Ecumenismo em São Leopoldo (RS)”, “Concretiza-se o Diálogo entre Roma e o Conselho Ecumênico das Igrejas Cristãs”, “Encontro Ecumênico Internacional de Liturgia”, “Ecumenismo luterano em Estrasburgo” (1965), “O Encontro entre o Papa e o Arcebispo de

Cantuária”, “A Marcha do Ecumenismo”, “Católicos e luteranos nos Estados Unidos”, “Igreja Católica e Federação Mundial Luterana”, “Relações Católico-protestantes na Espanha”, “Católicos, Protestantes e a Bíblia” (1966), entre outras.

No ano de comemoração dos 450 anos da Reforma Luterana (1967), duas publicações foram feitas pela oportunidade da data. Na primeira, um “Panorama geral do luteranismo” apresentou dados acerca dos luteranismos, 450 anos depois de seu desenvolvimento, com 75 milhões de adeptos, representante de um terço do protestantismo mundial (na época), tendo no norte europeu grande concentração da população, juntamente com a Alemanha, país que possui 37,7 milhões de luteranos. No Brasil, 818.900 pessoas pertenciam a esse ramo dos protestantismos.

A segunda publicação foi a de Frei Kloppenburg que apresentou uma apreciação da obra “Martinho Lutero 450 anos depois...”, de autoria de Jerônimo Jerkovis e Breno Schumann, editada pela Vozes de Petrópolis. Em seu texto, Kloppenburg apresentou em linhas gerais os artigos tratados pela obra em questão, bem como os temas nela destacados e também fez propaganda, lembrando que era a Editora Vozes quem editava a revista e também o livro em questão.

No mesmo ano, uma publicação informou o início das comemorações dos 100 anos da Igreja Metodista no Brasil, que no contexto se apresentava no Brasil com

311 paróquias com 450 Igrejas, 392 congregações e cerca de 1200 pontos regulares de pregação. Sete mil leigos servem de professores nas 758 escolas dominicais. Mantém ainda dois institutos de habilitação profissional, seis orfanatos, quatro lares para a velhice, creches, ambulatórios, etc. Possui também dois institutos bíblicos, 17 escolas de nível secundário e primário e três institutos rurais em suas 45 escolas paroquiais de nível médio” (REB, 1967, p. 763).

Mais uma vez, vemos a discursividade do DIF no que concerne a publicar diversos dados e informações acerca das IPs sem formular questionamentos ou análises acerca delas. E entendemos que isso nem seja preciso, visto que a REB era também uma revista de (in)formação para o clero católico brasileiro e buscava cumprir essa tarefa.

Já em 1968, a redação da REB veiculou alguns resultados mais sensíveis e concretos do ecumenismo. Em “Católicos e Luteranos chegam a acordo sobre a Eucaristia”, discutiu-se acerca do resultado do trabalho de dois anos de discussões teológicas entre uma comissão luterana e uma comissão católica no que se refere à eucaristia, pelo que se definiu que: “Cristo se acha presente na Eucaristia como o Crucificado que morreu por nossos pecados e ressuscitou para nossa justificação; a celebração da Eucaristia é um sacrifício de louvor e

justificação; o sacrifício da Cruz tem caráter inalterável” (REB, 1968, p. 487). Ao leitor, a visão de uma aproximação real e possível por meio da exposição de experiências ecumênicas foi reforçada também através de outras publicações, como em “O Ecumenismo no Brasil”, que relatou vivências ecumênicas brasileiras, das quais o autor, citando Frei Cláudio, pontuava

os Centros Ecumênicos de Curitiba e do Rio de Janeiro; o primeiro mantém o boletim “Unidade”, informativo e formativo, além de ter promovido a celebração anual da Semana de Oração Universal pela Unidade Cristã. O do Rio de Janeiro nasceu em 31-10-1967, quando se comemorava o 450º aniversário da Reforma Luterana. Em Olinda foi há quase um ano criada uma comunidade semelhante à de Taizé, com o nome expressivo da Fraternidade da Reconciliação: monges protestantes convivem ecumênicamente com monges beneditinos. Já se está trabalhando concretamente para uma Bíblia Ecumênica no Brasil [...]. Em São Leopoldo (RS) realizaram-se periodicamente encontros teológicos de professores católicos e luteranos (REB, 1968, p. 718).

Fortalecendo essa concepção, outras duas comunicações foram publicadas no ano de 1968: “Edição conjunta católico-evangélica do Novo Testamento” e “A IV Assembleia Mundial do Conselho Ecumênico das Igrejas, em Upsália”. Esse reconhecimento foi ratificado também por experiências internacionais, como informou a redação da REB, em 1969, sobre o mútuo reconhecimento dos batismos entre católicos e luteranos na Holanda (REB, 1969, p. 479) e pela criação de mecanismos institucionais para o ecumenismo no Brasil, com a criação do “Serviço Interconfessional de Aconselhamento”, desenvolvido pela ICAR numa ação conjunta com as igrejas episcopal, luterana e metodista em Porto Alegre/RS (REB, 1969, p. 963).

Nos anos finais da redação de Boaventura Kloppenburg, já com o auxílio do Frei Leonardo Boff, a partir de 1970, outras comunicações do DIF foram publicadas acerca da mesma temática, por exemplo: “Reúne-se em Londres a Comissão Central do Conselho Mundial das Igrejas” (1969), “O Cardeal Marty visita o Primaz Anglicano” (1970), “Um encontro anglicano-católico” e “A Comissão executiva do Conselho Mundial das Igrejas encerra a sua reunião semestral” (1971).

Colocadas algumas considerações, depreendemos o DIF, não enquanto um discurso isento, imparcial, mas com finalidades diversas, desde a exibição de dados, informações, eventos, acontecimentos, entre outros, possibilitou aos leitores da REB uma compreensão mais ampla dos protestantismos a partir de seu funcionamento e de sua entonação discursiva. Evidenciamos juntamente que, após o CVII, o DIF enfatizou as notícias e os informativos

sobre o ecumenismo e as experiências ecumênicas, deixando outras questões anteriormente veiculadas pela revista, bem como experiências malfadadas, de lado. É o que entendemos por um silêncio constitutivo, uma das manifestações da política do silêncio, em que para se dizer é preciso não dizer (ORLANDI, 1995, p. 24), isto é, para construir uma leitura de êxito das tentativas ecumênicas era-se premente não dizer aquelas que não deram certo ou foram malogradas.

3.5. Uma Igreja em tempos de Concílio e a “revista do concílio”: as documentações (1964-1971)

Dentre as publicações da REB acerca dos protestantismos, entendemos que este grupo deve ser considerado a parte, uma vez que não constitui-se nem em um discurso acadêmico, apologético ou informativo. Também não o denominamos de “discurso documental” visto que dependendo do documento veiculado ele pode estar vinculado a um ou vários outros discursos. Contudo, não podemos deixar de lado o fato de que a REB, durante o Concílio Vaticano II, e principalmente depois deste, destinou também um espaço a publicação de documentos sobre os protestantes¹¹³. Ressaltamos que uma das seções da REB era dedicada a “Documentação” e que desde antes da redação de Frei Kloppenburg já era utilizada como forma de levar aos sacerdotes católicos e leitores da revista as documentações acerca daquilo que julgavam ser importante.

Sublinhamos que, em todas as formações discursivas, percebemos a presença de documentação como forma de autorizar, reforçar os argumentos em relação àquilo que se dizia, sendo mobilizados a partir do interesse dos autores. Uma vez que a documentação tem um caráter oficial, seja ela da CNBB, Vaticano, secretariados nacionais ou algum outro órgão ou instância da ICAR, não apresentamos aqui os autores. Entretanto, ressaltamos a publicação da “Resposta do Conselho Ecumênico das Igrejas ao Apêlo do Papa em prol da Paz”. Nesse texto de 1968, os autores do documento veiculado são Franklin Clark Fry e Eugene Carson Blake, dois pastores, líderes protestantes do Conselho Mundial de Igrejas. Uma vez que Boaventura Kloppenburg nunca permitiu a publicação de um texto por parte de um não católico, ainda mais pastores protestantes na REB, essa veiculação reveste-se de tal

¹¹³ Não alocamos as publicações da sessão documentação neste espaço, uma vez que destinamos algumas ao DAP e DIF, por julgarmos ser mais apropriado e profícuo para a análise.

importância porque permitiu e deu visibilidade à fala de dois pastores de destaque no contexto pela atuação ecumênica em relação à ICAR.

As demais publicações estão apresentadas na sequência. Delas, todas são referentes ao ecumenismo, desde o “Decreto sobre o Ecumenismo” (1964), um dos nove decretos do CVII (*Unitatis Redintegratio*), publicado em latim e traduzido para o português aos relatórios dos grupos de trabalho que congregaram católicos e protestantes, até o “Testemunho Comum e Proselitismo Documento de Zagorsk”.

Tabela 14 - Documentações na REB (1964-1971)

Ano	Título	Autor
1964	Os laços da Igreja com os cristãos não-católicos	SA.
1964	Decreto sobre o Ecumenismo	Papa Paulo VI
1966	O Primeiro Relatório do Grupo Misto de Trabalho entre a Igreja Católica e o Conselho Ecumênico das Igrejas	SA.
1967	Segundo Relatório do Grupo Misto de Trabalho entre a Igreja Católica e o Conselho Mundial das Igrejas	SA.
1967	A Segunda Reunião da Comissão Mista Anglicano-Católica	SA.
1967	A Comunicação na vida e na atividade espirituais com os irmãos separados	SA.
1968	Resposta do Conselho Ecumênico das Igrejas ao Apêlo do Papa em prol da Paz	Franklin Clark Fry, Eugene Carson Blake
1968	As principais opções consideradas pelo Conselho Ecumênico das Igrejas	SA.
1970	Reflexões e sugestões sobre o Diálogo Ecumênico	Cardeal Jan Willebrands, Pe. Jérôme Hamer
1971	Testemunho Comum e Proselitismo Documento de Zagorsk	SA.

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.

As terminologias¹¹⁴ empregadas nas documentações ratificam a concepção ecumênica, como podemos verificar a partir da nuvem de palavras que apresentamos na sequência. Expressando uma multiplicidade de terminologias, destacamos a proporcionalidade menos discrepante entre as designações, ou seja, existe uma desigualdade menor entre o número de vezes que os termos foram empregados. Além disso, notabilizamos que, tanto as expressões “seita”, quanto “heresia” não aparecem entre as palavras mobilizadas nas documentações analisadas, apontando para a relação com as novas posturas adotadas a partir do Concílio Vaticano II.

¹¹⁴ As expressões foram assim distribuídas: cristãos (04), igrejas ou comunidades (02), igrejas e comunidades separadas (02), cristãos não católicos, comunhões cristãs, irmãos no Senhor, filhos, irmãos separados (01).

Figura 7 - Nuvem de palavras: documentação (1964-1971)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1964-1971). Produzida pelo autor

Para as documentações, as citações bíblicas exerceram maior centralidade que nas demais produções por nós analisadas, ocupando aproximadamente 80% dos referenciamentos feitos no texto. A utilização da Bíblia enquanto principal livro do cristianismo tem a finalidade de reforçar aquilo que se diz, uma vez que ao dizê-la você lega a responsabilidade do dito ao transcendente, conferindo ao texto o caráter de autoridade e infalibilidade, pela leitura cristã. Identifica-se que as designações permeadas por uma ideologia apologética do catolicismo não estão presentes nos textos, estando muito mais próxima do DAC e do DIF. Em outras palavras, a documentação que representa o “discurso oficial” da ICAR é que permitiu a transformação e os deslocamentos percebidos entre a postura apologética para uma postura mais ecumênica e compreensiva que possibilitou a produção, o fomento e a visibilidade de outros textos, com outras tônicas.

A finalidade da documentação, assim como o DAP e o DAC, vem para argumentar com o leitor acerca da nova postura a que se propõem a ICAR. Desse modo, em 1964, no trecho sobre “Os laços da Igreja com os cristãos não católicos”, a leitura que se apresentou acerca das IPs está muito alinhada com aquilo que o DAC também apresentou: “honram a Sagrada Escritura como norma de fé e de vida. Mostram sincero zelo religioso. Creem com

amor em Deus Pai Onipotente e em Cristo Salvador, Filho de Deus” (REB, 1964, p. 1008). Corroborando com essa interpretação, o “Decreto sobre o Ecumenismo” também considerou que os protestantes queriam

Como nós aderir à palavra de Cristo como fonte da virtude cristã e obedecer ao preceito do Apóstolo: “Tudo quanto fizerdes por palavra ou por obra, fazei tudo em nome do Senhor Jesus Cristo, dando graças a Deus Pai por Ele” (Col 3,17). Daí é que o diálogo ecumênico pode ter como ponto de partida a aplicação moral do Evangelho (1964, p. 1103-1104).

Além de o trecho anterior exemplificar o constante uso de citações bíblicas, ele apresenta ao leitor uma aproximação, ainda que cautelosa, do *outro* protestante em relação ao *nós* católicos, tendo por intento uma alteração na prática social.

Uma das razões argumentadas com os leitores da REB, e não somente eles, mas para com os católicos de uma forma geral (visto que essas documentações possuem um caráter internacional na maioria das vezes e não foram publicadas por autores que escreveram na e para a REB, mas inseridos nela pela sua redação) é a premência da unidade para um testemunho comum, conforme pontuou o “Segundo Relatório do Grupo Misto de Trabalho entre a Igreja Católica e o Conselho Mundial das Igrejas” (1967, p. 1001). Nele, considerou-se que a divisão entre os cristãos “constitui obstáculo à proclamação efetiva do Evangelho. A mensagem da reconciliação não virá a ser recusada, se os cristãos vivem lado a lado sem se reconciliarem mutuamente? [...] Eis um dos motivos por que hoje elas se esforçam por restabelecer a comunhão entre si”. Essa mesma questão se apresentou em outros documentos, como em “Reflexões e sugestões sobre o Diálogo Ecumênico” (1970, p. 952)

Dado que o mundo formula as mesmas questões a todas as Igrejas e Comunidades eclesiais, estas, ouvindo-as juntas e compreendendo-as por meio do diálogo, sensíveis à ação do Espírito Santo, deverão procurar em comum a resposta que o Senhor espera delas para servir o mundo, principalmente onde o Evangelho ainda não foi anunciado.

Entendendo que não se fala somente por falar, mas pelo fato de haver uma utilidade ou necessidade no fazê-lo, ou seja, uma motivação para tal – lei da utilidade (ORLANDI, 1996, p. 18) – percebemos uma preocupação da redação da revista em reforçar, mais de uma vez, essas questões diante de seu público leitor, visto que as diversas publicações tinham por finalidade cumprir tal dever: a mobilização em direção a essa nova postura e as concepções que a permeavam.

O último documento publicado foi o “Testemunho Comum e Proselitismo Documento de Zagorsk” (1971), traduzido de um Boletim do CELAM, publicado em 1970. Na publicação, foi apresentado um estudo acerca da carência de um testemunho cristão comum e das possibilidades do fazê-lo a partir de uma colaboração mútua na ação evangelizadora entre as igrejas cristãs. Ao final da publicação, o autor expressou a finalidade com a qual ele escrevera seu texto, a de que suas reflexões “sobre o testemunho comum e o proselitismo sejam para as Igrejas motivo para acelerar sua marcha pelo caminho que leva à restauração da plena comunhão” (1971, p. 185). Da documentação, destacamos dois pontos que para nós são relevantes para a análise. Inicialmente, a palavra que aparece é “Igreja”, com o I maiúsculo, situando as IPs num lugar de igualdade com a ICAR, algo totalmente em oposição às considerações do DAP. Em segundo lugar, o chamamento do autor, por meio da função mobilizadora da linguagem, para que se houvesse uma maior compreensão de que rumar em direção ao ecumenismo era um processo de restauração da qual a igreja não poderia estar de fora ou à parte.

Posto um panorama dessas publicações, entendemos que a documentação, apesar de não se constituir como uma das entonações discursivas que apresentamos durante este capítulo – apologético, acadêmico e informativo – foi tomada como base para a sustentação e ratificação da produção de discursos de um caráter avesso ao que se propunha a tônica apologética. Desta, percebemos de maneira evidente o contexto no seu texto, entendendo o discurso enquanto um aspecto da materialidade ideológica e histórica (ORLANDI, 2010, p. 17), retomando o fato de que a veiculação dessas publicações está diretamente atrelada ao Concílio Vaticano II e suas deliberações.

* * *

Por meio da análise dos discursos presentes na *Revista Eclesiástica Brasileira* acerca dos protestantismos no período redatorial do Frei Boaventura Kloppenburg (1953-1971), constatamos a presença de três tônicas discursivas diferentes. Como discutido neste capítulo, verificamos que a presença inicial se deu de um discurso mais apologético, que compreendia os protestantes como aqueles que estavam ocupando espaço no campo religioso brasileiro enquanto inimigos da fé católica, classificados como heréticos, e por tal deviam ser combatidos. Diante de um contexto da criação de órgãos eclesiais, como o SNDFM, em uma conjuntura de afirmações do discurso conservador católico, essa característica discursiva

refletia as preocupações de um momento, e ao passo que os interesses foram sendo alterados, agora em direção ao ecumenismo, à Teologia da Libertação, ao progressismo, as publicações apresentaram outras entonações discursivas, como percebemos nos discursos acadêmico e informativo.

No que se refere aos discursos, observamos que o DIF apresentou um caráter à margem tanto do DAC quanto do DAP, sendo influenciado por esses nos períodos em que se sobressaíram, enquanto também serviu de base para a produção deles. Por sua vez, para o DAC se sustentar enquanto tal, tanto ele quanto o DIF tiveram de silenciar alguns temas. Conforme Orlandi, ressaltamos que “o não dito ou o implícito é constitutivo na medida em que sustenta o dito” (2008, p. 43). Dessa maneira, para se defender uma tônica acadêmica, seja ela voltada mais ao ecumenismo, à Teologia da Libertação, ou outros motivos, assuntos como o crescimento das IPs no Brasil e a constante perda de fiéis católicos para essas igrejas, práticas antiecumênicas dos grupos protestantes mais conservadores no Brasil (pentecostais, batistas, presbiterianos) ou de um proselitismo mais acentuado por parte das IPs como da ICAR, tópicos constantes no e para o DAP foram sendo retirados das pautas dos textos veiculados pela REB.

Nessa perspectiva, verificamos que a “política do silêncio”, no que se refere ao silêncio constitutivo, que é aquele que para dizer é preciso não dizer (ORLANDI, 1995, p. 24), foi mobilizada como forma de sustentar uma compreensão em prol da formulação do DAC. Enquanto alguns assuntos concernentes aos protestantismos foram silenciados, outros ganharam evidência, também pelo DIF, dentre os quais ressaltamos as práticas e as experiências ecumênicas no Brasil e fora dele, bem como notícias, principalmente, do cenário internacional.

Entre os discursos, verificamos algumas diferenças. Dentre as tônicas apologética, acadêmica e informativa, observamos inicialmente uma mudança no grupo de autores que publicaram, apesar de alguns circularem entre os discursos como foi o caso de Boaventura Kloppenburg e Agnelo Rossi. Além disso, a intertextualidade, ou seja, quem foi citado, como foi mencionado, e mobilizado no momento de reforçar a argumentação do texto, também apresentou discrepâncias. Não podemos deixar de notar que a época em que foram veiculados, ou pelo menos o seu período de maior visibilidade na revista, reforçou a distinção entre as características discursivas, bem como evidenciou a vinculação destes a um contexto muito mais amplo e complexo de mudanças do que a realidade vivenciada pela REB e, até mesmo, pelos clérigos brasileiros.

Diante de um cenário de expansão dos protestantismos no Brasil, constatamos ainda a diferenciação entre os discursos das terminologias empregadas na designação das diversas IPs. Como todo discurso é permeado pela ideologia, e esta pela história, percebemos a mudança significativa das concepções de “heréticos”, “sectários” carregada em si de uma diferenciação expressiva e negativa para com os protestantismos, suavizando disso para “irmãos e comunidades separadas”, chegando à identificação de uma quase semelhança em situação de igualdade (para alguns autores, isso ficou mais evidente), ao designarem as IPs enquanto “Igrejas” e “cristãos”.

Lembramos que essas características verificadas nas diversas tônicas discursivas analisadas durante este capítulo estão articuladas ao seu contexto de emergência, que nos indicam para diferentes concepções eclesiais sobre a própria ICAR, sua atividade, seus dogmas, crenças e posição no mundo, e o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que se colocou como um marco nessa ambiência. Nesse sentido, apresentamo-nas em uma nuvem de palavras que nos permite verificar sua diversidade e expressividade diante do conjunto global das designações legadas às IPs. A figura agora nos apresenta tanto a pluralidade evidenciada pelas 186 publicações nos quatro grupos que distinguimos, quanto como alguns termos como “cristãos”, “seitas”, “irmãos separados”, “heresia” e “comunidades” foram mais representativos no conjunto das publicações.

Figura 8 - Nuvem de palavras: conjunto global (1953-1971)



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor

Olhando para o CVII, constatamos como este foi central para a compreensão das transformações. Convocado em 1959, foi a partir desse contexto que percebemos na REB uma mudança ainda sutil, migrando de um viés apologético para um acadêmico, diferença essa verificada de forma mais visível depois das últimas publicações das resoluções do Concílio, sacramentando as discussões realizadas no certame.

Nesse sentido, entendemos que a *Revista Eclesiástica Brasileira* constituiu-se em importante espaço para a discussão de uma temática que fora tomada como importante para o clero católico brasileiro, veiculando em suas páginas discursos e textos vários sobre a temática dos protestantismos. Os textos publicados por autores diversos que apresentaram diferenças significativas entre si são reveladores de uma conjuntura de transformações sensíveis não somente para a ICAR, mas também para o mundo do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar quais foram as posturas e/ou posições adotadas pela ICAR diante da inserção e expansão dos protestantismos no Brasil, num contexto de crescimento exponencial e expansão dessas igrejas, por meio da produção e veiculação de textos numa revista católica de repercussão e reconhecimento nacional - a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB) - evidenciamos algumas questões. Inicialmente, no primeiro capítulo, discutimos como as dinâmicas dos grupos que compõem o campo religioso brasileiro, de forma específica as relações entre católicos e protestantes, desenvolveram-se ao longo do século XX, isto a partir ainda dos delineamentos do final do século XIX. De um lado a ICAR, na busca pela manutenção e ampliação de sua atuação não somente no campo religioso, mas também político, cultural, social – visto que perdera o espaço que o regime do padroado havia lhe garantido durante quase 400 anos no Brasil –, encontrava-se em um cenário no qual seus opositores cresciam e se diversificavam: protestantes, espíritas, afro-brasileiros, comunistas, maçons, liberais, entre outros. Do outro lado, as IPs, desfrutando já com algumas igrejas em seus centenários e cinquentenários (muito mais jovens no território que a ICAR) buscavam o espaço que ainda não tinham e, para isso, lançaram-se em diversas direções com o objetivo de assegurar e expandir sua atuação e sua influência no país.

Essas questões possibilitaram e fomentaram a discussão da temática dos protestantismos em uma revista relevante para o universo católico de então: a *Revista Eclesiástica Brasileira*. Desenvolvida a partir de 1941, contando com a estrutura de uma ordem católica consolidada em território nacional, desde o período da colonização e instalada em Petrópolis/RJ, com convento, escola de educação básica, instituto teológico e editora, a REB apresentava em suas páginas diversas discussões, notícias, crônicas, críticas, produções intelectuais acerca das diversas situações que envolviam o catolicismo nacional e internacional. Com edições trimestrais, o periódico produzido, principalmente, por membros do clero nacional tinha nos sacerdotes do catolicismo romano seu público-alvo e objetivava, por meio de suas páginas, ser uma revista a serviço da ICAR no Brasil diante das diversas demandas sentidas pelos párocos, bispos, catequistas, ministros e demais agentes do catolicismo nacional. Foi isso o que percebemos, tanto no período em que a revista foi conduzida pelo Frei Tomás Borgmeier (1941-1952) quanto pelo Frei Boaventura Kloppenburg (1953-1971).

Nesse sentido, além de apresentar aspectos da história do periódico com o qual trabalhamos e da historicidade do grupo que o pensou, articulou e veiculou a REB no Brasil, é que discutimos, no segundo capítulo, alguns delineamentos acerca das publicações e dos autores que as propuseram.

Entre os artigos, comunicações, notas, apreciações, documentações, crônicas eclesiais e apresentação de bibliografias publicadas na *Revista Eclesiástica Brasileira*, 186 veiculações tiveram como temática os protestantismos, sejam eles brasileiros ou internacionais. Discutidas as condições de emergência e significação desses textos nos capítulos anteriores, verificamos que as diversas manifestações dos protestantismos foram tomadas como algo significativo por parte da ICAR a ser discutido no periódico. Contudo, as formas como os textos abordaram a temática em questão, as adjetivações legadas às IPs, as mobilizações da intertextualidade, os personagens e as ramificações ou grupos mencionados, quem os escrevera e o período em que foram publicadas apresentaram significativas alterações.

Como argumentamos no terceiro capítulo deste trabalho, observamos quatro grupos distintos nas veiculações da REB. De primeiro modo, aquilo que distinguimos por discurso de teor apologético evidenciou em suas linhas um caráter muito mais firme na defesa de uma ICAR diante daqueles que eram entendidos como heréticos. Vinculado a um discurso conservador, com uma postura mais próxima do Concílio de Trento do que do Concílio Vaticano II, alinhados a diretrizes do SINDFM em nível nacional, com auge de publicações ainda na década de 1950, esses textos circularam entre os anos de 1953-1966 e objetivavam, principalmente, a mobilização dos leitores entorno do serviço da defesa da fé católica no Brasil. Por sua vez, iniciando em 1953 e perdurando até o final do período que estudamos, seguiam sendo produzidos textos com outras características.

O discurso de tônica acadêmica buscou, por meio das veiculações, discutir os protestantismos muito mais com base em olhares das ciências teológicas, sociais e da religião, do que estar a serviço de uma defesa da fé ou proselitismo católico. Com um período de expressividade posterior aos primeiros anos do CVII (1962-1965), o DAC esteve mais alinhado às deliberações deste Concílio e atento à realidade sócio-histórica do país em que estava. Além disso, os autores que produziram e aqueles que foram citados, bem como as designações imputadas às IPs apresentaram diferenças relevantes em relação ao DAP, estando mais próximo de um discurso progressista e ecumênico de uma minoria que obteve visibilidade dentro da ICAR durante e depois do Concílio.

Perfazendo também todo o período que estudamos, verificamos que houve textos em que a proposta era diferente dos que já mencionamos. Apresentar ao clero um manancial de informações acerca dos protestantismos foi o objetivo que percebemos nos textos do DIF. Apesar de estar a serviço tanto dos textos apologéticos, quanto dos acadêmicos, os textos de entonação informativa não se mostravam preocupados para além da apresentação de dados, notícias, acontecimentos, eventos, fosse envolvendo igrejas, grupos, organizações, sociedades, associações, conselhos ou personalidades, entre outros, que perpassavam o universo protestante. Com presença constante na revista, o DIF sobressaiu-se após a segunda metade da década de 1960, conjuntura de acontecimentos importantes para protestantes no Brasil, como comemorações de datas significativas, mas também fruto das reações ao Concílio e da diminuição de textos do DAP.

Um quarto grupo de textos é composto por alguns documentos que foram veiculados pela REB. Sua característica diferenciou-se não somente por serem publicações revestidas de oficialidade, mas também por não estarem obrigatoriamente atreladas ao DAP ou ao DAC. Entretanto, como são documentações que foram publicadas depois do CVII, entre os anos 1966-1971, evidenciaram tanto as diversas deliberações fruto do Concílio que atingiu os protestantismos, como uma aproximação de um discurso ecumênico, progressista, bem como o afastamento de uma postura conservadora, exclusivista, apologética.

Dessa forma, percebemos em nossos textos, entre as diferentes tônicas verificadas, aquilo que considerou Foucault ao pontuar o quanto uma característica, no caso de nossa pesquisa, é substituída por outra

não é dizer que todo um mundo de objetos, enunciações, conceitos, escolhas teóricas absolutamente novas surge já armado e organizado em um texto que o situaria de uma vez por todas; mas sim que aconteceu uma transformação geral de relações que, entretanto, não altera forçosamente todos os elementos; que os enunciados obedecem a novas regras de formação e não que todos os objetos ou conceitos, todas as enunciações ou todas as escolhas teóricas desaparecem (2002, p. 194-195).

Nessa perspectiva, no recorte que estudamos, constatamos que, assim como outras temáticas concernentes ao universo do catolicismo mundial, com os pés no Brasil, a *Revista Eclesiástica Brasileira* apresentou constantemente ao seu público leitor textos que versaram sobre os protestantismos. Discutindo ou apresentando as principais ramificações das Igrejas Protestantes – anglicanismos, adventismos, batistas, calvinismos, congregacionalismos, luteranismos, metodismos, presbiterianismos e pentecostalismos, dentre outros – com diversas

organizações, sociedades, conselhos e associações, os 37 autores católicos mobilizaram 211 personagens protestantes, não somente do Brasil, mas de diversos outros países.

Nas cerca de 730 páginas escritas sobre os protestantismos, posto em sua diversidade e multiplicidade de igrejas, lugares, estratégias, agentes, crenças, características, parte do clero católico evidenciou algumas questões que consideramos ao longo do trabalho. Assim, constatamos que a presença e a atuação dos grupos protestantes não estavam despercebidas da hierarquia católica no Brasil. A percepção desses mostrou-se atrelada a diversas concepções vigentes e em discussão dentro da própria ICAR em nível internacional. De uma postura apologética a uma que privilegiava o diálogo, os autores que publicaram ou tiveram seus textos veiculados na REB permitiram-nos verificar, por um lado, a atenção legada aos grupos protestantes num contexto em que estes se encontravam em expansão no Brasil, e por outro como que os embates e debates vivenciados no seio do catolicismo romano em relação às novas posturas adotadas, tendo no desenvolvimento do Concílio Vaticano II um ponto fulcral para tais questões, perpassaram a produção de textos acerca das igrejas protestantes, numa revista católica produzida e veiculada no Brasil, enquanto uma tribuna privilegiada para milhares de sacerdotes católicos brasileiros entre os anos de 1953 e 1971.

REFERÊNCIAS

ABREU, Odailson V. Franciscanos: Cristo, pobreza e heresias. In: VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais, Maringá, 2007. p. 01-08.

ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus: Origem, Implantação e Militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

_____. *Protestantismo Tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Arte Editorial, 2005.

AMORIN, Maria A. A formação dos franciscanos no Brasil – Colônia à Luz dos textos legais. *Lusitania Sacra*, vol. 11, p. 361-377, 1999.

ANDRADE, Solange R. A religiosidade católica no Brasil a partir da *Revista Eclesiástica Brasileira*. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v.1, n.2, p. 01-40. set. 2008.

_____. Boaventura Kloppenburg e Leonardo Boff: cenas de um conflito interno na Igreja Católica na década de 1970. In: KRZYWICKA, Katarzyna; SIUDA-AMBROZIAK, Renata (Coord.). *Política y religión em América Latina*. Vol.V. Estudios Iberoamericanos de La UMCS, Lublin, 2017. p. 73-96.

_____. Frei Boaventura Kloppenburg e a história da Igreja Católica no Brasil: aspectos de uma biografia. *História Unisinos*. UNISINOS, v. 16, n.1, p. 139-148, jan./abril de 2012a.

_____. *O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*. Maringá: Eduem, 2012.

ANDRADES, Marcelo F. (Coord.). *100 anos de história*. Petrópolis: Vozes, 2001a.

_____. *Do Claustro à Universidade: as estratégias da Editora Vozes na Gestão de Frei Ludovico Gomes de Castro (1964-1986)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001b.

_____. Fidelidade como receita de sucesso: um estudo de caso da editora Vozes nas primeiras décadas do século XX. In: *Anais do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004, p.1-16.

ANGELO, Eli R. B. Os portugueses na formação de Petrópolis, cidade imperial: marcas, expressões e memórias urbanas. *População e Sociedade*, Porto, vol.25, p. 87-104, jun.2016.

ARAÚJO, Israel de. *100 Acontecimentos que marcaram a história das Assembleias de Deus no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2014a.

_____. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2014b.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. O Centro D. Vital: estudo de caso de um grupo de intelectuais católicos no Rio de Janeiro entre os anos de 1920 e 1940. In: RODRIGUES,

Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (Orgs.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 45-73

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesenização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol 32, n.63, p. 143-170, 2012.

AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira*. Aparecida: Editora Santuário, 2008.

BAPTISTA, Íria C.Q.; ABREU, Karen C. K.. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural*. Tubarão, vol. 04, p. 01-23, 2010.

BASTIAN, Jean Pierre. De los protestantismos históricos a los pentecostalismos latino-americanos: análisis de una mutación religiosa. *Revista Ciencias Sociales*, Tarapacá, n.16, p. 38-54, 2006.

BAUBÉROT, Jean. Protestantismo: extensão por adição ou ruptura instauradora? Uma abordagem sociológica. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 1433-1439.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4.ed. O Brasil Republicano. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. Tomo III. Vol. 11. p. 337-421.

_____. A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). *Presença pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB (1952-2002)*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 435-453.

_____. *Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959-1965*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

BILHÃO, Isabel. A ciência a serviço da fé: noções de conhecimento científico e de instrução dos trabalhadores na revista *Vozes de Petrópolis* (1907-1917). In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2017, João Pessoa, p. 5351-5366.

BITTENCOURT, Agueda B. O livro e o selo: editoras católicas no Brasil. *Pró-Posições*, Campinas, v. 25, n.1(73), p. 117-137, jan/abr. 2014.

BOFF, Leonardo. Editorial. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, vol. 22, fasc. 01, p. 03-04, mar. 1972.

BORGMEIER, Tomas. *Revista Eclesiástica Brasileira*. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, vol. 1, fasc. 01, p. 01-03, mar. 1941.

BOSSI, Alfredo. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4. ed. O Brasil Republicano. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006. Tomo III. Vol. 09. p. 348-370.

BOST, Hubert. Protestantismo. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo*: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 1424 – 1433.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. A dissolução do religioso. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 119-125.

BRIDEL, Claude. Prebiterianismo. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo*: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 1419-1420.

BURKE, Peter; PORTER, Roy. *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.

CABRAL, Bruna Marques. “Do Clero e para todo o Clero”: a Revista Eclesiástica Brasileira e a Reforma Agrária (1950-1964). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2007. *Rever- revista de estudos da religião*, São Paulo, ano 8, p. 09-74, 2008.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

COR: REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Petrópolis, vol. 01, fasc. 01. 1939

CORRÊA, Manoel G.. “O nome de Jeová é proteção”: uma análise do seu discurso. In: _____. (Org.). *Palavra, Fé, Poder*. Campinas: Pontes, 1987. p. 53-64.

DAL MOLIN, Débora Cristina. “Entre Cruzes e Anéis”: A Revista Eclesiástica Brasileira e as Representações de Família (1941-1965). 2010. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DALMOLIN, Aline Roes. Por uma História da Imprensa Católica Brasileira. In: Encontro do Núcleo Gaúcho de História da Mídia, 4, 2012, São Borja. *Anais do Encontro do Núcleo Gaúcho de História da Mídia*. São Borja, 2012. p.1-15.

DARTON, Robert. *Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAVID, Solange Ramos de Andrade. O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980) (Tese de Doutorado em História) UNESP, Assis, 2000.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

_____. Protestantismos na América Meridional. In: SIEPIERSKI, Paulo; GIL, Benedito M. (Orgs.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p.39-66.

DIAS, Zwinglio M.. O Movimento Ecumênico: História e Significado. *Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião*. Juiz de Fora, vol. 1, n. 1, p. 127-163, 1998.

EDITORA VOZES. História. Disponível em:

<<http://www.universovozes.com.br/editoravozes/web/view/Historia1910.aspx>>. Acesso em 02 abr. 2018.

ESQUIVEL, Juan Cruz. As eclesiologias brasileiras. In: _____. *Igreja, Estado e Política: estudo comparado no Brasil e na Argentina*. Aparecida: Editora Santuário, 2013. p. 70-86.

FATH, Sébastien. Igreja Batista. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 155-156.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FLAKSMAN, Dora. Partido Democrata Cristão (1945-1965). In: ABREU, Alzira Alves de. et. al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 4297-4301.

FIGUEIREDO, Eduardo D.. A ação católica nas páginas da Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1962). *Anais do X Simpósio da ABHR*. Assis, 2008. p. 01-09.

FISCHER, Rosa M. B.. A Análise do discurso: para além de palavras e coisas. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. vol. 20, n. 2, p.18-37, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FRANCISCANOS. Ordem. Disponível em: < <http://www.franciscanos-rs.org.br/ordem/>>. Acesso em 11 mar. 2018.

FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (Org.). *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-158.

FREYRE, Gilberto. *A Propósito de Frades: sugestões em torno da influência de religiosos de São Francisco e de outras ordens sobre o desenvolvimento de modernas civilizações cristãs: especialmente das hispânicas nos trópicos*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

GONÇALVES, Marcos. Fontes para a História da Imprensa Católica Popular no Brasil: A Revista *Ave Maria*. *Histórica: Revista On Line do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, v.2, n.15, 2006, p. 01-09.

_____. “Missionários da ‘boa imprensa’: a revista *Ave Maria* e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, 2008, p. 63-84.

GREGOLIN, Maria do R. V.. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *Alfa*, São Paulo, vol 39, p. 13-21, 1995.

GUEDES, Augusto Diehl. “O Brasil vai para a heresia”: os discursos católicos sobre o pentecostalismo na *Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1972)*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

_____. Os “glórias, aleluias, rodadores, línguas de fogo”: pentecostais nos discursos católicos da *Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1961)*. *Anais do VII Congresso Internacional de História*. 2017. p. 1864-1872.

_____. “Salvemos o Brasil da heresia”: analisando os discursos sobre os pentecostais na *Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1971)*. *Temporalidades – Revista de História*, ed. 26, vol 10, n. 1, jan./abr. 2018, p. 209-232.

_____. “Tiririca que medra, infelizmente, em nossa terra”: os discursos do Monsenhor Agnelo Rossi sobre o pentecostalismo brasileiro na *Revista Eclesiástica Brasileira (1945-1954)*. *Anais do V Simpósio do GT História das Religiões e Religiosidades Regional Sul*. 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Credo ou creio. In: _____ (Org.). *Palavra, Fé, Poder*. Campinas: Pontes, 1987. p. 81-90.

_____. Enunciação e História. In: _____. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Editora RG, 2008. p. 71-79.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 1.ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

HARTOG, François. Uma Retórica da Alteridade. In: _____. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 243-289.

HENN, Paula Antonia; BORIN, Marta Rosa. De Roma ao Brasil: as ações de Pio XII e a reprodução do seu discurso na *Revista Eclesiástica Brasileira*. *Anais do V Simpósio do GT História das Religiões e Religiosidades Regional Sul*. 2017.

HOORNAERT, Eduardo. As igrejas cristãs no campo religioso latino-americano e caribenho: deslizamentos, apreensões, compromissos. In: _____. *História da Igreja na América Latina e no Caribe 1945-1995: o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 17-38.

IGLESIAS, Tania C. Fontes Franciscanas: historiografia franciscana brasileira. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.42, p. 23-38, jun. 2011.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy; VOGT, Carlos (Coord.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 33-80.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 10 nov. 2015.

ISAIA, Artur Cesar. Hierarquia católica e religiões mediúnicas no Brasil da primeira metade do século XX. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, n.30, p. 67-80, out. 2011.

KAENNEL, Lucie; BIRMELÉ, André. Luteranismo. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 1105-1107.

KEMPF, Walter. Frei Tomás Borgmeier. *Vida Franciscana*, n. 50, p.77-96, out. 1976.

KLAUCZ, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme: revista de humanidades*, Caicó, v.12, n.29, jan/jul 2011.

KLOPPENBURG, Boaventura. Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 13, fasc. 01, p. 126-128, mar. 1953.

_____. Padres, Igrejas e Laicato. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, vol. 16, dez 1956.

KORNIS, Mônica; MONTALVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: ABREU, Alzira Alves de. et.al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 1526-1534.

KORNIS, Mônica. Ação Católica Brasileira. In: ABREU, Alzira Alves de. et.al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 23-24.

_____. Centro Dom Vital. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 1312-1315.

_____. Liga Eleitoral Católica (LEC). In: ABREU, Alzira Alves de. et.al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 3118-3120.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e Autoria. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy; VOGT, Carlos (Coord.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 81-103.

LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes et.al. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017. p. 64-66.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEÃO XIII. *Dall'alto dell'apostolico seggio*. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_18901015_apostolico-seggio.html>. Acesso em 02 abr. 2018.

LÉONARD, Émile G. *O Protestantismo Brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: ASTE, 2002.

LIBÂNIO, J. B. A Igreja a 50 anos do Concílio Vaticano II. *Encontros Teológicos*. Jaraguá do Sul, vol. 62, p. 29 – 50, 2012.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. Trad. Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Manchete, ano XIV – XX, 1966 – 1971.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARTÍNEZ, Ana Teresa. Religión y creencias em el trabajo sociológico de Pierre Bourdieu. In: BOURDIEU, Pierre. *La eficácia simbólica: Religión y política*. Buenos Aires, Biblos, 2009. p. 09-42.

MARTINS, Waldomiro P. Fastos Jubilares. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, vol. 25, fasc. 04, p. 863-871, dez. 1965.

MATOS, Alderi de Souza. *Primórdios do Movimento Reformado no Brasil*. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/7022.98.html>>. Acesso em 10 set. 2016.

MATTEI, Roberto de. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca antes escrita*. Porto: Caminhos Romanos, 2012.

MATTOS, Maria A. B. de. A fala dos santinhos: pedido, conversão e evangelização. In: _____ (Org.). *Palavra, Fé, Poder*. Campinas: Pontes, 1987. p. 65-80.

MCCOMISH, William. Calvinismo. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 250.

MELO, Taciana S. de. *Caminhos de Mundo, espaços e almas e conquistas: frades alemães no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 48-67, set./nov. 2005.

MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

MIRANDA, Mario de França. O Concílio Vaticano II ou a Igreja em Contínuo Agiornamento. *Perspectiva Teológica*, vol. 38, p. 231-250, 2006.

MORAIS, João Francisco Régis de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982.

MOURA, Carlos André Silva De. “Restaurar todas as coisas em Cristo”: Dom Sebastião Leme e os diálogos com os intelectuais durante o movimento de recatolização no Brasil (1916-1942). In: RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (Orgs.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 15-44.

NABUCO, Joaquim. No jubileu da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, vol.26, fasc. 03, p. 656, dez. 1966.

NEOTTI, Clarêncio. *Cem anos: memória, celebração, renovação*. Coleção Centenário. Vol 8. São Paulo: Loyola, [s.d.].

_____. Dom Frei Boaventura Kloppenburg, OFM. In: *Vida Franciscana: Província da Imaculada Conceição do Brasil*. Ano LXV, n. 83, p. 349-392, dez. 2009.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). In: ABREU, Alzira Alves de. et.al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 1488-1489

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. Análise do Discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy; VOGT, Carlos (Coord.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 11-31.

_____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. Os falsos da forma. In: _____ (Org.). *Palavra, Fé, Poder*. Campinas: Pontes, 1987. p. 11-28.

_____. Silêncio e Impícito (produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (Coord.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Editora RG, 2008. p. 39-46.

PARENTE, Pietro; PIOLANTI, Antonio; GAROFALO, Salvatore. *Dicionário de Teologia Dogmática*. 3.ed. Barcelona: Editorial Litúrgica Española, 1955.

PASSOS, João Décio. O Concílio Vaticano II em ação. In: _____. *As reformas da Igreja Católica: posturas e processos de uma mudança em curso*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 117-148.

PAULO VI. *Unitatis Redintegratio: sobre o ecumenismo*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

PEDROSA, Cleide E. F.. Discurso religioso: funções e especificidade. *Soletas*, ano 7, n. 13, São Gonçalo, p.38-45, 2007.

PESSINATTI, Nivaldo Luiz. *Políticas de comunicação da igreja católica no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1998.

PETERS, José Leandro. A importância da construção da memória de Nossa Senhora Aparecida. In: _____. *A Mãe Compadecida do povo brasileiro: Nossa Senhora Aparecida no discurso da Igreja Católica no Brasil 1854-1904*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p.159-228.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. 3. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

PIERUCCI, Antônio Flávio. SOUZA, Beatriz Muniz de. CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4.ed. O Brasil Republicano. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. Tomo III. Vol. 11. p.422 – 467.

PIOTTO, Everton L. A presença franciscana em terras brasileiras. 2017. Disponível: <<http://www.ofmscj.com.br/?p=4155>>. Acesso em 08 maio 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 119-a, de 7 de janeiro de 1890*. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm >. Acesso em 05 maio 2016.

RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Republicano Paulista (PRP). In: ABREU, Alzira Alves de. et.al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001 p. 4368-4374.

READ, William; MONTERROSO, Victor; JOHNSON, Harmon. *O Crescimento da Igreja na América Latina*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1969.

REALIDADE. São Paulo: Realidade, ano I – VI, 1966 – 1971.

REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. 3. ed. rev. São Paulo: ASTE, 2003.

REIS, Egberto P. *Os intelectuais da libertação e o intercâmbio educativo: uma leitura gramsciana da Revista Eclesiástica Brasileira (REB) (1972-1986)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Bênção do Santo Padre para a Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol.11, fasc. 02, p. 326, jun. 1951.

_____. Bibliografia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol.08, fasc. 04, p. 1022, mar. 1948.

_____. O Santo Padre Pio XII e a “Revista Eclesiástica Brasileira”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol.13, fasc. 01, p. 281, mar. 1953.

_____. Paulo VI abençoa a REB. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol.29, fasc. 04, p. 621, dez. 1969.

_____. “Revista Eclesiástica Brasileira”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol.21, fasc. 04, p. 968, mar. 1961.

_____. “Secretariado Nacional da Defesa da Fé e Moral (SND FM)”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol.13, fasc. 03, p. 762-763, set. 1953.

RIBAS, Ana C. A “Boa Imprensa” e a “Sagrada Família”: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis – 1929/1959. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RODRIGUES, Antonio E. M. A presença franciscana no sudeste brasileiro: as relações entre ordem religiosa e desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro. 2009.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. O protestantismo brasileiro: objeto em estudo. *Revista USP*, São Paulo, n. 73, p. 117-129, mar/maio 2007.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

ROSSI, Agnelo. Dez Anos da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 11, fasc. 02, p. 225-231, jun. 1951.

SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões?. In: HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995. p. 81-131.

SANTOS, Maria M. Frei Pedro Sinzig: o apóstolo da boa imprensa. In: *Anais do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004, p. 01-09.

SARANYANA, Josep-Ignasi. Medio siglo de la “Revista Eclesiástica Brasileira” (REB). *Hispania Sacra*, vol. 48, n.97, 1996. p. 261-273.

SCHLENKER, Rodrigo. A apresentação da *Revista Eclesiástica Brasileira* como um modelo de discurso religioso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 3, n.9, p. 1-10, jan/2011a.

_____. *Breve História da Revista Eclesiástica Brasileira*. V Congresso Internacional de História. 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/244.pdf>. 2011b
Acesso em 05 maio 2016.

_____. *Frei Boaventura Kloppenburg e o Concílio Vaticano II na Revista Eclesiástica Brasileira (1959-1971)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

SERBIN, Kenneth P.. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Elizete da. O Protestantismo Brasileiro: um balanço historiográfico. In: SIEPIERSKI, Paulo; GIL, Benedito M. (Orgs.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 127-139.

_____. O Conselho Mundial de Igrejas e a Trajetória do Ecumenismo no Brasil. In: *Anais do XII Simpósio da ABHR*, 2011, Juiz de Fora, p. 01-17.

SILVA, Gabriel M. R. da. *Editoras Católicas no Brasil*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação e Informação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Reinaldo C. de A. *Fray Boaventura Kloppenburg, OFM: los caminos de la Eclesiologia en Brasil*. Tese (Doutorado em Teologia) – Universidade de Navarra, Pamplona, 2010.

SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo Militante na primeira metade do século XX brasileiro. *História Revista*, Goiânia, vol 13, n.2, p. 541-563, jul/dez 2008.

SILVEIRA, Diego Omar. A peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil. In: Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia UFOP, 2013, Ouro Preto, p. 01-14.

_____. O Concílio que mudou tudo. In: PILAGALLO, Oscar (Ed.). *O sagrado na história: cristianismo*. São Paulo: Duetto, 2010, p. 111-115.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Tendências católicas: perspectivas do cristianismo da libertação. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n.26, p. 121-140, 2009.

SOUSA, Bertone de Oliveira. A teologia da prosperidade e a redefinição do protestantismo brasileiro: uma abordagem à luz da análise do discurso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, n. 11, p. 221-245, 2011.

SOUZA, Luiz Alberto Gomez. *Do Vaticano II a um novo concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*. São Paulo: Loyola, 2010.

SOUZA, Ney. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. *Ciberteologia*, São Paulo, ano 1, vol. 2, p. 01-34. out/nov/dez/ 2005.

TABRAJ, Marcelo Barzola. A Romanização da Igreja Católica no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 4, 1997, Campinas, *Anais do Seminário Nacional do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade E Educação No Brasil”*. Campinas, 1997, p. 572-584.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Em Face do Concílio. In: _____. *História das Ideias Religiosas no Brasil: a Igreja e a Sociedade Brasileira*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1968. p. 211-227.

WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismos latino-americanos: entre o imaginário eurocêntrico e as culturas locais. *Estudos de Religião*, São Paulo, ano 23, n.34, p. 105-125, jan/jun. 2008.

ZANOTTO, Gizele. A Análise do discurso como instrumento metodológico para o historiador da religião. In: SILVA, Ana Rosa Clolet; STEFANO, Roberto Di (Orgs.). *História das religiões em perspectiva: desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas*. Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 335-362.

_____. *TFP – Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

WILLAIME, Jean-Paul. Adventismo. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 42-43.

_____. Anglicanismo. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 70-71.

_____. Congregacionalismos. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 352-353.

_____. Igrejas Episcopais. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 827-828.

_____. Metodismo. In: GISEL, Pierre. *Enciclopédia do Protestantismo: teologia, eclesiologia, filosofia, história, cultura, sociedade, política*. Trad. Norma Cristina G. Braga Venâncio. São Paulo: Hagnos, 2016. p. 1168-1170.

FONTES

ANJOS, Marçal Versiani dos. A Concepção Católica de Igreja. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 19, fasc. 04, p. 800-802, dez. 1959.

B.K.. Las Iglesias Protestantes de América. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 01, p. 268-269, mar. 1960.

BARAÚNA, Guilherme. Reflexões sobre o Mistério da Unidade da Igreja. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 24, fasc. 03, p. 575-605, set. 1964.

BASSETTO, Libério. Nossos irmãos separados do Oriente e do Ocidente. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 19, fasc. 01, p. 96-104, mar. 1959.

BOYER, Charles. O Próximo Concílio Ecumênico, os Ortodoxos e os Protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 03, p. 648-656, set. 1960.

CATÃO, Bernardo. A Igreja Católica face ao Ecumenismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 03, p. 611-626, set. 1961.

_____. O Esforço Ecumênico da Igreja Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 02, p. 303-317, jun. 1961.

_____. Um Simpósio Protestante sobre o Catolicismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 22, fasc. 04, p. 939-949, dez. 1962.

COMBLIN, José. Para uma tipologia do Catolicismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 01, p. 46-73, mar. 1968.

DATTLER, Frederico. 1º Dom. do Advento: Advento católico – Advento Adventista. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 03, p. 683, set. 1956.

FRY, Franklin Clark; BLAKE, Eugene Carson. Resposta do Conselho Ecumênico das Igrejas ao Apêlo do Papa em prol da Paz. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 01, p. 149-150, mar. 1968.

GOMES, Marcelo M.. Il Protestantesimo ieri e oggi. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 04, p. 1135-1137, dez. 1958.

_____. Protestantismo e Bíblia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 01, p. 264-265, mar. 1960.

HOORNAERT, Eduardo. A Distinção entre “Lei” e “Religião” no Nordeste. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 03, p. 580-606, set. 1969.

_____. A Experiência da Salvação. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 03, p. 761, 1969.

J.S.. Colégios Protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 02, p. 459, jun. 1961.

KLOPPENBURG, Boaventura. “Vozes em Defesa da Fé”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 19, fasc. 01, p. 130-132, mar. 1959.

_____. As exigências pecuniárias dos protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 01, p. 125-128, mar. 1957.

_____. Martinho Lutero 450 anos depois.... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 04, p. 1046-1047, dez. 1967.

_____. Necessidade de uma Frente de Defesa da Fé contra o Proselitismo das Heresias. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 04, p. 964-966, dez. 1957.

_____. O fantástico crescimento das Igrejas Pentecostais no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 03, p. 653-656, set. 1966.

_____. Os Cristãos Separados da Igreja Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 23, fasc. 04, p. 984-988, dez. 1963.

_____. Um Congresso Mundial Protestante em Petrópolis. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 03, p. 735-741, set. 1958.

_____. Um Pastor Luterano foi ver Pio XII. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 04, p. 865-866, dez. 1958.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. Roma e o Concílio Vaticano II. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 02, p. 394-400, jun. 1961.

LORSCHIEDER, Aloísio. O Protestantismo no Brasil segundo o testemunho de um ex-pastor. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc. 03, p. 669-673, set. 1953.

MOURA, Abdalaziz de. O Pentecostalismo como fenômeno religioso popular no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 31, fasc. 01, p. 78-94, mar. 1971.

OTTAVIANI, A. Instrução “Matrimonii Sacramentum” sobre os Casamentos Mistos *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 02, p. 416-419, jun. 1966.

PANINI, Fábio. A Instrução sobre os Matrimônios Mistos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 02, p. 349-373, jun. 1966.

_____. Absolvição do Cônjuge Católico que Contraiu Matrimônio perante um Ministro Acatólico. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 25, fasc. 02, p. 303-308, jun. 1965.

_____. Comentário ao Motu próprio <<Matrimonia mixta>> sobre os matrimônios mistos na Igreja latina. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 03, p. 618-636, set. 1970.

_____. Os Acatólicos e a Forma Canônica do Matrimônio antes do CIC. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 25, fasc. 01, p. 100-102, mar. 1965.

PAPA PAULO VI. Decreto sobre o Ecumenismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 24, fasc. 04, p. 1080-1105, dez. 1964.

PGH. A “Cruzada pelas Almas” nos EE. UU.. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 19, fasc. 01, p. 125-127, mar. 1959.

P.L.. O Brasil vai para a Heresia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 02, p. 429-432, jun. 1957.

_____. Salvemos o Brasil da Heresia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 15, fasc. 02, p. 425-429, jun. 1955.

P.P.L.. O Brasil vai para a heresia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 03, p. 741-743, set. 1958.

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. “Convite” – reunião SBB. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc.04, p. 1023. dez. 1967.

_____. A colaboração com as Sociedades Bíblicas não Católicas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 01, p. 105-106, mar. 1967.

_____. A Comissão executiva do Conselho Mundial das Igrejas encerra a sua reunião semestral. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 31, fasc. 04, p. 1032-1034, dez. 1971.

_____. A Comunicação na vida e nas atividades espirituais com os irmãos separados. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 02, p. 446-453, jun. 1967.

_____. A Conferência anglicana de Lambeth. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 19, fasc. 01, p. 213-214, mar. 1959.

_____. A Conversão do Teólogo Anglicano Eduardo Rich. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 03, p. 779-780, set. 1956.

_____. A Convocação do Concílio Ecumênico e a reação dos protestantes no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 19, fasc. 04, p. 895-898, dez. 1959.

_____. A Crise da Igreja Anglicana. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 01, p. 251-253, mar. 1956.

_____. A expansão protestante na América do Sul. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc.02, p. 592-594, jun. 1958.

_____. A Igreja anglicana também com crise vocacional. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 04, p. 996-997, dez. 1966.

_____. A Igreja Católica e o Conselho Ecumênico das Igrejas Lançam apelo comum pela cessação das hostilidades na Nigéria. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 02, p. 486-487, jun. 1968.

_____. A Igreja na África Meridional. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 01, p. 294-295, mar. 1958.

_____. A Igreja procura a plenitude da unidade. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 19, fasc. 03, p. 694-696, set. 1969.

_____. A IV Assembleia Mundial do Conselho Ecumênico das Igrejas, em Upsália. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 03, p. 729-733, set. 1968.

_____. A Marcha do Ecumenismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 02, p. 467-468, jun. 1966.

_____. A Nova Bíblia Inglesa... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 02, p. 468, jun. 1970.

_____. A Posição da Comissão Central do Conselho Ecumênico das Igrejas sobre o Concílio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 02, p. 447-449, jun. 1970.

_____. A Santa Sé ofereceu... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 02, p. 471, jun. 1970.

_____. A Segunda Reunião da Comissão Mista Anglicano-Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 04, p. 1006-1007, dez. 1967.

_____. A V Assembleia Geral da federação Luterana Mundial. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 04, p. 989-990, dez. 1970.

_____. A validade sacramental do ministério protestante. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 03, p. 744, set. 1968.

_____. Anglicano Ordenado Sacerdote “*Sub Conditione*”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 03, p. 741-742, set. 1968.

_____. As principais opções consideradas pelo Conselho Ecumênico das Igrejas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 01, p. 179-188, mar. 1968.

_____. As Sociedades Bíblicas Reunidas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 01, p. 214-215, mar. 1969.

_____. Assassinado o não violento Luther King. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 02, p. 493-494, jun. 1968.

_____. Avança o Protestantismo no Chile. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 03, p. 788, set. 1956.

_____. Bispo luterano nega-se a colaborar com as mulheres-pastoras. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 02, p. 518-519, jun. 1960.

_____. Casais protestantes e forma matrimonial. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc. 04, p. 959, dez. 1953.

_____. Católicos e Luteranos chegam a acordo sobre a Eucaristia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 02, p. 487-488, jun. 1968.

_____. Católicos e luteranos nos Estados Unidos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 02, p. 477, jun. 1966.

_____. Católicos e protestantes discutem o Concílio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 02, p. 518, jun. 1960.

_____. Católicos e Protestantes no Vietnam. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 01, p. 234-235, mar. 1960.

_____. Católicos, Protestantes e a Bíblia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 04, p. 998, dez. 1966.

_____. Centenário da Igreja Metodista. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 03, p. 763, set. 1967.

_____. Colaboração entre teólogos católicos e protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 23, fasc. 02, p. 464, jun. 1963.

_____. Comunicação com hereges. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc. 04, p. 952-953, dez. 1953.

_____. Comunidades Religiosas Protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 02, p. 517, jun. 1956.

_____. Concretiza-se o Diálogo entre Roma e o Concílio Ecumênico das Igrejas Cristãs. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 25, fasc. 01, p. 320-326, mar. 1965.

_____. Conquista no Diálogo Anglicano-Católico. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 03, p. 772-773, set. 1967.

_____. Conselho Mundial de Igrejas e o Mundo Atual. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 03, p. 743-744, set. 1966.

_____. Continua o diálogo entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 04, p. 902-904, dez. 1966.

_____. Contra as Inovações Doutrinárias dos Protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc.04, p. 1029-1030, dez. 1953.

_____. Conventos no Anglicanismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 22, fasc. 02, p. 515, jun. 1962.

_____. Correntes opostas na Igreja da Inglaterra. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 01, p. 229-230, mar. 1960.

_____. Cultos não Católicos na Argentina. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 04, p. 1046-1047, dez. 1956.

_____. Curso sobre Heresias Modernas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 01, p. 221, mar. 1957.

_____. Cushing aprova Bíblia Protestante para uso comum. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 03, p. 749-750, set. 1966.

_____. Declarações do Cardeal Bea. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 23, fasc. 02, p. 484-488, jun. 1963.

_____. Lei de Diretrizes e Bases. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 03, p. 656-662, set. 1960.

_____. Ecumenismo luterano em Estrasburgo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 25, fasc. 01, p. 366-367, mar. 1965.

_____. Ecumenismo na Assembléia Luterana de Helsinqui. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 23, fasc. 04, p. 1116, dez. 1963.

_____. Edição conjunta católico-evangélica do Nôvo Testamento. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 03, p. 720, set. 1968.

_____. El Mundo Protestante: Sectas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 14, fasc. 02, p. 541, jun. 1954.

_____. Em fins de outubro... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 04, p. 992, dez. 1969.

_____. Encontro de Bispos católicos e pastores protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 01, p. 236, mar. 1961.

_____. Encontro Ecumênico Internacional de Liturgia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 25, fasc. 01, p. 357-358, mar. 1965.

_____. Enfraquece a Igreja Anglicana. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 15, fasc. 03, p. 782, set. 1955.

_____. Falece Karl Barth, o teólogo da Palavra de Deus. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 01, p. 215-216, mar. 1969.

_____. I Reunião da Comissão de Estudos Luterano-Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 01, p. 204-205, mar. 1968.

_____. Igreja Católica e Federação Mundial Luterana. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 03, p. 637-641, set. 1966.

_____. Igreja Episcopal lança Manifesto. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 02, p. 486-487, jun. 1967.

_____. Instituídas Pastoras evangélicas na Alemanha. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 22, fasc. 03, p. 778-779, set. 1962.

_____. Intensificação do Movimento Editorial Protestante. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 03, p. 823-824, dez. 1957.

_____. Matrimônio com Protestante separado de sua mulher protestante. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 14, fasc. 03, p. 743, set. 1954.

_____. Movimentos Heterodoxos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 02, p. 413-415, jun. 1961.

_____. Movimento Protestante para unir-se ao Papa. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 04, p. 991-992, dez. 1966.

_____. Na Holanda..... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 02, p. 479, jun. 1969.

_____. Normas da CNBB para a disciplina dos casamentos mistos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 04, p. 965-966, dez. 1970.

_____. Normas para a Cooperação Interconfessional na Tradução da Bíblia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 03, p. 733-735, set. 1968.

_____. O Cardeal Marty visita o Primaz Anglicano. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 02, p. 451-452.

_____. O Concílio: Pontos de vista Protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 22, fasc. 03, p. 762-764, set. 1962.

_____. O Conselho Mundial de Igrejas em face do Concílio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 04, p. 1030-1031, dez. 1960.

_____. O Ecumenismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 03, p. 716-718, set. 1968.

_____. O Encontro entre o Papa e o Arcebispo de Cantuária. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 02, p. 420-423, jun. 1966.

_____. O inferno eterno e a igreja luterana norueguesa. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 02, p. 603-604, jun. 1958.

_____. O Pastor Marc... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 31, fasc. 01, p. 218, mar. 1971.

_____. O Primeiro Relatório do Grupo Misto de Trabalho entre a Igreja Católica e o Conselho Ecumênico das Igrejas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 02, p. 441-447, jun. 1966.

_____. O Problema dos Casamentos Mistos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 02, p. 496, jun. 1967.

_____. O Proselitismo Protestante divide a América. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc. 03, p. 773-774, set. 1953.

_____. O proselitismo... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 02, p. 451, jun. 1970.

_____. O protestantismo francês em busca de unidade. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 24, fasc. 01, p. 228, mar. 1964.

_____. O relacionamento do Conselho Mundial de Igrejas com a Igreja Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 04, p. 967-968, dez. 1968.

_____. O Secretariado... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 04, p. 984, dez. 1969.

_____. Oito igrejas protestantes dos EUA aprovam princípios para União. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 03, p. 750, set. 1966.

_____. Os Anglicanos se aproximam da Igreja Católica?. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 04, p. 1036-1037, dez. 1960.

_____. Os Batistas brasileiros... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 02, p. 448, jun. 1970.

_____. Os Evangélicos e o Desenvolvimento Nacional. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 23, fasc. 03, p. 790-791, set. 1963.

_____. Os laços da Igreja com os cristãos não católicos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 24, fasc. 04, p. 1008-1009, dez. 1964.

_____. Os protestantes da América do Norte... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 02, p. 468, jun. 1970.

_____. Os Protestantes e o Concílio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 01, p. 133-136, mar. 1961.

_____. Os Protestantes Reconhecem os Progressos católicos no Japão. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc. 02, p. 506, jun. 1953.

_____. Outras notas ---. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 23, fasc. 04, p. 1119, dez. 1963.

_____. Panorama geral do luteranismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 02, p. 503-504, jun. 1967.

_____. Pastor convertido. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 04, p. 839, dez. 1957.

_____. Pastor Luterano Aproxima-se da Igreja. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 19, fasc. 04, p. 1001-1002, dez. 1959.

_____. Posição ante a Expansão Protestante no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 15, fasc. 01, p. 219-220, mar. 1955.

_____. Posição de Maria Santíssima no Anglicanismo Atual. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 01, p. 230-232, mar. 1960.

_____. Pretensa a perseguição de protestantes na Colômbia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 02, p. 514-515, jun. 1956.

_____. Primeiros passos ecumênicos no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 01, p. 199, mar. 1968.

_____. Progresso ecumênico na África do Sul. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 04, p. 1037-1038, dez. 1967.

_____. Projeto de união de anglicanos e metodistas na Inglaterra. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 23, fasc. 02, p. 520-522, jun. 1963.

_____. Propaganda Protestante na Suíça. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 19, fasc. 04, p. 1013-1014, dez. 1959.

_____. Protestantes Alemães e o Concílio Ecumênico. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 04, p. 1029, dez. 1961.

_____. Protestantes ao encontro da Igreja Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 01, p. 226-227, mar. 1957.

_____. Protestantes aproximam-se do Catolicismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 02, p. 595, jun. 1958.

_____. Protestantes convertidos e matrimônio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc. 04, p. 959, dez. 1953.

_____. Protestantes na Colômbia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 04, p. 1110, dez. 1958.

_____. Protestantismo e Imperialismo na América Latina. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 01, p. 241, mar. 1968.

_____. Protestantismo no Japão. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 03, p. 752, set. 1966.

_____. Provoações Protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 04, p. 1032-1033, dez. 1956.

_____. Rápido avanço do protestantismo na América Latina. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 01, p. 237, mar. 1961.

_____. Reação dos Protestantes em face do Concílio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 22, fasc. 02, p. 503-504, jun. 1962.

_____. Relações Católico-protestantes na Espanha. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 26, fasc. 03, p. 744-745, set. 1966.

_____. Relações entre católicos e protestantes nos EE. UU.. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 18, fasc. 04, p. 1104-1106, dez. 1958.

_____. Representações da Federação... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 31, fasc. 01, p. 217-218, mar. 1971.

_____. Reúne-se em Londres a Comissão Central do Conselho Mundial das Igrejas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 04, p. 980-981, dez. 1969.

_____. Secretariado Nacional da Fé, Movimentos Heterodoxos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 03, p. 688, set. 1961.

_____. Secretariado Nacional de Defesa da Fé e da Moral (SNDFM). *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc. 03, p. 762-763, set. 1953.

_____. Segundo Relatório do Grupo Misto de Trabalho entre a Igreja Católica e o Conselho Mundial das Igrejas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 04, p. 997-1006, dez. 1967.

_____. Serviço Interconfessional de Aconselhamento. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 04, p. 963, dez. 1969.

_____. Situação do Protestantismo na Europa. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 22, fasc. 02, p. 504-506, jun. 1962.

_____. Testemunhas em casamentos protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 04, p. 980, dez. 1956.

_____. Testemunho Comum e Proselitismo Documento de Zagorsk. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 31, fasc. 01, p. 177-185, mar. 1971.

_____. Tradução da Bíblia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 04, p. 1005-1006, dez. 1967.

_____. Um encontro anglicano-católico. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 31, fasc. 02, p. 502-503, jun. 1971.

_____. Uma cerimônia ecumênica sem precedentes pela Paz. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 04, p. 1037, dez. 1967.

_____. Uma Declaração Anglicano-Católica sobre a Eucaristia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 04, p.1007-1008, dez. 1967.

_____. Uma reunião do Comitê Central ... *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 31, fasc. 01, p. 221-222, mar. 1971.

_____. Unidade Anglicano-católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 27, fasc. 01, p. 209, mar. 1967.

_____. VI Sessão do Grupo Misto Igreja Católica-Conselho Ecumênico das Igrejas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 01, p. 203-204, mar. 1968.

ROSSI, Agnelo. Associação Cristã de Moços. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc. 02, p. 379-394, jun. 1953.

_____. Dimensão Ecumênica da Pastoral do Batismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 01, p. 136-138, mar. 1970.

_____. O Adventismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, vol. 14, fasc. 01, p. 21-38, mar. 1954.

_____. O Protestantismo no Brasil segundo o testemunho de um ex-pastor. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 14, fasc. 02, jun. 1954.

_____. Os Batistas e sua História. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 04, p. 876-889, 1957

_____. Os Católicos dos EE. UU. e o Protestantismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 03, p. 658-661, set. 1956.

_____. Posição ante a expansão protestante no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13, fasc. 04, p. 922-924, mar. 1953.

RITO, Honório. A Igreja, Serva e Intérprete da Palavra de Deus. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 04, p. 817-836, dez. 1971.

SCHMIEDER, Godofredo. Ainda a “perseguição aos protestantes” na Espanha. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 03, p. 675-679, set. 1956.

SNOEK, Jaime. Moral Política. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 20, fasc. 01, p. 154-157, mar. 1960.

TITTON, Gentil. Lutero e Luteranismo Hoje. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 29, fasc. 03, p. 766, set. 1969.

TUCCI, Roberto. Movimento Ecumênico, Conselho Ecumênico das Igrejas e a Igreja Católica Romana. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 28, fasc. 04, p. 922-931, dez. 1968.

VAN ROOIJEN, Geraldo. A Posição da Igreja nos Bairros Operários de São Paulo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 17, fasc. 01, p. 149-160, jan. 1957.

VOIGT, Simão C.. O Protestantismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 13 fasc. 02, p. 518-520, jun. 1953.

VÖLKERT, Aleixo. Escolas não católicas. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 02, p. 456-459, jun. 1956.

WERLANG, Albano. Ecumenismo em São Leopoldo (RS). *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 25, fasc. 01, p. 74-78, mar. 1965.

WILD, André. O Protestantismo nos Estados Unidos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 16, fasc. 04, p. 917-923, dez. 1956.

WILLEBRANDS, Jan; HAMER, Jerome. Reflexões e sugestões sobre o Diálogo Ecumênico. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 30, fasc. 04, p. 949-960, dez. 1970.

XAVIER, Frei. Casamento entre protestantes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 21, fasc. 02, p. 460-461, jun. 1961.

GLOSSÁRIO

Adventismos: representados no Brasil principalmente pela Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD), têm como característica, além dos pontos essenciais do protestantismo – centralidade da Bíblia, justificação pela fé e sacerdócio universal do cristão -, a centralidade das profecias de Ellen White, “a convicção de que o julgamento começou em 1844 (no santuário celeste), o respeito escrupuloso pelo sétimo dia (o *Shabat*), a necessidade de certa higiene alimentar (abstinência de álcool, tabaco, carne)” (WILLAIME, 2016, p. 43). Diferentemente dos demais protestantes, seus principais encontros são realizados no sábado.

Anglicanismos: com seu surgimento em decorrência do cisma do rei inglês Henrique VIII com o Papa Clemente VII, desenvolveram-se como uma rejeição à tutela da ICAR sobre a igreja na Inglaterra, sendo posteriormente influenciados por concepções das Reformas Religiosas do XVI. Assim como os demais protestantes também possui apenas dois sacramentos – batismo e ceia do Senhor – reconhecendo a Bíblia como regra de fé e prática. Representados no Brasil principalmente pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), os anglicanismos apresentam-se como uma *via media* entre os protestantismos e o catolicismo romano (WILLAIME, 2016, p. 70).

Batistas: seu nome deve-se a importância da prática do batismo, este feito somente por imersão, e que representa o recebimento do novo convertido à igreja. Os batistas geralmente possuem igrejas autônomas (estilo congregacionista), com pastores em muitos casos eleitos pelos membros. Sua doutrina pode ser tanto arminiana quanto calvinista (FATH, 2016, p. 155). Descendentes dos anabatistas do séc. XVI, no Brasil destacam-se a Convenção Batista Brasileira e a Convenção Batista Nacional, dentre outras.

Calvinismos: também conhecido como protestantismo reformado, tem na sistematização da Bíblia feita principalmente por João Calvino, parte central de suas doutrinas (MCCOMISH, 2016, p. 250). Crentes na depravação total do gênero humano, na expiação limitada, na graça irresistível, na preservação dos santos e na eleição incondicional (predestinação), os calvinismos no Brasil são representados principalmente pelas igrejas presbiterianas, algumas batistas e pela Congregação Cristã no Brasil.

Congregacionalismos: tendo na Igreja Evangélica Congregacional do Brasil sua principal expressão no país, os congregacionalismos crêem que “a igreja é a congregação dos fiéis

reunidos em dado local” (WILLAIME, 2016, p. 353), possuindo cada igreja autonomia e soberania na sua gestão, mantendo laços fraternos com as estruturas regionais e nacionais.

Episcopalismos: as igrejas episcopais são igrejas de tradição anglicana, possuindo comunhão com esta, como é o caso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB). Fruto do distanciamento ocorrido após a independência dos EUA, atribuem ao episcopado e à sucessão apostólica pontos importantes de sua concepção de igreja, sem desprezar o papel dos leigos (WILLAIME, 2016, p. 828).

Luteranismos: originados a partir das ideias defendidas pelo reformador Martinho Lutero que ocasionaram na cisão com a ICAR. Tem na defesa da fé, por meio da Bíblia, a centralidade da vida do cristão, pela qual perpassa a salvação e a santificação, pontos essenciais para a igreja. A Federação Mundial Luterana é sua principal comunhão a nível global, e, no Brasil, suas principais ramificações são a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

Metodismos: partindo do movimento de avivamento encetado por John Wesley, anglicano, tem influências tanto presbiterianas (importância do grupo cristão), apesar de ser contrário à predestinação, e episcopal (questão da autoridade sobre a igreja). Além disso foram os metodistas que iniciaram os métodos modernos de evangelização e pregação em espaços abertos e públicos, fora dos templos (WILLAIME, 2016, p. 1168-1169). Nacionalmente é representado pela Igreja Metodista do Brasil, além de suas cisões nacionais.

Pentecostalismos: crentes na continuidade (continuístas) dos carismas bíblicos (dons espirituais) para a contemporaneidade, as igrejas pentecostais possuem e buscam um maior envolvimento dos leigos na vida da igreja e liturgia. Assim como os demais protestantes, agrupam igrejas diversas entre si, apesar de terem na compreensão das línguas estranhas (*glossolalia*) e outros dons como profecia, cura, visões, sonhos, um ponto de unidade, diferenciando-se dos demais protestantes (cessacionistas). No Brasil destacam-se a Igreja Evangélica Assembléia de Deus (IEAD), com as suas centenas de ramificações, Congregação Cristã no Brasil (CCB), Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo (OBPC), Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA), dentre outras.

Presbiterianismos: com diferenciações nos vários países em que está localizada, as igrejas presbiterianas, tendo no seu desenvolvimento a influência do reformador escocês John Knox,

apresentam estreita relação com a doutrina calvinista. Estas comunidades possuem no corpo de presbíteros (sacerdotes) a centralidade do governo da igreja. A Igreja Presbiteriana do Brasil, a Igreja Presbiteriana Independente e a Igreja Presbiteriana Renovada são as principais manifestações dos presbiterianismos no país.

APÊNDICES

Apêndice I - Obras publicadas pela Editora Vozes sobre o protestantismo (1933-1971) ¹¹⁵

- MARIA, Júlio. *O anjo das trevas ou lampejos de doutrina, de ciência e de bom senso: contra os erros modernos*. 2.ed.rev. Petrópolis: Vozes, 1933. 349p.
- MARIA, Júlio. *Luz nas trevas: ou respostas irrefutáveis as objeções protestantes*. 2.ed.rev. Petrópolis: Vozes, 1933. 322p.
- MARIA, Júlio. *O anjo da luz: polêmicas de doutrina, de ciência e de bom-senso*. 2.ed.rev. Petrópolis: Vozes, 1935. 301p.
- MARIA, Júlio. *O perigo dos collegios protestantes*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1936. 76p.
- MEUFFELS, Humberto. *Os mártires de Gorcum: episódio das guerras religiosas do século XVI*. Tradução de Sabino Staphorst. Petrópolis: Vozes, 1949. 199p. (Biblioteca de cultura católica, 18).
- PALMAS, Adauto de. *O católico perante a Bíblia*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1950. 69p. (Biblioteca apologética, 2).
- MARIA, Júlio. *Ataques protestantes as verdades católicas com as respectivas respostas irrefutáveis*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1950. 245p.
- MARIA, Júlio. *Luz nas trevas: ou respostas irrefutáveis as objeções protestantes*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1950. 224p.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO DE TRENTO. (1545-1563). *Contra as inovações doutrinárias dos protestantes*. Petrópolis: Vozes, 1953. 79p. (Documentos Pontifícios, 95).
- RUMBLE, L. *Os Adventistas*. Petrópolis: Vozes, 1959. 53p. (Vozes em defesa da fé, 19).
- RUMBLE, L. *Assembleias de Deus e outras igrejas pentecostais*. Petrópolis: Vozes, 1959. 47p. (Vozes em defesa da fé, 23).
- RUMBLE, L. *Associação cristã de moços*. Petrópolis: Vozes, 1959. 45p. (Vozes em defesa da fé, 21).

¹¹⁵ Entre parêntesis, após a referência, inserimos se o livro integra alguma coleção, com o nome da mesma e volume. Quando houve reedições e são apresentadas no acervo, também as listamos.

- RUMBLE, L. *Os Batistas*. Petrópolis: Vozes, 1959. 47p. (Vozes em defesa da fé - Caderno, 17).
- RUMBLE, L. *Os Congregacionalistas*. Petrópolis: Vozes, 1959. 47p. (Vozes em defesa da fé - Caderno, 15).
- CONCÍLIO ECUMÊNICO DE TRENTO. (1545-1563). *Contra as inovações doutrinárias dos protestantes*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1959. 78p. (Documentos Pontifícios).
- KEULERS, José [Dr.]. *Cristo no Protestantismo*. [tradução de Godeberto [Fr.] Crijns]. Tradução de Agnelo Rossi. Petrópolis: Vozes, 1959. 155 p., 18 cm. (Biblioteca de cultura católica, 3).
- RUMBLE, L. *Os Episcopalianos*. Petrópolis: Vozes, 1959. 47p. (Vozes em defesa da fé - Caderno, 16).
- RUMBLE, L. *O Exército de Salvação*. Petrópolis: Vozes, 1959. 47p. (Vozes em defesa da fé, 20).
- O'BRIEN, John A. *Martinho Lutero: o sacerdote que fundou o protestantismo*. Petrópolis: Vozes, 1959. 40p. (Vozes em Defesa da Fé - caderno, 12).
- RUMBLE, L. *Os Metodistas*. Petrópolis: Vozes, 1959. 47p. (Vozes em defesa da fé, 18).
- REFORMA luterana. Petrópolis: Vozes, 1959. 54p. (Vozes em defesa da fé - Caderno, 13).
- RUMBLE, L. *A Teoria da justificação pela fé somente*. Petrópolis: Vozes, 1959. 32p. (Vozes em defesa da fé, 28).
- RUMBLE, L. *A Teoria de "a Bíblia somente"*. Petrópolis: Vozes, 1959. 39p. (Vozes em defesa da fé, 27).
- RUMBLE, L. *Os Batistas*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1960. 45p. (Vozes em Defesa da Fé, 17).
- RUMBLE, L. *Os Presbiterianos*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1964. 47p. (Vozes em defesa da fé - Caderno, 14).
- MEINHOLD, Peter. A Constituição "De Ecclesia" sob o ponto de vista evangélico-luterano. In: *A IGREJA do Vaticano II*. Direção de Guilherme Baraúna. Edição de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 1965. p.1234-1246.
- KELLY, John Norman Davidson. A Constituição vista por um teólogo anglicano. In: *A IGREJA do Vaticano II*. Direção de Guilherme Baraúna. Edição de Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 1965. p.1224-1233.

- JERKOVIC, Jerônimo; SCHUMANN, Breno. *Martinho Lutero 450 anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1967. 117p. (Sinais do tempo, 1).
- CESAR, Waldo; SHAULL, Richard; BORDA, Orlando Fals. *Protestantismo e Imperialismo na América Latina*. Coordenação de Rose Marie Muraro. Petrópolis: Vozes, 1968. 119p. (Questões abertas, 5).
- DANIEL, Michael. Eclesialismo"e a auto-imagem do clero anglicano. In: *O CLERO num mundo em crise*: Atas da IX Conferencia Internacional. Montreal, 1-4 de agosto, 1967 : Conferência Internacional de Sociologia Religiosa. Petrópolis: Vozes, 1969. p.219-229.
- BOHR, R. H. Liberalismo e conservantismo religioso: comparação entre dois grupos do clero luterano. In: *O CLERO num mundo em crise*: Atas da IX Conferência Internacional. Montreal, 1-4 de agosto, 1967: Conferência Internacional de Sociologia Religiosa. Petrópolis: Vozes, 1969. p.157-167.
- ISERLOH, Erwin; MEYER, Harding. *Lutero e luteranismo hoje*. Tradução de Breno Schumann. Petrópolis: Vozes, 1969. 111p. (Questões abertas, 10).
- MARTIN, David. O pregador metodista local. In: *O CLERO num mundo em crise*: Atas da IX Conferencia Internacional. Montreal, 1-4 de agosto, 1967 : Conferência Internacional de Sociologia Religiosa. Petrópolis: Vozes, 1969. p.11-17.
- PAUL, Leslie. Que há por detrás da crise do clero anglicano? In: *O CLERO num mundo em crise*: Atas da IX Conferencia Internacional. Montreal, 1-4 de agosto, 1967 : Conferência Internacional de Sociologia Religiosa. Petrópolis: Vozes, 1969. p.19-27.
- RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970. 306p
- JOANNES, Fernando Vittorino. Documentos do Conselho Mundial das Igrejas. In: *CATOLICISMO e liberdade*: a consciência individual. Critério inviolável. Introdução de Nazareno Fabbretti. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1971. 315p.
- TÜCHLE, Germano. *Nova história da Igreja*: v.III: Reforma e Contra-Reforma. Colaboração de C.A. Bouman; tradução de Waldomiro Pires Martins. Petrópolis: Vozes, 1971. 531p.

Apêndice II – Agentes protestantes na REB

Tabela 15 - Agentes protestantes na REB (1953-1971)

	Nº de menções	Nome	Grupo integrante	País - nacionalidade	Função/ cargo
1.	20	Martinho Lutero	Luteranismos	Alemanha	Reformador
2.	09	Vissert Hooft	?	Holanda	Secretário Geral do CMI
3.	09	Dr. Michael Ramsey	Anglicanismos	Inglaterra	Arcebispo de Catenbury
4.	07	João Calvino	Calvinismos	Suíça	Reformador
5.	06	Dr. Geoffrey Fischer	Anglicanismos	Inglaterra	Arcebispo de Catenburry
6.	06	Dr. Eugene Carson Blake	Presbiterianismos	EUA	Secretário Geral do CMI
7.	05	Rev. Lukas Vischer	Calvinismos	Suíça	Teólogo, CMI
8.	04	Kristen E. Skydsgaard	Luteranismos	Dinamarca	Teólogo
9.	04	Pr. Roger Schütz	Outros	Suíça	Teólogo
10.	04	Pr. e Prof. Otoniel Motta – e seus pseudônimos – Frederico Hanses, Ernesto Luiz de Oliveira e Lisânias de Cerqueira Leite	Presbiterianismos	Brasil	Pastor, professor, poeta sacro
11.	03	Rev. Evaldo Alves	?	Brasil	Presidente da Confederação Evangélica do Brasil
12.	03	Martin Luther King	Batistas	EUA	Pastor e ativista
13.	03	Pr. Marc Boegner	Calvinismos	França	Presidente da Federação Protestante da França
14.	03	Karl Barth	Calvinismos	Suíça	Teólogo e filósofo
15.	03	Pr. Max Lackmann	Luteranismos	Alemanha	Pastor, teólogo, escritor
16.	03	Pr. Aharon Sapsezian	Metodismos	Armênia – atuou no Brasil	CMI, Faculdade de Teologia da UMESP
17.	02	Bispo Ralph Dean	?	?	Bispo
18.	02	Dr. Paul Emptie	?	?	?
19.	02	John R. Setterhwaite	?	?	?
20.	02	Pr. Peter Meinhold	?	?	?
21.	02	Pr. John Findlew(ow)	?	?	?
22.	02	Revmo Wiebe Vos	?	?	?
23.	02	Henrique VIII	Anglicanismos	Inglaterra	Rei e reformador
24.	02	Tomas Cranmer	Anglicanismos	Inglaterra	Arcebispo
25.	02	John Richard H.	Anglicanismos	Inglaterra	Bispo e escritor

		Moorman			
26.	02	Billy Graham	Batistas	EUA	Pastor e conferencista mundial
27.	02	Pr. John Smith	Batistas	Inglaterra	Pastor
28.	02	Ezekiel Hollyman	Batistas?	EUA?	?
29.	02	Ulrich Zwinglio	Calvinismos?	Suíça	Reformador
30.	02	Rev. John Kelly	Congregacionalismos	Escócia	Pastor
31.	02	Bispo Hans Lilje	Luteranismos	Alemanha	Presidente da Federação Luterana Mundial
32.	02	Dr. Hans Asmussen	Luteranismos	Alemanha	Teólogo e pastor
33.	02	Rev. Dr Harding Meyer	Luteranismos	Alemanha	Pastor e teólogo
34.	02	Pr. Oscar Cullmann	Luteranismos	França	Teólogo, professor
35.	02	Dr. Hans Dombois	Luteranismos?	Alemanha	Advogado
36.	02	Jan Huss	Outros	Alemanha	Reformador
37.	02	Pr. Robert McAlister	Pentecostalismos	Canadá	Bispo
38.	02	Pr. Eduardo Carlos Pereira	Presbiterianismos	Brasil	Pastor, professor, escritor
39.	02	Rev. Miguel Rizzo Jr.	Presbiterianismos	Brasil	Pastor
40.	02	John A. Mackay –	Presbiterianismos	Escócia	Pastor e educador
41.	01	Adam Möller	?	?	?
42.	01	Arcebispo Dr. Smemo	?	?	?
43.	01	Rev. Parke Renshaw	?	?	?
44.	01	Rev. Victor Hayward	?	?	?
45.	01	Bispo D. H. V. Hallack	?	?	?
46.	01	Bispo David B Reed	?	?	?
47.	01	Bispo Josefon	?	?	?
48.	01	Bispo Stanley Elley	?	?	?
49.	01	Bispo Ljungberg	?	?	?
50.	01	Dr. A. M. Chirgwin	?	?	?
51.	01	Dr. Dom H. Copeland	?	?	?
52.	01	Dr. Donald Scoper	?	?	?
53.	01	Dr. Ernest Jackson	?	?	?
54.	01	Dr. Gilberto Cope	?	?	?
55.	01	Dr. Hultgren	?	?	?
56.	01	Dr. Kok	?	?	?
57.	01	Dr. Otto Bezzel	?	?	?
58.	01	E. Mills	?	?	?
59.	01	F. C. Fry	?	?	?
60.	01	Frederico Geroge Lee	?	?	?
61.	01	J. A. González	?	?	?
62.	01	John Clarke	?	?	?
63.	01	Jonh Jay Ruges	?	?	?
64.	01	L. Lundstrom	?	?	?
65.	01	Llyod Thomas	?	?	?

66.	01	Missionária Marion Hughes	?	?	?
67.	01	Missionária Janette Troyer	?	?	?
68.	01	P. Meninhold	?	?	?
69.	01	Pr. Bernard C. Powley	?	?	?
70.	01	Pr. Ch. Parlin	?	?	?
71.	01	Pr. Ester Kefauver	?	?	?
72.	01	Pr. Roux	?	?	?
73.	01	Pr. Ismael Gueiros	?	?	?
74.	01	Pr. J. W. Deenik	?	?	?
75.	01	Pr. M. Nemoeller	?	?	?
76.	01	Pr. Nyles	?	?	?
77.	01	Pr. Sigfried Riishojgaard	?	?	?
78.	01	Pr. Simonton	?	?	?
79.	01	Pr. Tiago Looa	?	?	?
80.	01	Spencer Jones	?	?	?
81.	01	Rev. Dr. H. Mayer	?	?	?
82.	01	Rev. E. C. Becke	?	?	?
83.	01	Rev. S. Takatsu	?	?	?
84.	01	Rev. J. C. Stephenson	?	?	?
85.	01	Rev. Dr. Olav Unlen Sendstad	?	?	?
86.	01	Rev. Efraim Rizzo	?	?	?
87.	01	Rev. Frederic Woodward	?	?	?
88.	01	Rev. Frederico Davis	?	?	?
89.	01	Rev. George Luston	?	?	?
90.	01	Rev. Hassy K. Sherril	?	?	?
91.	01	Rev. Joaquim Beckamm	?	?	?
92.	01	Revmo Dr. Ricardo Waddel	?	?	?
93.	01	Revmo Ricardo Paquier	?	?	?
94.	01	Revmo Walter Lotz	?	?	?
95.	01	Ricardo Bleent	?	?	?
96.	01	Pr. Schönherr	?	?	?
97.	01	Sr. Bruno Herrmann	?	? – atuou no Brasil	?
98.	01	Philip Jones	?	?	?
99.	01	Pr. Westphal	?	?	?
100.	01	Walter Van der Muelen	?	?	?
101.	01	WC Woodhmans	?	?	?
102.	01	William Dunlop	?	?	?
103.	01	Hans Conzelmann	?	Alemanha	Teólogo
104.	01	Dep. Paulo Freire	?	Brasil	Deputado brasileiro pelo Piauí
105.	01	Dr. Nilo Andrade do Amaral	?	Brasil	ACM de São Paulo e

					professor
106.	01	Prof. Oscar Camargo	?	Brasil	Professor
107.	01	Ranulfo Barbosa	?	Brasil	?
108.	01	Rev. Armando Ferreira	?	Brasil	Pastor, escritor
109.	01	Rev. Sebastião Teixeira	?	Brasil	?
110.	01	Cristóvão Smith	?	EUA	Participante da fundação do YMCA
111.	01	Henry Duster	?	EUA	?
112.	01	Myron A. Clark	?	EUA	Político
113.	01	Pr. Chauncey M. Langdon	?	EUA	Político e jurista
114.	01	Pr. Jean Bosc	?	França	Pastor, teólogo, escritor
115.	01	Nikos Nissiotis	?	Grécia	Teólogo
116.	01	G. Casalis	?	Itália	?
117.	01	Ellen G. White	Adventismos	EUA	Escritora e profetisa
118.	01	Guilherme Miller	Adventismos	EUA	Pregador
119.	01	Sra. Rachel Preston	Adventismos	EUA	Pioneira do adventismo
120.	01	James White	Adventismos	Inglaterra	Um dos fundadores do adventismo, escritor
121.	01	Pr. Tossaku Kanada	Adventismos	Japão– atuou no Brasil	Pastor, professor
122.	01	Rev. RGF Jenkins	Anglicanismos	?	?
123.	01	W. Rogers	Anglicanismos	?	?
124.	01	Eduardo VI	Anglicanismos	Inglaterra	Rei
125.	01	Arcebispo William Laud	Anglicanismos	Inglaterra	Arcebispo
126.	01	Rei Carlos II	Anglicanismos	Inglaterra	Rei
127.	01	Dr. John Charles Wand	Anglicanismos	Inglaterra	Arcebispo
128.	01	Dr. Edward Pusey	Anglicanismos	Inglaterra	Professor e teólogo
129.	01	Rev. John Andrew	Anglicanismos	Inglaterra	Bispo
130.	01	Rev. A Hope Patten	Anglicanismos	Inglaterra	Sacerdote
131.	01	Bispo Mervyn Stockwood	Anglicanismos	País de Gales	Bispo
132.	01	Pr. Hugh Ross Williamsom	Anglicanismos catolicismos	Inglaterra	Escritor
133.	01	Gilbert Keith Chesterton	Anglicanismos catolicismos	Inglaterra	Filósofo, teólogo, literário
134.	01	Bispo Dr. Harry James Carpenter	Anglicanismos?	Inglaterra	Bispo e diretor do <i>Keble College</i>
135.	01	Rev. Lionel Meade	Anglicanismos?	Inglaterra	Pastor
136.	01	Pr. D. Parker	Batistas	?	?

137.	01	Miss Bagby	Batistas	?	?
138.	01	Lauro Bretones	Batistas	?- atuou no Brasil	Pastor e Teólogo
139.	01	Carlos Feuerharmel	Batistas	Alemanha- atuou no Brasil	Pioneiro no RS
140.	01	Frederica Feuerharmel	Batistas	Alemanha	Pioneira batista no RS
141.	01	Antônio Teixeira de Albuquerque	Batistas	Brasil	Ex-padre, pastor
142.	01	Rev. João F. Soren	Batistas	Brasil	Pastor, capelão, músico, escritor
143.	01	Rev. Ebenezer G. Cavalcanti	Batistas	Brasil	Pastor, advogado e teólogo
144.	01	Dr. William Entzminger	Batistas	EUA – atuou no Brasil	Missionário
145.	01	James Edwin Orr	Batistas	Grã-Bretanha	Pastor, professor, hino-escritor
146.	01	Meno Simon	Batistas	Holanda	Reformador
147.	01	Guilherme Carey	Batistas	Inglaterra	Missionário
148.	01	John Smyth	Batistas	Inglaterra	Pastor
149.	01	Pr. Ernest Payne	Batistas	Inglaterra	Missionário, historiador, professor
150.	01	Roger Williams	Batistas	Inglaterra	Pastor, escritor, teólogo
151.	01	Thomas Helwys	Batistas	Inglaterra	Pioneiro dos batistas
152.	01	William Carey	Batistas	Inglaterra	Evangelista e missionário internacional
153.	01	Rev. Erik Jansson	Batistas	Suécia- atuou no Brasil	Pioneiro das IBIs no RS
154.	01	Miss Salomão Ginsburg	Batistas	Suécia	Missionário
155.	01	Henry Jacob	Calvinismos	Inglaterra	Pastor
156.	01	J.J. von Allmen	Calvinismos	Suíça	Teólogo
157.	01	Adoniram Judson	Congregacionalismos e Batistas	EUA	Missionário
158.	01	George Willians	Congregacionalismos	Inglaterra	Fundador da YMCA
159.	01	Dom Plinio Lauer Simões	Episcopalianismos	Brasil	Bispo
160.	01	Rev. Euclides Deslandes	Episcopalianismos	Brasil?	Arcebispo
161.	01	Dr. Kilmer Myers	Episcopalianismos	EUA	Bispo e professor
162.	01	Dr. George Linbeck	Luteranismos	China (EUA)	Teólogo e professor
163.	01	Dr. Walter Kunstmann	Luteranismos	?- atuou no	Pastor

				Brasil	
164.	01	Bispo Hermann Dietzfelbinger	Luteranismos	Alemanha	Bispo, teólogo
165.	01	Dr. Edmundo Schlink	Luteranismos	Alemanha	Teólogo, CMI
166.	01	E. Kässeman	Luteranismos	Alemanha	Estudante de Teologia
167.	01	Miss. José Wolff	Luteranismos	Alemanha	Missionário
168.	01	Pr. Teodoro Fliedner	Luteranismos	Alemanha– atuou no Brasil	Pastor
169.	01	Rev. Dr. Kurt Schmidt-Clausen	Luteranismos	Alemanha	Teólogo
170.	01	Richard Baumann	Luteranismos	Alemanha	Pastor, teólogo
171.	01	Irmã Ruthild	Luteranismos	Brasil?– atuou no Brasil	Diaconisa
172.	01	Rev. Prof. Warren Quenbeck	Luteranismos	EUA	Comitê do CMI, teólogo Luterano, FLM
173.	01	Rev. Dr. Oswald Hoffmann	Luteranismos	EUA	Radialista evangélico
174.	01	Dr. Mikko Einar Juva	Luteranismos	Finlândia	Arcebispo, teólogo e historiador
175.	01	Rev. Vilmos Vajta	Luteranismos	Hungria	Teólogo
176.	01	Bispo Kristian Schjeiderup	Luteranismos	Noruega	Bispo e escritor
177.	01	Bispo Dr. Bo Giertz	Luteranismos	Suécia	Bispo e escritor
178.	01	Bispo Isaiás Sucasas	Metodismos	Brasil	Bispo Metodista
179.	01	Rev. Natanael Inocêncio do Nascimento	Metodismos	Brasil	Bispo
180.	01	Rev. Almir Santos	Metodismos	Brasil	Bispo
181.	01	Rev. José Gonçalves Salvador	Metodismos	Brasil	Teólogo, historiador
182.	01	Rev. Procoro Velasques Filho	Metodismos	Brasil	Pastor
183.	01	Rev. William R. Schisler Filho	Metodismos	Brasil	Pastor
184.	01	Jonh Mott	Metodismos	EUA	Leigo, evangelista
185.	01	Pr. J. B. Matthews	Metodismos	EUA	Missionário
186.	01	Rev. Laton Holmgren	Metodismos	EUA	Ministro
187.	01	Pr. W. H. Guiton	Metodismos	França	Pastor, teólogo
188.	01	Revmo Geoffrey Wainwright	Metodismos	Inglaterra	Teólogo
189.	01	John Wesley	Metodismos	Inglaterra	Fundador do metodismo
190.	01	Missionário Hudson Taylor	Metodismos?	Inglaterra	Missionário
191.	01	J. Navarro Monzó	Metodismos?	?	?
192.	01	Guido W. Oliveira	Outros	Brasil	Pastor
193.	01	Rev. João Manuel	Outros	Brasil	Primeiro

		Gonçalves dos Santos			ministro evangélico brasileiro?
194.	01	Hugo Grotius	Outros	Holanda	Teólogo
195.	01	John Wiclef	Outros	Inglaterra	Reformador
196.	01	Rev. Synésio Lyra	Outros	Brasil	Pastor
197.	01	Pr. Max Thurian	Outros - Taizé	Suíça	Prior
198.	01	Dwight L. Moody	Outros?	EUA	Pastor, editor, conferencista internacional
199.	01	Mário Lindstrom	Pentecostalismos	Brasil	Pastor
200.	01	Pr. Manoel de Melo	Pentecostalismos	Brasil	Pastor e fundador da OBPC
201.	01	Jorge Russel Faulkner	Pentecostalismos	EUA – atuou no Brasil	Pastor e missionário
202.	01	Luigi Francescon	Pentecostalismos	Itália– atuou no Brasil	Pastor, missionário, fundador da CCB
203.	01	Rev. Gutenberg	Presbiterianismos	?	?
204.	01	Dr. Isaac Nicolau Salum	Presbiterianismos	Brasil	Teólogo e professor de Letras USP
205.	01	Erasmus Braga	Presbiterianismos	Brasil	Professor, escritor, tradutor, músico
206.	01	Rev. Julio de Andrade Ferreira	Presbiterianismos	Brasil	Pastor, teólogo, escritor
207.	01	Rev. Julio Nogueira Camargo	Presbiterianismos	Brasil	Pastor, escritor
208.	01	Rev. Rubem Alves	Presbiterianismos	Brasil	Pastor, educador, teólogo, escritor
209.	01	Pr. Carl McIntire	Presbiterianismos	EUA	Pastor, fundador do Conselho Internacional das Igrejas Cristãs
210.	01	Prof. Emile Leonard	Presbiterianismos	França	Historiador, professor universitário, pastor
211.	01	Pr. Salomão Ferraz	Presbiterianismos-catolicismo	Brasil	Pastor, padre

Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzida pelo autor.